

PUCRS

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL  
ESCOLA DE HUMANIDADES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

EDUARDO ORTIZ

**A IMIGRAÇÃO ALEMÃ PELA MIMÉTICA DE *A FERRO E FOGO*: A  
FICCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA NO ROMANCE DE JOSUÉ GUIMARÃES**

Porto Alegre

2022

PÓS-GRADUAÇÃO - STRICTO SENSU



Pontifícia Universidade Católica  
do Rio Grande do Sul

EDUARDO ORTIZ

**A IMIGRAÇÃO ALEMÃ PELA MIMÉTICA DE *A FERRO E FOGO*: A  
FICCIONALIZAÇÃO DA HISTÓRIA NO ROMANCE DE JOSUÉ GUIMARÃES**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História – Escola de Humanidades da  
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande  
do Sul – como requisito parcial para obtenção do  
título de Doutor em História.

Orientadora: Dra. Luciana Murari

Porto Alegre

2022

EDUARDO ORTIZ

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação  
em História – Escola de Humanidades da Pontifícia  
Universidade Católica do Rio Grande do Sul –  
como requisito parcial para obtenção do título de  
Doutor em História.

BANCA EXAMINADORA

Dra. Luciana Murari (PUCRS) – Presidente

Dr. Miguel Rettenmaier da Silva (UPF)

Dr. Carlos Alexandre Baumgarten (PUCRS)

Dr. Márcio Miranda Alves (UCS)

Dr. Alessandro Kerber (UFRGS)

Orientadora: Dra. Luciana Murari

Porto Alegre

2022

## Ficha Catalográfica

O77i Ortiz, Eduardo

A imigração alemã pela mimética de A ferro e fogo : a ficcionalização da história no romance de Josué Guimarães / Eduardo Ortiz. – 2022.

257.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em História, PUCRS.

Orientadora: Profa. Dra. Luciana Murari.

1. Imigração alemã. 2. Josué Guimarães. 3. A ferro e fogo. 4. Acervos. I. Murari, Luciana. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da PUCRS  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).  
Bibliotecária responsável: Clarissa Jesinska Selbach CRB-10/2051

## AGRADECIMENTOS

À minha orientadora, Dra. Luciana Murari, que forneceu todo o suporte para que essa pesquisa fosse possível.

Aos meus pais, pelo constante apoio e disponibilidade.

À Thaís Henz, que colaborou das mais diferentes formas durante todo o processo.

Aos velhos amigos, André T. Pelinser, Cristiano Pitt, João Claudio Arendt e Vitor Cei.

Ao Dr. Márcio M. Alves, que fora meu orientador durante o mestrado, quando, de certo modo, esta pesquisa iniciou.

Aos novos amigos, fruto desses quatro anos de doutorado. Em especial, Henrique Perin, Robert Schade, Paul M. Vasques, Pedro Barbosa, Gabriel D. Costaguta e Ana Paula G. Bezerra.

Aos funcionários e professores da Escola de Humanidades da PUCRS.

À CAPES, por ter fomentado e viabilizado esta pesquisa.

Ao DAAD, por disponibilizar cursos como o *Deutsch im Hochschulkontext*, além de ter possibilitado a realização de parte das investigações desta tese em acervos da Alemanha.

Ao Dr. Stefan Rinke, e a todo departamento do *Lateinamerika-Institut* da *Freie Universität Berlin*, pelo caloroso acolhimento.

Ao *Ibero-Amerikanisches Institut* e a toda a sua equipe, pela constante atenção e disponibilidade. Em especial, à Sra. Anja Storm, ao Sr. Matthias Neumann, assim como à sua esposa, a Sra. Ylanna K. Burgos, que me auxiliou de diversas formas durante a minha estada em Berlim.

Ao CDEA, pela iniciativa de disponibilizar bolsas de estudo para pós-graduandos no *Goethe Institut*, oportunizando o aperfeiçoamento no idioma alemão e, conseqüentemente, a participação dos alunos em estágios na Alemanha.

Ao Acervo Literário Josué Guimarães e toda a sua equipe, pelo belo trabalho de salvaguarda do material.

À família de Josué Guimarães, por disponibilizar à pesquisa o material que pertencera a esse ilustre autor.

*Primeiro eu construo a história apenas na cabeça. Não anoto nada. Deixo que a coisa se sedimente a nível de memória. Quando acho que a coisa está pronta, definida, passo a escolha do nome. Acho importante saber o nome do romance antes de começar a escrevê-lo. Faço a árvore genealógica, levantamento de época através de coleções de jornais, busco relacionar os nomes para cada um. Nunca parto de um plano acabado. Tenho sempre a linha geral. Com o tempo, os personagens ganham caráter próprio e, muitas vezes, conduzem a história para o seu desfecho. [...] Muitas vezes alimento dentro de mim uma história por vários anos. Quando ela encontra o seu caminho, quando acabei de fazer o levantamento de época e tudo mais que se faz necessário, acontece aquilo que é mais rápido, isto é, escrevê-la.*

Josué Guimarães

## RESUMO

História e Literatura são disciplinas que transitam muito próximas uma da outra, e apesar de existirem normas e marcos discursivos próprios que as diferenciem, gêneros como o romance histórico insistem em desafiar tais regras ao configurar-se como uma espécie de narrativa intermediária. Nossa pesquisa busca compreender esse processo de construção da narrativa do romance histórico por meio das obras *A ferro e fogo: tempo de solidão*, e *A ferro e fogo: tempo de guerra*. Para tanto, elaboramos um estudo comparativo entre os romances de Josué Guimarães e as obras *A imigração alemã e o Rio Grande do Sul*, *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*, de Jean Roche, *História do Rio Grande do Sul*, de Danilo Lazzarotto, e *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, de Conde Gaston D'Orleans d'Eu. Para dar maior profundidade à nossa análise, investigamos também os rastros deixados pelo romancista nos exemplares das obras historiográficas que compõe o seu acervo – ALJOG/UPF –. Assim, passamos a abordar em nossa pesquisa diferentes temas, que vão desde os primórdios da ocupação da província, pois muitos desses episódios acabam impactando a vida dos teutos, passando pela chegada e estabelecimento desses imigrantes, o rápido desenvolvimento da Colônia de São Leopoldo, a organização social dos povos germânicos, até temas referentes a eventos como a Segunda Guerra da Cisplatina, a Guerra Farroupilha, e a Guerra do Paraguai, enfatizando sempre a participação dos alemães e seus descendentes nesses conflitos. Desse modo, pudemos concluir que Josué Guimarães, através de seu posicionamento ideológico, buscou incluir os grupos desfavorecidos, apresentando em sua narrativa, que também pode ser lida como história pelo público não acadêmico, a participação de diferentes povos, que até o momento da produção de *A ferro e fogo* encontravam-se à margem da historiografia considerada “oficial”.

Palavras-chave: Imigração alemã; Josué Guimarães; *A ferro e fogo*; Acervos.



## ABSTRACT

History and Literature are disciplines that transit very close to each other, and despite the existence of their own norms and discursive frameworks that differentiate them, genres such as the historical novel insist on defying such rules by configuring themselves as a kind of intermediate narrative. Our research seeks to understand this process of construction of the narrative of the historical novel through *A ferro e fogo: tempo de solidão*, and *A ferro e fogo: tempo de guerra*. For that, we elaborated a comparative study between the novels of Josué Guimarães, and *A imigração alemã e o Rio Grande do Sul* and, *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*, by Jean Roche, *História do Rio Grande do Sul*, by Danilo Lazzarotto e *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, by Conde Gaston D'Orleans d'Eu. To give greater depth to our analysis, we also investigate the traces left by the novelist in the copies of the historiographical studies that compose his collection – ALJOG/UPF –. Thus, we started to approach in our research different themes, ranging from the beginnings of the occupation of the province, since many of these episodes end up impacting the lives of newcomers, through the arrival and establishment of these immigrants, the rapid development of the Colony of São Leopoldo, the social organization of the Germanic peoples, even themes referring to events such as the Second Cisplatine War, the Farroupilha War, and the Paraguayan War, always emphasizing the participation of Germans and their descendants in these conflicts. Thus, we were able to conclude that Josué Guimarães, through his ideological position, sought to include disadvantaged groups, presenting in his narrative, which can also be read as history by the non-academic public, the participation of different peoples, who until the moment of production of *A ferro e fogo*, found themselves on the margins of the historiography considered “official”.

Keywords: German immigration; Josué Guimarães; *A ferro e fogo*; Collections

## ZUSAMMENFASSUNG

Geschichte und Literatur sind Disziplinen, die sich sehr nahe beieinander bewegen, und trotz der Existenz ihrer eigenen Normen und diskursiven Rahmen, die sie unterscheiden, bestehen Genres wie der historische Roman darauf, sich solchen Regeln zu widersetzen, indem sie sich selbst als eine Art Zwischenerzählung konfigurieren. Die vorliegende Arbeit versucht, diesen Konstruktionsprozess der Erzählung des historischen Romans anhand der Werke *A ferro e fogo: tempo de solidão* und *A ferro e fogo: tempo de guerra* zu verstehen. Dazu wurde eine Vergleichsstudie zwischen den Romanen von Josué Guimarães sowie den Werken *A imigração alemã e o Rio Grande do Sul* und *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847* von Jean Roche, *História do Rio Grande do Sul* von Danilo Lazzarotto und *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul* von Conde Gaston D'Orleans d'Eu angestellt. Um die Analyse zu vertiefen, wurden auch die Spuren, die der Romanautor in den historiografischen Werken seiner Sammlung – ALJOG/UPF (Acervo Literário Josué Guimarães) – hinterlassen hat, untersucht. Es erfolgte eine Annäherung an verschiedene Themen, die von den Anfängen der Besiedlung der Provinz reichen, da viele dieser Episoden das Leben der Neuankömmlinge beeinflussten – über die Ankunft und Etablierung dieser Einwanderer, die schnelle Entwicklung der Kolonie São Leopoldo, die soziale Organisation der deutschen Siedler, auch Themen, die sich auf Ereignisse wie den Zweiten Cisplatinischen Krieg, den Farroupilha-Krieg und den Paraguayischen Krieg beziehen, wobei der Blick immer auf die Beteiligung der Deutschen und ihrer Nachkommen an diesen Konflikten gerichtet ist. So konnte der Schluss gezogen werden, dass Josué Guimarães durch seine ideologische Position versucht hat, unterdrückten Gruppen eine Stimme zu geben, indem er in seiner Erzählung die Beteiligung verschiedener Völker darstellt, die sich bis zum Moment der Produktion von *A ferro e fogo* am Rande der als “offiziell” geltenden Geschichtsschreibung wiederfanden.

Schlüsselwörter: Deutsche Einwanderung; Josué Guimarães; *A ferro e fogo*; Sammlungen.

## LISTA DE ABREVIATURAS

**AI-05** – Ato Institucional n.º 5

**ALJOG/UPF** – Acervo Literário Josué Guimarães

**CNRS** – *Centre National de la Recherche Scientifique*

**CTG** – Centro de Tradições Gauchas

**DOI-Codi** – Destacamento de Operações de Informação – Centro de Operações de Defesa Interna

**DOPS** – Departamento de Ordem Política e Social

**FEB** – Força Expedicionária Brasileira

**IHGRGS** – Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul

**IRHT** – *Institut de recherche et d'histoire des textes*

**MTG** – Movimento Tradicionalista Gaúcho

**PC do B** – Partido Comunista do Brasil

**PPGLet** – Programa de Pós-Graduação em Letras

**PUCRS** - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

**SNI** – Serviço Nacional de Informação

**UCS** – Universidade de Caxias do Sul

**UFPEL** – Universidade Federal de Pelotas

**UFRGS** – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

**UNISINOS** – Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**UPF** – Universidade de Passo Fundo

**URSS** – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	12
<b>1. OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA CONSTRUÇÃO DA OBRA <i>A FERRO E FOGO</i>.....</b>	<b>34</b>
<b>1.1 O autor.....</b>	<b>34</b>
<b>1.2 O contexto sócio-histórico da produção de <i>A ferro e fogo</i> .....</b>	<b>40</b>
<b>1.2.1 A historiografia sul-rio-grandense dos séculos XIX e XX .....</b>	<b>40</b>
<b>1.2.2 Primeiro tomo: 1972.....</b>	<b>44</b>
<b>1.2.3 Segundo tomo: 1975 .....</b>	<b>46</b>
<b>1.3 A obra .....</b>	<b>48</b>
<b>1.3.1 <i>A ferro e fogo: tempo de solidão</i> .....</b>	<b>49</b>
<b>1.3.2 <i>A ferro e fogo: tempo de guerra</i> .....</b>	<b>54</b>
<b>2. ACERVOS LITERÁRIOS: HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIAS DE PESQUISA.....</b>	<b>60</b>
<b>2.1 Os acervos literários e sua organização.....</b>	<b>60</b>
<b>2.2 O acervo literário de Josué Guimarães .....</b>	<b>64</b>
<b>2.3 Elementos teórico-metodológicos formadores da crítica genética .....</b>	<b>68</b>
<b>3. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL .....</b>	<b>73</b>
<b>3.1 A Província de São Pedro no período que precede a imigração .....</b>	<b>74</b>
<b>3.2 A chegada dos primeiros imigrantes alemães: entre sonhos de um recomeço e promessas não cumpridas.....</b>	<b>85</b>
<b>3.3 O desenvolvimento econômico da Colônia de São Leopoldo.....</b>	<b>96</b>
<b>3.4 A organização social dos imigrantes .....</b>	<b>112</b>
<b>3.5 A narração da paisagem .....</b>	<b>130</b>
<b>4. A PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL E OS CONFLITOS MERIDIONAIS DO SÉCULO XIX .....</b>	<b>142</b>
<b>4.1 Demarcando fronteiras: a Guerra da Cisplatina .....</b>	<b>144</b>

<b>4.2 Uma província dividida: a Guerra Farroupilha.....</b>	<b>156</b>
<b>4.3 Um conflito de proporções continentais: a Guerra do Paraguai.....</b>	<b>183</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>204</b>
<b>REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO .....</b>	<b>209</b>
<b>ANEXOS .....</b>	<b>218</b>
<b>Anexo 1 .....</b>	<b>218</b>
<b>Anexo 2 .....</b>	<b>219</b>
<b>Anexo 3 .....</b>	<b>220</b>
<b>Anexo 4 .....</b>	<b>221</b>
<b>Anexo 5 .....</b>	<b>222</b>
<b>Anexo 6 .....</b>	<b>223</b>
<b>Anexo 7 .....</b>	<b>224</b>
<b>Anexo 8 .....</b>	<b>225</b>
<b>Anexo 9 .....</b>	<b>226</b>
<b>Anexo 11 .....</b>	<b>228</b>
<b>Anexo 12 .....</b>	<b>229</b>
<b>Anexo 13 .....</b>	<b>230</b>
<b>Anexo 14 .....</b>	<b>231</b>
<b>Anexo 15 .....</b>	<b>232</b>
<b>Anexo 16 .....</b>	<b>233</b>
<b>Anexo 17 .....</b>	<b>234</b>
<b>Anexo 18 .....</b>	<b>235</b>
<b>Anexo 19 .....</b>	<b>236</b>
<b>Anexo 20 .....</b>	<b>237</b>
<b>Anexo 21 .....</b>	<b>238</b>
<b>Anexo 22 .....</b>	<b>239</b>
<b>Anexo 23 .....</b>	<b>240</b>

<b>Anexo 24</b> .....	241
<b>Anexo 25</b> .....	242
<b>Anexo 26</b> .....	243
<b>Anexo 27</b> .....	244
<b>Anexo 28</b> .....	245
<b>Anexo 29</b> .....	246
<b>Anexo 30</b> .....	247
<b>Anexo 31</b> .....	248
<b>Anexo 32</b> .....	249
<b>Anexo 33</b> .....	250
<b>Anexo 34</b> .....	251
<b>Anexo 35</b> .....	252
<b>Anexo 36</b> .....	253
<b>Anexo 37</b> .....	254
<b>Anexo 38</b> .....	255
<b>Anexo 39</b> .....	256
<b>Anexo 40</b> .....	257

## INTRODUÇÃO

Onde termina a História<sup>1</sup> e começa a Literatura<sup>2</sup>? Onde termina a Literatura e penetramos, ainda que de modo instável, na História? Por mais que essas perguntas pareçam hoje estarem superadas, já que ambas as narrativas “implicam normas e marcos discursivos que qualquer pessoa educada na tradição ocidental – não necessariamente especialista em filosofia, semiótica, teoria do discurso ou teoria da literatura – está em condições de compreender e diferenciar” (MIGNOLO, 2001, p. 116), os romances históricos parecem insistir em desafiar tais regras ao constituir-se em uma espécie de narrativa intermediária entre as duas formas discursivas, um terreno móvel, uma fronteira volúvel, não no modo de construir as representações do passado, visto que a História segue normas científicas, mas no impacto produzido na sociedade em que estão inseridos.

Com o surgimento de teorias narrativistas, a escrita História e a escrita literária passaram a ser analisadas de maneira comparativa, sendo mais notável, desde então, os pontos que aproximam os dois gêneros, uma vez que é possível encontrar elementos ficcionais na narrativa histórica, e históricos na narrativa romanesca. Porém, cabe deixar claro desde já que esses elementos ficcionais não tiram o caráter científico da História, pois como explica Certeau, “a ficção se encontra também no campo da ciência” (CERTEAU, 2011, p. 46), servindo esses caracteres ficcionais apenas como elementos organizadores da narrativa historiográfica, e não definidores de sua construção. Seguindo essa ideia, Koselleck explica que

a ficcionalidade dos eventos narrados corresponde, no nível das estruturas, ao caráter hipotético de sua “realidade”. Ora, sem dúvida, tais afirmações da teoria do conhecimento não podem impedir o historiador de se servir da ficcionalidade e das hipóteses para comunicar linguisticamente a realidade passada como um resultado de um estado de coisas empiricamente assegurado. (KOSELLECK, 2012, p. 141-142).

Alimentando-se de material discursivo, mediadas pela organização temporal e espacial da história feita por cada escritor e tendo como pretensão livrar do esquecimento eventos e sujeitos históricos – e aqui nos referimos a literatura de temática histórica –, ambas as narrativas colaboram para a construção de novos discursos, os quais criam memórias e esquecimentos. Dessa forma é possível presentificar aquilo que aconteceu por meio da configuração de um

---

<sup>1</sup> Utilizaremos nesta tese a palavra “História” – iniciada por letra maiúscula – para indicar a ciência, e “história” – iniciada por letra minúscula – para o conjunto de eventos referentes ao passado. Essa regra não se aplica às referências de outras obras, às citações e a nomes próprios.

<sup>2</sup> Utilizaremos nesta tese a palavra “Literatura” – iniciada por letra maiúscula – para indicar a arte literária, e “literatura” – iniciada por letra minúscula – para o conjunto de textos sobre determinado assunto. Da mesma forma que a nota anterior, essa regra não se aplica às referências de outras obras, às citações e a nomes próprios.

determinado período e estabelecer a ordem coletiva, seguindo interesses de cunho econômico, político, social e cultural, visto que ambas as formas de representação são produtos de uma determinada época e sociedade, a qual vai influenciar de maneira efetiva a construção e configuração da obra.

Seguindo essa concepção, Certeau afirma que no interior de uma obra histórica não são encontrados “apenas métodos, ideias ou uma maneira de compreender determinado evento, mas a sociedade a qual se refere à definição daquilo que tem sentido.” (CERTEAU, 2015, p. 25). Não há dúvidas, como veremos de modo aprofundado no capítulo destinado à criação das narrativas, que se pode aplicar essa referência também à Literatura e, talvez, de forma mais nítida do que na História, já que em suas entrelinhas é igualmente possível encontrar a influência da carga histórico-social do seu processo de criação, mas sem possuir a exigência de imparcialidade imposta ao historiador, o romancista pode ir além, apresentando de modo mais nítido a sua cosmovisão e seu posicionamento ideológico sobre os eventos históricos que narra.

Tanto a História quanto a Literatura produzem sobre seus leitores um efeito prático muito similar, dado que mediante a elas o leitor procede pelo que Paul Ricoeur chamou de “tomar juntamente narrativo” (2010b, p. 103) dos eventos representados. Em outras palavras, o público de ambas as narrativas conduz-se por intermédio do ato reflexionante, que é, por seu turno, judicatório, visto que o processo de narrar consiste em “refletir sobre” acontecimentos e personagens. Esse processo acaba por modificar a concepção e a conduta que os leitores possuem sobre o mundo, e reforça valores sociais pré-estabelecidos, em razão de que as duas escritas são produzidas sob a influência de determinadas forças ideológicas, estas que, segundo Certeau (2015, p. 17), são impossíveis de serem eliminadas, inclusive, do trabalho científico do historiador.

Devido à liberdade criativa do escritor literário de completar as lacunas deixadas pelo historiador por intermédio de seu universo criativo, de criar personagens como possibilidades da época representada e de “trazer de volta à vida”, de forma artística, as lideranças históricas mediante suas interações com outras personagens “reais” e fictícias da trama, a Literatura torna-se mais atraente para o leitor “comum” que não busca um saber científico, mas uma obra que represente um determinado episódio, e que, por meio dessa, ele possa obter alguma noção sobre os acontecimentos tratados no recorte temporal que a narrativa se propõe a apresentar, o que acaba fazendo com que um romance atinja um público muito mais amplo do que uma obra historiográfica e, conseqüentemente, um efeito direto maior dentro da sociedade que está inserido. Chartier já atentava para essa questão, explicando que a “força e a energia de fábulas e ficções podem soprar vida em almas mortas” (2014, p. 8), justamente porque, como explica



Lima (2006, p. 19), a narrativa literária conta com uma evidente maior riqueza de recursos que a historiográfica.

Esse “sopro de vida” dado pela narrativa literária não procura representar apenas o que comprovadamente aconteceu, pois esse caráter científico de buscar a “realidade” cabe à História, mas também desenrolar-se sobre o que poderia ter acontecido, resgatando, dessa forma, o “real” ausente. À vista disso, não é a intenção principal da Literatura postular uma verdade absoluta, pois o seu princípio ficcional age “por sua condição de *como se*” não pretendendo “ser a última palavra” (LIMA, 2006, p. 21). Cabe ressaltar ainda que essa liberdade criativa conferida ao romancista e a condição de *como se* da Literatura não diminui a importância da narrativa ficcional na construção da identidade, da memória coletiva e do imaginário sobre dado evento em determinada sociedade, pelo contrário, já que por intermédio dela, como explica Pesavento, é “possível de recriar o mundo por um mundo paralelo de sinais e nele viver” (2003. p. 35), uma vez que tudo o que existe é identificado, percebido, qualificado e expressado pela linguagem, a qual não faz distinções entre a obra literária e a histórica, pois

a ‘realidade’ não é uma referência objetiva externa do discurso, mas é sempre construída na e pela linguagem. Essa perspectiva afirma que os interesses sociais nunca são uma realidade ‘pré-existente’, mas sim sempre o resultado de uma construção simbólica e linguística, e considera que toda a prática, seja qual for, se situa necessariamente na ordem do discurso. (CHARTIER, 2016, p. 47, 48).

Seguindo esse raciocínio, Chartier explica também que “os historiadores têm tomado consciência de que não possuem o monopólio de representar o passado e de que sua presença pode ser estabelecida por relações com a história infinitamente mais poderosas que seus escritos.” (2014, p. 8). Antes mesmo do século XVIII, surgem obras em que “a ressurreição dos mortos assumia um significado mais literal quando certos gêneros buscavam aproximar-se do passado. Isto acontecia com inspiração no épico, com o detalhe narrativo e descritivo do romance histórico” (CHARTIER, 2014, p. 8). E foi principalmente a partir desse último gênero citado que, ainda segundo Chartier (2014, p. 8), obras de ficção passaram a dar ao passado uma presença que com frequência era mais intensa do que aquela que os livros de História podiam fornecer, já que elas apresentavam um mundo mais completo e acessível, justamente pelo fato de não ficarem limitadas as fontes históricas.

Pelo fato de *A ferro e fogo* fazer parte desse gênero específico, e o conhecimento prévio sobre os principais pressupostos dessa corrente literária ser imprescindível para a compreensão do estudo proposto aqui, acreditamos ser pertinente apresentarmos ao leitor desta tese – concebida em um programa de pós-graduação em História –, que muitas vezes não está familiarizado com teorias literárias, um breve panorama sobre o seu surgimento e

desenvolvimento, assim como as suas principais características, apresentando as peculiaridades latino-americanas do gênero.

Sendo assim, para compreendermos o romance histórico e as teorias que o cercam, suas condições, exigências e implicações, faz-se necessário recorrermos a alguns intelectuais que dedicaram seus estudos à tal corrente literária. Dessa forma, inevitavelmente, começaremos a nossa análise sobre esse gênero trazendo à tona os estudos elaborados por György Lukács, filósofo que produziu, na primeira metade do século XX, duas importantes obras acerca do gênero, *A teoria do romance* (1916) e *O romance histórico* (1937).

No campo literário, György Lukács inicia sua trajetória com a obra intitulada *A teoria do romance*. Esboçada no verão de 1914, no limiar do início da Primeira Guerra Mundial, e escrita no inverno de 1914-1915, foi inicialmente publicada em 1916 na *Zeitschrift für Aesthetik und Allgemeine Kunstwissenschaft* [Revista de estética e de história geral da arte] e, em formato de livro, no ano de 1920. Nessa obra, o filósofo propõe uma análise da narrativa romanesca por meio da ciência do espírito, estando ele, naquele momento, situado metodologicamente em uma espécie de transição de Kant para Hegel<sup>3</sup> – o que explica a discrepância teórica dessa obra com as escritas posteriormente. Tal viés analítico é justificado pelo próprio autor, o qual argumenta que, nesse período, “baseava-se essencialmente nas impressões que [...] causaram na juventude os trabalhos de Dilthey, Simmel e Max Weber.” (LUKÁCS, 2009, p. 9). Talvez por essa obra ser a primeira das ciências do espírito em que a filosofia hegeliana é aplicada a problemas estéticos, o filósofo acaba por não atentar para as limitações metodológicas impostas por tal corrente, o que resulta em diversas críticas a seu trabalho.

Em *A teoria do romance*, Lukács procura estabelecer uma dialética universal dos gêneros, alicerçada historicamente e fundamentada na essência das categorias estéticas e das formas literárias. Essa dialética procura traçar uma vinculação entre categoria e história muito mais estreita do que podemos encontrar no próprio Hegel, pois o autor “buscava apreender intelectualmente uma permanência na mudança, uma transformação interna dentro da validade da essência.” (LUKÁCS, 2009, p. 13). Contudo, as limitações de seu procedimento, baseado nas sínteses abstratas das ciências do espírito, são claras, e nos contextos de grande relevância de sua análise, seu método mostra-se especulativo e desprendido das realidades histórico-sociais concretas.

---

<sup>3</sup> Muitos autores tendem a se referir ao filósofo, nas obras que antecedem o seu viés marxista – corrente na qual caracteriza-se por ser um dos principais pensadores –, como o período do “jovem” Lukács (cf. VAISMAN, 2005).

Apesar de a obra ser elogiada por alguns intelectuais de renome, como Max Dvorák, “que tomava a obra como a publicação mais relevante dessa corrente” (LUKÁCS, 2009, p. 9), o projeto de Lukács fracassa, tanto no plano, quanto na execução. Todavia, o filósofo húngaro chegou mais próximo de uma saída concreta para o problema das categorias estéticas no campo das formas literárias do que qualquer contemporâneo seu foi capaz de chegar naquele momento. O próprio autor passou, mais tarde, a reconhecer seu equívoco, escrevendo no prefácio de sua obra de 1962 que

se hoje, portanto, alguém lê *A teoria do romance* para conhecer mais de perto a pré-história das ideologias relevantes nos anos vinte e trinta, pode tirar proveito de tal leitura crítica. Mas se tomar o livro na mão para orientar-se, o resultado só poderá ser uma desorientação ainda maior. (LUKÁCS, 2009, p. 19).

Se, em *A teoria do romance* György Lukács não obteve o resultado que buscava ao tentar criar uma teoria explicativa sobre tal gênero literário, posteriormente, com a publicação de *O romance histórico*, considerado por muitos como seu trabalho mais importante, o autor obteve tal êxito.

*O romance histórico* foi escrito predominantemente em Moscou, entre os anos de 1936 e 1937, sendo publicado inicialmente, em fragmentos, na revista russa *Literaturnyi Kritik* [Crítica Literária] e, por completo, em formato de livro – no idioma russo, em 1937. Lukács concebe sua teoria em um tempo amargo, exilado na União Soviética, presencia a expansão do nazismo, a consolidação do stalinismo e o início do que viria a ser a Segunda Guerra Mundial. Todavia, vivencia também a formação da Frente Popular Antifascista. No início da década de 1930, o filósofo húngaro ainda se mostra bastante esperançoso com o socialismo soviético, sustentando que apesar do prenúncio de problemas futuros, o stalinismo poderia representar uma forte potência anti-hitleriana. Porém, com o passar dos anos e com o transcorrer de determinados acontecimentos, principalmente relacionados à censura e à burocratização crescente, passa a ter uma avaliação ambígua do regime de Stalin, ora encoberta por uma crítica discreta, ora abafada por opiniões laudatórias.

Em *O romance histórico*, Lukács abandona de vez a metodologia proposta pela ciência do espírito, amplamente utilizada em sua análise anterior, e passa a desenvolver os seus estudos por meio de um viés exclusivamente marxista. A partir de uma visão de cunho materialista, o autor analisa o romance histórico enquanto “manifestação de resistência à autoridade e ao discurso monólogo do poder” (ZILBERMAN, 2003, p. 110). O filósofo examina a “interação do desenvolvimento econômico e social com a visão de mundo e a forma artística que se engendram a partir desse desenvolvimento” (LUKÁCS, 2011, p. 29), priorizando o tempo que muda de maneira abrupta, impactando diretamente sobre os indivíduos e suas vivências, ao

invés do tempo que simplesmente passa, deixando os indivíduos com a sensação de inércia perante a sociedade da qual fazem parte e seus acontecimentos. Portanto, para Lukács, o foco principal dos romancistas que buscam esse gênero literário são as rupturas e transformações sociais que conduzem de maneira imediata as massas ao “sentido histórico”, fazendo com que os indivíduos possam perceber a sua existência como algo condicionado historicamente por embates entre forças sociais em disputa.

Tais características externadas pelo autor estão ligadas ao contexto sócio-histórico de afirmação do romance histórico no campo literário e, simultaneamente, à crise do realismo burguês. Ambos os fenômenos estão diretamente vinculados à batalha do proletariado parisiense de junho de 1848. É certo que podemos encontrar romances históricos anteriores a essa data – como veremos em seguida quando abordaremos o seu surgimento, assim como eventos relacionados a disputa entre classes que antecedem – a exemplo das inúmeras revoltas francesas isoladas e da revolta dos tecelões alemães em 1844, mas a consolidação do romance histórico, e sua respectiva dominação – por mais de um século – no campo da produção literária ocidental se inicia nesse momento, em virtude de que é especificamente por meio desse episódio

que se deflagra pela primeira vez uma batalha decisiva entre proletariado e burguesia com a violência das armas; o proletariado pisa pela primeira vez no palco histórico-mundial como uma massa armada, decidida a travar a luta decisiva; nesse momento, a burguesia luta pela primeira vez pela continuação de seu domínio econômico e político. (LUKÁCS, 2011, p. 211).

Como resultado dessa disputa, houve a reorganização e reorientação dos objetivos da burguesia, pois esta percebeu que

todas as armas que ela havia forjado contra o feudalismo começavam a ser apontadas contra ela própria, que todos os recursos de formação que ela havia produzido se rebelavam contra a sua própria civilização, que todos os deuses que ela havia criado apostaram dela. Ela compreendeu que todas as assim chamadas liberdades civis e todos os órgãos progressistas atacavam e ameaçavam sua dominação classista a um só tempo na base social e no topo político (MARX, 2011, p. 80).

Levando em conta que era a burguesia, no período pré-1848, o guia ideológico do desenvolvimento social, essa reorientação dos objetivos acabou por atingir todos os campos ideológicos. Para elucidar de modo breve essa questão, tomamos como exemplo o campo político, onde há a alteração do horizonte de uma democracia revolucionária, presente no período pré-1848, para a busca de um liberalismo de compromisso, no período pós-1848.

Do outro lado do embate, no que tange à classe revolucionária, os historiadores e sociólogos – que em sua maioria faziam parte desse grupo – buscaram compreender esses novos conflitos, e acabam por perceber a necessidade de uma revisão profunda no modo de “fazer história”, em que se deixa de acreditar no progresso da sociedade e passa-se a compreendê-la por meio de uma “nova sensibilidade para os contextos históricos da vida” (LUKÁCS, 2011, p.

213), do reconhecimento de um elemento eterno nos homens, uma condição presente na essência humana, imutável, responsável pela organização social, e que toma diferentes formas em cada período da história. Tendo em mente que grande parte dos escritores que se propuseram a escrever esse tipo de romance eram ligados aos ideais da revolução de 1848, com a derrota desse movimento, passaram a utilizar esse gênero literário com cada vez mais frequência, empregando-o como ferramenta de denúncia e combate contra a burguesia no campo intelectual.

Se, como vimos, o romance histórico se consolida no período pós-1848, seu surgimento, segundo a concepção lukacsiana, se dá na virada do século XVIII para o XIX, momento em que o filósofo constata o surgimento do que passou a chamar de “sentido histórico”, ou, dito de outra forma, foi nesse período que se criaram “as possibilidades concretas para que os indivíduos percebam sua própria existência como algo condicionado historicamente, para que percebam que a história é algo que intervém profundamente em sua vida cotidiana, em seus interesses imediatos” (LUKÁCS, 1996, p. 22), e tomem, na coletividade, a consciência de suas condições econômicas, para a partir dessas reflexões assumirem as diferenças sociais, o que irá, mais tarde, desencadear nos movimentos de luta de classes.

A justificativa para esse fenômeno é que nesse período a adoção de ideais revolucionários começa a fazer parte de uma realidade muito mais ampla, de um sentimento relativo à coletividade, ou seja, de sentimentos e experiências que antes eram exclusivos de um pequeno grupo de indivíduos impulsionados pelo espírito aventureiro, e em sua maioria ligados à burguesia, nesse momento, com os conflitos armados sendo disputados dentro do ambiente urbano, passam a ser experimentados pela grande massa, fazendo com que desperte neles o sentimento nacional e, concomitantemente, a compreensão e apropriação da história nacional, pois “quando uma revolução burguesa é levada seriamente até o final, forma parte essencial dela o fato de que a ideia nacional se converta em patrimônio das grandes massas” (LUKÁCS, 1996, p. 22).

Por consequência disso, a história tornou-se, naquele momento, uma experiência real, perceptível, e passou a ser vivida tanto pelos intelectuais e aristocratas como pela grande massa. Esse fenômeno é resultado direto – e sem a qual não seria possível – da Revolução Francesa, que desencadeou diversos outros acontecimentos em um curto espaço de tempo, cerca de 25 anos, entre a queda da Bastilha, em 1789, e a rendição de Napoleão, em 1814, um período que não compreendeu mais do que uma geração. Cabe destacar que esse estado de ânimo não se manteve apenas na França, pois com o desenrolar desses eventos – com as guerras napoleônicas, os mesmos acabaram por desencadear “uma onda de sentimentos nacionais, de oposição

nacional contra as conquistas de Napoleão, em suma: uma onda de entusiasmo pela autonomia nacional” (LUKÁCS, 1996, p. 23).

Levando em conta essas considerações, vai ser nas obras do escritor escocês Walter Scott que Lukács vai encontrar pela primeira vez concretizadas as características básicas do que, para ele, configura o romance histórico moderno, pois nelas estariam o componente fundamental do gênero, e que não se encontrava presente nas obras dos escritores que antecederam Scott, que é o “elemento especificamente histórico: o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo” (LUKÁCS, 2011, p. 33).

Tal elemento é essencial, pois para Lukács, a principal função do romance histórico é situar o leitor num determinado tempo, ajudando-o a compreender os conflitos ocorridos no passado, não diretamente sobre o acontecimento em si, mas nos efeitos deste sobre as figuras humanas “comuns” atreladas a ele. Por isso é importante que a obra represente a conjuntura e o entrelaçamento da crise sobre os destinos pessoais das personagens, não podendo de forma alguma esta ser representada de maneira abstrata, como uma catástrofe isolada, mas como uma cadeia de catástrofes, a partir das quais gera-se uma colisão profunda na vida pessoal das personagens. Isto é, nas palavras de Jameson, “o romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interação de ambos: o evento precisa trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos” (JAMESON, 2007, p. 192). Sendo assim, a função do romancista é apresentar ao leitor uma determinada época, e “ressuscitar poeticamente os seres humanos que figuraram nesses acontecimentos [...] a vivência dos móveis sociais e individuais pelos quais os homens passaram, sentiram e atuaram precisamente do modo em que ocorreu na realidade histórica” (LUKÁCS, 1996, p. 44).

Seguindo essa concepção, no que diz respeito ao evento, cabe enfatizar que ele não deve ser apenas a representação aleatória de um tempo histórico qualquer, pois para Lukács, o romancista tem a incumbência de representar ao leitor um período estruturalmente conflituoso, uma revolta, uma revolução ou uma contrarrevolução, isto é, tem que ter como pano de fundo uma época de transição histórica, ou, nas palavras de Jameson, o gênero em questão deve necessariamente abordar “um daqueles eventos históricos paradigmáticos, como a própria guerra, que sempre devem estar no centro de um romance histórico para que ele se qualifique como tal.” (2007, p. 188).

Outra característica fundamental que deve ser sublinhada concerne à criação das personagens que figuram o protagonismo da trama. Os papéis principais do romance histórico clássico devem ser ocupados pelo chamado herói médio ou medíocre, uma pessoa comum da

sociedade, um representante legítimo do povo e da vida popular, que apenas chegará a essa posição pela exigência da situação do momento, visto que sem essas condições, ele continuaria a ser um cidadão “comum”. Todavia, ao ser apanhado pelo emaranhado das complexas relações sociais de um período turbulento, vai ser arrastado para o centro do conflito, o qual irá sintetizar por meio dele os seus lados mais marcantes, sejam eles positivos ou negativos.

Apesar de encontrarmos em algumas obras representativas dessa corrente personagens figurando na posição de heróis e desempenhando cargos relevantes no transcorrer da trama, como o caso do Conde Pierre Bézoukhov, e do Príncipe Andrei Bolkónski, em *Guerra e paz*, de Tolstói,

o romance não exige necessariamente a figuração de homens importantes em situações importantes [...] ele pode abdicar disso, apresentando as personagens significativas sob uma forma que dê a seus traços uma expressão puramente interna e moral, de modo que a oposição figurada entre o cotidiano mesquinho da vida e esse significado puramente intensivo do homem, essa inadequação entre homem e ação, entre interior e exterior, torne-se o atrativo próprio do romance. (LUKÁCS, 2011, p. 159).

Outro aspecto importante dos heróis, externado por Lukács, diz respeito às suas qualidades, visto que os mesmos não poderão ser carregados com virtudes que os levem a uma quase perfeição, da mesma forma no caso dos vilões, que não poderão ser colocados próximos ao desprimor e à imbecilidade, pelo contrário, eles deverão demonstrar uma visão distinta da história, ainda ética, renunciando a qualquer conceito de bem ou mal, o que proporciona uma concepção ampla sobre o conflito, transpassando por intermédio das personagens as mais profundas revelações do espírito humano e, através de suas interações, é assegurado ao leitor “uma visão do passado que respeita os perdedores mas sustenta a necessidade histórica dos vencedores.” (ANDERSON, 2007, p. 206).

À personagem do herói também caberá o papel secundário no acontecimento histórico, visto que ela apenas irá se manifestar em dadas “situações, e apenas nelas, a partir de uma necessidade interna própria” (LUKÁCS, 2011, p. 160). No entanto, sua importância não diminui por conta desse fator, dado que é através dela que o enredo se desenvolve, tornando-se essa personagem a verdadeira representante da crise histórica representada na obra, e sobre ela deve incidir a imagem sintetizada das especificidades da época em que a trama ocorre e as suas consequências. Por conseguinte, “a perspectiva adequada do romance histórico deverá ser a do cotidiano da vida prática, do flagrante de forças encarnadas em indivíduos representativos das camadas médias da população.” (SANTOS, 2011, p. 283).

Portanto, diferenciando o romance histórico de outras formas literárias de temática histórica que o antecederam, os papéis centrais do enredo jamais serão destinados às lideranças históricas, uma vez que o gênero procura justamente apresentar os impactos de determinados

eventos nas pessoas “comuns” da sociedade, buscando por intermédio delas, como explica Perry Anderson, “oferecer um foco individual à colisão dramática dos extremos entre os quais se situam ou, mais frequentemente, oscilam.” (ANDERSON, 2007, p. 206). Assim, as grandes lideranças históricas como reis, imperadores e generais, ficam condicionados a um papel periférico no transcorrer da obra, interagindo, em alguns momentos, com as personagens criadas pelo romancista, aparecendo “sempre nos pontos em que a necessidade objetiva dos movimentos populares demanda imperiosamente sua aparição.” (LUKÁCS, 2011, p. 379). No entanto, o fato de as lideranças históricas figurarem de maneira oblíqua ou marginal não faz com que a sua importância seja diminuída na narrativa, uma vez que o romance depende delas para ser considerado histórico.

Lukács chama a atenção para outro cuidado que se deve tomar durante o processo de criação das personagens. Apesar da insistência para que essas sejam humanizadas ao máximo, o filósofo reprova veementemente o que chamou de “psicologia do criado” (LUKÁCS, 1996, p. 51), explicando que essa carrega a personagem com análises detalhadas de pequenas especificidades que não acrescenta em nada para a função histórica da obra, pelo contrário, acaba apenas por artificializá-las. Dentro dessa concepção, o autor também “adverte repetidas vezes do perigo de a caracterização das formas dramáticas cair em dois extremos: por um lado, a imersão da personagem no conteúdo das forças históricas abstratas e, por outro, na mera psicologia privada” (LUKÁCS, 2011, p. 172).

A preocupação de Lukács com tais cuidados na construção das personagens no romance histórico está diretamente ligada à função que, para ele, esse gênero deve desempenhar. Ele deve situar o leitor no interior de um evento conflituoso do passado, auxiliando-o a compreendê-lo. O filósofo valoriza o modo com que se dá a representação do período histórico, no entanto, deixa claro que a ênfase principal da narrativa não deverá recair diretamente sobre o evento em si, mas nas consequências diretas deste sobre as figuras humanas. Portanto, é fundamental que a obra apresente o contexto e o entrelaçamento da crise sobre os destinos pessoais das personagens, não podendo o evento ser representado de maneira abstrata, tão pouco ser tratado como uma catástrofe isolada, mas, sim, como uma cadeia de catástrofes, por meio das quais será gerada uma colisão profunda na vida pessoal das personagens. Como explica Jameson, “o romance histórico não deve mostrar nem existências individuais nem acontecimentos históricos, mas a interação de ambos: o evento precisa trespassar e transfixar de um só golpe o tempo existencial dos indivíduos e seus destinos” (JAMESON, 2007, p. 192).

Tendo em mente tais especificidades expostas pelo autor, vai ser em *Waverley*, de Walter Scott, publicada no ano de 1814, que o filósofo húngaro encontra corporificado pela



primeira vez o modelo de romance histórico segundo sua concepção, pois na obra do escritor escocês é possível encontrar, diferentemente de todos os romances de temática histórica que a antecederam, o elemento substancialmente histórico, que é “o fato de a particularidade dos homens ativos derivar da especificidade histórica de seu tempo.” (LUKÁCS, 2011, p. 33). Dito isso, recorrendo à obra *Waverley* podemos também datar com exatidão o surgimento deste gênero literário.

As personagens do romancista escocês são tidas como “modelares justamente por possuírem uma profunda marca humana: são tipos históricos que se deixam mostrar interiormente, nos seus sentimentos, angústias e emoções, em suas debilidades e indecisões.” (SANTOS, 2011, p. 283). Indo além, seus heróis são concebidos “de tal maneira, que determinados traços individuais e específicos de seu caráter se combinem de forma complexa e vívida com a época em que vivem, com a corrente que representam e que se empenham por guiar até a vitória ou o fracasso da luta” (LUKÁCS, 1996, p. 51).

Porém, como chama a atenção Kölln (2012, p. 182), não foi a capacidade imaginativa de Walter Scott *per se* que o colocou como um dos grandes nomes do romance histórico, mas a sua capacidade de, no diálogo com a realidade histórica que o cercava, representar a totalidade da experiência sócio-histórica de seu tempo.

E se, ainda segundo a compreensão de Lukács, o romance histórico nasce com Walter Scott e, posteriormente, se aperfeiçoa com Manzoni, será com Leon Tolstói que esse gênero vai chegar ao seu ápice, ao passo que, como o próprio filósofo húngaro explica,

*Guerra e paz* é a moderna epopeia da vida popular, e de um modo ainda mais decisivo que em Scott ou Manzoni. A descrição da vida do povo é ainda mais ampla, colorida e rica em figuras humanas. É mais consciente a ênfase na vida popular como o verdadeiro fundamento do processo histórico. (LUKÁCS, 1996, p. 100).

Lukács não esconde a admiração pelas obras de Tolstói, sobretudo, por *Guerra e paz*, uma vez que de acordo com os critérios estabelecido em *O romance histórico*, ela pode ser identificada como o caso mais bem resolvido do gênero, na medida em que o autor soube escolher um período representativo da história, traduzindo-o de maneira fiel, entrelaçando todas as suas disputas e seus conflitos. Além das tensões de caráter econômico e político, também estão presentes na obra as crises amorosas, familiares e domésticas. Tolstói acerta igualmente na escolha das personagens triviais da trama, fazendo com que não transpareçam nelas nenhum tipo de ascensão espiritual e nem feitos heroicos extraordinários. No que diz respeito às grandes figuras históricas, as temos representadas de maneira secundária, porém, de forma humanizada, não deixando de lado a grandeza dos cargos ocupados por elas. Em última análise, pode-se dizer que esse romance caracteriza-se por conter um realismo visceral e bem

construído, justificando porque para Lukács essa obra é “ponto alto de toda a história do romance histórico” (LUKÁCS, 1996, p. 99).

Na Europa, o romance histórico predominou maciçamente sobre os demais gêneros literários desde a segunda década do século XIX até a primeira década do século XX (ANDERSON, 2007, p. 213). Já no Brasil, esse gênero surge na metade do século XIX, e caracteriza-se por ser o projeto mais antigo e contínuo de ficção no país (ZILBERMAM, 2000, p. 33), visto que foi por intermédio dele que os romancistas da época acreditavam ser possível implementar o projeto nacionalista da jovem nação que estava então formando-se. Todavia, ao analisarmos esse gênero literário, devemos ter claro em nossas mentes que “se o romance histórico começa como um exercício de construção nacional no rescaldo da reação romântica à Revolução Francesa e à expansão napoleônica, os resultados variam segundo cada contexto” (ANDERSON, 2007, p. 211). Na América-Latina, obviamente, essa situação não será diferente, pois além de destoar em alguns aspectos do modelo clássico, as produções de cada país irão possuir as suas especificidades.

Divergindo dos modelos de romances produzidos no continente europeu, como o romance histórico romântico – modelador e legitimador da nacionalidade –, ou romance histórico do realismo – interessado em criar uma narrativa fiel da história –, ou ainda, o romance histórico modernista – de aprimorado esteticismo –, o romance histórico latino-americano, também conhecido como novo romance histórico, caracteriza-se por apresentar uma ruptura com um modelo estético único.

Não seguindo rigorosamente nenhum padrão estético específico, apresenta uma polifonia de estilos, mantendo características variáveis conforme o período de produção de cada obra. Diferenciando-se, então, das obras dos períodos anteriores, cumpre uma função estritamente desmistificadora, tornando-se o que Edward Said (2017, p. 328) passou a chamar de “literatura de resistência”, a qual tem por objetivo rever e derrubar as certezas universalizantes impostas pelos colonizadores. Nascido, de acordo com o escritor argentino Abel Posse (1992), de uma reação à historiografia europeia, escrita predominante pelos vencedores – os conquistadores –, e que encobre tanto de maneira consciente, como inconsciente, a história americana, o romance histórico latino-americano contemporâneo busca desmitificar os eventos do passado e trazer à tona uma versão mais justa, dando voz aos esquecidos, aos vencidos, aos oprimidos e excluídos da sociedade, ao mesmo tempo em que denuncia os dominadores e combate o eurocentrismo narrativo. Dentro dessa concepção, Esteves explica que

a obra dos grandes escritores americanos, ao longo da história, vem realizando um papel revisor e readaptador das interpretações históricas com a finalidade de encontrar as raízes ocultas ou quebradas, que fazem a América uma realidade não resolvida, adolescente. Cabe à literatura, enfim, a tarefa fundadora que a transforma em uma grande usina de criação de realidades novas. Por meio de seu fazer legitima-se o espaço humano americano que antes se interpretava sob o ponto de vista puramente europeu. (ESTEVEZ, 2010, p. 22).

Seguindo uma linha de pensamento muito próxima à de Posse, o escritor mexicano Carlos Fuentes (1990, p. 293) argumenta que, após se autocriticar, a Literatura conquistou o direito de criticar o mundo, propondo em sua escrita uma possibilidade de imaginação verbal, uma realidade não menos real do que a historiográfica, tornando-se uma espécie de segunda leitura da história, que age por meio do rompimento da certeza realista. À vista disso, depois de tantas incertezas durante o século XX, a História transformou-se de certeza para mera possibilidade, por outro lado, a Literatura renovou-se constantemente, revelando um mundo novo aos seus leitores, pois “la tradición y el pasado sólo son reales cuando son tocados – y a veces avasallados – por la imaginación poética del presente.” (FUENTES, 1990, p. 34). Dito de outra forma, com a desconstrução da narrativa da certeza realista da ciência histórica por meio do exagero, da fantasia, do sonho e do delírio da ficção, cria-se uma outra história, que propõe por meio da escritura individual, um projeto de memória para as comunidades latino-americanas.

Outro importante escritor contemporâneo com obras situadas nessa complexa zona entre a História e a Literatura é o argentino Tomás Eloy Martínez. Originalmente jornalista, acabou ganhando prestígio escrevendo obras – que ele classifica como Literatura – sobre o Peronismo. Para Martínez (1996), a uniformidade entre romance/história tem criado nos últimos tempos fronteiras cada vez mais tênues, pois os dados que até então se mostravam sólidos na ciência histórica parecem perder a sua objetividade perante o processo de ficcionalização, fazendo com que História e ficção, fora do ambiente acadêmico, acabem por se confundir no abrangente campo da narração. Indo além, o autor explica que ambas as narrativas, nos dias atuais, não são mais produzidas com o intuito de alterar o passado, como a historiografia clássica, mas de corrigir o futuro, substituindo os “desejos” por um “por vir”. Em última análise, para Martínez, o romance histórico latino-americano reconstrói o passado a partir de fragmentos, mas essa reconstrução não se dá no mesmo sentido da proposta pela História, como verdade, mas como resgate do imaginário e na recuperação de tradições culturais.

Vale ressaltar que, se muitos críticos, sobretudo na América hispânica – mas não excluindo o Brasil –, vêm classificando como romance histórico as mais diversas narrativas híbridas, desde biografias, crônicas, autobiografia e memórias, até narrativas televisivas e

cinematográficas, essa forma de categorização não se aplica nessa tese, posto que buscamos analisar uma variante do romance histórico clássico surgida no continente latino-americano, o chamado novo romance histórico. Todavia, fica evidente que, seja sob a forma europeia de romance histórico teorizada por Lukács, ou via o “novo romance histórico”, é nítido que

como leitora privilegiada dos signos da história, a literatura é cerne de renovação. Com ela, no que diz respeito a esse intrincado circuito de dupla relação formado pela América e pela Europa, os escritores anunciam sempre novos caminhos que garantam a pluralidade das culturas organizadas em um mundo multipolar. Essa é a melhor garantia da viabilidade de um futuro para a América Latina, nela incluída, evidentemente, o Brasil. (ESTEVES, 2010, p. 22).

No Brasil o romance histórico<sup>4</sup> surge no século XIX, por intermédio dos românticos, e desempenha uma função similar ao dos seus vizinhos hispano-americanos. Apesar de ter havido no país algumas obras que podem muito bem se encaixar nos moldes do romance histórico romântico europeu, como as produzidas por José de Alencar, que afirmava se inspirar nas criações de Walter Scott (VASCONCELOS, 2008), a maioria das produções nacionais acabaram por não seguir estritamente tal matriz. Possuidor do *status* de revisor da história, esse gênero, por aqui, nem sempre desempenhou tal papel.

Introduzido com o intuito de elaborar uma literatura de fundação, criou narrativas que buscavam inventar uma tradição na qual, ao mesmo tempo, procurava encobrir os traumas das conquistas ibéricas e nos aproximar do modelo de civilização europeu. Nos seus primórdios, tais narrativas eram eurocêntricas, e tinham como característica documentar o processo histórico ao qual estavam inseridas, construindo uma imagem “idealizada do homem americano, mestiço e colonizado, que precisava ser nobilitado com a aura do mito. Indianismo, regionalismo e nacionalismo operam na convergência de um mesmo processo.” (CHAVES, 1991, p. 17). Por conseguinte, nesse momento os romancistas se valiam mais do esquecimento do que da memória para transcender as origens da diversidade que compõe o Brasil, e dessa forma, buscar passar uma imagem de homogeneidade. Dentro dessa concepção, Ortiz explica que “a construção da memória nacional se realiza através do esquecimento. Ela é o resultado de uma amnésia seletiva. Esquecer significa confirmar determinadas lembranças, apagando os rastros de outras, mais incômodas e menos consensuais.” (ORTIZ, 1994, p. 139).

No que tange ao pioneirismo do gênero em terras brasileiras, não existe consenso. Pelo contrário, há um debate acalorado entre críticos literários para denominar qual obra teria sido a primeira do gênero em nosso país. Muitos atribuem tal status à obra *Jeronymo Cortereal*, de

---

<sup>4</sup> Esse surgimento já se dá, em sua maioria, com características divergentes as do modelo scottiano, teorizado por Lukács, mas isso não é regra.

Pereira da Silva, publicado em 1840, contudo, “por retratar uma figura portuguesa com a ação em terras lusas e publicado em Portugal, [...] não é considerado o primeiro romance histórico tipicamente brasileiro” (SERGIO, 2007, p. 2). Se essa questão for levada em consideração, tal pioneirismo fica reservado à obra *Um roubo na Pavuna*, de Azambuja Suzano, publicada em 1843.

Entre o final século XIX e no início do século XX, importantes obras do gênero foram publicadas no Brasil, dentre as quais, dois autores se destacaram por suas notáveis produções. O primeiro deles é José de Alencar, com os romances *O guarani*, de 1857, *As minas de prata*, de 1865 (publicado três anos antes em folhetim), *Iracema*, de 1865, e *A guerra dos mascates*, de 1874. O segundo escritor que se destacou foi Machado de Assis, com o seu romance *Esauí e Jacó*, de 1904, no qual, o autor “atingiu a metáfora da nossa vida política, transfigurando-a literalmente na sequência de contrastes e paradoxos que orientam a narrativa, tudo desembocando numa desordem essencial sob a aparência da normalidade”. (CHAVES, 1991, p. 21).

Todavia, vai ser apenas durante a ditadura de Getúlio Vargas (1930-1945) que as características do chamado novo romance histórico vão aparecer na Literatura brasileira. Nesse período o gênero ganha força, e passa a ser utilizado pelos escritores como ferramenta de resistência ao poder vigente, denunciando em suas linhas os horrores praticados pelo Estado Novo. Para exemplificarmos de maneira sucinta a questão, podemos citar

*Os subterrâneos da liberdade* de Jorge Amado, onde a literatura de denúncia adquire sua força máxima, fazendo ecoar novamente a voz dos dominados, aqueles que foram sacrificados nas prisões e câmaras de tortura do Estado Novo, [...] e em 1953, Graciliano Ramos inicia a publicação de *Memórias do cárcere*, ampliando a cadente acusação de Jorge Amado, pois alcança dimensioná-la num discurso psicológico que sem se afastar da realidade circunstancial, desmascarada com rigoroso realismo, infunde a essa mesma circunstância um alto grau de universalidade. [...]. A revisão histórica prossegue quando Erico Veríssimo finaliza, em 1962, a trilogia *O tempo e o vento*, reconstituindo a formação do Rio Grande do Sul através da saga de duas famílias pioneiras, Terras e Cambarás, acompanhando sua evolução do século XVIII até 1945, precisamente o ano da deposição de Getúlio Vargas. O romance é manifestamente histórico e, na medida em que sua ação se aproxima dos dias atuais, inscreve a crítica ao Estado Novo como preocupação itinerante. (CHAVES, 1991, p. 25-26).

Em vista disso, podemos compreender de forma nítida como o gênero problematizou os eventos históricos do período de modo contundente, colaborando de maneira efetiva na construção crítica de uma memória coletiva nacional, visto que

o romance ofereceu [...] à literatura a dimensão de sua historicidade. Trata-se de momentos privilegiados em que a ficção assume a consciência política da sociedade. Tanto mais importante se registrarmos que, instaurando a metáfora da tirania ou sugerindo a fronteira da liberdade, do Romantismo até aqui, história e literatura reuniram-se no mesmo processo de sondagem e revelação da realidade brasileira. (CHAVES, 1991, p. 26).

Em última análise, podemos concluir que a politização do romance, junto ao seu caráter denunciante, desempenhou um importante papel sócio-histórico não apenas no cenário europeu – com sua forma clássica, denunciando as diferenças de classes – e hispano-americano, com suas características distintas, mas também dentro do contexto brasileiro.

Se no século XIX, com seu anseio de se aproximar de uma verdade absoluta, o discurso historiográfico, elevado à categoria de ciência, afastou-se gradativamente da narrativa ficcional, no século XX, sob o domínio da relatividade, e partindo do preceito de que ambas as narrativas são constructos narrativos, essas diferenças acabaram por se tornar cada vez mais tênues, instaurando-se o que historiadores passaram a denominar como caos epistemológico.

Vários autores abordaram essa questão sob diferentes perspectivas, alguns de modo mais aprofundado que outros. Dito isso, será nos estudos de Paul Ricoeur que fundamentaremos a nossa pesquisa. Serão duas as principais obras desse autor a serem empregadas. Na primeira delas, *A memória, a história, o esquecimento*, o autor analisa tensão entre a memória e história, e entre a história e existência, dividindo seu estudo em três partes. De forma sintética, na primeira parte Ricoeur desenvolve uma fenomenologia da memória, onde vincula a memória à temporalidade da condição humana. Na segunda parte, o autor desenvolve uma epistemologia da história, onde levando em consideração que a história é uma escrita, segue o esquema elaborado por Michel de Certeau das três fases da operação historiográfica – documental, explicativa/compreensiva e reconstrutiva – para analisar a intenção de representar em verdade as coisas passadas. E na terceira e última parte da obra, o filósofo analisa a hermenêutica da condição histórica, suscitando dois tipos de investigações, uma crítica, onde se impõe “limites a qualquer pretensão totalizadora ligada ao saber histórico” (2007, p. 299), e outra ontológica, que explicita a estrutura do nosso modo de ser histórico a partir do qual compreendemos a história.

Todavia, a segunda, *Tempo e Narrativa*, é onde está localizado o cerne teórico de nossa pesquisa. Nessa obra Paul Ricoeur estuda a categoria do tempo no discurso, focando no intercruzamento entre a história e ficção a partir da temporalidade, a qual, em suas palavras, “entra na linguagem na medida em que esta configura e reconfigura a experiência temporal.” (RICOEUR, 2010a, p. 96). Dividida em três tomos, o autor francês explora as relações existentes entre as estruturas narrativas empregadas pela ficção e pela história, articulando a sua análise em três momentos da *mimesis*, denominando-as de *mimesis I*, *mimesis II* e *mimesis III*.

A *mimesis I* diz respeito ao plano existencial da vida individual, pois imitar ou representar uma ação é ter, acima de tudo, uma pré-compreensão do agir humano. Essa pré-

compreensão, comum ao escritor e ao seu leitor, é que delinea a construção da intriga por meio da mimética textual e literária, e que, por maior força de inovação que esta venha a ter, continuará enraizada na experiência temporal da pré-compreensão do mundo das ações, “de suas estruturas inteligíveis, de seus recursos simbólicos e de seu caráter temporal.” (RICOEUR, 2010a, p. 96).

É bem verdade que a intriga é uma “imitação” da ação, mesmo assim, uma competência prévia é exigida dela: a capacidade de identificar a ação de uma maneira ampla, por meio de seus aspectos estruturais – tanto os de caráter simbólico quanto os de caráter temporal. Uma semântica da ação é capaz de evidenciar essa competência. Há também outra exigência, essa de caráter suplementar, pois uma vez que imitar é construir uma significação que se articula com a ação, faz-se necessário também haver condições para identificar o que Ricoeur chamou de “*mediações simbólicas* da ação” (2010a, p. 96). Em outras palavras, as articulações da ação devem ser portadoras de atributos temporais, dos quais provem a capacidade da ação de ser narrada e a própria necessidade de narrá-la.

Já a *mimesis* II caracteriza-se por configurar o processo concreto da composição textual mediadora entre a prefiguração do campo prático e a refiguração dada pela recepção da obra. Constitui o eixo da análise da teoria de Ricoeur por justamente possuir a função de corte, abrindo o mundo da composição poética – do “*como se*” – e instituindo “a literariedade da obra literária.” (RICOEUR, 2010a, p. 94). Esse processo ocorre por intermédio da operação de configuração, ou, em outros termos, por meio da construção da intriga, uma vez que esta exerce, dentro de seu próprio campo textual, a função de integração e, graças a seu dinamismo de mediação, essa função lhe permite exercer, mesmo fora de seu campo, a intermediação entre “a pré-compreensão e [...] a pós-compreensão da ordem da ação e de seus aspectos temporais.” (RICOEUR, 2010a, p.114).

A intriga possui o papel de mediadora entre o tempo e a narrativa por três razões principais. A primeira dessas razões é o fato dela mediar os acontecimentos individuais a uma história tomada como um todo, transformando esses acontecimentos, contribuidores para o desenvolvimento da intriga, em uma história. Essa história é mais do que a simples enumeração dos fatos em uma ordem serial, uma vez que ela é organizada de forma inteligível, possível de ser narrada e compreendida, ou, nas palavras de Ricoeur, “a composição da intriga é a operação que tira de uma simples composição uma configuração.” (2010a, p. 114). O segundo fator que faz da intriga mediadora diz respeito a sua composição, com as circunstâncias, os agentes, as interações, os objetivos e os resultados, dos quais emergem no leitor sentimentos que vão da piedade à raiva. Já o terceiro fator remete aos seus caracteres temporais próprios, os quais

exercem a operação de composição da intriga, resolvendo, não de maneira especulativa, mas sim poética, as questões referentes aos acontecimentos do passado.

Por último, a *mimesis* III refere-se ao momento em que a narrativa atinge seu sentido pleno e é reintroduzida ao tempo do agir e do padecer, finalizando assim o percurso mimético. Esse estágio da *mimesis* é caracterizado pelo encontro entre o mundo do texto literário e o mundo do leitor, ou, como explica Ricoeur, é “a intersecção entre o mundo configurado pelo poema e o mundo no qual a ação efetiva se desdobra e desdobra sua temporalidade específica” (2010a, p. 123).

Assim, por intermédio da *mimesis* I, da *mimesis* II e da *mimesis* III, temos uma dialética entre a aporética e a poética da temporalidade, que culmina na relação entre tempo e narrativa. O ato de leitura é o condutor da capacidade que a intriga possui de modelizar a experiência, articulando-se ao dinamismo próprio do ato configurante, prolongando-o e conduzindo-o ao seu termo. Temos também, por intermédio da leitura, a re-figuração da experiência temporal por meio da composição da intriga, marcando a entrada da obra tanto no campo da comunicação quanto no da experiência. No campo da comunicação um mundo se projeta ao leitor, o qual o recebe conforme sua própria capacidade de acolhimento. Já no campo da referência, o leitor recebe não apenas o sentido da obra, mas, por intermédio desse, a experiência que a narrativa traz para a linguagem, juntamente ao mundo e à temporalidade contidos nela.

Dessa forma, sabemos que o ato da leitura é o momento fenomenológico que fornece uma temática comum tanto ao tempo da ficção, quanto ao tempo histórico, por mais lacerado que esteja de aporias relacionadas à contraposição entre as variações imaginativas apresentadas pela ficção e a reinscrição proposta pela História. Porém, como explica Ricoeur, “somos leitores de história tanto quanto de romances. Toda grafia, portanto, a historiografia, remete a uma teoria aplicada da leitura”, por meio da qual “se dá a inversão, da divergência para a convergência, entre a narrativa histórica e a narrativa de ficção.” (2010c, p. 311).

Por conseguinte, é por intermédio da ficcionalização da história e da historicização da ficção, que tanto história, quanto ficção concretizam as suas respectivas intencionalidades, uma “tomando de empréstimo a intencionalidade da outra.” (RICOEUR, 2010c, p. 311). E será justamente esse processo com que a história se infiltra e promove rearranjos na narrativa literária, e esta última toma de empréstimo a intencionalidade da narrativa científica por intermédio de obras historiográficas e de documentos fontes para a partir daí formular novas interpretações e construir novos significados acerca do passado, que será analisado por meio desta tese.



Parte desse processo pôde ser comprovado durante a minha pesquisa intitulada *Josué Guimarães leitor de Jean Roche: ressonâncias da historicidade em A ferro e fogo*, produzida no mestrado em Letras, Cultura e Regionalidade, da Universidade de Caxias do Sul, em 2016, onde foi possível demonstrar o processo de ficcionalização da história por parte da literatura por intermédio de uma pesquisa elaborada no Acervo Literário Josué Guimarães, localizado na Universidade de Passo Fundo. Mediante essa pesquisa ficou evidenciado que, para assegurar a consonância de seu romance histórico com a realidade apresentada nos registros historiográficos, Josué Guimarães buscou em um primeiro momento fazer levantamento de época por meio de jornais, revistas e, principalmente, da historiografia tradicional do período, anotando e sublinhando os assuntos que seriam abordados em sua narrativa, assim como as características das personagens da época e das lideranças históricas que viriam a fazer parte do enredo, comprovando aquilo que Chartier já havia atentado, que é o “fato de que a literatura se apodera não só do passado, mas também dos documentos e das técnicas encarregadas de manifestar a condição de conhecimento da disciplina histórica” (2016, p. 27).

Na ocasião, foram analisados de maneira comparativa com o romance histórico os dois volumes da obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, do historiador francês Jean Roche, sendo possível, desde então, perceber parte da construção da narrativa romanesca a partir dessa produção historiográfica, visto que o romance respeita a linearidade cronológica, trata os eventos históricos sem grandes distorções, representa as lideranças históricas segundo as suas particularidades e as personagens – fictícias – “comuns” do enredo conforme as características da época abordada, narrando as paisagens naturais e urbanas segundo as especificações contidas na obra de Jean Roche.

Outro ponto que foi observado diz respeito à influência ideológica do romancista na produção do discurso literário acerca da imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul. Josué Guimarães procura por meio deste expressar a posição dos imigrantes alemães, os quais eram representados, até então, apenas por meio da “história oficial”<sup>5</sup> do período, de inspiração positivista, que resumia-se, quase que exclusivamente, a um grande compilado de dados numéricos, ignorando os relatos e as vivências fracassadas de diversos indivíduos que aqui chegaram. Seguindo nessa concepção, Barbieri (1997, p. 27) argumenta que ao tecer vagarosamente os fios de sua narrativa, que nasce da realidade histórica, Guimarães se coloca contra essa realidade, posto que sua função não é, pois, enaltecer a história, mas empreender a sua denúncia, e assim, como Hohlfeldt (1997, p. 65) afirma, o autor acaba por registrar, com

---

<sup>5</sup> Que no contexto sul-rio-grandense foi produzida, durante muito tempo, fora do ambiente acadêmico.

sucesso, a epopéia de uma anônima legião de colonizadores alemães que aqui aportou, ludibriados por promessas de realização material e espiritual.

Dito isso, e tendo em mente as novas possibilidades proporcionadas pelos resultados obtidos na dissertação, buscamos agora, nesta tese, aprofundar-nos na maneira com que a historiografia e os documentos historiográficos se infiltram na criação da obra romanesca e em suas estruturas, garantindo a historicidade da mesma.

Para tanto, elaboraremos um estudo que demonstre a correspondência entre o romance e as obras historiográficas por meio de uma análise comparativa entre *A ferro e fogo* e as fontes utilizadas por Josué Guimarães para compô-lo, de modo a expor, por meio da confrontação, os trechos da representação fictícia criada pelo autor e as possíveis passagens que serviram, de algum modo, para a sua elaboração, tentando captar a interpretação do literato frente ao evento.

Outro ponto a ser explorado é o modo como os eventos e a temporalidade são tratados na obra literária, e também o modo como o romance colabora na produção de sentido para o período abordado. Toda essa abordagem será possível graças à utilização de um suporte teórico-metodológico muito mais amplo, dirigido a uma perspectiva epistemológica voltada à História e, claro, ao emprego de fontes inéditas, as quais também se encontram no acervo e acreditamos possuírem um papel fundamental na construção do romance, visto que elas discorrem sobre os eventos que são apresentados na narrativa ficcional.

Sendo assim, seguindo os rastros deixados pelo romancista em obras historiográficas do período que antecede a produção dos romances, além de uma nova abordagem de *A imigração alemã e o Rio Grande do Sul*, de Jean Roche, analisaremos as obras *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*, também de autoria do historiador francês, *História do Rio Grande do Sul*, de Danilo Lazzarotto, e a obra *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, de Conde Gaston D'Orleans d'Eu.

Em vista das impossibilidades geradas pela pandemia de Covid-19 que assolou o mundo e colocou em *lockdown*, no âmbito acadêmico, tanto as universidades quanto os acervos, o cronograma, no que diz respeito a atividades presenciais de pesquisa, não pôde ser seguido conforme planejado, uma vez que os levantamentos no ALJOG/UPF estavam programados para serem feitos no primeiro trimestre de 2020. Dessa forma, nossa pesquisa precisou ser resumida às obras citadas no parágrafo anterior, pois as mesmas já se encontravam em nossos bancos de dados.

Todavia, recorrendo a essas quatro pesquisas historiográficas, aliadas aos aportes teórico-metodológicos descritos anteriormente, é possível analisar de maneira muito mais aguçada o modo com que a História e os seus métodos contribuem na construção de *A ferro e*

*fogo*, em razão de que essas obras e esses materiais foram empregados justamente para fortalecer a consonância da ficção frente à historiografia, assegurando assim ao público “comum”<sup>6</sup> certa “credibilidade” e “aceitação” do romance como representação do passado.

Essa “credibilidade” e “aceitação”, por sua vez, além de agregar valor à obra literária, faz com que grande parte dos leitores tomem, mesmo que inconscientemente, a narrativa romanesca como sendo um relato historiográfico, já que o discurso literário produzido por Josué Guimarães dialoga diretamente com suas fontes, proporcionando uma releitura da História que contempla as próprias interpretações do romancista, a sua visão de mundo, a sua ideologia, e as suas denúncias em relação a eventos geralmente ocultados, ou idealizados, pela historiografia tradicional do período, não apenas para os ligados diretamente à imigração alemã, mas também os relacionados à Guerra da Cisplatina, à Guerra Farroupilha e à Guerra do Paraguai, que serão os quatro principais eventos situados no recorte temporal que trabalharemos, assim como a referência para a estruturação dos capítulos e subcapítulos desta tese.

Seguindo nessa perspectiva, sabemos que *A ferro e fogo* além de ser “amplamente reconhecido pela crítica como a obra que constrói uma verdadeira saga dos alemães pioneiros do processo de colonização das terras rio-grandenses” (AQUINO, 2010, p. 240), também caracteriza-se por não ser ufanista e tampouco laudatório. Foi a primeira narrativa do gênero a abordar diretamente a jornada dos imigrantes alemães em solo gaúcho<sup>7</sup>, reunindo, ao mesmo tempo, o épico e o dramático, com personagens bem construídas, incorporadas a um enredo bem tecido, apresenta as relações existentes entre indivíduo e sociedade e, em decorrência disso, atribui sentido ao período da imigração alemã na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Assim como “Friedrich Engels, numa carta a Karl Marx, dizia que havia compreendido melhor a sociedade francesa com *A comédia humana* do que em todos os ensaios de economia e história que havia lido” e que, seguindo essa mesma concepção, Machado argumenta na introdução da edição brasileira de *Guerra e Paz* – romance histórico que, para György Lukács, é a obra mais bem sucedida do gênero –, de Leon de Tolstói, que é “impossível conhecer a sociedade russa do início do século XIX, seus conflitos, seus hábitos, sua cultura e sua

---

<sup>6</sup> Entendemos como “público”, ou, “leitor” comum aquele, sobretudo, localizado de fora do ambiente acadêmico, que, ao efetuar o ato da leitura do romance, a faz sem segundas intenções, como as voltadas à pesquisa.

<sup>7</sup> Dos romances que abordavam o tema no período que precede a produção de *A ferro e fogo*, desconsideramos aqui *O Tempo e o Vento: o Continente*, de Erico Verissimo, com primeira edição publicada em 1949, pelo fato do enredo não focar diretamente sobre a imigração alemã, mas no processo de formação do Estado do Rio Grande do Sul. Da mesma maneira, desconsideramos o *Um rio imita o Reno*, de Viana Moog, publicado pela primeira vez em 1938, por abordar um recorte temporal posterior.

personalidade sem ler *Guerra e Paz*” (2014, p. IX), acreditamos também que, para entender o processo de imigração alemã na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, assim como os eventos do recorte temporal que a obra romanesca de Guimarães abrange, faz-se necessário recorrer a *A ferro e fogo*.

Esse romance possibilita ao leitor não apenas a construção de significados para um real ausente, mas também a reinterpretação dos eventos narrados pela História tradicional, a reformulação das lideranças do período e a ressignificação do espaço, colaborando, dessa forma, de maneira efetiva para a construção da memória histórica sobre os povos germânicos em solo gaúcho, assim como para os eventos em que direta ou indiretamente participaram, tudo isso mediado pelo universo criativo do romancista e o embasamento fornecido pelas fontes historiográficas utilizadas por ele, as quais penetram no romance de maneira eficaz, instaurando a historicidade em sua obra.

## 1. OS ELEMENTOS ESTRUTURAIS DA CONSTRUÇÃO DA OBRA *A FERRO E FOGO*

Para uma melhor compreensão da análise de *A ferro e fogo* proposta nesta tese, criamos neste primeiro capítulo uma espécie de tripé analítico, no qual introduziremos o leitor a três elementos estruturais – atrelados a produção e composição da obra – imprescindíveis desta pesquisa, que são eles: o romancista e sua trajetória pessoal e profissional, o contexto sócio-histórico da produção da obra literária, abordando a composição da historiografia local produzida até o período da criação dos romances, uma vez que esta é a base da obra ficcional, juntamente aos eventos ocorridos nos anos de 1972 e 1975, que correspondem ao lançamento dos dois tomos e, por último, a narrativa presente no romance histórico, com seu enredo e suas intrigas.

Sem o embasamento básico de tais elementos, o estudo ficaria desprendido de qualquer realidade histórica, inviabilizando totalmente as análises propostas tanto para a obra em si, quanto para a compreensão dos efeitos proporcionados por ela na sociedade, deixando-nos suscetíveis à anacronismos.

### 1.1 O autor

Josué Marques Guimarães, ou apenas Josué Guimarães, como é mais comumente conhecido no meio literário, nasceu em São Jerônimo, no Rio Grande do Sul, em 7 de janeiro de 1921. Logo no ano seguinte mudou-se com a sua família para Rosário do Sul, cidade localizada na fronteira com o Uruguai, onde passou parte de sua infância. Filho de José Guimarães, telegrafista de ofício e pastor leigo da Igreja Episcopal Brasileira por devoção, e de Georgina Marques Guimarães, dona de casa, teve uma infância difícil, com recursos escassos, tendo acesso apenas, segundo o próprio romancista revela, ao “estritamente necessário para sobreviver. Então, foi uma infância muito pobre” (GUIMARÃES, 1988, p. 4)<sup>8</sup>. Aliado a essa questão, Guimarães explica que esse período de sua vida também foi profundamente marcado por um “espírito religioso muito intenso” (1988, p. 4). Ele e os membros da família tinham como costume realizar “as orações antes de qualquer refeição, ao deitar e, às vezes, quando era noite de tempestade ele [o pai] fazia uma oração coletiva na varanda.” (1988, p. 4).

---

<sup>8</sup> A partir das próximas citações do fascículo *Josué Guimarães*, da Coleção *Autores Gaúchos*, editada pelo IEL - Instituto Estadual do Livro RS – de 1988, indicaremos apenas o ano e a página das edições.

Essa forte ligação da família de Guimarães às questões religiosas, propiciadas, principalmente, pelo pai do romancista, gerou alguns problemas no âmbito eclesiástico no período em que a família viveu em Rosário do Sul. Ao chegar à cidade e se deparar com a inexistência de uma igreja episcopal, José Guimarães decide, então, fundar uma, pois possuía “um pouco mais de vício do que o pastor oficial.” (1988, p. 4). Após concluída a igreja, Josué conta que seu pai “tirou o sacristão do padre. Foi uma briga de serrote entre o meu pai e o padre Ângelo.” (1988, p. 4).

Interessante atentarmos para essa questão, pois Josué Guimarães leva esse espírito litúrgico para as páginas de *A ferro e fogo*, não apenas com a personagem Daniel Abraão Schneider, que conhece e cita por diversas vezes, muitas das passagens bíblicas nas situações de seu dia a dia. Mas também nos conflitos cotidianos da colônia, onde podemos notar padres e pastores agindo tanto de maneira adequada a seus postos, aconselhando e guiando seus fiéis nas adversidades cotidianas através da fé, e auxiliando os jovens no processo de alfabetização e educação escolar, quanto agindo de maneira mesquinha e inapropriada ao posto, como, por exemplo, no episódio da disputa por influência entre Pastor Ehlers e o Doutor Carlos Godofredo von Ende, ou ainda, em certas ocasiões, de modo irracional, beirando a insanidade, como na passagem em que o Padre Pedro, durante o início do conflito Farroupilha, em meio a toda desorganização institucional, decide sair pela colônia fazendo “justiça” com as suas próprias mãos. Junta um grupo de fiéis e ataca, com uma palmatoria, as mãos das pessoas que encontra pela rua, acusando-as de serem caramurus<sup>9</sup>.

Esse agir, que vai do amor clerical aos interesses pessoais e que, em alguns casos, beira a loucura, pode ser compreendido, de certo modo, pelo fato de que, como explica o romancista sobre o seu período de meninice, a questão religiosa “revoltou um pouco. Senti em um determinado momento que queria me desligar daquilo tudo. Hoje entendo melhor e vejo que era natural um jovem não querer ser dominado pela religião.” (1988, p. 4).

Claro que o processo de experiência do autor é apenas um dos fatores responsáveis pela representação religiosa em *A ferro e fogo*, talvez nem mesmo o mais significativo, visto que não podemos esquecer o contexto sócio-histórico da imigração alemã, pois como que as colônias ficavam distantes dos centros administrativos e das autoridades imperiais, os líderes religiosos acabaram por desempenhar o papel de porta-vozes dos colonos frente o império brasileiro, fazendo com que estes acabassem por adquirir prestígio tanto frente aos imigrantes, quanto aos imperiais. Levando em conta tais considerações de sua vida pessoal, aliadas aos

---

<sup>9</sup> Denominação dada pelos soldados farroupilhas às tropas do império.

registros historiográficos de situações reais de disputas, foi possível para o autor imaginar tais conflitos ocorrendo no centro das vivências da colônia e figurá-los em seu romance.

Retomando à análise da vida do autor, o ano de 1930 trouxe mudanças profundas para Josué e sua família, pois em ocasião da eclosão da revolta de 30<sup>10</sup>, seu pai teve que deixar o Brasil, fugindo para Rivera, Uruguai, e a partir disso, o romancista relata que “aconteceram, então, episódios muito chatos em casa, com agressões à minha mãe.” (1988, p. 4). Encerrado o conflito, houve uma espécie de anistia, então José Guimarães – pai – retorna ao Brasil e é transferido para Porto Alegre. Com isso, Josué Guimarães passa a estudar no Grupo Escolar Paula Soares, concluindo lá o seu ensino básico. Em 1934, inicia o curso secundário no Ginásio Cruzeiro do Sul, onde seu pai, segundo o romancista alega, “pagava muito pouco. Era um reconhecimento por ele ter sido ministro leigo sem ganhar um tostão em Rosário.” (1988, p. 4).

Guimarães passa a agir ativamente no Ginásio Cruzeiro do Sul, fundando, nessa escola, o Grêmio Literário Humberto de Campos, que como explica, é um dos escritores que lia e pelo qual possuía grande admiração. Além dele, o romancista conta que nesse período já “lia também José Lins do Rego, Rachel de Queiroz, Machado de Assis, [...] Jorge Amado, depois descobri os autores franceses. Todo e qualquer autor francês eu lia.” (HÁ 30 ANOS, 2016, p. 1). Com a fundação desse Grêmio Literário, surge também o jornal da escola, no qual o autor inicia-se, amadoramente, no ofício de escritor. Além de escrever entre cinco e seis artigos por número do jornal, é ele também o autor responsável das peças teatrais que são encenadas a cada fim de ano na escola.

Em 1938, Guimarães forma-se no ginásio, e faz o pré-médico, sendo aprovado nos exames para a Faculdade de Medicina. Porém, logo após as primeiras aulas de anatomia, sente-se desinteressado, e percebe que não é a profissão que busca, abandonando assim o curso. Então, o autor leva em consideração a questão da escrita como sua paixão e, no ano seguinte, muda-se para o Rio de Janeiro, e no *Correio da Manhã* inicia a carreira que exerceria até o final de sua vida, a de jornalista. Trabalhou também, nesse período, nas revistas *O Malho* e *Vida Ilustrada*.

Todavia, sua estadia na então capital do país não perduraria. Com o início da Segunda Guerra Mundial, em 1º de setembro de 1939, o escritor resolve voltar ao Rio Grande do Sul, onde o concluiu o curso de oficial da reserva e é designado para servir como aspirante no 7º Regimento de Cavalaria de Santana do Livramento. Nesse mesmo ano também estreia no rádio-

---

<sup>10</sup> Também conhecida como Revolução de 30, foi um movimento armado liderado pelos estados de Minas Gerais, Paraíba e Rio Grande do Sul, que resultou com o golpe de Estado que depôs o presidente da república Washington Luís, em 24 de outubro de 1930, e impediu a posse do presidente eleito Júlio Prestes, pondo fim à República Velha.

teatro da Rádio Farroupilha, atuando com personalidades como Estelita, Peri, Capitão Erasmo Nascentes e Walter Ferreira. No ano seguinte, aos 19 anos de idade, adquire casamento com Zilda Marques. União que gerou quatro filhos: Marília, Elaine, Jaime e Sônia.

No ano de 1942 funda, em Porto Alegre, a revista de rádio *Ondas Sonoras*. Em 1943, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, e a criação da Força expedicionária Brasileira (FEB), Guimarães se alista como voluntário para se integrar às tropas que desembarcariam na Itália em 1944 para atuar no conflito. Todavia, por ser casado, acabou sendo recusado pelo exército.

O ano de 1944 é muito significativo para a vida profissional do escritor, pois foi nele que iniciou as suas atividades no *Diário de Notícias* de Porto Alegre, desempenhando ali a função de “repórter, colunista, comentarista, editorialista, analista político, correspondente internacional, secretário de redação e diretor.” (1988, p. 11). É nesse veículo de comunicação que o interesse do autor por política vem à tona, por meio do famoso Dom Xicote, personagem criado especialmente para a sua “coluna ‘de alfinetadas políticas’ [...] onde ele mesmo faz as ilustrações, desenhos e caricaturas.” (1988, p. 11). Alguns anos depois, essa coluna reaparece no jornal porto-alegrense *A hora*, já explorando os modernos recursos gráficos.

Guimarães desempenha as suas funções no *Diário de Notícias* até 1948, quando inicia as suas atividades na revista *O Cruzeiro*, exercendo a função de repórter exclusivo e correspondente nos Estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, além do Uruguai, e Argentina.

Em 1949 o escritor colabora no número 4 da *Revista Quixote*, publicando a crônica *Sangue e Pó de Arroz*. Nesse mesmo ano cria o jornal *Dom Xicote*, que, em suas palavras, “não é um jornal humorístico como poderá parecer à primeira vista, mas também não é um jornal sério.” (1988, p. 12).

A vida política de Josué Guimarães, como representante do povo, inicia-se em 1951, quando é eleito vereador – mais votado – de Porto Alegre pelo PTB. Na ocasião, assume também a vice-presidência da Câmara, mas sem deixar de desempenhar as suas funções de jornalista e correspondente. Em 1952, passa a assinar a coluna *Ronda dos Jornais*, do semanário carioca *FLAN*. No mesmo ano, em pleno ápice da Guerra Fria, desempenhando a função de correspondente especial do jornal carioca *Última Hora*, torna-se o primeiro jornalista brasileiro a entrar na China continental e na União Soviética. Além de inspiração para o romancista escrever o seu livro de viagem *As muralhas de Jericó*, essa viagem serviu também para, mais tarde, durante a ditadura militar, gerar desconfiança e perseguição por parte do governo.



Josué Guimarães passa a assinar, no ano de 1954, a coluna *Um dia depois do outro*, do jornal *Última Hora*, e lança uma coluna política no jornal *Folha da Tarde*, sob pseudônimo de Dom Camilo. No mesmo ano, o romancista passa a exercer, no jornal porto-alegrense *A Hora*, as funções de subsecretário, “onde deixa marcante passagem por ter revolucionado a imprensa gaúcha, ao lado do então diagramador Xico Stockinger.” (1988, p. 12). Em 1956, passa a trabalhar como redator na agência *MPM Propaganda*, e assume o cargo de diretor-secretário do semanário *Clarim Sete Dias*, de Porto Alegre. No ano seguinte, em 1957, é requisitado por Assis Chateaubriand para reformular o periódico vespertino carioca *Diário da Noite*, vinculado aos *Diários Associados*.

O escritor funda, em 1960, sua própria agência de propaganda, dissolvendo-a um ano depois para assumir a direção da Agência Nacional – hoje Empresa Brasileira de Notícias – sob o governo de João Goulart, do qual, em suas palavras, eram “grandes amigos, íntimos [...] uma espécie de secretário, talvez mais um amigo, que lhe prestava muitos serviços de ordem política.” (AS TRAIÇÕES DE 1964, 2009, p. 1). Durante esse período, Guimarães “integra a 1ª Comitativa de Jornalistas Brasileiros em viagem à China e União Soviética.” (1988, p. 12).

Com a deposição de João Goulart, em 1964, e conseqüentemente, o início da ditadura militar, Guimarães inicia, sob o pseudônimo de Jericó – nome que havia no título de seu livro de viagem proibido pelos órgãos de censura, o período mais importante da sua carreira literária, chamada, por ele próprio, “fase de escrever”. Perseguido pelo novo regime, refugia-se em Santos, estado de São Paulo, e passa a viver na clandestinidade sob a alcunha de Samuel Ortiz. Dedicava-se largamente à literatura, trabalhando, ao mesmo tempo, em dezesseis publicações diferentes e, além disso, abre uma livraria.

Em 1969, após amigos e parentes receberem ameaças, Josué Guimarães resolve se entregar aos órgãos de segurança, que o acusavam de apropriação indébita de verba federal. O literato acreditava tratar-se de um subterfúgio para a instauração de um processo que abarque as suas atividades “subversivas”. Todavia, o inquérito, deveras, versava sobre a acusação de que ele havia se apropriado de dez mil cruzeiros da Agência Nacional. Respondendo o inquérito em liberdade, retorna a Porto Alegre. No depoimento, o romancista levava todas as notas fiscais e comprovantes dos objetos – máquinas fotográficas e equipamento para o laboratório – adquiridos com a verba da qual constava na acusação. Sendo comprovada a inocência (cf. MORGANTI, 1994), o processo foi extinto em 1971.

Ainda em 1960, o romancista é premiado no II Concurso de Contos do Estado do Paraná, na época o mais importante prêmio literário no Brasil, pelo seu conjunto de contos *João do Rosário, Mãos sujas de terra e O princípio e o fim*. Esses três contos viriam a integrar, em 1970,

o livro *Os ladrões*, publicado pela Fórum Editora do Rio de Janeiro, e composto por uma coletânea de contos de sua autoria. É com essa obra que Josué Guimarães estreia em sua carreira como escritor, que terá, ao todo, um saldo de 24 obras, desde romances, novelas e contos, até coletânea de artigos e literatura infantil, além de contribuir em diversas antologias.

No ano de 1971, Guimarães passa a colaborar com artigos de crítica política no jornal *Pato Macho*, de Porto Alegre, e mantém, no também porto-alegrense *Zero Hora*, as colunas *Seção de Livros* e *A Volta ao Mundo*, essa última sob o pseudônimo de Philleas Fog, um correspondente inspirado na personagem de Júlio Verne, que faz “entrevistas imaginárias, de marcante conteúdo crítico, com personalidades internacionais.” (1988, p. 12).

Em 1972, finalmente Josué Guimarães lança o seu primeiro romance histórico, o por nós aqui analisado *A ferro e fogo: tempo de solidão*. Obra editada pela Editora Sabiá – José Olympio, do Rio de Janeiro, foi, desde a sua primeira edição, muito bem recebida pela crítica. No ano seguinte, o escritor lança, “inegavelmente contaminado pelo realismo mágico latino-americano” (A FASE DE ESCREVER, 2011, p. 1), o seu segundo romance, intitulado *Depois do último trem*, também pela editora José Olympio. Em 1974, o romancista torna-se correspondente na África e em Portugal da Empresa Jornalística Caldas Júnior – a qual editava o *Correio do Povo* para esses países –, e assim, acompanha e cobre a Revolução dos Cravos.

O segundo tomo da trilogia inacabada, intitulado *A ferro e fogo: tempo de guerra*, é lançado no ano de 1975, pela Editora José Olympio. Assim como a obra inaugural da série, foi bem recebido pelo público e pela crítica. Nesse mesmo ano é lançada a coletânea de artigos nomeada *Lisboa urgente*, editada pela Livraria Civilização Brasileira. Josué Guimarães é agraciado, também em 1975, com o 1º Prêmio Erico Veríssimo de Romance, promovido pela Editora Globo, pelo seu quarto romance, *Tambores Silenciosos*, que seria então lançado em 1977 pela mesma editora que outorgou a homenagem.

Em 1976, ainda em Portugal, Josué Guimarães lança em Lisboa o jornal de humor gráfico *Chaimite*. No mesmo ano, o escritor se desvincula das suas funções Empresa Jornalística Caldas Júnior e retorna para o Brasil. De volta ao Rio Grande do Sul, implanta e dirige uma sucursal da Folha de São Paulo, onde também colabora como comentarista político do sul.

Além do premiado romance já citado, o escritor lança, em 1977, o seu quinto romance, de nome *É Tarde Para Saber*, editado pela L&PM. Em 1978, o autor publica o romance *Dona Anja*, e as novelas *Pega pra kapput!* – junto a Moacyr Scliar, Luís Fernando Veríssimo e Edgar Vasques –, e *Enquanto a noite não chega*, todas elas editadas pela L&PM. No ano seguinte é lançado pela editora Globo o seu livro de contos *O cavalo cego*, e o seu primeiro livro infantil,

editado pela L&PM, intitulado *A casa das quatro luas*. Em 1980, Josué Guimarães publica pela editora L&PM o seu sexto romance, intitulado *Camilo Mortágua*.

No ano de 1981 Josué Guimarães se divorcia de Zilda Marques, e contrai casamento com Nídia Moojen Machado, união que gerou Rodrigo e Adriana. Nesse mesmo ano o autor publica pela editora carioca Salamandra o seu segundo livro infantil, intitulado *A onça que perdeu as pintas*, e *Dona Anja* é traduzida para o espanhol, sendo publicada no México como *Doña Angela* pela Edivisión Compañía Editorial S.A..

Em 1982 o escritor publica mais um livro de contos, de nome *O gato no escuro*, e o infantil *Xerloque da Silva em: O rapto da Dorotéia*, ambos pela L&PM. No ano seguinte, o autor segue publicando livros para o público jovem, lançando *Meu primeiro dragão* e *Xerloque da Silva em: Os ladrões da meia-noite*, ambos também pela L&PM. Nesse ano, Guimarães lança, pela mesma editora dos anteriores, o romance *Um corpo estranho entre nós dois*, que torna-se uma peça de teatro em três atos.

No ano de 1984, são publicados mais dois livros infantis, *História do agricultor que fazia milagres* e *O avião que não sabia voar*, ambos pela Editora Nacional, de São Paulo. No dia 23 de março desse mesmo ano, Josué Guimarães vem a falecer, em Porto Alegre, com 65 anos, vítima de um câncer intestinal. Acontece uma sessão solene em sua homenagem na Câmara Municipal de Porto Alegre, por iniciativa do Vereador Isaac Ainhorn. Ainda houve duas publicações póstumas, a novela *Amor de Perdição*, em 1986, e o infantil *A última bruxa*, lançados pela L&PM. Em julho de 1987, a Biblioteca Pública Municipal, do centro Municipal de Cultura de Porto Alegre, passa a chamar-se Biblioteca Pública Municipal Josué Guimarães.

## **1.2 O contexto sócio-histórico da produção de *A ferro e fogo***

### **1.2.1 A historiografia sul-rio-grandense dos séculos XIX e XX**

Buscaremos esboçar aqui um breve panorama do percurso e dos paradigmas epistemológicos que compõem a historiografia sul-rio-grandense no período em que antecede a produção e o lançamento dos dois tomos de *A ferro e fogo*, posto que diversas obras historiográficas, algumas datadas ainda do início do século XX, foram empregadas na criação da ficção. O principal intuito dessa análise é compreender as características das obras historiográficas que Josué Guimarães utilizou para a construção de sua narrativa – sejam as voltadas diretamente para a imigração alemã, sejam as que narram os eventos estabelecidos no recorte temporal e espacial que o romance aborda –, posto que estas destacam-se por ser o

alicerce do processo de criação da obra ficcional, e podem ser encontradas, por meio da apropriação do autor, no interior da narrativa romanesca. Através dessa investigação também será possível perceber os novos levantamentos e problematizações que o romance traz para o centro do debate sobre a imigração alemã no Rio Grande do Sul, bem como a ressignificação construída por Josué Guimarães dos eventos e das lideranças históricas perante à História tradicional que até então era produzida no Estado, desconstruindo, por vezes, mitos e ufanismos.

Ao analisar a história da historiografia no Rio Grande do Sul, encontramos presente ainda no século XIX<sup>11</sup> um número considerável de trabalhos que, em sua maioria, se resumem a temáticas políticas, caracterizados por carregar neles “a estrutura ideológica da classe dominante” (ALMEIDA, 1986, p. 5) do período, elaborados, por falta de uma entidade responsável pela pesquisa, fora da supervisão de qualquer organização institucional.

Todavia, antes de nos aprofundarmos em tal ausência, cabe salientarmos que não é nossa intenção organizar a produção historiográfica do estado seguindo marcos cronológicos, já que os mesmos em nenhum momento se mostraram decisivos para o seu desenvolvimento, uma vez que houve no Rio Grande do Sul uma

centralização da investigação nos momentos decisivos do processo de “institucionalização” da prática historiográfica [...] cuja função histórica tem sido, menos, a de produzir um conhecimento objetivo, do que “desconhecimentos” legitimados como ciência (ALMEIDA, 1986, p. 19).

contudo, por analisarmos os seus frutos – mesmo que produzidos longe de qualquer rigor científico –, essa organização cronológica mostra-se relevante para a nossa pesquisa.

Dessa forma, trazendo para o debate o fator institucional, uma questão bastante intrigante surge aos pesquisadores que se dedicam ao tema, visto que “Pernambuco, Alagoas, Ceará, Bahia, São Paulo, Santa Catarina, o Pará e até o Paraná, – província nascida bem depois das outras –, organizaram seus institutos, ao estilo do Brasileiro, ainda no século 19” (FRANCO, 2015, p. 1), bem antes do estado sulino. Embora, como nos chama a atenção Franco (2015, p. 1), houve no Rio Grande do Sul tentativas frustradas de criação em 1855, com o Visconde de Sinimbu, que em nada resultou, e em 1861, com o Conde de Porto Alegre, funcionando por três anos e chegando a publicar em 1862 uma revista trimestral, este só surge, de maneira definitiva, no ano de 1920, quando a maioria dos estados já tinham o seu núcleo de pesquisa e divulgação de suas produções historiográficas.

---

<sup>11</sup> A primeira obra, *Anais da Província de São Pedro*, de José Feliciano Fernandes Pinheiro, remonta a 1819.

A explicação para tal fato se demonstra bastante complexa, principalmente se levarmos em consideração a diversidade da paisagem historiográfica nacional, o que nos faz, obrigatoriamente, recorrer ao contexto sócio-histórico de cada Estado para compreendê-la. No Rio Grande do Sul, que é o nosso foco, o radicalismo político e a extrema polarização de opiniões sempre marcaram profundamente a vida dos sul-rio-grandenses, principalmente no período que se seguiu à Proclamação da República, quando as tensões se intensificaram e o estado mergulhou em uma sangrenta guerra civil, mais tarde conhecida como Revolução Federalista, que durou de 1892 a 1895. Portanto, o clima não se mostrava favorável aos princípios de imparcialidade exigidos, desde os anais de Tácito, em Roma, para a produção do conhecimento histórico. Seguindo essa linha de pensamento, Franco explica que

a dominação do Partido Republicano Rio-Grandense, o castilhistas, quase sem contraste eficaz durante quarenta anos, não criou ambiente favorável à pesquisa histórica. Antecipando-se, de certo modo, aos usos totalitários do século 20, aquele partido praticou, como nenhum outro partido estadual, o culto às personalidades e a glorificação sistemática de seus líderes. Se foi liberal em matéria de economia, foi manifestamente autoritário em matéria política. De modo que, mesmo ao favorecer em 1920 a fundação do Instituto Histórico e Geográfico, que nasceu sob os auspícios do presidente Borges de Medeiros e no próprio recinto do Arquivo Público do Estado, a instituição não parece ter ficado imune a certo sectarismo. (FRANCO, 2015, p. 2).

Sendo assim, notamos que, mesmo com a criação do IHGRGS, os propósitos historiográficos acabaram seguindo as mesmas tendências do período que antecedeu a sua fundação, ou seja, sob a perspectiva do discurso dominante da época, o luso-brasileiro, a produção de crônicas pretensamente históricas, com temáticas exclusivamente políticas, marcadas, sobretudo, pelo sectarismo, parcialidade, ufanismo e a polarização de opiniões, mantendo assim um ambiente avesso às possibilidades de maiores avanços nas discussões sobre o sentido da produção do conhecimento historiográfico.

Os temas mais recorrentes nessas obras colocavam o Brasil nação no centro do debate, “esforçando-se por aglutinar nessa narrativa os diversos regionalismos que supostamente obnubilavam o ser do Brasil” (ARMANI, 2012, 194). Dito de outra forma, esses estudos criavam narrativas que buscavam construir uma identidade que refletisse, em âmbito geral, o caráter nacional do Brasil mas, de modo mais particular, as diversas especificidades que caracterizavam o Rio Grande do Sul. Dentro dessa concepção, acreditava-se ser possível alcançar um futuro promissor por meio do culto à um passado pretensamente histórico – fundado em um tempo linear –, caracterizado pelo progresso irrestrito e inerente, da lapidação e glorificação de seus ancestrais – açorianos – e da imitação ritualística de seus exemplos cristalizados, sobretudo, por meio do enaltecimento dos eventos em que as fronteiras nacionais estavam ameaçadas por um inimigo externo – platino – e dependeram das guarnições do Estado

para defender a soberania do Brasil sobre elas, justificando assim “a ‘vocalção’ federativo-republicana do povo rio-grandense” (ALMEIDA, 1986, p. 25).

Essa tendência, que segundo Torres (2001, p. 5) servia para legitimar determinados fins, sobretudo, os de caráter social e político, fez parte de um longo período da historiografia do Estado, influenciando grande parte dos intelectuais até o último quarto do século XX, uma vez que dos anos de 1920 até basicamente a década 1970, os textos produzidos pelos sócios do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul alimentaram de maneira quase exclusiva o repertório historiográfico produzido no estado sulino.

Todavia, devemos ressaltar que as comunidades indígenas e negras, bem como os imigrantes que então compunham a sociedade sul-rio-grandense, em maior número os alemães, italianos e poloneses, estavam à margem dessas narrativas, não fazendo parte da construção da identidade “gaúcha”. Ou ainda, nas palavras de Franco, essa orientação historiográfica buscou

focar prevalentemente os gaúchos da fronteira sul e oeste, ignorando a participação histórica dos imigrantes alemães e italianos, da Encosta da Serra e das cidades industriais, sobretudo importante no que se refere à contribuição cultural e às atividades econômicas. (FRANCO, 2015, p. 3).

Essas pesquisas eram produzidas, majoritariamente, sob o viés – parcial – dos estudos positivista comtista, todavia, valendo-se de concepções diversificadas na construção do conhecimento histórico, os historiadores sul-rio-grandenses empregavam os teóricos europeus como forma de ilustração, para legitimar seus estudos, adaptando os fundamentos epistemológicos produzidos no velho continente, sem nenhum rigor reflexivo, nos seus estudos regionais, resultando, em linhas gerais, em uma historiografia basicamente “ligada a um relato causal, linear, com ênfase nas ações individuais e na participação de grandes personalidades que conduzem às aspirações de uma época.” (TORRES, 1997, p. 10).

A historiografia do estado veio a ter o seu primeiro momento de intelectualidade em 1935, durante o Primeiro Congresso de História e Geografia Sul-rio-grandense quando, como explica Almeida, “debruçou-se sobre si mesma para auto-avaliação ou sobre o seu objeto de labor” (ALMEIDA, 1986, p. 28). Todavia, o cenário da produção historiográfica do estado só passou a viver uma nova realidade, mesmo que em pequena escala, apenas em 1942, com a fundação da Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, com cursos superiores voltados à Geografia e à História. No panorama nacional, temos no início dos anos de 1960 a criação da Associação Nacional dos Professores Universitários de História (ANPUH), institucionalizando o campo de conhecimento disciplinar no Brasil e estabelecendo um espaço de atuação profissional para a tarefa de escrevê-la. No entanto, mudanças mais profundas no âmbito historiográfico só apareceram, no estado sulino, na segunda metade da

década 1970, “quando professores universitários estabelecidos em suas carreiras investiram esforços em cursos de mestrado em busca de maior especialização, mas também em busca de consagração na profissão de professores que também queriam ser pesquisadores.” (ELMIR, 2011, p. 3).

Nesse momento surge uma diversificação nos temas e objetos de estudos, trazendo à tona questões que até então foram, conscientemente e inconscientemente, ignoradas pela historiografia tradicional, aliados à inserção de novos paradigmas teórico-metodológicos influenciados, sobretudo, pela Escola dos Annales e pelo pensamento marxista não ortodoxo. Esse novo cenário foi motivado, principalmente, pelas pesquisas desenvolvidas nos cursos de graduação da já citada Universidade Federal do Rio Grande Sul (UFRGS), da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), e no Programa de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), o primeiro da área no Estado.

Dessa maneira, criando-se novas possibilidades de desenvolvimento, as pesquisas proporcionaram a releitura de diferentes temas da história do Rio Grande do Sul, e a inserção de novos objetos, ao mesmo tempo em que os estudos dos primórdios do Estado, das revoltas e guerras, tão abordados no período que antecederia, acabaram por serem cada vez menos debatidos. Todavia, não podemos ignorar, como chama a atenção Piccolo (1995, p. 47), obras produzidas no marco cronológico que antecede essas mudanças e que ainda se mostram muito influentes no cenário acadêmico até os dias atuais. Dentre elas, podemos citar, por condizer com a nossa pesquisa, *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, de Jean Roche, publicado em 1969 pela Editora Globo.

### **1.2.2 Primeiro tomo: 1972**

No contexto brasileiro, 1972, data de publicação de *A ferro e fogo: tempo de solidão*, primeiro tomo da trilogia inacabada, está inserido no recorte temporal que abrange os chamados “anos de chumbo”. Esse período inicia-se em 13 de dezembro 1968, com a edição do AI-5, e estende-se até o final do governo Médici, em março de 1974, caracterizando-se por compreender os anos que são considerados os mais duros da ditadura militar brasileira, marcados por intensos conflitos armados – organizados na forma de guerrilha – entre a extrema-esquerda, apoiada por organizações paramilitares, e a extrema-direita, que tinha como suporte o aparelho repressivo policial-militar do Estado. Para exemplificarmos, um dos eventos do período que teve grande repercussão após o final do regime, e que talvez ilustre bem a época, pelo menos no âmbito rural, foi o movimento que ficou conhecido como a Guerrilha do

Araguaia, ocorrida no sul dos Estados do Pará e do Maranhão e ao norte de Goiás entre os anos de 1967 e 1974, envolvendo, de um lado, o exército, a marinha e a aeronáutica brasileira, e de outro, um grupo de soldados comandados pelo PC do B, incentivados pelos eventos transcorridos na Revolução Cubana, de 1959 e, principalmente, na Revolução Chinesa, de 1949, de onde orientavam-se ideologicamente por meio das concepções de seu líder, Mao Tsé-tung, sobretudo, a ideia de guerra popular prolongada.

No decorrer dessa época, o governo brasileiro violou os preceitos assegurados pelos direitos humanos, e a tortura foi institucionalizada pelos órgãos de repressão, havendo o desaparecimento e a morte de centenas de civis ligados a atividades que eram, pelo governo militar ditatorial, consideradas subversivas, dentre as quais, figuram simples protestos e manifestações populares (cf. PAES, 1995). Muitos cidadãos foram obrigados a viver na clandestinidade, como foi o caso de Josué Guimarães, que além de ter dado apoio à campanha da legalidade, em 1961, fez parte, como já citado anteriormente, do governo de João Goulart, e foi ainda filiado ao Partido Comunista (cf. AS TRAIÇÕES DE 1964, 2009, p. 1). Outros precisaram deixar o país e pedir asilo político no exterior para não serem mortos. A liberdade de expressão e manifestação, assim como a de imprensa, foram limitadas por organizações do governo como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), criados e alinhados para a desmobilização popular por meio da repressão coercitiva e de elementos psicológicos que instauraram o medo (cf. PAES, 1995).

Dentro de um contexto mais amplo, em nível mundial, a Guerra Fria estava em seu desenrolar, e o mundo dividido em dois polos político-econômicos. De um lado, o grupo capitalista, encabeçado pelos Estados Unidos, e, de outro, os socialistas, liderados pela então União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. A ameaça de eclosão de um conflito nuclear era constante, e tanto os Estados Unidos quanto a União Soviética, buscavam aumentar as suas áreas de influência, focando, desse modo, em diversas áreas globais, como na América Latina. Dessa forma, orientado pelo modelo econômico estado-unidense, o golpe de Estado buscava legitimar-se como necessário frente à “ameaça comunista”, visto que o medo do comunismo inseria-se e disseminava-se no imaginário social de parte da população da época graças ao discurso anticomunista. Isso pode ser observado no jornal *O Estado de São Paulo*, de 4 de abril de 1964, que afirmava “[...] enquanto não se concluir a erradicação do comunismo, não se poderá dizer que tenhamos voltado à normalidade legal e à tranquilidade e a segurança da vida democrática. [...]” (O Estado de São Paulo, 4/4/64, p. 3 apud PAES, 1995, p. 34). O ideário anticomunista dominou, no Brasil, praticamente todo o século XX, e caracteriza-se por ser



uma oposição que se adapta a diferentes realidades e se manifesta por meio de representações e práticas diversas. O anticomunismo é o conjunto das atividades realizadas por grupos diversos, que constroem e se guiam por um conjunto de representações que tem sido chamado de imaginário anticomunista. Trata-se de atividades como produção de propaganda, controle e ação policial, estratégias educacionais, pregações religiosas, organização de grupos de ativistas e de manifestações públicas, atuação no Legislativo, etc. (RODEGHERO, 2002, p. 464).

Por medo de serem perseguidos e presos pelo aparato coercitivo operado pelo Estado, os jornalistas contrários ao regime militar precisaram conter-se em suas críticas, moderando em suas acusações, abstendo-se de fazê-las, ou assinando-as com pseudônimos. Adaptando-as nas mais diversas formas, muitos jornalistas buscaram no humor, sobretudo em charges e quadrinhos – algo que Josué Guimarães já havia experimentado em 1944, durante a ditadura Vargas, com sua personagem Dom Xicote – uma maneira de manifestar para a sociedade a sua crítica ao regime. Essa resistência, além de eficaz, também se mostrou muito presente em outros campos, sobretudo, nas manifestações culturais e artísticas. Na música, por exemplo, compositores valiam-se de recursos linguísticos para burlar os órgãos de censura e levar suas mensagens ao seu público.

### 1.2.3 Segundo tomo: 1975

O ano de 1975, data de publicação do segundo tomo do romance da antologia, intitulado *A ferro e fogo: tempo de guerra*, não trouxe grandes mudanças no panorama brasileiro. A ditadura, agora sob o comando do presidente Ernesto Beckmann Geisel (1974 - 1979), continuava a fazer suas vítimas, censurando os profissionais da imprensa e perseguindo todos aqueles que tivesse opiniões contrárias ao governo. Possivelmente, uma das imagens mais famosas e chocantes de todo o período da ditadura militar brasileira foi produzida nesse ano. Trata-se da fotografia do corpo, já sem vida, do iugoslavo Vladimir Herzog, em uma simulação de suicídio protagonizada pelos militares nas dependências do DOI-Codi, no Estado de São Paulo. Herzog, na época, era diretor de jornalismo da TV Cultura, e se apresentou de forma voluntária no quartel-general do II Exército para “prestar esclarecimentos” sobre as suas ligações com o Partido Comunista Brasileiro. Na cena, podemos encontrar sintetizados os traços sórdidos e perversos de um regime autoritário, antidemocrático, que não deixava espaço para qualquer tipo de contestação ou opinião contrária, reprimindo-a veementemente, independentemente da posição e do prestígio de quem a fazia, e ainda sem se preocupar com a repercussão que poderia haver.

Esse ano, no Brasil, também é marcado por mudanças econômicas, pois, como aponta Macarini,

o ano de 1974 encerrou-se com a economia sendo revisitada pelo fantasma da crise de estabilização. Como na experiência pretérita do PAEG, as séries de produção calculadas em base anual ocultam o processo; mas a observação de variáveis proxy (como o consumo industrial de energia elétrica no eixo Rio-São Paulo) deixavam entrever uma substancial desaceleração no último trimestre do ano e a eclosão de uma recessão aberta nos primeiros meses de 1975. (MACARINI, 2011, p. 1).

Com a desaceleração econômica, surgem problemas de balanço, dificuldades em saudar as dívidas e, conseqüentemente, obstáculos para conduzir a política até então pretendida. Aliado ao fim do chamado “milagre econômico”, cresce, em altas taxas, o descontentamento popular, gerando o início de um lento processo de transição rumo à democracia.

Todavia, apesar de ter sido concebido e rascunhado no Brasil, a maior parte do segundo livro da saga *A ferro e fogo* foi escrito em Lisboa, pois, como já mencionado, o romancista encontrava-se em Portugal, desempenhando seus trabalhos como correspondente internacional da Empresa Jornalística Caldas Júnior. Essa viagem foi tida por muitas pessoas próximas a Josué Guimarães<sup>12</sup>, como uma espécie de autoexílio, tendo em vista os acontecimentos tenebrosos que estavam se desenrolando no Brasil e o perigo constante que todos os críticos do regime e suas famílias corriam.

Em Portugal, o ano de 1975, assim como no Brasil, caracterizou-se por intensos embates no campo político, com fortes tensões entre os grupos de esquerda e de direita. As animosidades foram tamanhas que o período ficou conhecido posteriormente pela historiografia lusa como “Verão Quente de 1975”. Essas disputas políticas acirraram-se no ano de 1973, quando um movimento militar, composto majoritariamente por capitães das forças armadas – veteranos das guerras coloniais –, apoiados por milicianos, buscavam, baseados em reivindicações corporativistas, maior prestígio para o seu segmento. Todavia, ao adquirirem o apoio maciço da população, insatisfeita com o governo, acabaram por atingir gradativamente o centro do regime político ditatorial do Estado Novo, que havia sido estabelecido no ano de 1933, por António de Oliveira Salazar.

Esse movimento deu origem à Revolução dos Cravos, a qual depôs em definitivo o governo fascista salazarista em 25 de abril de 1974, confiando a administração do país à Junta de Salvação Nacional, que incumbiu-se, provisoriamente, dos poderes e dos órgãos do Estado até 15 de maio de 1974, quando o General António de Spínola foi designado presidente da

---

<sup>12</sup> Como revelado em entrevista (MORGANTI, 1994) por sua esposa, Nydia Guimarães.

república, com Adelino da Palma Carlos assumindo o cargo de primeiro-ministro. Sobre o governo deposto, Secco explica que

a ditadura salazarista nunca foi estável como dela se disse. Uma parte do povo português nunca a aceitou. Os oficiais nunca deixaram de conspirar para derrubar o ditador. Figuras emblemáticas, como Humberto Delgado, dedicaram-se a lutar, por meios legais e ilegais, contra o salazarismo. A fragilidade daquele regime se tornou evidente (SECCO, 2004, p. 8).

Contudo, mesmo com o antigo governo destituído, os ânimos não se apaziguaram, e seguiu-se um período de grandes agitações sociais, marcadas por manifestações populares compostas, sobretudo, por estudantes, trabalhadores, que resultaram em confrontos militares e trocas constantes de governos provisórios. Entretanto, uma tentativa frustrada de golpe, em 25 de novembro de 1975, resultou no enfraquecimento do movimento, pondo fim ao processo revolucionário português, permitindo a estabilização política e, conseqüentemente a instauração de uma nova constituição democrática em Portugal, que passou a vigorar no dia 25 de abril de 1976, caracterizando-se por ser pluralista, baseada, politicamente, em um regime semipresidencialista e, economicamente, em uma economia de mercado.

### 1.3 A obra

Josué Guimarães afirmava que teve por muito tempo a intenção de escrever um romance sobre a imigração alemã. Porém, a sua ideia inicial era ter como tema central o episódio dos Mucker<sup>13</sup>. Analisando-o, chegou à conclusão de que o leitor comum não conseguiria compreender as circunstâncias sócio-históricas que levaram a eclosão do episódio<sup>14</sup> sem antes uma contextualização mais abrangente ao período, o que levou-o a procurar as raízes dos acontecimentos, chegando, desta forma, a 1824, ano do início da imigração alemã na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Projetado inicialmente para ser uma trilogia, com o falecimento do escritor, o último tomo do romance, *A ferro e fogo: tempo de (ódio) angústia*, ficou inconcluso. O primeiro livro dessa trilogia inacabada é *A ferro e fogo: tempo de solidão*, lançado em 1972 pela Editora Sabiá e, o segundo, *A ferro e fogo: tempo de guerra*, lançado em 1975 pela Editora José Olympio. Apresentaremos ambas as obras nos dois subcapítulos a seguir, abordando os temas e os eventos representados nelas.

<sup>13</sup> A Revolta dos Mucker foi um movimento messiânico que ocorreu entre os anos de 1868 e 1874 na região do Morro Ferrabraz, atual município de Sapiranga. O principal motivo deste episódio foi o descontentamento dos imigrantes alemães, sobretudo os residentes desta região, com a situação de abandono e miséria em que viviam. Seus principais líderes foram João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer.

<sup>14</sup> A FERRO e Fogo (Documentário). Direção: Silvio Barbizan. Produção: Zanza Pereira, 1984, RBS TV.

### 1.3.1 *A ferro e fogo: tempo de solidão*

O tomo inaugural da saga *A ferro e fogo* inicia-se com uma longa epígrafe, a qual não apenas norteia a leitura com o recorte temporal e espacial em que a narrativa romanesca está inserida, mas também manifesta o caráter pretensamente histórico que a ficção procura transmitir aos seus leitores. Nela explica-se que:

Esta história começa com a chegada, no Rio Grande do Sul, do bergantim Protetor, em julho de 1824, trazendo no seu precário bojo de madeira trinta e oito colonos alemães destinados à extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, hoje São Leopoldo. Depois deles, outros tomaram o mesmo caminho, trazidos a tanto por cabeça, por um aventureiro internacional, o Major Jorge Antônio Schaeffer. Muitos conseguiram sobreviver. Bem, mas então temos a história de homens e mulheres em solidão que plantaram as suas raízes, a ferro e fogo, nas fronteiras movediças dominadas por castelhanos, índios, tigres, caudilhos e portugueses. (GUIMARÃES, 2006, p. 3)<sup>15</sup>.

Indo ao encontro dessa perspectiva, as narrativas historiográficas do período da obra dão conta que os primeiros 38 imigrantes alemães a aportarem na província partiram da cidade de Hamburgo, a bordo do navio Caroline, em 17 de dezembro de 1823, e desembarcaram em Porto Alegre no dia 18 de julho de 1824 (HUNSCHE, 1974). Daí embarcaram no veleiro Protetor para o último trecho da viagem até a colônia de São Leopoldo. Todavia, no romance, a família Schneider, protagonista da trama, não chegou nessa primeira leva. Eles viajaram “até o Rio de Janeiro no navio Wilhelmine e de lá para Porto Alegre na sumaca São Francisco de Paulo, cujo capitão se chamava Henrique Bilske” (2006, p. 12), fazendo também o trajeto final entre Porto Alegre e São Leopoldo a bordo do veleiro Protetor. Por meio de registros históricos (RELAÇÃO DE VELEIROS TRANSATLÂNTICOS, 1998, p. 1), temos a informação que o navio Wilhelmine<sup>16</sup>, responsável pelo transporte de diversos imigrantes para todo continente americano, partiu em 4 de dezembro de 1824 de Hamburgo e, em 16 de fevereiro 1825, de Glückstadt, no Rio Elba, chegando ao seu destino, o Rio de Janeiro, em 22 abril de 1825, ou

---

<sup>15</sup> A partir das próximas páginas, devido à grande quantidade de citações de *A ferro e fogo*, indicaremos apenas o ano e a página das edições, sendo 2006 para identificar os excertos extraídos do primeiro volume, *A ferro e fogo: tempo de solidão*, e 2008 para os excertos do segundo volume, *A ferro e fogo: tempo de guerra*.

<sup>16</sup> Podemos exemplificar com esse caso o processo de criação das personagens da trama por Josué Guimarães. Ao examinarmos a documentação desse navio, não encontramos nenhum registro de ocupante Schneider. As famílias relacionadas na lista de passageiros do Wilhelmine dessa viagem são: Baum, Becker, Bertling, Burmeister, Drey, Erdmann, Frahm, Graf, Helms, Henze, Heinrich, Huber, Huhnfleisch, Kampf, Kasper, Krass, Krüger, Kurtz, Langhoff, Lembke, Michelsen, Möhlmann, Möller, Moll, Müntz, Oldenburg, Pfeiffer, Reichert, Riebe, Rieth, Ritter, Rothfuchs, Rust, Sand, Schack, Scholler, Schuck, Schütz, Seemann, Seitz, Sellmann, Stein, Strohbach, Tannenwald, Tiede, Ulrich, Volkmann, Vollmer, Weber, Wegener, Wilk, Will, Witte e Wrede. Todavia, esse sobrenome é comumente encontrado quando estudamos o período da imigração alemã. Sendo assim, o romancista vale-se de sua liberdade poética para construir os protagonistas da trama, porém, valendo-se de dados históricos para seguir as características da época e manter-se em conformidade com os episódios.

seja, 64 dias após ter deixado a Alemanha. Dito isso, podemos concluir que o começo da narrativa da trama, que está atrelada à chegada dos protagonistas do romance à Colônia de São Leopoldo, na verdade, situa-se no início do ano de 1825, com algumas menções feitas pelas personagens a eventos passados, que ocorreram, sobretudo, em sua jornada da Alemanha ao Brasil.

*A ferro e fogo: tempo de solidão* inicia, logo em sua primeira página, desconstruindo qualquer tipo de visão idealizada sobre a imigração alemã no Estado – algo comumente encontrado em algumas obras sobre o tema que antecedem o romance. Em uma imagem de total decadência e degradação, Daniel Abrahão Lauer Schneider, juntamente a seus compatriotas João Carlos Mayer e Frederico Harwerther, estão totalmente transtornados pelo efeito do álcool em meio uma bebedeira desenfreada, com cerveja mal fermentada, em uma bodega cheirando a azedo de bebida e a óleo de peixe do candeeiro, localizada em meio a uma praça que mais se parece um banhado, parcialmente alagada pela chuva. Nesse momento, o financiador de tal embriagues, Carlos Frederico Jacob Nicolau Cronhardt Gründling, que também é imigrante alemão, porém, representante na obra dos comerciantes que vieram ao Brasil em melhores condições e que, no transcorrer da trama, ao explorar seus conterrâneos, descontrói parcialmente a imagem de “solidariedade étnica” entre os germânicos, dá um soco na mesa e apresenta a importância do dinheiro em grandes quantidades e o desdém que possui com os colonos que vieram para o novo mundo para “derrubar árvore como lenhador, cavar a terra como as toupeiras [...] assim não se ganha dinheiro nem em dois séculos.” (2006, p. 6). Todo esse discurso, regado à cerveja, foi orquestrado por Gründling com a pretensão de associá-los a um de seus negócios ilícitos.

Sem se importar com as disputas armadas que vinham transcorrendo nas fronteiras móveis da região platina, e com toda a violência exacerbada com que agiam ambos os lados do conflito naquela terra de ninguém, Gründling oferece, em uma visita à Schneider, um negócio rendoso. Com casa e terras além da vista para cultivar, a família, se aceitasse, seria entreposto de mercadorias transportadas da Banda Oriental para o Rio Grande do Sul, todavia, não informa os riscos envolvidos. Segundo Gründling, essa proposta era irrecusável, não apenas por ele estar envolvido, mas também por seu amigo e sócio de longa data, que era protegido pela Imperatriz Leopoldina, o Major Jorge Antônio Schaeffer <sup>17</sup>, fazer parte da sociedade. Daniel Abrahão

---

<sup>17</sup> Figura histórica, foi o grande responsável pela idealização do projeto da imigração alemã no Brasil, sendo o incumbido pelo império para reunir os imigrantes na Alemanha e embarcá-los para o Brasil. Schaeffer é conhecido historicamente, assim como representado no romance, como um aventureiro. Um dos eventos que lhe rendeu essa fama foi a sua tentativa frustrada de conquistar o Havaí para o Império Russo por meio de um ataque naval massivo,

pondera, e não fica muito entusiasmado com a proposta, entretanto, sua esposa, Catarina Klumpp Schneider, sente-se tentada mediante as muitas promessas feitas pelo comerciante, e resolve aceitar a oferta.

O sol não havia ainda surgido quando a família partiu da antiga Real Feitoria do Linho Cãnhamo, pois tinham medo de que alguém pudesse vê-los e denunciá-los ao inspetor-geral de colonização, o Monsenhor Miranda Malheiros. Depois de muito andar pelas paisagens desoladas do pampa gaúcho<sup>18</sup>, chegaram finalmente à Estância Jerebatuba, no Chuí. Lá o índio Juanito, enviado por Gründling junto a dois casais de escravos para ajudar nos afazeres, apontava freneticamente para uma árvore que ficava em frente à casa, tentando explicar, sem sucesso, que

um francês de nome Delmont [...] fora enforcado num dos galhos daquela figueira. Soldados do outro lado da fronteira haviam feito o serviço contra as ordens dos seus chefes. Então os chefes mandaram pendurar os assassinos no mesmo galho maldito. (2006, p. 22).

As hostilidades não eram nenhuma novidade naquela região, como Gründling já sabia, e não demoraria muito para a família Schneider também descobrir isso.

Pouco depois de estarem instalados, e com os galpões para acomodar as mercadorias prontos, surge no horizonte, vindo da Banda Oriental, Frederico Harwerther, trazendo algumas caixas, as quais permaneceriam na Estância Jerebatuba até que João Carlos Mayer viesse buscá-las e transportá-las para Porto Alegre. Tudo transcorria de maneira satisfatória, as mercadorias vinham e iam, a casa ganhara mais uma peça, e as terras já produziam as suas primeiras espigas de milho. Porém, transcorrido um tempo, Harwerther chega afoito a estância, e alerta a família que movimentos estranhos estavam acontecendo do outro lado da fronteira, com o arregimento de soldados, que mais pareciam malfeitores, e avisa a família Schneider, pela primeira vez, que as caixas de mercadorias das quais eles serviam de entreposto, eram, na verdade, armas contrabandeadas, e por isso deveriam tomar muito cuidado para não serem pegos. Daniel Abrahão, prontamente, sugere fugir, ir embora junto ao amigo, que nem a noite pretendia passar lá, todavia, Catarina se recusa, dizendo que não deixaria para trás tudo o que haviam construído aí, e, em seu íntimo, já havia criado amor por aquela terra.

---

porém, a resistência dos nativos havaianos aliados aos comerciantes americanos forçara-o a deixar o Havaí em julho de 1817.

<sup>18</sup> Pampa, que em quéchua significa região plana. Localiza-se desde o sul do Brasil, passando pelo Uruguai, estendendo-se até à Argentina. A principal característica dessa região são os longos campos a perder-se no horizonte. A parte dessa região localizada no território brasileiro também é conhecida pelos nomes de Campos do Sul, Campos Sulinos, Campanha Gaúcha e, no Rio Grande do Sul, como Região da Fronteira, justamente por intercambiar-se com a Argentina e o Uruguai. (INSTITUTO Brasileiro de Florestas).

Cedo, no dia seguinte, surge

no horizonte o que poderia ser um exército, uma tropa de homens a cavalo, o paliteiro das lanças, mancha negra quase estática. O faro de Juanito lhe dizia que eram os gringos e Schneider se lembrou, de repente, dos caixotes cheios de armas e munições. Mayer chegaria tarde. Cabelos desgrenhados, mas com a fisionomia dura e decidida, Catarina disse: — São eles. (2006, p. 31).

A partir desse momento, com o avançar e recuar das tropas, a vida dos Schneider e de seus agregados não seria mais a mesma. Daniel Abrahão se esconde no fundo de um poço, onde passa a viver como animal acuado, entocado. Juanito é espancado diversas vezes por soldados de ambas as frentes do confronto, e fica aleijado, com um ombro mais baixo que o outro, Catarina é estuprada, os escravos sofrem violências gratuitas, a plantação é destruída, os animais são mortos e os bens da família saqueados.

Nesse ponto da narrativa Josué Guimarães inova, e passa a abordar no romance algo que a historiografia sul-rio-grandense do período pouco explorara, que é a relação dos imigrantes alemães com a história geral do Estado, visto que as obras que focavam os conflitos ignoravam totalmente a presença dos germânicos, da mesma forma em que as narrativas sobre a imigração deixavam de lado, em sua maioria, a participação destes em tais episódios. Dessa forma, temos presente em *A ferro e fogo* o encontro dos dois mundos, e as denúncias dos abusos cometidos pelos governantes do então império brasileiro, sobretudo, no recrutamento forçado de imigrantes para compor a Companhia de Voluntários alemães e nos maus tratos que esses sofriam nas mãos dos oficiais do exército, principalmente, por não compreenderem “as ordens dadas em português” (2006, p. 48).

Findada a Segunda Guerra da Cisplatina<sup>19</sup>, Catarina, transtornada pelos horrores vivenciados naquele lugar, negocia a estância com Valentim Oestereich, um dos muitos colonos alemães arregimentados de maneira compulsória pelas forças imperiais. Em troca, ela recebe a propriedade que este possuía na Colônia de São Leopoldo, uma casa simples, marcada pelas intempéries.

De volta à colônia, Catarina passa a comandar a família, e além de pensar no trabalho a ser desenvolvido para o sustento dos Schneider, começa a refletir sobre uma maneira de vingar-se de Gründling, o grande responsável pelos males sofridos por eles no período em que viveram na fronteira em meio a uma guerra de dois exércitos de bandoleiros. Após refletir por um tempo, encontra uma maneira eficaz de levar isso a cabo, aliando ainda às suas necessidades. Ao chegar

---

<sup>19</sup> Conflito armado ocorrido entre 10 de dezembro de 1825 e 28 de agosto de 1828. O embate teve como causa a disputa pela posse da Província Cisplatina, a região da atual República Oriental do Uruguai, e resultou em um acordo pela independência da região.

à conclusão de que nada importa mais ao seu desafeto do que o dinheiro, visto que, para ele, não interessavam as vidas que eram colocadas em risco em busca de lucros, Catarina decide então tornar-se comerciante. Com isso poderia ajudar no sustento de sua família, ao mesmo tempo em que prejudicaria os lucros de seu rival.

Passando a negociar diretamente com os colonos os seus produtos, paga a eles um valor mais justo do que seu antigo comprador, Gründling. O resultado dessa parceria de Catarina com os produtores leva o empório deste, em Porto Alegre, a um sério problema de desabastecimento de produtos alimentícios. Em contrapartida, em pouco tempo Frau Schneider consegue constituir três empórios de sucesso na região, o primeiro na Colônia de São Leopoldo, em seguida outro em Portão, e um último no Caminho Novo, tornando-a uma figura muito influente entre seus conterrâneos. Dessa forma, Catarina passa a sintetizar, no romance, os imigrantes alemães que, chegando ao Brasil, conseguiram, por meio do comércio, acumular uma quantidade relevante de capital financeiro, ao mesmo tempo em que, devido ao seu sucesso, passaram a “comandar” pequenos clãs, formado, principalmente, por aqueles com quem se relacionavam profissionalmente, formalizando muitas vezes essas alianças por meio do matrimônio entre os membros de diferentes famílias que possuíam interesses em comum.

Já Daniel Abrahão, transtornado psicologicamente pelos eventos ocorridos no decurso da Segunda Guerra da Cisplatina, passa grande parte de seu tempo livre lendo a sua velha bíblia. Durante o dia exerce a profissão de seleiro, que desempenhava na Alemanha, trabalhando em sociedade com Isaias Noll, um modesto fabricante de carroças. Em pouco tempo seu trabalho passa a ser reconhecido e prestigiado, chegando ao ponto de ter encomendas de pessoas que ocupavam altos cargos na sociedade imperial. Durante a noite, não mais acostumado a viver na superfície, Herr Schneider volta a uma toca improvisada, localizada em um alçapão abaixo do assoalho da casa, onde se alimenta e dorme intranquilo em meio a pesadelos.

Gründling, prejudicado pelo comércio de Catarina, tenta oferecer-lhe uma nova sociedade, porém, é recebido por ela com arama em punho, sendo obrigado a recuar diante da postura agressiva de sua então concorrente. Todavia, no transcorrer da trama, a vida do comerciante sofre uma grande reviravolta. Isso ocorre quando, certo dia, chegando à colônia, ele se depara com um grande círculo de pessoas em polvorosas, e ao olhar para o centro dessa multidão, encontra o doutor Johann Daniel Hillebrand<sup>20</sup> com uma menina alemã, de nome Sofia Spannenberger, recém abandonada por um homem desconhecido, que logo após fugiu a cavalo.

---

<sup>20</sup> Outra liderança histórica de grande influência que figura no romance, Hillebrand foi o primeiro médico alemão do Rio Grande do Sul e, posteriormente, tornou-se Diretor da Colônia de São Leopoldo. Foi ele também o responsável pela elaboração da lista da entrada de imigrantes no Brasil.



A jovem havia sido, em um primeiro momento, raptada pelos “bugres” e, posteriormente, por bandoleiros. Hillebrand pede então a Gründling se ele poderia criá-la e educá-la, o qual, meio a contragosto, acaba aceitando.

Com o decorrer da trama a jovem vai se desenvolvendo fisicamente e culturalmente, apreende a ler e a escrever, tem aulas de boas maneiras, e os dois acabam se apaixonando. Após engravidá-la, Gründling contrai casamento, do qual resultam dois filhos, todavia, a união não dura muito, pois Sofia adoece e logo em seguida vai a óbito. Catarina, por pensar que Gründling era o responsável por algumas mortes misteriosas ocorridas na colônia, vai a Porto Alegre, com uma espingarda escondida em sua carroça, com a intenção de matar o seu desafeto. Todavia, ao chegar lá e presenciar a cena do velório, com seu rival totalmente arrasado, acaba não apenas por perceber a inocência do mesmo, mas também nota, diante de tal episódio, que a sua raiva se esvaece, chegando, de certo modo, a sentir pena daquele pobre ser transtornado. Esse episódio vai fazer com que ambos, de certo modo, reatem a amizade, a qual, mais adiante, vai resultar em laços comerciais entre ambos. *Tempo de solidão* encerra-se com o prelúdio de guerra. Seus últimos movimentos demonstram a insatisfação da população da província com o governo central, a prisão de algumas autoridades políticas e militares no velho navio-prisão – o Presiganga<sup>21</sup>. Todos esses eventos acabariam por desencadear na Guerra dos Farrapos.

### 1.3.2 *A ferro e fogo: tempo de guerra*

O segundo e último tomo de *A ferro e fogo* inicia-se, seguindo de forma cronologicamente imediata do ponto de onde o anterior terminou, com o Doutor Hillebrand dando a notícia à Catarina, recém regressada do enterro de Sofia, de que “os revolucionários estavam concentrados na Azenha.” (2008, p. 5). Segue-se a essa informação um diálogo entre as duas personagens, onde podemos perceber sintetizado, mesmo que ainda no prelúdio do que viria a ser a Guerra dos Farrapos, a visão dos imigrantes perante ambos os lados do conflito. Catarina que, como demonstrará no decorrer da trama, é simpatizante da causa revolucionária, argumenta ao seu amigo que “esse governo [...] nunca pagou o que nos deve, doutor. Pode ser que esses outros nos dêem ouvidos.” (2008, p. 5). Já Hillebrand, sempre fiel ao poder constituído, possivelmente por já dispor de um cargo administrativo dentro dele e possuir

---

<sup>21</sup> Presiganga eram os navios presídio utilizados pelos governos brasileiro e português durante as décadas de 1830 a 1860, estando tais embarcações sob a responsabilidade da Marinha. Seu nome teria origem no termo inglês *press-gang*, sendo aportuguesado como Presiganga no Rio de Janeiro. (HOUAISS, VILLAR, 2009, p. 1547).

prestígio diante das autoridades imperiais, retruca, argumentando que “é sempre melhor lidar com gente que já se conhece, pelo menos se sabe o lado de montar.” (2008, p. 5).

Nessa mesma página também são apresentados, por meio da fala de Hillebrand, alguns nomes de importantes lideranças históricas germânicas envolvidas diretamente no conflito ao lado dos republicanos. São eles “Oto Heise<sup>22</sup>, [...] Kerst<sup>23</sup>, von Salisch<sup>24</sup>.” (2008, p. 5). Temos também citado, ainda nos movimentos finais de *tempo de solidão*, o nome do capitão Stepanousky<sup>25</sup>.

Quando o conflito propriamente dito se deflagra, a narrativa romanesca denota, pelo menos no início das hostilidades, o surgimento de um vácuo governamental, e com a ausência de um poder oficialmente constituído para coordenar e fiscalizar as ações na sociedade, a situação logo torna-se caótica, com saques, a exemplo do de Juca Ourives<sup>26</sup> a um dos empórios dos Schneider, alegando ser para a causa farroupilha, e abusos na colônia, como o caso das palmatórias do padre Pedro em pessoas que passavam pela rua.

Em meio a tudo isso, as lideranças históricas de origem germânica passam a arregimentar soldados na Colônia de São Leopoldo para participarem na linha de frente do conflito. Hillebrand, para o lado federalista, e Oto Heise, para os republicanos. Porém, no início das hostilidades, durante uma reunião, esse último deixa muito claro que

---

<sup>22</sup> Karl Friedrich Oto Heise (Hamelin, 1801 – Porto Alegre, 1837) lutou nas guerras napoleônicas no 1º Regimento Leve de Dragões, na Legião Alemã do Rei, até a vitória final em Waterloo, em 1815. Em 1819 fez parte do exército de Simon Bolívar, participando diretamente das lutas pela independência da Bolívia e do México. Já em 1825 foi acusado de recrutar colonos para fins militares. Por isso, ele foge para o Brasil no mesmo ano e se integra ao Corpo de Estrangeiros, formando o grupo de lanceiros alemães, com os quais combateu na Guerra da Cisplatina. Lutou na Guerra dos Farrapos ao lado dos republicanos, sendo feito prisioneiro. Deveria ter seguido para a Bahia, mas morreu “misteriosamente” no Guaíba em 1836 ao “cair” de um barco. É interessante atentarmos para o fato de que, tanto na realidade quanto no romance, Heise é amigo e sócio de Schaeffer no que diz respeito ao recrutamento de soldados na Europa. (FLORES, 1995).

<sup>23</sup> Samuel Gottfried Kerst (Neuheiden, 1804 – Berlim, 1875) chegou ao Brasil contratado como mercenário para atuar no Corpo de Estrangeiros, exerceu a função de ajudante de ordens do marechal Gustav Heinrich von Braun. Após ser capturado e preso em 1830 por estar aliciado às forças farroupilha, é enviado para o Rio de Janeiro em uma jaula, de onde retorna para a Alemanha. Chegando ao seu país de origem, dedica-se ao magistério, à carreira militar e à política, tornando-se deputado na Prússia entre 1862 e 1875. (FLORES, 1995).

<sup>24</sup> Hans Ferdinand Albrecht Hermann von Salisch (Pomerânia, 1797 – Sapucaia do Sul, 1837) foi militar e jornalista. Participou como granadeiro do Corpo de Estrangeiros do império durante a Guerra da Cisplatina. Percebendo a necessidade de arregimentar os colonos para à causa farroupilha, funda o primeiro periódico destinado a eles no Rio Grande do Sul, *O Colono Alemão*, todavia, por a tipografia não possuir os tipos e sinais góticos necessário para impressão no idioma germânico, o jornal passa a ser publicado em português (FLORES, 1995).

<sup>25</sup> Edward Kasper Stepnowsky (Prússia, 1793 – Paraná, 1861) foi capitão de 1º linha dos Lanceiros do 6º regimento de Cavalaria. Atuou na região da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre 1826 e 1831.

<sup>26</sup> José Inácio da Silva Ourives foi comandante das tropas legalistas. Após o término da Guerra Farroupilha, tornou-se coronel e comandante superior da Guarda Nacional de Santo Antônio da Patrulha.

se alguém ali presente não estivesse de acordo com o que ele dizia era só levantar-se e ir embora, não queria ninguém obrigado, só voluntários. Mesmo porque os rebeldes não queriam estrangeiros na briga, era preciso muito jeito, de início apenas limpando a colônia de inimigos da sua causa. (2008, p, 19).

Como primeira consequência direta dessa reunião, temos justamente a “limpeza” da colônia, orquestrada pelos imigrantes alemães apoiadores da causa republicana, resulta na fuga de Hillebrand e seus seguidores para as picadas da encosta da serra, onde foram obrigados a permanecer escondidos até o final do conflito, deixando para trás apenas espiões que “andam por aí nos botecos, nos empórios e oficinas, e sempre que ficam sabendo de alguma novidade vão correndo contar a ele e aos generais do governo.” (2008, p. 63). Outro resultado de tal encontro – este ficcional – foi a incorporação do filho mais velho de Catarina e Daniel Abrahão, Phillip Klumpp Schneider, às tropas do Major Oto Heise, mesmo sob protesto desse último, que alegava que “o menino não tinha idade para entrar numa guerra, a coisa ia ser violenta e ninguém estava pensando em poupar o inimigo.” (2008, p, 19).

Esse acontecimento é muito importante para o decorrer da trama, uma vez que será principalmente por meio de Philipp que Josué Guimarães irá sintetizar, deste ponto em diante, a participação dos imigrantes alemães nos eventos belicosos envolvendo a província, apresentando todos os seus abusos e dramas, e empreendendo as suas denúncias, sempre, é claro, buscando desenvolver a sua narrativa seguindo os registros históricos relacionados ao nome das batalhas, as datas em que os eventos ocorreram, as lideranças históricas ligadas a eles e até, em alguns casos, as condições climáticas que os envolviam.

Voltando à narrativa do romance, o primeiro sentimento que Philipp contempla ao entrar para as forças rebeldes é o de desprezo étnico, pois após Porto Alegre ter sido tomada praticamente sem resistência, os revolucionários dispensaram os alemães que haviam sido arregimentados na colônia, pois “o novo governo não quer estrangeiro lutando ao lado deles” (2008, p. 28), que fossem “plantar, cuidar das roças, colher, criar os seus bichos e tratar dos filhos.” (2008, p. 32). Todavia, Oto Heise, muito abatido com o tratamento dado a eles pelas forças rebeldes, “sentia-se traído, afinal agora os alemães eram alijados, voltavam à condição de estrangeiros e nenhum ainda havia esquecido os compromissos assinados pelo Major Schaeffer. Eram ou não eram cidadãos brasileiros?” (2008, p. 32).

Porém, com o transcorrer dos combates, surge a necessidade de novos soldados para repor as linhas do *front*, e já durante o cerco de Rio Grande, os rebeldes passam a “aceitar” a cooperação dos imigrantes. Esse evento é inicialmente apresentado no romance quando, ao regressar à casa dos Schneider para buscar Philipp, Oto Heise explica ao garoto que iriam se “engajar às forças de Lima e Silva, ele acaba de dispersar um grupo de legalistas no Faxinal,

em Porto Alegre vamos engrossar a divisão que segue para Rio Grande, precisamos desalojar o Presidente Araújo Ribeiro. Esclareceu: o ex-Presidente.” (2008, p. 35). Foi justamente nas proximidades dessa cidade que Philipp teve o seu batismo de fogo. Comandados por Lima e Silva, os rebeldes tentam, sem sucesso, tomar “duas canhoneiras e um pequeno vapor de guerra” (2008, p. 44). Nessa passagem, o romancista narra de forma vívida os horrores da guerra, relatando que pelo chão viam-se inúmeros soldados mortos e outros mutilados por estilhaços de artilharia, espada e ponta de lança, caídos junto a eles havia animais mortos. Através dessa imagem o autor busca desconstruir qualquer tipo de exaltação belicosa, como algumas publicações historiográficas tradicionais do período que antecede o romance buscavam construir.

No transcorrer da obra, aliando mais uma vez a sua liberdade poética à História, Josué Guimarães narra a retomada de Porto Alegre pelos legalistas por meio de eventos atrelados a Gründling, o qual, na ficção, ajuda a transportar as armas e os soldados que libertam os prisioneiros do governo imperial. Essa ação resulta na “prisão do próprio Vice-Presidente Marciano, de Américo Cabral e de muitos deputados e altos funcionários.” (2008, p. 54). Considerando ter feito uma ação digna de reconhecimento, fica orgulhoso, e argumenta a seus amigos que “afinal não era todo o dia que alguém conseguia abrir a porta da História. — Sim, acabamos de entrar para a História desta bela província, meu caro.” (2008, p. 55). Posteriormente, Gründling busca um favor junto às autoridades imperiais, uma espécie de contrapartida pelo seu feito, e é totalmente ignorado, o que acaba por deixá-lo furioso, pois no final das contas, esse evento resultou no cerco de Porto Alegre, realizado pelos republicanos, e, conseqüentemente, no bloqueio do Rio do Sinos, o qual era a sua principal rota de comércio, prejudicando-o ainda mais em seus negócios. Todavia, é nesse momento que Gründling e Catarina se aliam, o primeiro cedendo produtos industrializados, vindos de Rio Grande, e transporte, realizado por seus lanchões, e a segunda com gêneros alimentícios produzidos na colônia. Através dessa sociedade, Josué Guimarães aborda o rápido desenvolvimento da Colônia de São Leopoldo durante a Guerra Civil, visto que esta foi o único ponto de abastecimento de víveres para a cidade sitiada, e as alianças comerciais entre os imigrantes alemães.

Guimarães também apresenta, por meio de Philipp, o dia a dia das tropas e a fronteira cultural existente, dentro do exército rebelde, entre os alemães e seus descendentes e os luso-brasileiros, dando ênfase, principalmente, à barreira linguística. A narrativa denota que lusos e germânicos sequer dividiam o mesmo acampamento. Ao invés disso, havia um bivaque exclusivo para os imigrantes. Eles também não tinham as mesmas tarefas, sobrando para os

teutos as funções menos dignas, como a limpeza das latrinas. Da mesma forma, não ocupavam, em combate, uma posição relativa a seus camaradas sul-rio-grandenses, visto que, como costumavam queixar-se, o pelotão deles seguiam sempre na vanguarda, “na frente devem ir os alemães, são os que morrem primeiro. — Carne para canhão, como dizia o comandante Oto Heise - disse Philipp.” (2008, p. 144).

Diversos foram os combates que Philipp e seus compatriotas travaram durante a Guerra dos Farrapos. Em seu último, na região do Cati, já em meados de 1845, o filho mais velho dos Schneider se depara, espantado, com soldados

diferentes de quase todos os outros que conhecera, vestiam fardas e não trajes civis, as golas vermelhas, seus comandantes com dragonas vermelhas e douradas, lanças ostentando bandeirolas com as cores do império, cavalos bem aperados. Ao lado deles os seus companheiros pareciam um bando de maltrapilhos. (2008, p. 146).

Tratava-se das tropas comandadas pelo Barão de Caxias, já nos últimos embates entre os imperais e os republicanos. Nessa batalha Phillip é ferido, e sentindo o sangue fluir pelo seu corpo, lentamente cai em um sono nebuloso. Nesse ponto há um avanço temporal significativo na narrativa, uma vez que a personagem acorda, também ferido, sendo carregado da praça de São Borja, recém invadida pelo líder paraguaio Solano López, já nos primeiros movimentos da Guerra do Paraguai (1864-1870). Nesse momento o primogênito da família Schneider ocupa não mais posto de simples soldado, mas de tenente do exército imperial.

A partir de então Josué Guimarães passa a abordar a Guerra do Paraguai, e da mesma forma que no evento anterior, sua perspectiva histórica, aliada ao tom de denúncia, permanece acentuada no decorrer dos episódios. Além de narrar os eventos cotidianos, relatando os infortúnios dessa guerra de grandes proporções, que vão desde a falta de roupas e comida, até as péssimas situações de higiene, responsáveis por desencadear uma infestação de piolhos e o alastramento de epidemias como a varíola e cólera, principais causadoras de mortes em ambos os exércitos – quase matando Philipp –, o romancista chama a atenção para permanência de práticas anteriores, como o recrutamento compulsório de imigrantes, agora sob o eufemismo de Corpo de Voluntários da Pátria. Segue-se também a isso a desconstrução da narrativa pretensamente heroica dos eventos, como podemos exemplificar aqui com o caso do Cerco de Uruguaiana. Esse evento durou pouco mais de dois meses, todavia, ocupa muitas páginas no romance em comparação a outros episódios. Nele Guimarães aborda o dia a dia mesquinho dos soldados que não atacavam, apenas permaneciam estacionados, “três exércitos, com mais de quinze mil homens bem armados” (2008, p. 181). Também trata da presença do imperador no acampamento, onde “recebia para o jantar os comandantes Mitre, Flores e Paunero, cercado de nobres e de chefes de Estado-Maior” (2008, p. 180), dia após dia, sem tomar nenhuma atitude,

até a queda da cidade, deixada em ruínas pelos paraguaios que, devido ao estado de sítio, foram derrotados pela fome e pelas doenças.

Mantendo-se nessa perspectiva, a desvinculação entre o tom épico e a guerra ocorre de maneira efetiva durante toda a narrativa dos eventos relacionados a Guerra do Paraguai. Podemos notar de forma nítida essa questão quando, ao término do conflito, as tropas imperiais chegam pela manhã à capital gaúcha para o desfile dos vencedores, há uma excitação inicial. Philipp nota que “Porto Alegre inteira estava nas ruas, centenas de bandeiras imperiais eram agitadas com entusiasmo, a cavalaria vencida o caminho com dificuldade, os animais espantados desfaziam o alinhamento precário” (2008, p. 256). Todavia, à noite, passado o momento inicial de êxtase, após jantar com seu irmão, o Tenente Schneider acomoda-se no quarto organizado para a seu pernoite, e por um momento ele fica “afofando o travesseiro com as mãos, alisando os alvos lençóis e pela sua cabeça desfilaram todos aqueles bons companheiros que ficaram para trás [...], quando assoprou a chama do lampião, dormiu logo, como se fizesse aquilo pela primeira vez.” (2008, p. 258). Essa é sua única recompensa por tanto sofrimento, uma retribuição singela para tamanho ônus.

O retorno à sua casa também não trouxe o sentimento de glória ou orgulho, muito menos de dever cumprido. Seu pensamento passou a ocupar-se da terrível imagem de seus companheiros sucumbindo em combate, ou pelas doenças. À noite não dormia, tinha pesadelos constantes, como os de seu pai. Ao término do romance, Philipp percebe que não lutou contra injustiças, como acreditava, e que não existia nenhuma glória a ser alcançada em combate. Os conflitos em que lutou só fizeram com que ele se afastasse de seus familiares e perdesse a sua juventude e a sua paz de espírito.

Encontramos ainda, nos últimos movimentos de *Tempo de guerra*, da mesma forma como apresentaram-se ao final de *Tempo de solidão*, os eventos que viriam a ser explorados na obra seguinte. Assim, temos nas últimas páginas de *Tempo de guerra* as raízes da Revolta dos Mucker, que seria abordada em *Tempo de (ódio) angústia*, com a chegada de Daniel Abrahão ao morro Ferrabraz, local onde a trama aconteceria, e a interação da família Schneider com alguns personagens históricos importantes do episódio, como os líderes João Jorge Maurer e Jacobina Mentz Maurer.

Todavia, nos onze anos passados entre o lançamento de *A ferro e fogo: tempo de guerra*, em 1975, e o falecimento do romancista, em 1986, a obra *A ferro e fogo: tempo de (ódio) angústia* permaneceu sem ter sido lançada. Oficialmente, apenas esboços e partes de uma obra incompleta existem, fazendo com que essa “história” permaneça inacabada.

## 2. ACERVOS LITERÁRIOS: HISTÓRIA, ORGANIZAÇÃO E METODOLOGIAS DE PESQUISA

Iremos discutir nesse capítulo alguns tópicos envolvendo a história do surgimento e do desenvolvimento dos acervos literários no Brasil, bem como questões teórico-metodológicas de investigação dos materiais neles contidos.

Primeiramente, analisaremos algumas questões pertinentes ao surgimento dos acervos literários no país, consolidados, sobretudo, na década de 1980, o que os diferencia dos até então vigentes arquivos literários, o tipo de organização adotada para a catalogação, e os locais que são geralmente destinados a eles. Após discorrermos sobre tais assuntos, poderemos abordar de maneira mais compreensível e didática o nascimento do Acervo Literário de Josué Guimarães, a sua história, e o tipo de organização e catalogação presente nele em seu princípio, na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), e atualmente, na Universidade de Passo Fundo (UPF).

Em um segundo momento, iremos analisar questões teórico-metodológicas relevantes para a pesquisa em acervos, principalmente, as voltadas à crítica genética, uma vez que esta é a corrente mais apropriada para o nosso tipo abordagem, e assim, utilizaremos alguns de seus procedimentos para o desenvolvimento de nossa análise. Todavia, cabe ressaltarmos, não é nossa intenção aqui fazer crítica genética, mas apenas nos apropriamos de alguns de seus métodos, aqueles que são mais pertinentes para o desenvolvimento desta tese. Colocaremos no centro da análise dessa corrente os apontamentos feitos por Almuth Grésillon, diretora do Instituto de Textos e Manuscritos Modernos da França, vinculado ao *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), visto que desde o surgimento deste movimento, essa pesquisadora esteve presente de forma ativa nos debates, colaborando de forma efetiva na publicação de diversos livros e artigos, assim como na organização de eventos sobre o tema.

### 2.1 Os acervos literários e sua organização

Os acervos literários surgiram no Brasil no início dos anos de 1980, e ao adquirir impulso e regulamentação científica, iniciaram um processo gradual de substituição dos arquivos literários convencionais, que até então eram os grandes responsáveis por abrigar as coleções de documentos dos escritores. Para entender esse fenômeno com maior clareza, é preciso primeiramente conhecermos a forma como ambas as instituições se organizam, e, em suas diferenças, compreender as inovações trazidas pelo sistema proposto pelos acervos.

Os arquivos literários eram geralmente anexados a universidades e instituições de memória, moldados a partir de modelos biblioteconômicos, abrigavam vastas coleções de documentos, os quais eram compostos de uma grande variedade de materiais, que iam desde manuscritos de obras, bibliotecas de escritores, até objetos pessoais, como cartas, postais e fotos. Foi nesse modelo organizacional que os historiadores da literatura começam a se debruçar sobre esse tipo de fonte, todavia, tais pesquisas só ganharam impulso quando “o modelo de história da literatura, em reação ao anti-historicismo estruturalista, deixou de ser o periodológico para investir em estudos monográficos, pontuais, a partir do prestígio da Escola dos Annales.” (BORDINI, s/d, p. 1).

Os historiadores da chamada “velha guarda” consultavam a documentação que encontravam nas bibliotecas e arquivos públicos, e sem interrogar acerca de seu projeto historiográfico, acabavam apenas por reproduzir o padrão historicista romântico, em que o documento obedecia a um centramento narrativo – *Zeitgeist*. Por outro lado, os novos historiadores, apoiados sobre os alicerces teórico-metodológicos concebidos pela Escola dos Annales, movidos por concepções históricas não lineares, não essencialistas e não causalistas, separavam das séries documentais dados que pudessem ser testados por hipóteses interpretativas (BORDINI, s/d, p. 1). Dessa forma, com um modelo renovado de pesquisa, surge também um modelo novo de organização para o material, onde a coleta e acomodação documental não se restringe aos selecionados pela instituição guardiã, mas se fazem presentes em sua totalidade e heterogeneidade constitutiva.

Desse modo, o estatuto dos acervos vai se diferenciar daquele dos arquivos convencionais por não se guiar por um sistema de organização biblioteconômico, mas seguir uma catalogação informatizada junto a uma classificação voltada às necessidades de pesquisa. Nos acervos, os documentos não deixam de ser fichados, arquivados e, conseqüentemente, preservados, porém, por meio de um sistema taxinômico, onde a diversidade dos materiais é preservada por completo, sem exclusões e hierarquizações, ou seja, justamente ao contrário do que acontecia no modelo anterior, quando os documentos não eram guardados e classificados no arquivo senão em virtude de uma topologia privilegiada, selecionada ideologicamente por quem possuía o poder de classificar. Dito de outra forma, o arquivo acabava por se constituir em um espaço em que abrangia a identificação, classificação e unificação, possuía função “arcôntica”, que não é apenas “topo-nomológica”, mas também invoca o “poder de consignação” (DERRIDA, 2001, p. 13), já que este sistematiza e sincroniza a coleção documental de modo que esta apresente uma configuração ideal, e não heterogênea.



Graças a esse “novo” modelo de organização – o acervo –, abre-se um leque de novas possibilidades de pesquisas nas mais diversas áreas, como as voltadas à história editorial, história das mentalidades, história da leitura, sociologia literária, além de crítica textual, investigações de intertextualidade, estudos comparativistas, transtextuais e transnacionais e, claro, crítica genética. Esses aspectos não estavam previstos no modelo convencional de arquivo literário, visto que neste, a preocupação estava centrada na origem dos eventos na consciência do escritor.

De maneira resumida, podemos concluir que, enquanto o arquivo limitava-se em atividades, sobretudo, biblioteconômicas e museológicas, o acervo procura as especificidades de um legado, apurando-o com o intuito de sondar e reunir fontes primárias para a concepção da construção do conhecimento literário, assegurando e promovendo concretudes e alargando as fronteiras do que se compreende por “conceito de obra, chamando a atenção para a sua materialidade” (BORDINI, 2009, p. 48). Por conseguinte, proporciona interpretações textuais desses autores que vão além da visão autonomista de suas obras. Bordini enfatiza ainda

o valor das fontes primárias como testemunhas do processo criativo dos escritores, da industrialização e comercialização do livro, dos modos de recepção dos leitores, das práticas de canonização da literatura, dos impasses contextuais e conjunturais e oferecer recortes diversos e originais da instituição literária brasileira. (BORDINI, 2009, p. 52).

No Brasil, os acervos literários – assim como os arquivos – localizam-se geralmente em universidades, as quais tornam-se responsáveis pela salvaguarda desse material, promovendo a preservação da memória do escritor. Há, quase que de praxe, o firmamento de um acordo entre os familiares, herdeiros legais dos espólios do escritor, e as universidades, que se dispõem e se responsabilizam pelo recebimento, catalogação e acomodação desses documentos, os quais, posteriormente, são disponibilizados para os pesquisadores. Esses acervos são mais comumente encontrados próximos à região onde o autor nasceu ou da área em que atuou. São mais raros os casos de acervos que reúnem escritores de diversas partes do país, como ocorre com o Instituto Moreira Salles, na cidade de São Paulo, e com o Museu de literatura da Casa de Ruy Barbosa, na cidade do Rio de Janeiro.

No Rio Grande do Sul, estado em que a vida e obra de Josué Guimarães está vinculada, criou-se inicialmente, na Faculdade de Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, o Acervo de Escritores Sulinos<sup>27</sup>. A iniciativa durou mais de 20 anos, e chegou a reunir, em 2008, dez acervos de escritores em uma mesma instituição (BORDINI, 2009, p.

---

<sup>27</sup> O Acervo de Escritores Sulinos nos interessa aqui não apenas por seu pioneirismo, mas por ter sido o primeiro espaço, como veremos adiante, a abrigar os espólios de Josué Guimarães.

37). Esse acervo, durante o seu período de existência e operação, possibilitou uma produção renovada e significativa em diferentes áreas de estudo referentes a produção literária, gerando mobilização na opinião pública por meio de programas televisivos – como foi o caso da adaptação da obra romanesca *A ferro e fogo: tempo de solidão* para a minissérie de mesmo nome –, resgatando, conforme afirma Bordini (2009, p. 37), autores que estavam, naquele momento, caindo no esquecimento, salvos por uma limitada parcela de leitores, em grande parte acadêmicos, que ainda os buscavam.

O Acervo de Escritores Sulinos tinha por compromisso a preservação da documentação legada pelos escritores sul-rio-grandenses. Cada acervo era gerido por coordenadores especializados na obra do respectivo autor, e buscavam, por meio de sua atuação, estabelecer uma “pesquisa multidisciplinar, incluindo áreas de arquivologia, informática, crítica, história e teoria literária” (BORDINI, 2009, p. 37). Dessa maneira, foi possível proporcionar, por meio da articulação entre a obra literária e seus elementos internos, condições privilegiadas aos pesquisadores no estudo das fontes primárias de escritores relevantes para a memória literária sul-rio-grandense e brasileira.

Concebido em 1993, no Centro de Pesquisas Literárias, por iniciativa de um grupo de pesquisadores da PUCRS, o Acervo de Escritores Sulinos era inicialmente composto de quatro acervos literários, os dos escritores Dyonélio Machado, Erico Verissimo, Pedro Geraldo Escosteguy e Reynaldo Moura. Esses espólios estavam sendo geridos pela universidade, inicialmente, pela necessidade de articulação de esforços e troca de experiências em uma área de pesquisa que era, até então, pouco conhecida no Rio Grande do Sul, a organização, manutenção e preservação de espólios literários.

Com o passar dos anos o acervo foi expandindo e recebendo cada vez mais materiais. Em maio de 1995, mais dois espólios somaram-se aos do acervo, os dos poetas Mário Quintana e Zeferino Brasil. Em 1998 agregaram-se outros dois, o do romancista Manoelito de Ornellas e o da poeta Lila Ripoll. Já em 2000, constituiu-se o acervo do poeta Oscar Bertholdo. Além dos espólios aqui destacados, houve também conversações para a constituição dos acervos de Moysés Vellinho e de Vianna Moog, porém, as tratativas acabaram por não irem adiante por conta da descontinuidade do grupo de pesquisa que conduzia o Acervo de Escritores Sulinos (cf. BORDINI, 2009, p. 39). Todavia, foi ainda em 1996 que esse espaço recebeu o acervo de maior interesse para o nosso estudo, e sem o qual a realização desta pesquisa seria inviável.

O Acervo Literário de Josué Guimarães – localizado na PUCRS – foi fundado em abril de 1996 graças à doação de Nydia Guimarães, viúva de Josué Guimarães. O acervo foi coordenado pela docente Maria Luíza Ritzel Remédios e, posteriormente, teve como co-

coordenador o pesquisador Miguel Rettenmaier que, na época, era doutorando na instituição. Com o encerramento das atividades do grupo de pesquisa do Acervo de Escritores Sulinos, em 2007, o acervo retornou à família do escritor.

O grupo de pesquisa do Acervo de Escritores Sulinos funcionou de 1993 a 2007. O ponto decisivo que ocasionou em seu fim ocorreu em 2005, quando a PUCRS, devido aos vultosos custos para mantê-lo e a limitada repercussão pública que esse tipo de pesquisa possui no país (aliás, um investimento que poucas universidades ousam fazer no Brasil), optou por encerrar as atividades do Centro, determinando aos herdeiros dos espólios a retirada do material por eles anteriormente cedido.

Dessa forma, retornaram às famílias os acervos de Mario Quintana, Erico Verissimo e o de Josué Guimarães. Com os desligamentos, em 2007, das pesquisadoras Maria da Glória Bordini e Regina Zilberman, os acervos remanescentes passaram, no ano seguinte, aos cuidados do então recém-criado projeto Delfos (cf. BORDINI, 2009, p. 47). Em seus 14 anos de atuação, o Acervo de Escritores Sulinos proporcionou um avanço significativo na área dos estudos literários das mais diversas vertentes, sobretudo, no que diz respeito à teoria da literatura – área de concentração do mestrado e do doutorado da instituição –, proporcionando a articulação “ainda hoje rara entre a obra literária e seus elementos internos com o sistema literário e sócio-histórico-cultural a que pertence.” (BORDINI, 2009, p. 37). Por outro lado, o Delfos, criado em 2008 e localizado em uma moderna instalação na Biblioteca Central da PUCRS, contava, já em 2012, com 26 acervos literários. Hoje, conta com mais de 37 acervos dos mais variados tipos, entre de cineastas, escritores, jornalistas, arquitetos, cartunistas, além de periódicos e laboratório de história oral.

## **2.2 O acervo literário de Josué Guimarães**

Mesmo que a documentação do Acervo Literário de Josué Guimarães tenha sido inicialmente disponibilizada aos cuidados Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, era desejo inicial dos herdeiros dos espólios do literato, conforme aponta Andretta (2020, p. 283), que esse material ficasse sob os cuidados da Universidade de Passo Fundo, uma vez que o escritor sempre foi, em vida, um grande incentivador e um constante participante das Jornadas Literárias de Passo Fundo, que eram organizadas nesta instituição. Dessa forma, em 2007, o acervo foi transferido para as dependências da Biblioteca Central, do Campus I, da Universidade de Passo Fundo. A coordenação do acervo ficou sob os cuidados do antes co-

coordenador Miguel Rettenmaier, que nesse momento, já se encontrava com seu doutorado concluído e ocupando o cargo de professor adjunto da UPF.

Instalado em um espaço de 42 m<sup>2</sup>, o acervo é dividido em dois ambientes. O primeiro destes ambientes, onde o visitante necessariamente precisa adentrar para ter acesso à documentação arquivada, possui expostos diversos materiais que foram de uso do escritor, como suas máquinas de escrever, seus manuscritos, suas cartas, alguns livros, seu passaporte, sua carteirinha de filiação ao Partido Comunista Brasileiro, algumas fotografias – dentre as quais uma de sua viagem à URSS –, entre outros objetos pessoais, tudo exposto em vitrines específicas. Passando por esse cômodo, chega-se à sala principal, onde estão organizados os espólios em sua totalidade. A documentação é composta pelos manuscritos de suas obras, produções jornalísticas, recortes de periódicos e revistas – quando não presente em sua totalidade –, cartas entre Josué Guimarães e amigos, alguns também escritores – como Erico Verissimo –, postais, cartões de datas comemorativas e, é claro, a biblioteca pessoal do escritor, com cerca de 400 livros (ALJOG/UPF no Arquivo Histórico, 2011, p. 1), divididos em diversas áreas do conhecimento, prevalecendo, em sua maioria, obras literárias e historiográficas. Esse material encontra-se organizado em armários para salvaguarda, e é composto por mais de oito mil itens em sua totalidade (ANDRETTA, 2020, p. 284). A sala ainda conta com desumidificador, máquina de higienização de obras, fotocopadora, três computadores, quatro scanners e uma mesa grande de reuniões, que é utilizada para a pesquisa local e para a ministração de disciplinas com temas voltados a acervos e salvaguarda.

No que diz respeito a organização e classificação documental, o Acervo Literário Josué Guimarães adota, basicamente, o mesmo sistema elaborado pelo grupo de pesquisa do Acervo de Escritores Sulinos, em que, seguindo a concepção de acervo de Bordini, é necessário desempenhar

um trabalho que não apenas conserva em ordem e cataloga para a consulta documento literários, mas promove a obra e a imagem do escritor, propicia investigações de cunho teórico, crítico e histórico, tanto quanto acolhe mais do que normalmente os arquivos ou espólios literários costumam conter. (BORDINI, 2003, p. 131-132).

Para conceber um modo organização em que isso fosse possível, a autora elaborou um manual (BORDINI, 1995), que foi, inicialmente, aplicado no Acervo Literário de Erico Verissimo e, posteriormente, utilizado em todos os acervos cedidos ao grupo, incluindo o de Josué Guimarães. O sistema de catalogação exposto nesse manual possibilitou a teorização de um modelo que, além de propiciar a produção científica, possibilita o compartilhamento e a socialização dos espólios. O manual de Bordini divide-se em quinze classes específicas.

A primeira dessas classes é a dos *originais*. Concentram-se nela os manuscritos das obras do autor, englobando os completos, os inéditos e os abandonados. A segunda classe abarca as *correspondências* do escritor. A terceira é a das *publicações na imprensa*, e é constituída por recortes e exemplares inteiros de revistas e jornais encontrados juntos aos espólios. A quarta classe é a de *esboços e notas*, e é composta de todo tipo de prototextos anteriores à versão final de uma obra, como diagramas, mapas, sumários e roteiros. A quinta classe é a das *ilustrações*, e compreende todo o tipo de material diagramático associado às artes plásticas e gráficas. Na sexta classe temos os *documentos audiovisuais*, e fazem parte dela os registros fotográficos, de áudio e de vídeo relativos à vida e obra do autor. A sétima é a classe da *memorabilia*, localizando-se nela tudo aquilo que lembre o autor e que não tenha sido produzido por ele. A oitava classe é a dos *comproventes de edição*, e nela são acomodados os volumes de cada edição das obras do escritor, compreendendo tanto os em língua original como os traduzidos para outros idiomas.

Seguindo ainda as concepções formuladas nesse manual, a nona classe é a destinada aos *comproventes de crítica*, e é composta de toda a documentação, original ou fotocopiada, de produções teóricas e jornalísticas que abordem obras do autor. A décima classe é a dos *comproventes de adaptação*, e fazem parte dela todos os documentos que comprovem a existência de algum tipo de adaptação de uma obra para outros idiomas. A décima primeira classe é a dos *objetos de arte*, onde se situam as obras artísticas relacionadas ao autor e que tenham sido adquiridas ou presenteadas a ele. A décima segunda classe é a da *história editorial*, e organiza-se nela a documentação dos estágios previstos para o preparo editorial que antecede a publicação de um livro e as estratégias para a divulgação do mesmo. A décima terceira classe é a da *biblioteca*, e nela estão dispostos todos os livros que pertenceram ao escritor. A décima quarta classe é da *vida* do autor, e está voltada ao armazenamento de seus documentos e objetos pessoais. A décima quinta e última dessas classes é denominada *obra*, e nela organizam-se a totalidade de trabalhos produzidos pelo escritor, dos quais, enquanto entidades verbais, dependem de um manuscrito ou livro para a sua existência física. Ademais, todas essas quinze classes são singulares e delimitadas por subdivisões bem específicas, onde os materiais são enumerados e cada um deles recebe um código de identificação padronizado, para que, dessa forma, seja possível localizá-los através dos registros de um *software* próprio, que apresenta dados como a localização do item, a data de produção, a proveniência e a descrição do mesmo.

Assim, tendo como base o sistema de catalogação elaborado por Bordini (1995), mas levando em consideração a modernização e difusão de novos meios de pesquisa no decorrer de 23 anos, Rettenmaier (2018) busca uma maneira de acompanhar essas mudanças sociais e

tecnológicas resultantes do progresso, para que, dessa forma, seja possível reorganizar os materiais pertencentes ao Acervo Literário Josué Guimarães (ALJOG/UPF), e facilitar a pesquisa em seus documentos. Em um projeto desenvolvido em conjunto com a Universidade de Santiago de Compostela, em 2014, o pesquisador desenvolveu uma metodologia para a elaboração de um banco de dados que permita análises qualitativas e quantitativas dos materiais indexados.

O método elaborado por Rettenmaier reestrutura as quinze classes de Bordini (1995) em quatro principais linhas técnicas. A primeira dessas linhas é a *qualitativa*, e possibilita o levantamento de informações vinculáveis. A segunda linha é a *quantitativa*, e viabiliza a conversão das análises em dados numéricos. A terceira é a *histórica*, e permite reconstituição temporal das trajetórias, tornando inteligível a construção de cronologias. A quarta e última é a *textual*, e oportuniza o rastreamento de materiais textuais.

Por meio dessa estrutura, o pesquisador empreende a reorganização da base de dados do ALJOG/UPF, para que seja possível, dessa forma, concentrar o material do acervo em uma plataforma específica, acessível de modo online, integrando o acervo às novas possibilidades de pesquisa propiciadas pelas tecnologias digitais (RETTENMAIER, 2018, p. 121). Guiando-se por essa proposta, Rettenmaier explica que,

os itens do ALJOG/UPF são organizados para arquivamento e digitalização em quatro grandes classes, em uma sistemática que combine os anteriores tipos de itens, entrecruzados, como se fosse executada uma espécie de dobradura na linha horizontal das antigas classes [de Bordini, 1995]: Produção Ativa, Produção Passiva, Correspondência e Inventário. (RETTENMAIER, 2018, p. 123).

Nesse sistema de reclassificação, os itens textuais, anexados às três primeiras classes, são separados dos não textuais, que fazem parte do inventário (objetos pessoais). Desses últimos, há a separação entre ativos e passivos. Nos ativos, ainda encontramos categorias menores de classificação, onde estão compreendidos os assinalados, os datiloscritos, os diagramas, os esboços, os manuscritos, as notas e os planos (RETTENMAIER, 2018). Mesmo que essa documentação ainda não esteja disponível *online*, para o acesso do público em geral, o Acervo literário Josué Guimarães possui uma página no site da Universidade de Passo Fundo<sup>28</sup>, onde encontram-se informações acerca do trabalho desenvolvido nele, e ainda conta com um site oficial<sup>29</sup>, que está no ar desde 2011. Esse último divide-se em nove seções: vida,

---

<sup>28</sup> <https://www.upf.br/IFCH/curso/mestrado-em-letras/laboratorios/aljog>

<sup>29</sup> <http://aljog.upf.br/>

obra, comparsas e simpatizantes, materiais secretos, confissões, enquetes, fortuna crítica, equipe e *downloads*, além de trazer notícias relacionadas ao autor.

### 2.3 Elementos teórico-metodológicos formadores da crítica genética

O surgimento da crítica genética é algo relativamente recente, tendo sido sua nomenclatura utilizada pela primeira vez em 1979, quando fez parte do título de uma coletânea de obras publicadas por Louis Hay, os *Essais de Critique Génétique* [Ensaio de Crítica Genética]. Todavia, o tema abordado não é novo, muito menos o interesse sobre ele é inédito, pois antes mesmo do nascimento da crítica genética, duas outras correntes de estudos com inspiração genética já existiam, sendo ambas conhecidas tanto na França, quanto na Itália e na Alemanha. Porém, suas análises não possuem muitas semelhanças a esta mais recente.

A primeira dessas correntes é a crítica de gênese. Segundo Jean Molino (1988), o termo é devido a Gustave Rudler<sup>30</sup>, e “é a herdeira de toda uma longa e excelente tradição filológica.” (MOLINO, 1988, p. 9), que acabou caindo em desuso muito tempo antes do surgimento da crítica genética. A segunda é a chamada genética textual, e se diferencia da corrente por nós investigada “conforme a análise genética se limite aos documentos autógrafos de um autor ou vise a abranger o conjunto das condições de produção de uma obra.” (GRÉSILLON, 1991, p. 8). Apresentadas grosso modo, não iremos nos aprofundar nessas duas últimas correntes, e se as citamos aqui, é apenas para que não haja equívocos interpretativos ou enganos teórico-metodológicos com relação a essas outras duas formas de análise que, de fato, possuem nomenclaturas muito semelhantes.

Retornando à análise das origens da crítica genética, a temos, nas palavras de Louis Hay, como “um filho do acaso e do empirismo” (1987, p. 17), referindo-se à conjuntura bem específica de seu surgimento, ocorrida no final dos anos sessenta. Em 1966, uma importante coleção de manuscritos – antes acondicionado na cidade de Jerusalém –, pertencentes aos espólios do poeta alemão Heinrich Heine, foi comprada pela Biblioteca Nacional da França, e logo em seguida, em 1968, em virtude desse fator, o *Centre national de la recherche scientifique* (CNRS) decide criar uma equipe de pesquisa e encarregá-la de separar, classificar e explorar essa coleção. É também em torno dessa época, mais precisamente em 8 de fevereiro em 1967, que Louis Hay publica no jornal francês *Le monde* um artigo intitulado *Des*

---

<sup>30</sup> Referência à obra intitulada *Les techniques de la critique et de l'histoire littéraires*, Oxford, Imprimerie de l'Université, 1923. O volume é dedicado a Gustave Lanson, e traz em suas linhas a marca da psicologia da criação presente no início do século. O capítulo reservado à crítica de gênese é o VII.

*Manuscripts, pour quoi faire?* (HAY, 1967, p. 6) [Manuscritos, para que fazer?], assinando a efervescência do tema naquele período. Dessa forma, são de eventos como esses que surge a crítica genética, desconectada de qualquer tradição filológica, e longe de qualquer tipo de ambição teórica, apenas buscando solucionar os problemas imediatos que se apresentavam na ordem do dia daquele determinado período.

Como reação, e tomando o caminho oposto da rigidez e do fechamento textual gerado pelo estruturalismo, de onde herdou os métodos de análise e as suas reflexões sobre a textualidade, a crítica genética responde à estética da recepção ao determinar os eixos do ato de produção, instaurando assim um novo olhar sobre a literatura.

Seguindo a concepção de Grésillon (1991, p. 12), podemos ainda dividir o desenvolvimento da crítica genética em três principais momentos: o momento germânico-ascético (1968-1975), o momento associativo-expansivo (1975-1985), e o momento justificativo-reflexivo (1985 - ?), que marca o estado presente. O momento germânico-ascético faz parte do recorte temporal que vai do ano de surgimento da corrente, 1968, até 1974. Nesse espaço de tempo, temos como característica principal a formação dos pesquisadores, que eram, de fato, todos germanistas, sendo alguns, inclusive, de origem alemã. Os melhores dentre estes pesquisadores eram especialistas em Heine, todavia, nenhum possuía em sua bagagem intelectual conhecimento em teoria da escritura literária ou experiência prática com manuscritos.

O momento associativo-expansivo, compreendido entre os anos de 1975 e 1985, é caracterizado pelo desenvolvimento da corrente, reflexo direto de cinco encontros organizados pelo *Institut de recherche et d'histoire des textes* (IRHT). O Colóquio de 1972, com o tema *As técnicas de laboratório*, o Colóquio de 1974, intitulado *Transcrição, edição, significação*, e dos três Colóquios franco-alemães, em 1977, sobre a edição dos inéditos, em 1979, sobre o poder interpretativo dos estudos genéticos, e em 1983, sobre a edição dos manuscritos de prosa. Esses três últimos eventos acabaram por ser publicados por Peter Lang, respectivamente, nos anos de 1979, 1981 e 1987, e foram responsáveis por propiciar o início de um longo diálogo institucional, que se estreitou cada vez mais, entre os germanistas e os partidários dos franceses, que estavam se deparando com problemas muito semelhantes provindos de seus manuscritos. Foi nesse momento também que países que estavam até então fora do centro desses debates, como o caso da “Hungria ou o Brasil, descobrem, perplexos, seu patrimônio literário sem saber como protegê-lo ou explicá-lo, se dirigem aos especialistas franceses para pedir conselho e colaboração.” (GRÉSILLON, 1991, p. 14).



O último desses períodos, o denominado momento justificativo-reflexivo, que inicia-se em 1985 e decorre até os dias atuais, é caracterizado por dois fatores principais. O primeiro deles é o cada vez mais crescente número de publicações sobre o tema, o que marca a inserção da crítica genética nos circuitos oficiais da instituição literária. O segundo desses fatores é a emergência de vozes críticas, vindas tanto do interior como do exterior, o que leva a análise da questão a assumir um duplo significado. Por um lado, a crítica genética ainda não é uma teoria constituída, ou seja, encontra-se *in statu nascendi*. Por outro lado, o próprio fato das crescentes críticas faz com que percebamos que a corrente está sendo cada vez mais colocada no centro dos debates envolvendo acervos.

O nome “crítica genética”, logo no primeiro momento, já remete o leitor à criação, à gênese, e é, por certo, exatamente essa a sua proposta. Da mesma forma como a gênese bíblica e a genética das ciências da vida, a genética literária tem em seu horizonte questões referentes à elaboração, ao surgimento e ao nascimento de leis de desenvolvimento e de transmissão. Enquanto a teologia trata do relato cosmogônico presente no Antigo Testamento, e as ciências da vida ocupam-se da biologia molecular, a crítica genética busca as origens, os elementos e os processos que compõem a criação literária.

Para tanto, a crítica genética buscou definir progressivamente seu objeto particular de análise, elaborando seus próprios métodos e as suas finalidades específicas. Seu foco principal está centrado nos manuscritos “de trabalho dos escritores enquanto suporte material, espaço de inscrição e lugar de memória das obras *in statu nascendi*” (GRÉSILLON, 2007, p. 12).

Separamos aqui duas definições do que se entende por crítica genética, para que assim, possa-se tornar mais nítida a sua função e o seu espaço de abrangência. A primeira dessas definições é trazida por Almuth Grésillon. Para ela, a tarefa dessa corrente é

analisar o documento autógrafo para compreender, no próprio movimento da escritura, os mecanismos da produção, elucidar os caminhos seguidos pelo escritor e o processo que presidiu ao nascimento da obra, elaborar os conceitos, métodos e técnicas que permitam explorar cientificamente o precioso patrimônio que os manuscritos conservados nas coleções e arquivos representam [...] (In: brochura de apresentação do Item, CNRS, 1988, p. 4).

A segunda dessas definições é a de Jacques Neefs, para o qual,

o que está em jogo é a variação dos estados, a confrontação de uma obra com todas as possibilidades que a compõem, tanto com relação ao que vem antes quanto ao que vem depois, é a mobilidade complexa e a estabilidade precária das formas. [...] o que importa é tentar compreender processos de invenção intelectual e estética que, através de tais atividades especiais, próprias de uma obra ou de um grupo de obras, podem caracterizar um gênero, um tempo, uma atividade cultural. (NEEFS, 1988, p. 16 e 21).

Como parte de uma teoria *in statu nascendi*, as definições não são imutáveis, por isso não possuem a estabilidade que, em partes, encontramos em um dicionário – excetuando os neologismos. Todavia, essas explicações nos trazem à luz as principais orientações da corrente.

A crítica genética não é uma disciplina independente constituída, mas sim a busca de um campo de pesquisa, que possui objeto definido – os manuscritos modernos, na medida em que estes portam o traço da dinâmica do texto em criação –, objetivos – a descrição e a exploração dos mecanismos de escritura –, método – o desnudamento do processo de escrita e a construção de uma série de hipóteses acerca das operações escriturais –, e intenção – a literatura como um fazer construtivo em movimento. Esse tipo de perspectiva, que é a que seguiremos, pressupõe reflexividade, concebendo o texto e os manuscritos como indícios de uma relação consigo mesmo e como representação da escritura, e, simultaneamente, de transgressão, com o manuscrito em tensão entre a reprodução de um saber e o irradiar da invenção criadora. Esse olhar implica senão em uma escolha de preferências, ou seja,

da produção sobre o produto, da escritura sobre o escrito, da textualização sobre o texto, do múltiplo sobre o único, do possível sobre o finito, do virtual sobre o *ne varietur*, do dinâmico sobre o estático, da operação sobre o *opus*, da gênese sobre a estrutura, da enunciação sobre o enunciado, da força da escrita sobre a força do impresso. (GRÉSILLON, 2007, p. 14).

Assim, os traços “rabiscados” dos manuscritos carregam em si um estatuto híbrido, nem parte da obra, e nem puro lixo, uma vez que o próprio escritor, e posteriormente a ele, os colecionadores, os arquivos e os acervos não os descartaram. No caso dos últimos, ao contrário, visto o grande esforço destes para entendê-los e conservá-los. Dessa forma, o manuscrito, junto a todos os documentos que compõem a “pré-história” de um texto, e que carregam um traço visível do mecanismo criativo, formam uma zona de segredo, um outro lado da obra, obscura, que desperta o desejo dos pesquisadores de revelar, de expor aos olhares indiscretos, de comunicá-los, compartilhando os segredos da criação, e transformá-los em conhecimento. Por outro lado, através deles o autor mostra possuir um desejo mascarado, às vezes contraditório, de “guardar esses fragmentos mais pessoais da escritura, conservar para uma glória póstuma incerta esses testemunhos da solidão criadora, esses sinais do risco absoluto, do erro, da rasura e dos fracassos.” (GRÉSILLON, 2007, p. 14).

Uma vez em contato com os documentos manuscritos, também denominados de prototextos<sup>31</sup>, o pesquisador os reúne, decifra, transcreve, classifica e edita. O geneticista, junto

---

<sup>31</sup> Termo proposto por Jean Bellemin-Noël em sua obra *Le texte et l'avant-texte*. Nela o autor define prototexto como “o conjunto constituído pelos rascunhos, pelos manuscritos, pelas provas, pelas variantes, vistos sob o ângulo do que precede materialmente uma obra, quando essa é tratada como um texto, e que pode formar um conjunto com ele.” (NOËL, 1972, p. 15).

às suas qualidades de filólogo, acrescenta as de editor de um tipo novo, pois encontrar um modo de representação extenuante para esses documentos caóticos, destoantes, e de cronologia tão complexa (o que, deveras, não tem muito em comum com os princípios básicos da edição crítica clássica) é algo singular. Ao ler e classificar os documentos, o geneticista extrapola as funções de edição, do traçado fixo sobre o papel, isolado dos demais documentos, e tão distante da mão que os produziu, ele busca identificar os fenômenos percebidos e recriar às operações sistemáticas da escritura – escrever, apagar, substituir, acrescentar. Por meio desse processo ele consegue criar conjecturas sobre as atividades mentais subentendidas, construindo, e aqui está a sua segunda tarefa, pressupostos acerca dos caminhos percorridos pela escritura e as significações possíveis do processo de criação, a chamada *cosa mentale*, como foi primeiramente denominada por Leonardo da Vinci ao se referir a esse processo nas artes plásticas e, posteriormente, utilizada por Marcel Proust nos estudos literários.

Por fim, temos como resultado do processo da abordagem genética as três teses que são essenciais na construção do espaço teórico próprio da crítica genética. A primeira delas propicia uma nova estética literária, a da produção. A segunda possibilita uma nova história da literatura, as experienciadas na prática de escritura. E a terceira e última, promove a abertura de um novo espaço científico, o da produção da escrita em geral.

Em última análise, a crítica genética, caracterizada por ser uma teoria *in statu nascendi*, busca se estabelecer por meio da construção de um discurso crítico acerca do devir da obra literária, dos mecanismos através dos quais um estado oscilante de tensões entre um saber que deve ser transmitido e o desejo da criação se equilibram e consolidam na forma da obra conclusa. Essa corrente se integra na estética da produção na medida em que estuda a particularidade estética das obras literárias a partir de sua emergência e dos processos por trás de sua criação. O objetivo maior por trás de sua análise está justamente em elucidar por quais processos de criação, de escrita e de modificação um projeto se converte no texto que adquiriu o estatuto de obra literária.

### 3. O PROCESSO DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL

Destinamos esse capítulo à análise do processo de imigração de povos de origem germânica para a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Buscaremos destacar, inicialmente, o período que antecede o deslocamento dessas populações, uma vez que durante a narrativa romanesca, Josué Guimarães se preocupa, de igual modo com que o fez chegar ao ano do início da imigração – 1824 – ao buscar as raízes dos acontecimentos que levaram à Revolta dos Mucker, com o contexto sócio-histórico que precedeu o evento, ou seja, os episódios que estão atrelados intimamente à formação do Rio Grande do Sul, e os ecos que esses tiveram sobre as vivências dos recém-chegados.

Em seguida, passaremos a examinar a imigração e a colonização alemã propriamente ditas, trazendo para a nossa análise as relações do governo imperial com os imigrantes e todos os problemas e atritos gerados entre ambas as partes, ocasionados, principalmente, pelas promessas supostamente falsas feitas pelo Major Schaeffer ainda na Alemanha, e o não cumprimento, ou atraso, dos acordos legalmente reconhecidos pelas autoridades. Também averiguaremos o processo de adaptação dos imigrantes de origem teuta em sua nova pátria, e os diversos fatores que colaboraram para o rápido desenvolvimento econômico de São Leopoldo. Posteriormente discorreremos sobre o modo como os alemães se organizaram socialmente nas colônias, e o surgimento de classes exclusivamente teuto-brasileiras. Por fim, abordaremos a construção do espaço geográfico da região de colonização feita pelo romancista no decorrer de sua ficção, visto que a obra possui um riquíssimo detalhamento que engloba desde paisagens naturais até edificações urbanas e rurais, seguindo sempre, é claro, as descrições e imagens contidas nas obras historiográficas.

Para enriquecer ainda mais nossa investigação, traremos para o centro desse estudo algumas obras da historiografia alemã<sup>32</sup> do século XIX e início do século XX, visto que por meio da utilização destas por Jean Roche para a elaboração de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* as mesmas passam a ecoar em algumas ocasiões no decorrer da narrativa de *A ferro e fogo*.

---

<sup>32</sup> Pesquisa realizada entre os meses de fevereiro e junho de 2021 junto ao Lateinamerika Institut (LAI), da Freie Universität Berlin, e o Ibero-Amerikanisches Institut Berlin (IAI). O intercâmbio foi financiado através de uma bolsa de auxílio ao pesquisador (Co-financed Short-Term Research Grant Brazil) do Deutscher Akademischer Austauschdienst (DAAD).

### 3.1 A Província de São Pedro no período que precede a imigração

Apesar de a narrativa de *A ferro e fogo* iniciar-se, segundo o próprio Josué Guimarães, em 1824, com a chegada dos primeiros imigrantes alemães à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, o autor preocupa-se em abordar, principalmente em *Tempo de solidão*, os eventos – e os interesses por de trás deles – do período que antecede a imigração, responsáveis por desencadear nos conflitos que acabaram por atropelar as existências pessoais dos imigrantes.

No romance, essa questão exemplifica-se não apenas por meio dos episódios ocorridos com a família Schneider durante o período em que viveram no Chuí, na “terra de ninguém”, mas também com os abusos cometidos na estância Medanos-Chico, de José Mariano, e na fracassada tentativa de repovoar as missões com alemães, representada pelos eventos atrelados a personagem Sofia Spannenberg, ou seja, os ecos do longo período em que as fronteiras eram flutuantes, caracterizado pelas constantes invasões, conflitos armados, e prática de violências gratuitas, tanto por parte de soldados castelhanos e da coroa portuguesa, quanto por bandidos, bandoleiros e caudilhos que atuavam na região.

Antes de iniciarmos a análise propriamente dita, cabe-nos discernir, mediante a tantas compreensões, que utilizaremos nesta tese o conceito de “rastros” – *Spuren* – segundo a concepção de Walter Benjamin, o qual “entende a interpretação do humano em pautas que envolvem componentes dissociativos e cindidos” (GINZBURG, 2012, p. 124). Dito de outra forma, ao contrário de concepções como a do historiador Carlo Ginzburg (2007), que acredita que o rastro constitui-se como parte integrante de uma narrativa a ser formada, uma pegada de um animal que, perseguida, permita que o caçador alcance a sua presa, para o filósofo alemão, o rastro não é algo necessariamente intercalável em uma narrativa linear e totalizadora, visto que o mesmo pode carregar consigo cortes, dissonâncias e esquecimentos.

Sendo assim, encontramos diversos rastros do romancista sobre o processo de criação desse passado remoto da província, o primeiro deles está presente na obra *História do Rio Grande do Sul*, de Danilo Lazzarotto. Nela podemos observar, logo em seu primeiro capítulo, intitulado *Primórdios da Ocupação*, conforme anexos 1 e 2, a preocupação do escritor com os eventos referentes à formação do Rio Grande do Sul. Nas duas primeiras páginas que iniciam a seção, Josué Guimarães faz diversos sublinhados e marcações, e chega a criar uma espécie de linha do tempo, na qual anota cronologicamente os eventos que considera como relevantes para depois desenvolvê-los na narrativa de seu romance, seguindo, talvez, a própria indicação do

historiador, que sugere que aqueles são “acontecimentos [que] teriam importância acentuada no povoamento do Rio Grande do Sul.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 60).

No primeiro capítulo dessa obra historiográfica, Lazzarotto expõe que um dos motivos para o surgimento do interesse português e espanhol pela região platina se deu, naquele momento, pela infindável quantidade de gado chucro existente no local, que fora, outrora, inserido pelos jesuítas, argumentando que após a destruição das missões jesuíticas, permaneceu “o gado introduzido pelo Pe. Cristóvão de Mendonça que, criando-se chucro, ‘chimarrão’, nas verdes campanhas, onde o capim chegava a cobrir uma rês, não demorou a dar ao Rio Grande a riqueza que cedo despertaria a cobiça humana.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 59).

Outro rastro que temos sobre esse período, conforme pode-se observar no anexo 3, está exposto no índice da obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, de Jean Roche, em que o romancista destaca com uma marca diversos capítulos, entre os quais, o primeiro, intitulado *O Rio Grande do Sul antes da colonização alemã*, em que o historiador francês, seguindo uma perspectiva próxima à de Lazzarotto, explica que

quando sofreram as incursões dos bandeirantes, o gado abandonado espalhou-se por todo o Rio Grande, dando origem a esse abundante gado selvagem que os lagunenses vieram procurar. Os descendentes deles cedo fizeram substituir a perseguição incerta do gado nas *Vacarias do Mar*<sup>33</sup> pelo ajuntamento nas *Invernadas* e pela criação nas *Estâncias* que fundavam. (ROCHE, 1969, p. 28).

Josué Guimarães, indo ao encontro do contexto histórico abordado em ambas as obras historiográficas, também representa esses elementos em *A ferro e fogo*. Em um primeiro momento, logo no início de *Tempo de solidão*, o romancista discorre sobre o local onde a família Schneider está provisoriamente instalada após a sua chegada ao Brasil, enquanto aguarda a demarcação de sua colônia de terras e tudo mais que fora prometido pelo governo imperial ainda na Alemanha, ou seja, nos “casebres da extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita”, em “Estância Velha, um reduto onde o gado xucro estava sendo agrupado” (GUIMARÃES, 2006, p. 7). Se temos nessa passagem apenas um pequeno eco dos eventos relacionados à formação do estado, algumas páginas depois a explicação se mostra mais detalhada. Isso ocorre quando Gründling vai à casa dos Schneider para oferecer sociedade comercial, na qual, se eles estivessem de acordo, serviriam de entreposto de mercadorias na região do Chuí, e explica que naquele local onde levantariam assentamento

havia milhares de cabeças de gado vagando pelos campos e se as marcas passassem de geração para geração, ainda se encontraria nas suas ancas o ferro

---

<sup>33</sup> Rebanhos que, ao serem abandonados no pampa pelos jesuítas com a chegada dos bandeirantes, reproduziram-se a solta, tornando-se bravios, chucros. Essa imensa reserva de gado, pilhada tanto por espanhóis, como por portugueses, passou a ser conhecida como “*Vacaria del Mar*”. (ROCHE, 1969, p. 28).

dos jesuítas de São Miguel. Sabe, esse gado se espalhou pela Província inteira e vive como búfalos, bastando arrebanhá-los. Manadas inteiras de cavalos, ovelhas e cabritos (GUIMARÃES, 2006, p. 14).

Espantado, ao mesmo tempo em que se questionava se as coisas que ouvia de seu compatriota eram realmente verdade, “Daniel Abrahão pensou se Deus seria capaz de perdoar Gründling se tudo aquilo não passasse de mentira. Mas continuou calado, deixando o amigo continuar.” (GUIMARÃES, 2006, p. 14). Mesmo com tal desconfiança, resolveram aceitar a oferta, e chegando ao local, puderam constatar que “havia gado xucro pelas redondezas e Juanito e os negros trataram logo de arrebanhá-lo. Carnearam um boi. Pela primeira vez a família de Hamburgo comia o seu próprio churrasco, estendendo depois o resto da carne em compridas varas, para secar.” (GUIMARÃES, 2006, p. 23).

Outro elemento importante para a nossa análise presente nos anexos referentes à obra *História do Rio Grande do Sul* diz respeito à atrativa prática comercial na região. Nessas páginas, Lazzarotto explica que

visando o contrabando os mercadores da época influenciaram muito no empenho da Coroa portuguesa em conservar a Colônia de Sacramento. A introdução de mercadorias trazidas pela marinha mercante lusitana, nesse porto e de lá passando às províncias espanholas cisandinas, era um dos melhores negócios da época, redundando em grandes proveitos para Portugal. (LAZZAROTTO, 1971, p. 59, 60).

Mais uma vez orientando-se de acordo com os registros historiográficos, Josué Guimarães escolhe justamente essa atividade como prática para o exercício da família protagonista da trama no período em que vivem nas bandas do Chuí, o contrabando de mercadorias. Em *A ferro e fogo*, o romancista traz essas ressonâncias no decorrer do mesmo diálogo apresentado anteriormente, quando Gründling, na posição de grande comerciante e sócio do Major Schaeffer, que possuía contato direto na Coroa através da Imperatriz Leopoldina, explica a Schneider que

eu e meu amigo Schaeffer temos um plano completo, plano de negócios, ideia de ganhar muito dinheiro. Você pode nos ajudar, Schneider, é negócio limpo e rendoso que a gente da Corte sabe e aprova [...]. A gente precisa de um posteiro de confiança para receber mercadoria desembarcada na Banda Oriental (GUIMARÃES, 2006, p. 12).

E ao seguir em seu processo de convencimento, argumenta ainda a seu patrício que

quantos bergantins, galeras e sumacas ainda estão por chegar? Pois saiba, isto aqui é um grande mercado que se abre e o povo da terra não sabe nada disso, é preciso que a gente que vem da civilização abra bem os olhos e trate de ganhar dinheiro. É o que importa, meu caro, ganhar dinheiro. O resto vem com ele. (GUIMARÃES, 2006, p. 23).

Ao aceitar a proposta, acreditando tratar-se realmente de um negócio lícito, os Schneider logo se estabelecem na fronteira, e o empreendimento começa a funcionar conforme o planejado, pelo menos até a eclosão da Segunda Guerra da Cisplatina. Em um diálogo, durante a primeira entrega dos caixotes, Daniel Abrahão questiona Frederico Harwerther sobre o modo

como o processo de logística é realizado, então o seu companheiro de atividade explica que a “mercadoria foi descarregada em pleno mar. Passou de uma galera para uma sumaca e eu ali depois do Chuí, esperando.” (GUIMARÃES, 2006, p. 25). Alguns dias depois, Herr Schneider descobriria a sequência do procedimento, visto que uma vez as mercadorias estando alojadas nos galpões de sua estância, ficaria a cargo de seu amigo João Carlos Mayer ir até o entreposto para buscá-las e transportá-las para São Leopoldo.

Reforçando ainda a questão do contrabando, e demonstrando como o assunto chamou a atenção de Josué Guimarães, temos ao final de cada capítulo da obra de Lazzarotto, conforme pode ser observado no anexo 4, uma seção intitulada *Teste Objetivo*, com perguntas e alternativas de respostas elaboradas pela Prof. Eronita Silva Barcelos, as quais abordam os temas trabalhados na obra historiográfica. Essas questões, no exemplar pertencente ao romancista, encontram-se todas respondidas. A primeira dessas perguntas indaga: “A fundação da Colônia de Sacramento por D. Manoel Lôbo visava:” (LAZZAROTTO, 1971, p. 70). Das quatro respostas possíveis, o romancista seleciona duas, a primeira, “contrabandear mercadorias portuguesas e indicar o limite sul das posses portuguesas.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 70), com um círculo simples, e a segunda, “facilitar o contrabando pela marinha mercante para as províncias portuguesas.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 70), com um círculo mais destacado, o que nos leva a concluir que, mesmo que para Josué Guimarães ambas as alternativas possam estar corretas, essa última lhe chamou mais a atenção, não apenas pela ênfase em sua marcação, mas por ser justamente esse modelo de contrabando o representado em *A ferro e fogo*, ou seja, o tráfico de mercadorias importadas para dentro do próprio território português por via marítima.

Prosseguindo nas páginas da obra *História do Rio Grande do Sul*, chegamos ao segundo subcapítulo da unidade III, intitulado *Tratado de Madri (1750) – Guerra Guaranítica*, onde Lazzarotto (1971, p. 64) explica o contexto histórico em que o acordo foi firmado, e a intenção de Portugal e da Espanha em resolver por completo as questões referentes à posse das colônias, para assim demarcarem os limites territoriais e, conseqüentemente, estabelecerem a paz na região.

No que se refere ao contexto sul-americano, o tratado determinava a entrega definitiva da Colônia de Sacramento à Espanha e, em contrapartida, Portugal receberia os Sete Povos das missões, ficando a cargo de uma comissão mista demarcar os limites. Todavia, se um dos principais objetivos de ambas as coroas era pacificar a região, uma vez que a Europa, depois de muito tempo, estava finalmente em paz, o artigo XVI do tratado gerou uma situação totalmente inversa no que tange as populações locais. Nele estabelecia-se que



das povoações e aldeias que cede sua Majestade Católica na margem oriental do Uruguai, sairão os missionários com todos os móveis e efeitos, levando consigo os índios para aldear em outras terras de Espanha, e os referidos índios poderão levar todos os seus bens móveis e semoventes e as armas, pólvora e munições que tiverem, em cuja forma se entregarão as povoações à Coroa de Portugal, com todas as suas casas, igrejas e edifícios e a propriedade e posse do terreno. (LAZZAROTTO, 1971, p. 70).

Descontentes, mas procurando uma alternativa, os jesuítas buscaram estabelecer acordos com a Coroa portuguesa. Inicialmente, solicitaram três anos para que pudessem construir as casas, reestabelecerem as suas plantações e prepararem os rebanhos, para que assim, finalmente fosse possível fazer a transição territorial, porém, após expressarem o seu desejo às autoridades, o Marques de Valdelírios, responsável legal pelo procedimento, achou o pedido inoportuno, e de imediato o negou, respondendo à congregação que não cederia três meses para tanto. Dessa forma, tentando por zelo fazer com que as ordens dos portugueses fossem cumpridas para evitar repressões, o comissário geral dos Jesuítas, o Pe. Luiz Altamirano, acabou precipitando alguns acontecimentos, o que fez com que “os índios se revoltassem [...] sob a acusação de que eles (os padres) queriam entregá-los aos portugueses” (LAZZAROTTO, 1971, p. 64).

Com os ânimos exacerbados de ambos os lados, Lazzarotto (1971, p. 65) explica que os comissários decidem, a 15 de julho de 1753, submeter os “índios” à guerra. As agressões iniciaram-se no começo de 1754, quando os “índios” atacaram por duas vezes o forte de Jesus-Maria-José do Rio Pardo, ponto avançado estabelecido pelas forças ibéricas para alcançar as missões, todavia, no momento dos ataques, apenas o exército português encontrava-se na fortificação. Já em janeiro de 1756, com a chegada do exército espanhol, as duas forças iniciam a marcha em direção às missões. Em 7 de fevereiro do mesmo ano, o líder Sepé Tiaraju é morto às margens do Vacacaí, e em 17 de maio, as tropas aliadas entram em São Miguel, que encontrava-se em chamas após os “índios” terem incendiado os seus próprios lares e fugido, “nos demais Povos repetiam-se as cenas de incêndio e as fugas para as matas” (LAZZAROTTO, 1971, p. 64). Ao final dos eventos, Portugal não cedeu a Colônia de Sacramento à Espanha, que, por seu turno, também não entregou as missões a Portugal. Dessa forma, elaborou-se então em 1761 o Tratado de El Pardo, que anulou o Tratado de Madri. Assim, os povos indígenas foram convidados pelos espanhóis a retornarem para as missões. Todavia, os Sete Povos já haviam chegado ao seu fim, e os grupos indígenas que outrora haviam vivido lá, em sua maioria, acabaram por estabelecer um estilo de vida errante e, muitas vezes, servil, vagando pela província, às margens da sociedade.

Também é possível encontrar rastros do romancista acerca desse evento na obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, em um subcapítulo de um parágrafo, intitulado *A*

*Guerra Guarani*, como pode ser observado no anexo 5, onde Roche, de maneira mais incisiva e, em certos pontos, destoando da narrativa de Lazzarotto, enfatiza que “depois de escaramuças em que pereceu o chefe deles, Sepé Tiaraju, os índios foram dizimados (Caibaté, 10 de fevereiro de 1756) e seus aldeamentos destruídos ou conquistados (maio de 1756)” (ROCHE, 1969, p. 13).

Há no decorrer da trama de *A ferro e fogo* diversos episódios e situações em que, buscado em suas origens, é possível de notar os ecos do período missioneiro e, conseqüentemente, as implicações ocasionadas pela Guerra Guaranítica. A primeira ressonância atrelada a tais eventos pode ser observada na construção étnica do “índio Juanito, descendente de guaicurus<sup>34</sup>” (2006, p. 13) que, ao viver junto à família Schneider, orbita no centro da trama no desenrolar de praticamente todo o romance. Podemos constatar no exemplar de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, localizado no ALJOG/UPF, conforme anexo 6, alguns rastros deixados por Josué Guimarães no que diz respeito à seleção do grupo étnico para a construção de Juanito. Esse registro encontra-se no subcapítulo *A eliminação dos índios e dos espanhóis*, e é composto por uma flecha, indicando a totalidade do texto contido na página 20, seguido de um sublinhado no ano de “1827”.

Nesse subcapítulo, Roche aborda os habitantes que viviam no estado durante período pré-colombiano, explicando de maneira detalhada que

os índios que ocupavam primitivamente o Rio Grande do Sul, pertenciam a três grupos: tupis-guaranis, guaicurus e gês. [...] Os guaicurus haviam sido representados por várias tribos, tendo algumas desaparecido nas guerras intestinas, entre as quais as mais conhecidas eram as dos charruas, estabelecidos ao longo do Jaguarão, e dos minuanos, entre o Ibicuí e o Quaraí. Foram eles que os hispano-portugueses encontraram em 1756, nos cimos do Rio Grande meridional. Os charruas eram mais independentes, os minuanos mais sociáveis. Estes forneceram aos portugueses o primeiro pessoal das estâncias, aqueles lhes transmitiram o uso das bolas, arma de guerra, depois de caça e instrumento de trabalho, pois se tinham tornado excelentes cavaleiros. Foi o único grupo que deixou alguns traços no povoamento do Rio Grande do Sul, ao longo do Uruguai. (ROCHE, 1969, p. 20).

Por meio da descrição do historiador francês, além de nos ser possível notar que a escolha do romancista não foi feita ao acaso, nos é igualmente perceptível que grande parte das habilidades descritas por Roche podem ser encontradas representadas no romance nas atividades cotidianas

---

<sup>34</sup> Grupo indígena conhecido pelas suas habilidades bélicas, agressividade, e destreza na montaria. Do século XVI ao início do século XIX, jamais foram submetidos por europeus ou qualquer outro grupo, e quando aceitaram a paz com os “estrangeiros”, essa foi concebida em seus próprios termos (HEMMING, 2007). Pouco se sabe sobre as suas origens exatas, que, segundo Siqueira (1992), estão atreladas em duas principais hipóteses. A primeira é que os guaicurus podem ter migrado da Patagonia, na Argentina. A outra hipótese é que a origem desse povo seja andina. Seja como for, seguindo a linha de pensamento do mesmo pesquisador, que leva em consideração em sua análise a cultura, a religião, e os costumes dos guaicurus, podemos concluir que a região que esse grupo habitava no período da chegada dos primeiros europeus ao continente americano recebia influências diretas de povos da amazônia, dos pampas e das grandes civilizações andinas.

do “índio”, tais como cavalgar, domar cavalo xucro, caçar, carnear, arrebanhar, preparar churrasco e charque.

Juanito surge na narrativa logo no início de *Tempo de solidão*, na ocasião em que Gründling chega à casa da família Schneider para falar de negócios. A personagem apresenta-se de forma submissa, obedecendo a todas as ordens do comerciante alemão, aos olhos do qual não se diferencia de seus tantos outros bens, serviços e escravos, como é possível observar no momento em que Carlos, ao propor a sociedade aos seus compatriotas, oferece além do “índio”, uma quantia em dinheiro, “duas carroças com juntas de bois, [...] mais quatro juntas de troca, vinte cavalos, [...] quatro escravos solteiros e mais dois casais, negros escolhidos a dedo” (2006, p. 13).

Não existem no romance muitas informações acerca do passado de Juanito. Todavia, nos é possível, por meio de alguns diálogos, encontrar pistas que sugerem um contato de longa data entre ele e o comerciante. Isso ocorre, sobretudo, na passagem em que se desenrola uma desavença entre Catarina e Gründling, motivo pelo qual Frau Schneider, acompanhada pelo “índio”, o recebe com armas em punho. Estarrecido, o comerciante vai embora, e ao explicar o ocorrido a Hillebrand, se queixa que “até aquele índio filho de uma puta, doutor, que foi cria minha, sempre tratado como se fosse gente, até aquele índio miserável apontando arma contra mim!” (2006, p. 160, 161). Levando em consideração tal fala, nos é possível tomar o exemplo de Juanito como a sintetização de tantos outros casos envolvendo os descendentes dos antigos grupos indígenas que, ao serem reunidos nas missões e catequisados pelos jesuítas, acabaram por perder o seu antigo modo de vida e muitos de seus costumes. Com o advento da Guerra Guaranítica e a conseqüente destruição dos Povos, “os raros índios<sup>35</sup> [...] no território rio-grandense viveram à margem dos brancos” (ROCHE, 1969, p. 21), obrigados a vagar desgarrados, sem alternativas a não ser se submeterem a servidão que, em muitos casos, como o da personagem analisada aqui, iniciava-se ainda quando muito jovem.

Reforçando ainda mais essa situação, temos a personagem Ceji, “uma chinoca<sup>36</sup> minuano<sup>37</sup> encontrada ao léu em Rio Grande e encaminhada para ser criada com gente de trato”

---

<sup>35</sup> Apesar de Josué Guimarães ter se valido de obras que, no período da produção de *A ferro e fogo*, foram inovadoras, estudos mais recentes, como o de Batistella (2014), dão conta que essa população, apesar de muito reduzida quando comparada a seu número original, estava longe de ser tão diminuta quanto informa Roche, uma vez que, para tais remanescentes, fora necessária a criação de aldeamentos, os chamados toldos, onde com o decorrer dos anos, acabaram sendo aculturados.

<sup>36</sup> Substantivo feminino. Regionalismo: Rio Grande do Sul. 1. china ('índia', 'cabocla') moça ou menina; caboclinha, chininha. (HOUAISS, VILLAR, 2009, p. 454).

<sup>37</sup> Grupo indígena que habitava o sul do Rio Grande do Sul e Uruguai. Eram originários da região da Patagônia, assim como os Charruas e os Guenoas, com os quais nunca dividiram o território. Em 1730, ao aliam-se aos

(2006, p. 64) por José Mariano, dono da Estância Medanos-Chico, no Chuí, propriedade que fazia divisa com a Estância de Jerebatuba, pertencente à família Schneider. Essa personagem surge na narrativa do romance atrelada a Juanito, o qual, ao encontrá-la nas terras vizinhas de onde morava, a corteja durante um considerável tempo, exibindo-se em demonstrações de força e habilidade durante as atividades corriqueiras. Com o decorrer da trama, a propriedade onde Ceji vivia é destruída por soldados da Banda Oriental, e seu dono assassinado, ao passo que ela é violentada e mais uma vez abandonada. Após esse episódio, Juanito a leva para morar junto aos Schneider para, em seguida, contrair matrimônio. Formalizada a união, o casal continua a viver junto à família alemã, sob as suas ordens, auxiliando-os nas mais diversas tarefas. O casamento não é duradouro, pois pouco tempo depois da família Schneider retornar à Colônia de São Leopoldo, a jovem contrai tísica e vem a óbito.

Por meio de ambos os eventos infelizes relacionados à Ceji, o estupro e a doença, também nos é possível notar em Juanito elementos que ainda o ligam fortemente às antigas crenças de seus antepassados, o que nos faz ao menos indagar, pela leitura do romance, em até que nível a catequização dos jesuítas afetou as antigas crenças dos povos nativos<sup>38</sup>. No primeiro desses episódios, em que a Estância Medanos-Chico é atacada e destruída por soldados da Banda Oriental, Juanito, ao perceber a tropa passando por eles e indo em direção à propriedade vizinha, sente-se mal, com o coração disparado, como algo de ruim tivesse para acontecer com sua amada, então monta em um cavalo “em pelo” (2006, p. 80), como é característico de seu povo, e dispara em busca de Ceji. Aproximando-se, nota no horizonte um espiral de fumaça negra, então percebe que o seu mau pressentimento é fundamentado, e começa a tomar a forma de realidade no momento que encontra José Mariano atirado ao chão, degolado. Em seu íntimo sentia que “pairava sobre tudo o espírito agourento de Quanip<sup>39</sup> e de seus companheiros

---

Charruas, acabaram por receber a mesma denominação. Nas guerras contra os espanhóis, juntaram-se aos portugueses. (ENCICLOPÉDIA RIO-GRANDENSE, 1968).

<sup>38</sup> Apesar de encontrarmos no romance tal indagação, não localizamos nas obras utilizadas por Josué Guimarães, pelo menos naquelas que tivemos acesso, menção sobre a questão. Todavia, valendo de estudos recentes como o de Bringmann (2014), podemos ter uma ideia de que houve por parte dos povos nativos grande resistência, não apenas no que concerne a questão territorial, como o próprio romance apresenta representando os seguidos ataques efetuados aos imigrantes em seus antigos domínios, mas também no âmbito cultural, expondo que mesmo após o processo de catequização fomentado nas missões, esses permaneceram fiéis as suas antigas crenças e costumes.

<sup>39</sup> Kwányip, também chamado de Kuanip ou, aportuguesado, Quanip, é um dos principais deuses Howenh, ancestrais que habitaram a terra segundo a mitologia Selknam – povo ameríndio que até o início do século XIX viveu no norte e centro da Ilha Grande da Terra do Fogo, localizada no extremo sul do continente americano, território atualmente pertencente à Argentina e ao Chile. Ele é considerado o deus instigador da morte (BEAUVOIR, 1915). Notamos aqui que a origem de Juanito, representado em *A ferro e fogo* como pertencente ao grupo guaicura, condiz com a sua crença religiosa, ligada ao povo Selknam, do qual compartilhavam as lendas e a ancestralidade.

vampiros.” (2006, p. 80). Pouco antes de encontrar a “indiazinha”, quando as suas esperanças falhavam, ainda choraminga, “Quanip maldito” (2006, p. 80). Por fim, ele a encontra desmaiada, sangrando, colocando-a no lombo do cavalo, carrega-a consigo de volta à Estância de Jerebatuba.

Para ilustrarmos um último momento em que os eventos atrelados ao período jesuítico ecoam de forma expressiva em *A ferro e fogo*, trazemos para a nossa análise a tentativa desastrosa de repovoar com imigrantes alemães a região dos Sete Povos das Missões, a qual, em consequência da Guerra Guaranítica, permaneceu arrasada, com uma população reduzida, vivendo em total pobreza e abandono, um cenário muito diferente do encontrado em seu apogeu, durante a primeira metade do século XVIII, quando possuía um sofisticado plano urbanístico, e riquezas que iam muito além da agricultura e da pecuária.

Existem referências sobre esse episódio tanto na obra historiográfica de Danilo Lazzarotto, quanto na de Jean Roche. No que diz respeito ao primeiro autor, há na *Unidade V de História do Rio Grande do Sul*, intitulada *Imigração*, uma passagem em que o historiador expõe que

Digna de nota é uma tentativa de colonização das missões com imigrantes alemães, feita em 1824. Schaeffer lucrava de conformidade com o número de imigrantes que enviasse ao Brasil. Interessado, assim, mais pela quantidade que pela qualidade, agenciou elementos indesejáveis, que aqui aportaram trazidos pelas sumacas Ligeira e Delfina, promovendo logo desordens entre os primeiros moradores de São Leopoldo. Fernandes Pinheiro aproveitou-se da oportunidade para concretizar um sonho que há muito acalentava, de colonizar com imigrantes as missões, nesta época, em completa decadência. Foi escolhido o povo de São João. Os índios restantes deveriam reunir-se em São Miguel. Para São João foram enviados “os indesejáveis” de São Leopoldo. A viagem foi uma verdadeira odisseia. Tentaram insubordinar-se contra os oficiais que os guiavam. Quer homens, quer mulheres, embriagam-se continuamente, e brigavam uns com os outros chegando a ferirem-se mutuamente. Nas ruínas de São João nada os animava para uma vida nova. Foram consumindo os subsídios recebidos, e um a um se dispersaram, uns seguindo caudilhos, outros mudando de nome, mesclando-se com a população local, e ainda outros, chegando a Porto Alegre, sendo reincorporados a São Leopoldo. (LAZZAROTTO, 1971, p. 89, 90).

Seguindo em uma linha muito próxima à de Lazzarotto, Jean Roche narra que “o Presidente da Província submetera ao Governo Imperial um projeto pessoal”, e que “apesar do silêncio do secretariado do Estado, toma a si a responsabilidade de enviar, a São João das missões, [...] certo número de imigrantes”, reunindo dessa maneira “os que eram considerados indesejáveis” para essa empreitada. Todavia, os problemas começaram a surgir antes mesmo da jornada iniciar-se, visto que “o chefe de escolta perde duas semanas em negociações para obter seis carroças necessárias para o transporte. Durante esse meio tempo, uns tentam evadir-se, outros trocam as suas roupas pelo álcool, e os mais ajuizados caem doentes” (ROCHE, 1969, p. 98). O historiador francês complementa ainda que, chegando lá, a situação não se mostra

diferente, uma vez que “os imigrantes vendem suas rações para beber, afundam na miséria e começam a sumir-se. Diante do insucesso de seu projeto, Pinheiro manda conduzir os últimos a São Borja.” (ROCHE, 1969, p. 98).

Podemos encontrar em *A ferro e fogo* os ecos historiográficos acerca desse evento, assim como os de suas consequências. Tais ressonâncias estão sintetizadas, sobretudo, na experiência pessoal da personagem Sofia, que surge pela primeira vez na trama do romance quando, ainda muito jovem,

fora largada na Rua do Passo, no centro de São Leopoldo, por alguém que pouca gente vira. Uma testemunha afirmava que o homem tinha cara de índio ou de castelhano, que chegara a galope com a menina na garupa e que a largara como quem se livra de um saco. (2006, p. 65).

Diante de tal situação, e vendo a menina em estado lastimável, Dr. Hillebrand busca interagir com Sofia para ganhar confiança, e descobrir o que de tão grave acontecera para que ela se encontrasse em tais condições. A partir desse momento, por meio da resposta da personagem, Josué Guimarães representa no romance o cenário de degradação em que se encontravam os Sete Povos das Missões desde o término da Guerra Guaranítica, com a expulsão dos jesuítas, e o conseqüente aniquilamento e evasão da maior parte dos indígenas, narrando também os diversos tipos de violências que eram praticados naquela terra sem leis, longe dos olhos das autoridades imperiais. Além disso, o romancista busca também empregar a sua denúncia quanto à forma como os imigrantes foram abandonados naquela região pelo governo brasileiro. Todas essas questões mostram-se presentes no diálogo que se segue entre Hillebrand e Sofia, quando a jovem explica ao médico que

viera de São Borja para onde a família fora levada dos Sete Povos das Missões. Seu pai, Spannenberger, morrera degolado por gente de guerra. A mãe desaparecera e ela fora carregada por um gaúcho de quem não sabia o nome. Depois um outro homem ficara com ela, andando de povoado em povoado. Um dia fora deixada na casa de um velho e lá morara muito tempo. Não sabia quanto tempo. O velho morrera assassinado e um rapaz de nome Pedro ficara com ela e depois os índios o mataram e ela ficou vivendo entre os índios – um mês, um ano, não sabia bem; como os bugres andavam em guerra conseguira fugir até ser encontrada por um outro homem de melenas grandes e pretas, para quem trabalhava e com quem dormia. (2006, p. 66).

Indignado com o relato que ouvira, Dr. Hillebrand, em conversa com Gründling, diz ao seu conterrâneo que “sempre [foi] contra essa colonização dos Sete Povos das Missões. Veja o que aconteceu com essa menina. Ela é bem o espelho de tanta desgraça” (2006, p. 67). Todavia, em uma passagem anterior do romance, o médico contradiz a posição professada ao comerciante. Em um diálogo com o Pastor Stilenbauer, o médico afirma que está “preocupado com o abandono a que haviam relegado aquela pobre gente”, e que “estava disposto a viajar até Porto Alegre e, de viva voz, relatar ao presidente os seus fundados temores quanto ao sucesso

da colonização em tão boa hora iniciada” (2006, p. 51). Ouvindo isso, o pastor deixa a entender que isso de nada adiantaria, e lembra ao seu patrício que

fora o próprio presidente o autor daquela ideia de repovoar com alemães os Sete Povos das Missões, quando os espanhóis já haviam devastado aquela província, entregando aos imigrantes uma terra arruinada, a não ser as supostas vinte mil cabeças de gado que viviam pelas cercanias, em estado selvagem. (2006, p. 51).

Contrariado com o que ouvira de Stilenbauer, Hillebrand, de forma a defender ao representante imperial a quem servia e de quem vinha a sua autoridade, tenta justificar a atitude, argumentando que “o reverendo devia saber que o governo mandara para lá apenas a escória mandada da Europa pelo Major Schaeffer. Que alemães haviam sido remetidos para lá? Bêbados e vagabundos, criminosos comuns, desajustados.” (2006, p. 51).

Analisando do ponto de vista historiográfico, acreditamos que esse último diálogo extraído do romance carregue a perspectiva que mais se aproxima do “real” posicionamento de Hillebrand em relação ao projeto de colonizar os Sete Povos das Missões com imigrantes alemães, visto que, segundo Roche, fora o próprio médico, na condição de diretor da Colônia de São Leopoldo, que “junta os indesejáveis no comboio que o presidente manda para a longínqua Colônia de São João das Missões.” (ROCHE, 1969, p. 96). Além disso, ainda conforme o historiador francês, esse acontecimento não foi um caso isolado, visto que Hillebrand, “por muito tempo, usou, como último recurso, do envio para a Colônia de Torres como uma sanção.” (ROCHE, 1969, p. 96), ou seja, a prática adotada pelo administrador alemão de juntar os “perturbadores da paz” e enviá-los para alguma colônia distante não era tão incomum.

Assim, tendo exposto aqui alguns dos episódios presentes em *A ferro e fogo* ligados aos primórdios da ocupação sul-rio-grandense, e sua estreita ligação com os registros históricos, percebemos que Josué Guimarães vai além da mera representação da imigração alemã, tema central de sua obra, uma vez que o romancista traz para a narrativa eventos que a precederam, muitos dos quais, de um modo ou de outro, acabaram por afetar diretamente as vivências dos imigrantes recém-chegados. Isso ocorre porque, conforme demonstraremos mais nitidamente no decorrer dos próximos capítulos, o projeto do romancista busca, por meio das atuações das personagens da trama, efetuar uma releitura da *História geral do Rio Grande do Sul*, tendo como aporte a própria historiografia, sobretudo, local, visto que esse embasamento científico, como já foi discutido na introdução desta, é um dos pressupostos que devem ser seguidos para que o escritor possa produzir, conforme declarou ser de sua vontade, um romance que seja considerado histórico, e assim, transmitir a seu leitor maior credibilidade em sua narrativa.

Além disso, ao acompanharmos a elaboração do romance, passamos a compreender como funciona o processo criativo do autor, o que nos possibilita, pela produção da intriga, perceber o modo com que se dá a construção e o desenvolvimento do segundo estágio do ciclo mimético, a *mimesis II*. Isso ocorre quando o romancista, fazendo uso dos diversos recursos que tem em mãos, e guiando-se pela sua pré-compreensão de mundo, passa a formalizar, por meio de uma narrativa, a intriga de sua ficção. Todavia, exploraremos melhor essa questão nos subcapítulos seguintes, onde a representação historiográfica está diretamente envolvida no *ato configurante* da produção da intriga romanesca, ligando, por meio das interações, as personagens reais e construídas, aos eventos históricos e fictícios.

### **3.2 A chegada dos primeiros imigrantes alemães: entre sonhos de um recomeço e promessas não cumpridas**

De acordo com a epígrafe de *A ferro e fogo*, a qual já fora citada anteriormente, o romance inicia-se

com a chegada, no Rio Grande do Sul, do bergantim Protetor, em julho de 1824, trazendo no seu precário bojo de madeira trinta e oito colonos alemães destinados à extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, hoje São Leopoldo. Depois deles, outros tomaram o mesmo caminho, trazidos [...] por um aventureiro internacional, o Major Jorge Antônio Schaeffer. (2006, p. 3).

Ao analisarmos esse trecho da introdução, nos é perceptível não apenas o caráter pretensamente histórico que a ficção busca transmitir ao leitor logo de início, mas também a forte influência que algumas obras historiográficas exercem sobre a sua produção. Ao compararmos tal epígrafe com um excerto localizado no subcapítulo *Primórdios da colonização*, da obra *História do Rio Grande do Sul*, percebemos uma grande semelhança entre as duas narrativas, levando-nos a acreditar que Josué Guimarães valeu-se da descrição feita por Lazzarotto para escrever a introdução de seu romance.

Nesse subcapítulo da obra historiográfica, Lazzarotto explica que,

os primeiros imigrantes chegaram a Porto Alegre, no bergantim Protetor, a 18 de julho de 1824. [...] No dia 25 de julho desembarcaram na Feitoria, que se chamará, doravante, Colônia Alemã de São Leopoldo, em homenagem à Imperatriz dona Leopoldina. Eram 38 pessoas. Chegando mais um grupo em novembro do mesmo ano, o número de imigrantes elevou-se a 124 pessoas. (LAZZAROTTO, 1971, p. 88).

Apesar da abordagem de Jean Roche ao tratar de tal temática ser mais breve e menos detalhada, quando comparada com a de Lazzarotto, explicando de forma sintética apenas que “a 25 de julho de 1824, instalavam-se em São Leopoldo, nas terras que eram concedidas, 38 imigrantes alemães que o Presidente da Província, em nome do Governo Imperial, recebera em



Porto Alegre.” (ROCHE, 1968, p. 1), vai ser em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* que encontraremos, no subcapítulo intitulado *Uma colonização dirigida*, a descrição mais próxima da presente na epígrafe de que “o recrutamento foi [na Alemanha] organizado por um agente direto do Governo Brasileiro, Major Schaeffer.” (ROCHE, 1969, p. 94), o qual era considerado por muitos, segundo o historiador, como um “aventureiro de alto voo” (ROCHE, 1969, p. 145), devido ao grande histórico de eventos que este participou desde a Rússia, até as ilhas do Havaí.

O historiador complementa ainda que essa personagem histórica gozava da confiança do Imperador e da Imperatriz, uma vez que ele “já se encontrava incumbido de engajar voluntários para os batalhões estrangeiros” (ROCHE, 1969, p. 94). Ambas as informações também surgem de maneira associada no decorrer do romance, quando Gründling informa a Daniel Abrahão, o qual desconhecia a figura histórica, que

o major embarca soldados regulares da Alemanha para o Rio Grande, que D. Pedro I queria homens de exército, hábeis no manejo das armas e com preparo militar para enfrentar qualquer guerra. Além de soldados mandaria de lá casais de agricultores e que todos viriam para aquele pedaço de terra (2006, p. 12).

Para atrair pessoas dispostas a começarem uma nova vida no Brasil, o historiador francês ainda explana que Schaeffer oferecia condições muito favoráveis:

os colonos viajariam a expensas do Governo Brasileiro, seriam logo naturalizados, gozariam da liberdade de culto, receberiam como livre propriedade 160 000 braças quadradas de terra (77 hectares) por família, e cavalos, vacas, bois, etc.; durante um ano, perceberiam uma ajuda, em moeda corrente, de um franco por cabeça, e de cinquenta cêntimos durante o segundo ano; enfim, seriam isentos de todo imposto e de toda prestação de serviço pelo espaço de dez anos. A única condição que se lhes impunha era a inalienabilidade de suas terras por dez anos. (ROCHE, 1969, p. 95).

Foram tais ofertas as responsáveis, no romance, por fazer com que a família Schneider, almejando uma vida melhor, resolvesse embarcar para sua jornada na “nobre e generosa Hamburgo”, de onde o *Wilhelmine* levantou ferro, “rumo ao desconhecido”, enfrentando “mares bravios, terras estranhas, feras e bugres”. (2006, p. 18). Todavia, suas expectativas começaram a ruir quando sentiram estar vivendo, desde sua chegada, na mesma situação precária, provisoriamente instalados na Feitoria, onde permaneciam “há mais de três meses esperando que o governo cumprisse com o que lhes fora prometido na Alemanha: uma colônia de terras de papel passado, alguma ferramenta, sementes e animais domésticos.” (2006, p. 7).

No que diz respeito a tais promessas, Lazzarotto igualmente destaca que o Major oferecia a todos os alemães dispostos a migrarem para o Brasil “passagem paga; concessão gratuita de um lote de terras de 400 braças; subsídio diário a cada colono de 160 réis, no primeiro ano e metade no segundo; certa quantia de bois, cavalos, etc. na proporção do número das pessoas da família.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 86). Enquanto Roche, de maneira

sintetizada, aponta apenas que “a própria constituição do império opunha-se à concessão imediata e automática da nacionalidade brasileira e proclamava a religião católica a do Estado” (ROCHE, 1969, p. 95), Lazzarotto, aprofundando mais a questão, detalha que além das vantagens anteriormente citadas por ele, havia outras três, e não duas – como mencionado pelo historiador francês –, as responsáveis por gerarem, logo de início, forte atrito entre o império e os imigrantes. Eram elas “a concessão imediata da qualidade de cidadão brasileiro; inteira liberdade de culto; isenção, por dez anos, de impostos”. Seguindo na mesma perspectiva de Roche, o historiador explica que tais medidas “iriam ferir a constituição brasileira de 1824”, todavia, esclarece que as mesmas “foram feitas sem autorização do governo brasileiro” (LAZZAROTTO, 1971, p. 86) pelo agenciador alemão.

Essa situação é exposta, em *A ferro e fogo*, no momento em que o Major Schaeffer viaja a Porto Alegre para visitar o seu amigo e sócio, Gründling. Curioso acerca dos boatos que ouvira em sua chegada, o agenciador indaga ao amigo, “então aquela gentinha que cacei pelos arredores de Hamburgo, toda ela agora revoltada contra seu criador!” (2006, p. 44). Tentando acalmar o seu patrício, Gründling explica que “não era bem assim, havia os mais sensatos, os que costumavam pensar pelas próprias cabeças, sem dar ouvidos aos arruaceiros.” (2006, p. 44).

Em posição defensiva, ainda tentando se justificar para Gründling acerca dos comentários, Schaeffer, em uma resposta carregada de elementos historiográficos, explica que

o amigo era testemunha dos seus sacrifícios. Agora, se o governo não dera o que havia prometido por escrito, estavam aí as cartas da própria imperatriz, o depoimento do General Brant, todos os comandantes de navios contratados, o problema não era dele, sua missão terminava quando o barco levantava âncoras. Prometi a essa gente tudo aquilo que me foi autorizado. Agora essa conversa de que a Constituição não permite isso, não permite aquilo. Deviam ter dito antes. Agora que se danem. Sabe, que se danem – disse o major. (2006, p. 44, 45).

O agenciador, embriagado, se lamenta, declarando que “o que doía mesmo era a ingratidão desses colonos. Querendo a sua cabeça, procurando intrigá-lo com a Coroa, indispondo as autoridades contra ele.” (2006, p. 45). O Major ainda complementa que, obviamente, recebera muitas barras de ouro do império referentes aos serviços prestados, mas o que “pouca gente sabia era o que sofrera nas mãos dos inimigos do Brasil. Um homem como ele levado às barras do Tribunal de Comércio pela campanha de difamações do celerado Kilhe de Wuel.” (2006, p. 45).

Ao levarmos em consideração essa última fala de Schaeffer, a qual faz alusão aos supostos “inimigos” da pátria, e o rastro deixado por Josué Guimarães na obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, conforme observável no anexo 7 – composto por uma tira de

papel utilizada para marcar o subcapítulo *A legislação* –, podemos perceber que o romancista, utilizando-se dos embasamentos fornecidos por ambas as obras historiográficas, traz para a narrativa do seu romance o episódio em que “processou-se na Alemanha uma grande campanha de descrédito da imigração no Brasil” (LAZZAROTTO, 1971, p. 86), na qual

fora lançado o alarma contra as manobras de Schaeffer, [...] atingindo as altas esferas da administração, em particular na Prússia. O rescrito de Von Heydt (ministro prussiano do Comércio, da Indústria e de Obras Públicas), em data de 3 de novembro de 1869, proibiu a outorga de privilégios a empresas de transporte de emigrantes alemães para o Brasil. O Governo Prussiano não proibiu a imigração para o Brasil, como dizem, mas recusou-se a proteger os agentes dessa imigração, em razão das queixas que lhe haviam sido transmitidas e das más informações que recebera, entre 1862 e 1868, sobre a situação dos colonos. (ROCHE, 1969, p. 108-109).

Analisando essa passagem em *A ferro e fogo*, podemos perceber a existência de alguns anacronismos na narrativa quando é abordado esse evento, uma vez que a fala do Major, no romance, ocorre em sua suposta visita a Porto Alegre, durante o transcorrer da Segunda Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), e as acusações feitas a Schaeffer junto ao Tribunal do Comércio desenrolam-se, segundo os registros historiográficos, entre os anos de 1862 e 1868.

Apesar de não quereremos que o romance histórico seja historiografia, temos em mente que a partir do momento em que ele passa a seguir estritamente a cronologia dos eventos históricos, como na grande maioria dos casos o faz, sua “credibilidade” como representação do passado passa a ser ampliado. Dessarte, se em um raro momento como o apresentado existem anacronismos, os mesmos não devem ser vistos como uma falha, mas, quanto muito, como uma limitação de consonância com a História, até porque Josué Guimarães, na posição de literato, não possui nenhum compromisso quanto às datas, tendo autonomia, inclusive, para alterá-las em virtude de sua liberdade poética. Dessa forma, podemos concluir que essa distorção cronológica de modo algum configura-se como real problema, uma vez que “a ficção implica a presença de uma aporia diversa daquela que respalda a escrita da história: não pretende ser a investigação do que foi, sem que, por isso, o mundo de fora deixe de tocá-la.” (LIMA, 2006, p. 225).

Todavia, voltando ao episódio em análise, Roche explica que, diante dessas graves denúncias, os governantes sul-rio-grandenses buscaram substituir a introdução de colonos “tanto por cabeça” pela imigração espontânea, a qual dependia, quase que exclusivamente, do estado de opinião pública na Alemanha. Servindo-se de obras da historiografia germânica, o historiador francês argumenta que, “essa era hostil à imigração para o Brasil. A concomitância entre as medidas ligadas à abolição do tráfico de escravos e as atividades colonizadoras do Governo Brasileiro foi explorada por publicistas e estadistas” (ROCHE, 1969, p. 107), os quais, segundo Köhler – autor que Roche toma como referência ao abordar o assunto –, advertiam a

população contra a ameaça dos agenciadores de colonos, que faziam verdadeiras fortunas enviando imigrantes da Europa para trabalharem nas mais variadas atividades no Brasil, e por isso chegaram a ser rotulados, por alguns críticos alemães, como “traficantes brasileiros de carne humana” (KÖHLER, 1926, p. 237, tradução nossa)<sup>40</sup>, uma clara referência aos mercadores de escravos, que atuaram no Brasil até pouco tempo antes do início da colonização, e a forma semelhante com que agiam – inclusive recebendo por quantidade enviada.

Apesar do tom exacerbado, tais denúncias eram justificadas, uma vez que, segundo escreve Lazzarotto, o governo alemão recebeu “queixas dos colonos de parceria nos cafezais de São Paulo, que não suportavam trabalhar junto com os escravos e tão menos ser tratados como escravos.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 90).

Interessante atentarmos que em *A ferro e fogo* também é possível defrontarmos-nos com o *modus operandi* da transação, com o inspetor “controlando a chegada e contando as cabeças, [...] verificando os papéis de cada um, anotando nomes e sobrenomes, até mesmo das criancinhas de colo”, pelas quais “pagavam menos” (2006, p. 53), ou seja, indo ao encontro dos rastros encontrados na página 106, observáveis no anexo 8. Neles, o historiador francês explica que um agenciador, de nome Pedro Kleudgen, recrutava os alemães “em troca de uma recompensa de 30 ou 15 mil-réis por colono, conforme este tivesse mais ou menos de 12 anos” (ROCHE, 1969, p. 106), ou ainda, seguindo os localizados na página 107, conforme anexo 9, onde encontramos que o governo da província assinara dois acordos, um com a Companhia Hamburgo-Brasileira, pertencente a Julius Knorr, e outro, com a Firma Claussen-Bertan, onde constava “à razão de 30 mil-réis por indivíduo de mais de 12 anos, e de 15 mil-réis por menino de 2 a 12 anos” (ROCHE, 1969, p. 107). Nessa mesma página podemos encontrar a informação de que os recrutadores Almeida e Martins recebiam a “recompensa de 37 mil-réis por colono adulto, e de 12 mil-réis e meio por criança” (ROCHE, 1969, p. 107). Além disso, a obra romanesca também traz a alusão à forma como os agenciadores viam os imigrantes, chegando a serem referidos por algumas personagens, no decorrer da trama, como “escravos brancos.” (2006, p. 183).

Somando-se a tais denúncias, publicistas e estadistas também expuseram as dificuldades impostas pelo governo imperial em relação ao regime de concessão de terras e ao processo de naturalização. Diante desse cenário, vendo-se em uma posição de descrédito, que colocava o seu projeto em risco, “o império oficializou a missão de Schaeffer e assumiu as suas promessas, com exclusão das inconstitucionais.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 86).

---

<sup>40</sup> “*Brasilianische Menschenhändler*”.

Essa conjuntura, associada ao não cumprimento de todas as promessas previstas, se faz presente em diversas passagens do romance, a exemplo do capítulo IV, quando Catarina, vivendo nas bandas do Chuí, demonstra-se curiosa sobre a situação de seus compatriotas que permaneceram na Real Feitoria, e então pergunta ao seu conterrâneo, Oestereich, “como estava a Colônia de São Leopoldo, pois viera de lá, se todos haviam recebido a terra e o dinheiro prometidos pelo governo” (2006, p. 60), e o mesmo prontamente lhe responde que a “terra, quase todos receberam [...] mas o resto parece que continua na mesma. Tudo muito atrasado” (2006, p. 60). No que concerne a da falta de pagamento, Lazzarotto aponta que

os subsídios prometidos não eram pagos como deveriam ser. Os primeiros imigrantes, receberam-nos em gêneros, mas eram logrados pelos distribuidores. Então, Fernandes Pinheiro providenciou o estabelecimento de casas comerciais em São Leopoldo, pagando o subsídio em dinheiro, mas logo o Governo deixou de pagar. (LAZZAROTTO, 1971, p. 91).

Já no que diz respeito ao processo de demarcação de terras, como veremos a seguir, a situação foi muito mais longa e complicada, o que comprova, mais uma vez, que as críticas feitas pelos estadistas alemães ao projeto de colonização brasileiro, eram fundamentadas não apenas na região produtora de café, mas também no contexto sul-rio-grandense.

Roche sublinha que aos “primeiros habitantes foram concedidas terras sem atraso; já os que chegaram em dezembro de 1824 encontraram dificuldades em instalar-se; quanto aos que vieram logo depois, tiveram, muitas vezes, de esperar meses para ver concederem-lhe um lote” (ROCHE, 1969, p. 95). Apesar dos Schneider, como atesta a epígrafe, fazerem parte do primeiro grupo a desembarcar na Colônia de São Leopoldo, Josué Guimarães os representa envolvidos “desde julho” (2006, p. 7) em meio aos problemas atrelados à demarcação de terras, como podemos constatar na passagem onde o narrador atesta que após as bebedeiras de sábado, “o seleiro Schneider e os outros trataram de voltar aos casebres da extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courita, onde há mais de três meses aguardavam [...] o que lhes fora prometido” (2006, p. 7).

Lazzarotto, tratando dessa questão, esclarece que o presidente buscou logo cumprir as ordens recebidas do governo central, “mandando medir os lotes coloniais para receber os imigrantes, o que demorou a se cumprir dadas às más condições do tempo e a imperícia dos demarcadores.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 88). Josué Guimarães, ao representar tal conjuntura em seu romance, valendo-se de sua liberdade poética, enriquece a sua narrativa em detalhes, tanto reais, quando aborda as personagens e os eventos históricos, como fictícios, quando dá vida ao texto trazendo para dentro dele elementos cotidianos que se encontram fora de qualquer registro historiográfico. Em *A ferro e fogo*, o narrador explica que

dias e meses passando, o intérprete repetindo a mesma ladainha, coisa de cobra mandada. O juiz de sesmarias, Araújo Bastos, adiando a medição ordenada pelo governo; ora as chuvas torrenciais, chuvisqueiros e minuano, ora as enxaquecas, a espera de tempo limpo, os aprestos de viagem. O intérprete tropeçando nas declinações, o juiz sofre de uma doença que o impede de sentar-se. À noite banha o rabo numa bacia de água esperta, infusão de malva ou de erva-de-bicho, que outros chamam de orelha-de-rato ou de pimenta-d'água. [...] O homenzinho dizia essas coisas à guisa de explicação, que os alemães começavam a irritar-se com as delongas, amanhã as coisas se resolvem, na próxima semana teremos solução, no mês que vem ninguém mais fala nisso, pois é, tudo desculpa esfarrapada. Uma palavra final, vinda de boca de gente muito importante: em novembro a medição estaria concluída, julgada por sentença, cada metro estaqueado, colônia por colônia, picadas abertas, linhas traçadas. Em novembro. (GUIMARÃES, 2006, p. 7).

Enquanto as demarcações não eram feitas, a narrativa romanesca dá conta de que os recém-chegados “tratavam de tirar da terra provisória algo que pudesse ser somado ao charque e às aguadas abóboras” (2006, p. 7). Todavia, segundo os apontamentos historiográficos, nem sempre eles obtinham sucesso em tal empreitada, pois apesar dos registros de que na antiga Feitoria “existia abundante material nos lotes, [...] os colonos deveriam aprender a usá-lo [...] e cultivar suas terras”. Em todo caso, “distribuíram-lhes ferramentas e sementes.” (ROCHE, 1969, p. 95). Ao ver os imigrantes trabalhando desnorteados, sem ter a mínima noção sobre as características do solo, das plantas cultivadas na província e do ritmo das estações na zona subtropical, o inspetor, no intuito de elucidá-los, providenciou a aquisição de “dois exemplares de um dicionário de agricultura.” (ROCHE, 1969, p. 96).

Quanto mais o tempo passava sem que o governo apresentasse uma alternativa para cumprir com as suas promessas, mais os ânimos dos imigrantes se exacerbavam. Podemos notar no transcorrer do romance esse descontentamento crescer gradativamente com o passar dos anos. Um exemplo disso encontra-se na passagem em que, às vésperas da Guerra Farroupilha, o Pastor Klinglhoefer, ao notar Herr Scherer exaltado, pronto a se opor ao império, pergunta-o pelo motivo da insatisfação dele e dos imigrantes que o acompanhavam, e o mesmo, com semblante decidido, responde que

queremos que nos paguem os subsídios atrasados. Há mais de um ano que não vemos a cor do dinheiro que nos foi prometido na Alemanha. Queremos a demarcação das terras, até hoje adiada para a próxima semana, que nunca chega. Queremos os animais domésticos que constam dos nossos contratos. (2006, p. 163).

Outra questão trazida no romance, igualmente atrelada ao regime de concessão de terras, e que gerou grande insatisfação, está ligada à rápida expansão da colonização e a consequente distribuição de lotes em áreas cada vez mais afastadas dos núcleos urbanos, distantes, inclusive, de São Leopoldo. Roche explica que

a colônia depressa se estendera da antiga Feitoria à borda da Serra, cortando a floresta virgem. Antes mesmo de terem atingido o limite de seus lotes, os colonos passavam pela área dos animais selvagens e pela dos índios, os “bugres”, cujos primeiros ataques se desencadearam em 1829. (ROCHE, 1969, p. 97).

Em *A ferro e fogo*, tais eventos são frequentemente trazidos à tona, sobretudo, no transcorrer de *Tempo de solidão*, e já surgem, pelo menos na forma de prenúncio, no início do romance, quando Gründling, no episódio em que apresenta a sua proposta de sociedade aos Schneider, argumenta a Daniel que ele está “oferecendo uma grande oportunidade, uma fatia de terra que não acaba mais, você marca para o norte, para o sul, leste ou oeste e tudo isso em troca de [...] um metro quadrado de terra coberta de mato, numa zona onde vivem tigres e bugres.” (2006, p. 13, 14), fazendo alusão à suposta localização da propriedade em que o imigrante e sua família estavam no aguardo.

Vemos no decorrer da trama tais ameaças de “ataques” por parte dos indígenas aos imigrantes se concretizarem, com a intensidade das hostilidades aumentando proporcionalmente ao passo em que a colonização avança sob o território dos nativos. O primeiro desses contatos referenciados no romance surge na narrativa quando Valentim, após ouvir a proposta de Catarina, alguns meses após o término das hostilidades no Chuí, já por volta de 1829, analisa a troca de suas terras na Colônia de São Leopoldo pela Estância Jerebatuba, dos Schneider, e lembra que sua esposa, muito aflita, o contou sobre tais encontros, informando-o que “os bugres andavam cada vez mais atrevidos, nem esperavam a noite para atacar, ela mesma vira um bugre morto por Franz Bohrer, o corpo ainda quente.” (2006, p. 101).

Acerca dessa conjuntura, Lazzarotto, seguindo a cronologia de Roche, explica que “quando a colonização, no seu avanço, chegava nos contrafortes da Serra, índios Kaingangs, querendo impedir o avanço dos brancos, atacaram por diversas vezes, matando pessoas, destruindo bens” (LAZZAROTTO, 1971, p. 91). Esse agravamento da situação, no romance, é apresentado por Germano Klinglhoefer, o qual, referindo-se, sobretudo, à colonização nas áreas mais distantes, denuncia o abandono em que foram submetidos os seus compatriotas que, vivendo na miséria, nada podiam fazer a não ser presenciar “os filhos morrerem de doença ou roubados pelos bugres” (2006, p. 195), complementando ainda aos presentes que

ontem fiquei sabendo, três colonos foram mortos em Dois Irmãos e uma criança desapareceu nas mãos dos bugres. Na Picada Hortênsio houve uma verdadeira chacina, onze alemães mortos pelos selvagens e dois deles, gravemente feridos, morreram dias depois. (2006, p. 195).

Também nos chama a atenção aqui a questão trazida por Josué Guimarães acerca dos seguidos raptos de crianças por parte dos indígenas. A ocorrência mencionada na citação acima não é o único momento em que o romancista faz alusão a tais acontecimentos. Além do caso de Sofia Spannenberger, sucedido na antiga área das missões, e já explorado no subcapítulo anterior, há uma passagem em que Gründling expõe que regularmente nos “matos das serras [...] os bugres atacam e matam, levam crianças prisioneiras para serem criadas como bicho.” (2006, p. 14).

Tais acontecimentos, no que diz respeito aos registros historiográficos utilizados pelo romancista, podem ser localizados na obra *História do Rio Grande do Sul*, onde Lazzarotto expõe que após atacarem e instaurarem o caos, os indígenas acabavam “levando prisioneiras mulheres e crianças.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 91). Além disso, nesse mesmo tópico, o historiador explica que tal situação gerou pânico entre os colonos, e “dada a pouca eficiência dos destacamentos policiais, eles mesmos tiveram que se armar, defender-se e mesmo entrar na mata à caça dos índios ou à procura de algum ente querido.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 91).

Esse sentimento de desamparo, experimentado pela maior parte dos imigrantes, associado à necessidade de ter que agir por conta própria, também é explorado na obra de Josué Guimarães, e surge quando Catarina, indignada com a má vontade com que as autoridades locais estavam conduzindo as investigações acerca do caso de João Agner, um colono que havia sido assassinado em plena luz do dia em uma das principais ruas da colônia, comenta a Germano que eles estão “numa terra de cegos, de mudos e de surdos. O delegado viajando. Os quatro praças comendo de graça nos lotes dizendo que andam protegendo os colonos dos ataques dos bugres. Quem sabe o inquérito terminará por descobrir que foram os bugres os assassinos” (2006, p. 168). Notando a indignação de sua chefe, Emanuel prontamente se oferece para “formar um grupo para caçar os criminosos.” (2006, p. 168), algo que acabou por não acontecer, dada a recusa de Frau Schneider. Todavia, é perceptível no romance, pela espontaneidade da fala do jovem e a própria naturalidade da reação de Catarina, a qual simplesmente “fez que não com a cabeça” (2006, p. 168), como essa prática além de normal, era corriqueira no dia a dia da colônia.

Dessa forma, tendo explorado até o momento diversas questões relacionadas aos primórdios da imigração, e dirigindo agora a nossa atenção para o viés teórico, podemos concluir através das análises apresentadas dos inúmeros rastros deixados por Josué Guimarães para a representação dos eventos históricos abordados em sua obra, a forma com que, por meio da narrativa do romance, o escritor desenvolve e concretiza o segundo estágio do processo mimético concebido por Ricoeur, a *mimesis II*, o qual surge, conforme já discorrido na *Introdução* desta tese, a partir da construção e composição da intriga, a qual carrega consigo um grande leque de interações que aproximam as personagens dos eventos históricos.

Esse estágio da produção narrativa, comum tanto à ficção, quanto à História, tem o caráter dinâmico da operação de configuração, com a função de mediar uma pré-compreensão da ordem da ação – a *mimesis I* – e uma pós-compreensão do mundo da ação e seus aspectos temporais – a *mimesis III* –, elaborando por meio de eventos individuais, uma história narrável, que engloba a totalidade, em outras palavras, “isso significa dizer que ela tira uma história



sensata *de* – uma diversidade de acontecimentos ou incidentes [...]; ou que ela transforma os acontecimentos ou incidentes *em* – uma história.” (RICOEUR, 2010a, p. 114). Ou, para exemplificarmos tal questão por meio da narrativa estudada aqui, podemos constatar que Josué Guimarães, servindo-se de obras historiográficas como *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* e *História do Rio Grande do Sul*, faz um minucioso levantamento acerca dos eventos mais significativos do período correspondente à chegada dos primeiros imigrantes alemães, assim como dos principais atores históricos atrelados a eles, sublinhando e organizando cronologicamente todos os dados, para a partir de então, seguindo normas estabelecidas pela pré-compreensão do mundo da ação, criar uma narrativa inteligível que abarque todos esses elementos em uma história narrável mediante o desenvolvimento da intriga, a qual, por meio das atuações individuais das personagens no decorrer dos eventos, tem a capacidade de tornar-se, por assim dizer, elucidadora. Ao findar a história em forma de texto, encerra-se também a *mimesis II*, visto que a partir de então, através de sua inteligibilidade, passa a possuir função mediadora. Todavia, o ciclo mimético apenas é concluído no momento em que a obra pronta – “re-figurada” – é devolvida à sociedade, e através da leitura e compreensão de seu público, ingressa no campo da comunicação e, conseqüentemente, no da referência, encerrando assim, finalmente, o último estágio, a *mimesis III*.

Além disso, tendo em mente que o momento inicial da colonização, envolvendo a chegada dos primeiros imigrantes e, conseqüentemente, os problemas com que esses se depararam ao aportarem em sua nova pátria, como a demora na demarcação dos lotes, o atraso e até o não cumprimento de algumas das promessas feitas pelo governo imperial brasileiro e os seus agenciadores oficiais, os constantes encontros hostis com as populações nativas e animais selvagens, e as doenças que os acometiam, fazem parte da memória acerca da formação do Estado.

Desse modo, são de conhecimento de uma considerável parte da população gaúcha, que de um modo ou de outro, tiveram contato com o tema, seja na escola, sobretudo, nas localizadas em cidades de origem germânica – onde ainda ensina-se o idioma alemão e os elementos culturais ligados a *Deutschtum*<sup>41</sup> –, ou por meio de programas televisivos<sup>42</sup>, ou ainda pelo

---

<sup>41</sup> Termo em alemão utilizado por historiadores e sociólogo para se referir aos aparatos culturais e social que compõe a germanidade.

<sup>42</sup> Como o caso do próprio romance *A ferro e fogo: tempo de solidão* que, por meio de uma adaptação livre produzida pela RBS TV, em 2006, tornou-se minissérie. Dividida em três episódios, foi ao ar pela emissora gaúcha em novembro do mesmo ano, nos sábados ao meio-dia. Essa produção televisiva, associada à sua exibição em um horário de grande audiência, aumentou significativamente a compreensão histórica da imigração alemã a partir da obra de Josué Guimarães, servindo não apenas para promover o romance – que teve novas tiragens a partir desse ano devido ao considerável aumento de sua procura –, mas também para demonstrar a sua importância na

advento da celebração de datas comemorativas relacionadas ao episódio, sejam elas de maior expressão<sup>43</sup>, como as celebrações de cinquentenários e centenários da imigração, ou de menor expressão, anuais, como os festivais culturais.

Cabe ressaltar, inclusive, que no Rio Grande do Sul, anualmente, comemora-se o Dia do Colono<sup>44</sup> em 25 de julho, data alusiva à chegada dos primeiros imigrantes alemães. Todavia, as festividades se estendem entre as demais etnias que compõem a população local.

Assim, fazendo alusão aos “eventos fundadores” – e aqui tomo de empréstimo o conceito de Stuart Hall (2011, p. 33) –, e os trazendo de volta para o centro do debate da sociedade sul-rio-grandense da década de 70, *A ferro e fogo* acaba por carregar consigo o modo mnemônico que Ricoeur denominou, em *A memória, a história, o esquecimento*, de *Reminiscing*, o qual, nas palavras do próprio autor, “consiste em fazer reviver o passado evocando-o entre várias pessoas, uma ajudando a outra a rememorar acontecimentos ou saberes compartilhados, a lembrança de um servindo de *reminder* para as lembranças da outra.” (RICOEUR, 2007, p. 55). E esse fenômeno se dá, ainda segundo o filósofo francês, sob a forma da memória meditativa – *Gedächtnis* –, através da qual “o suporte da escrita confere materialidade aos rastros conservados, reanimados e mais uma vez enriquecidos por depósitos inéditos. Assim, faz-se provisão de lembranças para os dias vindouros” (RICOEUR, 2007, p. 56).

---

atualidade, e o quanto ainda significa na construção da memória acerca da imigração alemã no Estado do Rio Grande do Sul.

<sup>43</sup> A exemplo das comemorações dos 190 anos da Imigração alemã no Rio Grande do Sul, quando criou-se no Estado o Decreto-Lei de 07 de março de 2012, formando uma comissão executiva exclusiva para tratar dos festejos. Em julho do mesmo ano, também formou-se uma Comissão Oficial para as Comemorações do Triênio 188-190 Anos, “com a nomeação de titulares e suplentes de mais de cinco dezenas de organismos, entre universidades, órgãos governamentais e entidades ligadas à etnia alemã. A oficialização foi realizada em ato solene no Palácio Piratini, no dia 25 de julho de 2012.” (BITELO, 2014). Segundo Rockenbach, diretor de Comunicação da Comissão Oficial e Executiva das Comemorações dos 190 Anos da Imigração Alemã no Rio Grande do Sul, a incumbência da Comissão não era a de organizar eventos propriamente ditos, apesar de muitos terem ocorridos em dependências pertencentes ao Estado, como a própria sede do governo, “mas mobilizar as instituições e as comunidades teuto-brasileiras a fazerem uso do seu repertório de possibilidades, para realçar com eventos múltiplos uma mobilização generalizada” (ROCKENBACH, 2014).

<sup>44</sup> Evento que anualmente leva milhares de pessoas às ruas em várias cidades do Estado, sobretudo, nas de origem germânica e italiana. Esse dia é marcado por desfiles com trajes típicos, maquinários agrícolas – caminhões, tratores e colheitadeiras – e almoços em comunidades. Cabe salientarmos que o termo “colono” não mais se limita ao imigrante, visto que o mesmo passou por ressignificações, e acabou por ser utilizado, em alguns casos, como sinônimo de “agricultor”.

### 3.3 O desenvolvimento econômico da Colônia de São Leopoldo

É inegável que a imigração alemã introduziu na sociedade sul-rio-grandense elementos inéditos que foram fundamentais para o progresso em todos os campos da atividade humana, tais como a agricultura, o comércio e a indústria. Esse tripé econômico, como passaremos a nos referir a partir de agora, não apenas chamou a atenção do romancista, conforme pode ser confirmado no anexo 10, como é o centro entorno do qual desenrola-se a trama de sua ficção.

O rápido desenvolvimento dessas áreas deve-se, sobretudo, à considerável diversidade de profissões que os germânicos trouxeram consigo da Europa, visto que, se uma parcela desses imigrantes tinha, na Alemanha, sua vida ligada às mais diversificadas atividades agrícolas, uma outra parcela, talvez ainda maior, fazia parte do excedente populacional urbano que, no período, se conglomerava nas grandes cidades europeias. Seguindo essa linha, Roche explica que “o Rio Grande do Sul teve a oportunidade de acolher sobretudo alemães originários de zonas rurais, [...] que apresentavam grande variedade de tipos”, entretanto, também recebeu um “certo número de antigos cidadãos que possuíam técnicas mais avançadas ou tinham outra cultura e um mais vivo espírito de iniciativa.” (ROCHE, 1969, p. 157). Todavia, em comum, ambos os grupos

emigravam da pátria superpovoada por faltar-lhes a oportunidade de um sucesso econômico ou pela incerteza de um futuro promissor aos seus filhos [...]. Alguns, quiçá, vieram também por motivos políticos, decepcionados com a política reacionária após as guerras napoleônicas e atraídos pela Imperatriz conterrânea no trono, e pelo Imperador com fama de liberal e constitucional. O ideal destes imigrantes seria, portanto, a terra virgem e promissora, onde pudessem construir com as suas próprias mãos o seu lar, uma existência desembaraçada, uma pátria nova para si e seus filhos. (LAZZAROTTO, 1971, p. 87,88).

No romance de Josué Guimarães, pouco se borda acerca da vida que os imigrantes possuíam no velho continente, todavia, podemos localizar algumas raras referências em passagens como a que Gründling, em diálogo com Schaeffer, explica que “muitos deles morriam de fome na Europa, a única saída era buscar novos horizontes, novas terras, criar raízes e esquecer o passado.” (2006, p. 44), uma clara referência à situação de pobreza e falta de oportunidades que atingia grande parte da população alemã – e europeia – durante o século XIX. Será em Gründling também que iremos encontrar o representante dos imigrantes que vieram ao Brasil por motivos políticos, e não exclusivamente econômicos, visto que esse, pertencente à classe burguesa, possuía uma condição financeira muito mais favorável que a maior parte de seus compatriotas. Essa situação envolvendo a discordância política da personagem com o poder instituído em sua antiga pátria confirma-se na passagem em que o comerciante, após saber da notícia da renúncia de D. Pedro I, e perceber a possibilidade de

revolta pelo momento de instabilidade que o império vinha passando, algo que certamente prejudicaria os seus negócios, desabafa à sua esposa, Sofia, que

às vezes [pensa] se não seria melhor voltar para a Alemanha, render homenagens ao imperador da Áustria, lambar a sola das suas botas, beijar as mãos daqueles emproados da Dieta de Frankfurt. Quem sabe não seria preferível isso a viver neste fim de mundo, no meio de negros e mestiços, de gaúchos e de caudilhos, castelhanos e portugueses. (2006, p. 182).

Ao ver o semblante de desaprovação de sua mulher, pede que ela esqueça os seus devaneios, e diz que apenas está enjoado de tudo, “da casa, desse povo que nos cerca, do lixo nas ruas, até mesmo da nossa gente que veio cavar terra e se iludir de que em algum dia serão ricos e donos de seu nariz.” (2006, p. 183), demonstrando, dessa forma, também o seu desprezo de classe com os seus patrícios e o sonho que estes possuíam de uma vida melhor em sua nova pátria.

Se não encontramos no romance muitas referências acerca do passado desses imigrantes antes de deixarem a sua terra natal, quando o assunto refere-se a seu extrato social e origem, a situação é diferente, visto que o tema se mostra bastante presente no decorrer da trama, seguindo de perto os registros historiográficos.

No que tange à estrutura social da colônia, Roche explica que “uma fração sempre mais considerável da imigração no Rio Grande do Sul foi fornecida pelas cidades alemãs”, de onde originaram-se “artesões e burgueses desejosos de deixar a Alemanha por motivos quer econômicos, quer políticos” (ROCHE, 1969, p. 158). Por esse grupo cidadão desconhecer as técnicas necessárias para o desempenho das atividades agrícolas e pecuárias, acabaram por não se adaptar ao modelo de vida que havia sido reservado a eles pelo governo imperial, vindo estes a ser “os primeiros a desejar estabelecer-se nas cidades, ou após um estágio nas colônias agrícolas, ou mesmo depois do desembarque.” (ROCHE, 1969, p. 158). Dessa forma, fixando-se nas zonas urbanas, foram os grandes responsáveis pelo progresso técnico, ocupando o posto de pioneiros em diversos ramos no estado. Lazzarotto atenta que, já em 1829, os alemães haviam estabelecido na Colônia de São Leopoldo “oito curtumes e outros tantos moinhos, uma fábrica de sabão, um engenho para a lapidação de pedras de toda a qualidade, trabalhava-se ainda em toda espécie de obras com chifre e crina.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 89).

Esse sucesso se deve, sobretudo, à grande diversidade de profissões e origens dos recém-chegados, uma vez que, logo no primeiro grupo de imigrantes que aportaram no estado, abordo do bergantim Protetor, havia “1 ministro evangélico, 2 médicos, 1 farmacêutico, 2 comerciários, 1 alfaiate, 1 sapateiro, 4 carpinteiros, 1 pedreiro, 1 pintor, 1 ferreiro, 2 seleiros, 2 canoieiros, um empregado em indústria de papel, um joalheiro, 2 jardineiros, 16 agricultores.”

(LAZZAROTTO, 1971, p. 88). Ou seja, de 39 indivíduos, 23 deles ocupavam funções ligadas aos centros urbanos, e outros 16 exerciam atividades voltadas à agricultura.

No romance de Josué Guimarães, além de encontrarmos menções acerca das origens cidadinas dos imigrantes, como ocorre no diálogo entre Hillebrand e o pastor Stilenbauer, onde o primeiro informa que “Schaeffer arrebanhara aquela gente nas ruas e bares de Hamburgo, Bremen e Darmstadt.” (2006, p. 52), também nos é possível localizar a considerável diversificação profissional, a qual se faz presente, a iniciar-se, pela construção de um dos protagonistas da trama, Daniel Abrahão Lauer Schneider, que segue com exatidão as reais possibilidades trazidas nas obras historiográficas. Chegando ao Rio Grande do Sul com a primeira leva de imigrantes a bordo do bergantim Protetor, era “seleiro de profissão” (2006, p. 12). Schneider é o representante, no romance, do grupo de cidadãos que, antes de exercerem a função que trouxeram de seu país de origem, experienciaram a vida agrícola. No caso da personagem da ficção, essas atividades iniciam-se ainda no período em que estavam alocados nas terras da Real Feitoria, quando “saía para a rocinha com estrelas no céu; [...] colhia os legumes e hortaliças” (2006, p. 16). Todavia, essa prática se intensificou quando ele, junto a sua família, muda-se para a região de fronteira, onde antes da eclosão da Segunda Guerra da Cisplatina, tiveram certo êxito em sua experiência. Foi nesse local que os Schneider colheram, com a chegada do verão, as suas “primeiras espigas douradas de milho” (2006, p. 29). Também cultivaram, com sucesso, “mandioca, batata e cebola, que a terra solta era especial para isso”, e como resultado, “a mesa começara a ficar mais farta e variada.” (2006, p. 29). A família também pode ver nascer em sua propriedade “os primeiros pêssegos [...]. As primeiras melancias” (2006, p. 90), todavia, ao terem as suas vidas atropeladas pelo conflito, não tiveram a oportunidade de colhê-las, uma vez que, ou foram apanhadas ainda verde pelos soldados, ou pisoteadas pelos cavalos das tropas.

Passados quase quatro anos desde que os Schneider haviam se instalado nas bandas do Chuí, finalmente a paz volta a reinar na região. A notícia do término do conflito chega à família junto ao último piquete, do qual o soldado Valentim Oestereich fazia parte. É ele mesmo quem informa que a “Guerra Cisplatina terminara havia dois meses” (2006, p. 98). Ouvindo aquilo, Catarina fica longe, e começa a sentir-se estranha, “sensação de velhice, havia passado muito tempo” (2006, p. 98). Então percebeu que, após defender com todas as suas forças a estância, e de sofrer, junto à sua família e agregados, todos os tipos de violências e humilhações, conclui que não fazia mais sentido permanecer naquele pedaço de chão, onde anteriormente parecia ser o local mais propício para o recomeço de suas vidas, farto de riquezas naturais, e com uma

paisagem exuberante, acabou por se tornar, para eles, sinônimo de pesadelo e tristeza, carregado de más recordações.

Dessa forma, Frau Schneider, ao notar a admiração de Oestereich pela Estância Jerebatuba, e com o intuito de deixar para trás “uma vida quebrada pela guerra e quase destruída pelo ódio” (2006, p. 107), resolve ofertá-la a seu conterrâneo, pois sabe que este, em tempos de paz, dedica-se à agricultura. Dirigindo a palavra a Valentim, expõe que estaria disposta a fazer um acordo irrecusável, argumentando que se tratava de “um negócio para ser fechado agora mesmo. Fique com as terras, fique com tudo, me pague um arrendamento qualquer, em troca me dê alguma coisa na colônia.” (2006, p. 99). Vendo-o entusiasmado pela ideia, o convida para uma caminhada pela propriedade, durante a qual começa a falar de forma a fazer um inventário de tudo aquilo que havia na estância, dizendo-lhe que

lhe daria por arrendamento todas aquelas terras, as casas, os semoventes, hortas e pomares, arrendamento de pouco dinheiro e de poucas obrigações, apenas quando desse. Um bom trato, agora que os castelhanos viriam fazer negócios, comprar coisas, oferecer trocas. Pois sem soldados para matar o gado e requisitar bens, [...] plantaria ali os seus pés e viveria como gente.” (2006, p. 99).

Também informa que ele deveria, como parte do acordo, tratar “de limpar o nome de Daniel Abrahão junto às autoridades” (2006, p. 99), para que dessa forma pudessem retornar tranquilamente à colônia. Surpreso pela generosa oferta de Catarina, e ao mesmo tempo empolgado, prontamente lhe responde que vai “clarear esta história” sobre o seu marido, para em seguida voltar e “arrendar estas terras, cuidar delas, começa agora uma vida nova.” (2006, p. 101).

Ao retornar a São Leopoldo, Oestereich comenta com a sua esposa sobre a proposta feita por Catarina, a qual, mostrando-se satisfeita com o que foi oferecido, de imediato concorda com o negócio. Então o ex-soldado procura o Dr. Hillebrand, e o informa sobre as falsas acusações que haviam sido feitas a Daniel Abrahão, e a situação em que este se encontrava, à beira da insanidade, vivendo, como um animal, dentro de um velho poço. Estarrecido com o que ouvira, o médico, na posição de diretor da colônia, prontamente informa não haver mais nenhuma acusação contra eles, e que os mesmos podem voltar para junto de seus conterrâneos e retomar as suas vidas. Resolvida essa questão, Valentim trata de providenciar alguns rápidos reparos na sua casa, que como parte do acordo, seria entregue aos Schneider. Assim, o imigrante entrega-se “da manhã à noite a consertar o telhado, remendar as paredes, repregar portas e janelas, cortar o mato que tomava conta do quintal” (2006, p. 101).

Poucas semanas após ter conversado com Catarina sobre o arrendamento, a caravana de Oestereich surge no horizonte do Chuí, logo notada por Phillipp. Acertado os últimos detalhes,

a família de Hamburgo e mais alguns agregados partem em sua longa jornada até São Leopoldo, todavia, dessa vez não mais para exercer a agricultura, a qual buscaram por um tempo, com muito esforço, se adaptar, mas sim as duas outras funções ligadas ao tripé de desenvolvimento econômico da colônia, ou seja, o artesanato e o comércio.

Chegando em sua nova casa, na “Rua do Sacramento, sem número” (2006, p. 118), os Schneider se deparam com uma residência muito simples, com tabuas velhas e móveis toscos, todavia, em pouco tempo tratam de reformá-la, aumentando os espaços internos, aderindo cômodos novos, além de providenciarem a edificação de alguns galpões para oficinas e moradias para os agregados. Finalizado o processo de restauro e ampliação, Catarina prontamente trata de ir a um empório próximo de onde moravam para adquirir “couros e correias, tachas, cordéis de selaria, ferramentas especiais, importadas, entregando tudo ao marido” (2006, p. 120), dizendo-o que “a partir de agora vais exercer a tua profissão. Precisamos ganhar dinheiro.” (2006, p. 121), deixando o leitor a entender que o exercício artesanal, frente à agricultura era, naquele momento, a opção mais atrativa para um crescimento econômico rápido e seguro.

Passados alguns dias, e com Daniel Abrahão já exercendo a função de seleiro, Catarina se depara no povoado com Isaias Noll, um modesto, porém hábil, fabricante de carroças, e percebendo a oportunidade de desenvolvimento em conjunto, oferece-lhe sociedade, cinquenta por cento dos lucros para cada parte, “os Schneider entrariam com o material e com os galpões. Ele, Noll, com a experiência.” (2006, p. 121). Seu conterrâneo, satisfeito com o que ouvira, de mediato aceita a proposta.

Alianças como esta, entre alemães que atuavam em um mesmo campo, como veremos com maior nitidez em seguida na análise do caso de Catarina, eram uma prática muito comum desde os primórdios da imigração, e foi um elemento decisivo no desenvolvimento profissional e econômico dos imigrantes e, conseqüentemente, da colônia, tal como podemos observar na ficção, onde, em pouco tempo, a sociedade estabelecida entre o seleiro e o segeiro alcança considerável sucesso, com “as melhores carroças e carretas de toda a região” (2008, p. 92) sendo produzidas em suas oficinas. Tamanho foi o reconhecimento do trabalho refinado de selaria produzido por Herr Schneider, que “os seus serigotes seguiam direto para o Rio de Janeiro, muitos deles encomendados pela própria Corte.” (2008, p. 92), apresentando, na ficção, o potencial “exportador” que alguns artesãos atingiram, assim como o grande mercado que se abria para os seus itens, muitos dos quais eram, até então, provenientes, sobretudo, da Europa. Essa representação construída por Josué Guimarães no romance, que envolve os altos níveis de aceitação dos produtos confeccionados na colônia, segue diretamente a perspectiva

historiográfica, a qual dá conta que “as mais prósperas produções artesanais foram, pois, as estimuladas por uma orientação comercial, as que permitiram exportar os produtos valorizando-os, graças à sua preparação e à sua transformação.” (ROCHE, 1969, p. 483).

No que diz respeito à origem e à ascensão do artesanato na Colônia de São Leopoldo, Roche explica que as primeiras atividades foram uma resposta instantânea à urgência de suprir as necessidades imediatas dos imigrantes, das quais, segundo ressalta o historiador francês, a função de Daniel Abrahão estava intimamente inserida. Dessa forma, logo de início constituiu-se um moinho, e junto aos tecelões “que produziam tecido de linho e algodão, apareceram alguns alfaiates, menos numerosos, todavia, que os sapateiros e os seleiros, pois o cavalo era indispensável à locomoção nas colônias, como em todo o Rio Grande, cujo semi-isolamento em relação ao resto do Brasil favoreceu o progresso do artesanato.” (ROCHE, 1969, p. 481). Podemos exemplificar esse desenvolvimento acelerado levando em consideração o fato de que “trinta anos depois da fundação da colônia, provia-se ‘in loco’ a todas as necessidades da vida” (ROCHE, 1969, p. 481).

O rápido progresso do artesanato ajudou também os imigrantes a retomarem no Brasil, em um curto espaço de tempo, alguns dos hábitos alimentares que possuíam no velho continente, tidos, por eles, como essenciais. Um desses costumes que se destacam no romance diz respeito ao consumo do pão, o qual mostra-se tão significativo para os alemães ao ponto de estar presente no nome de sua refeição noturna, chamada de *Abendbrot*<sup>45</sup> ou, *Abendessen*<sup>46</sup>. Em *A ferro e fogo*, são diversas as passagens em que tal alimento é referenciado, sobretudo, através de Daniel Abrahão, o qual “à noite, sonhava com o cheiro de pão fresco da Europa” (2006, p. 9). Herr Schneider, durante o período em que morou com a sua família na Feitoria, acordava toda as manhãs, antes do sol nascer, e enquanto colocava as suas botinas de madeira, prometia a si mesmo que

um dia, um dia não muito distante, ainda plantaria sementes de trigo na sua terra, terra de papel passado, e das sementes tiraria a farinha. Catarina e Philipp comeriam com ele o pão, um cesto deles, com o mesmo aroma que teimava em não esquecer. Que as barrigas estourassem de tanto prazer. (2006, p. 9).

Certo dia, ao chegar em casa, confessa a sua esposa que tem “pensado no nosso pão da Alemanha, nas cucas estufadas extravasando das formas. Sonhei com Jesus multiplicando os pães. Depois não era mais Jesus, mas O imperador; e ele metia a mão em grandes fendas na terra e de lá tirava o pão ainda quente.” (2006, p. 9). Quando finalmente Daniel Abrahão, já

<sup>45</sup> Refere-se ao jantar, ou, em tradução livre, o “pão da noite”.

<sup>46</sup> Também referente ao jantar, ou, em tradução livre, “refeição da noite”.



morando nas bandas do Chuí, recebe um saco de farinha de trigo, fica emocionado, e com uma oração, dá graças a Deus, “era como se tivesse caído maná do céu. [...] estava a ponto de chorar” (2006, p. 26). Então Herr Schneider, juntamente de Juanito e os escravos, tratam logo de providenciar um forno de barro, e Catarina, cuidadosamente, dedica-se em preparar o pão. A primeira fornada, carregando consigo certo clima nostálgico,

constituiu-se numa festa. Daniel Abrahão cantarolava uma velha canção da *Altmark*, arrastando a mulher, sob protestos dela, numa dança grotesca que arrancou gargalhadas dos escravos e de Juanito que nunca tinham visto aquilo. O pai queria ver Philipp comendo pão. Mais e mais. Ele achava que o filho não se lembrava do gosto. Queria que Carlota provasse. Um pedacinho só na ponta da língua. O autêntico pão da Alemanha. (2006, p. 26).

O pão, como comida essencial na dieta dos alemães, motivo de sonhos e festividade para Herr Schneider, não surge no romance de modo descontextualizado historicamente, como podemos comprovar com Roche, que ao tratar da importância do alimento, afirma que “num prazo inferior a dez anos, todas as colônias foram dotadas de moinhos de cereais, para permitir que os colonos voltassem a comer pão” (ROCHE, 1969, p. 481). Além disso, o próprio cultivo do trigo carregava consigo um forte simbolismo entre os alemães, visto que tal cultura foi primeiramente buscada “pelos colonos desejosos de afirmar a superioridade de sua condição, comendo pão branco.” (ROCHE, 1969, p. 245).

Levando em consideração tais fatores, podemos concluir que os imigrantes não estavam dispostos a regredir socialmente, pelo menos no que se refere a alguns itens com os quais estavam habituados no dia a dia em sua terra natal, e para tanto, não mediram esforços desde a sua chegada para restabelecê-los novamente em suas vidas. Ainda segundo Roche (1969, p. 633), essa busca constante dos imigrantes e de seus descendentes para manter o seu *modus vivendi* não apenas possibilitou a conservação de grande parte de seus costumes e os auxiliou no desenvolvimento da colônia, mas também foram cruciais para transformarem, através de sua presença, de seu exemplo e de sua irradiação, a forma de vida e de pensamento dos outros sul-rio-grandenses, conseguindo assim alcançar um dos principais objetivos que era buscado pelo império Brasileiro por meio da imigração, ou seja, “que as colônias servissem de exemplo estimulante ou de escola para a população nativa do país.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 87).

Já Catarina, ao retornar à colônia, e com o seu marido ainda psicologicamente transtornado, ocupando a mente no exercício de sua profissão, volta as suas atenções para a busca de uma atividade econômica que possa auxiliar financeiramente a sua família. Após levar em consideração as oportunidades provindas do rápido crescimento da agricultura e da indústria artesanal na região, e com ele, o considerável aumento do poder aquisitivo de parte dos colonos, ela percebe no comércio uma oportunidade promissora para sua ascensão financeira. Atrelada

a essa decisão, movida pela razão, ainda existia o velho desejo de vingar-se daquele que, para ela, era o responsável de todas as desgraças que a sua família havia passado nas bandas do Chuí. A seu ver, Gründling enriquecia explorando os seus conterrâneos, desprezando a miséria em que muitos deles se encontravam, uma vez que para ele, a única coisa que tinha real importância era o seu lucro. Assim, comprando os produtos agrícolas dos fornecedores de seu desafeto, acreditava que seria possível causar desabastecimento em seus empórios, atingindo-o no seu ponto mais vulnerável, ou seja, o financeiro.

Dessa forma, Frau Schneider logo trata de iniciar “os primeiros contatos com seus amigos nas colônias, ao pé da serra. Queria comprar sua produção para vendê-la em Porto Alegre e Rio Grande.” (2006, p. 121).

Tal dinâmica, envolvendo a busca e aquisição de mercadorias nas picadas e, posteriormente, a comercialização das mesmas em empórios locais, ou por meio de exportação para outras localidades, pode ser confirmada por meio dos registros historiográficos (ROCHE, 1969, p. 423), os quais dão conta que a prática constituiu-se como regra nas colônias, e que essas atividades ficavam concentradas sempre nas mãos de um mesmo agente, que também era o responsável por importar e revender as mercadorias industrializadas providas da capital, como aponta Roche no subcapítulo *Os elos intermediários*, onde explica que “de São Leopoldo, onde as comunicações pelo Rio dos Sinos eram relativamente fáceis, os primeiros comerciantes iam a Porto Alegre vender os produtos agrícolas e comprar as mercadorias destinadas às suas lojas” (ROCHE, 1969, p. 429).

Acreditamos que foi justamente desse subcapítulo, do qual tiramos a última citação, que Josué Guimarães se valeu para a criação do *modus operandi* de Catarina em sua obra, uma vez que podemos localizar um rastro deixado pelo romancista justamente em seu início, o qual é composto por uma tira de papel, de modo a marcar a página, conforme o leitor pode observar no anexo 11.

O primeiro contato feito pela personagem em busca dos produtos agrícolas foi com Felipe Darnian, que ao perceber a intenção de Frau Schneider a informa que “tudo o que se tira da terra é vendido para os empórios de um tal de Gründling. Paga bem” (2006, p. 121). Ao ouvir isso, Catarina inteira ao seu patrício que paga mais, advertindo-o ainda que Gründling estava explorando com os baixos valores atribuídos aos gêneros que estes produziam. Após uma pequena pausa, Darnian a informa que mesmo se ela “pagasse a mesma coisa, a gente ia dar preferência para os amigos” (2006, p. 121), surgindo no romance, pela primeira vez nas atividades comerciais de Catarina, a chamada “solidariedade étnica” (ROCHE, 1969, p. 403) – e nesse caso também de classe –, que será explorada mais adiante nesta tese.

No que diz respeito ao relevante assunto trazido no argumento de Catarina, que expõe as notáveis disparidades existentes entre os valores pagos pelas mercadorias adquiridas por Gründling nas picadas e, posteriormente, os exercidos na venda em seu destino final, os empórios, Roche explica que

os comerciantes vendiam caro os alimentos e os objetos necessários ao colono; mas, quando este levava àqueles um produto que lhe havia custado meses de suor e de energia, os comerciantes davam-lhe um preço miserável por ele, e ainda só em troca de mercadorias. Podiam trabalhar toda a vida sem sair deste círculo e sem poder economizar para melhorar a sua situação, ou retirar-se para outro lugar. Mas os comerciantes, progrediam rapidamente, aumentando as suas lojas, suas residências, seus estoques, ao preço do suor do colono, sempre pobre e desprezado. (ROCHE, 1969, p. 579).

Todavia, argumenta (ROCHE, 1969, p. 406, 407) que se, para os colonos, sempre houve grande diferença entre os preços praticados em Porto Alegre e os pagos nas zonas de produção, sendo que por vezes as remunerações correntes nas colônias não atingiam sequer a metade dos valores encontrados na capital pelo mesmo item, essa desconformidade justificava-se, em grande parte, pelo elevado custo do transporte, frequentemente mais do que proporcional à distância, dadas as inúmeras dificuldades de expedição.

Apesar desse panorama, o historiador reforça ainda que os colonos de São Leopoldo assentados em um raio de trinta quilômetros dos embarcadouros do Rio dos Sinos ainda puderam ser considerados os mais bem pagos do século XIX, em vista do acesso facilitado ao transporte fluvial, por onde eram expedidas as trocas internas mais pesadas e volumosas. Essa situação faz com que os comerciantes donos de embarcações tivessem ampla vantagem frente aos seus concorrentes que operavam seu escoamento via lombo de mula, ou por carretas de boi pelas precárias estradas de terra. Tal fator chamou a atenção do romancista, conforme podemos observar nas marcações do anexo 12, levando-nos a perceber que o acúmulo de capital de Gründling, quase sempre associado na ficção ao poder de logística proporcionado pelos seus lanchões, também surge na narrativa de modo fundamentado, visto ser um fator que incide sobre a realidade histórica, e que foi bastante exposto pelo historiador francês.

Outro ponto trazido na análise historiográfica que pode ser notado por diversas ocasiões no romance diz respeito à relação entre o espaço geográfico onde os imigrantes estavam estabelecidos e o nível de ascensão social obtido, uma vez que quanto mais próximas das encostas da serra as picadas se localizavam, mais a população era composta por “gente pobre que trabalhava da manhã à noite” (2006, p. 200) sem obter o mesmo sucesso de seus conterrâneos fixados às margens do Rio dos Sinos, sobretudo, pelas referidas dificuldades que encontravam para escoar sua produção, o que acabou por mantê-los economicamente estagnados durante um longo período.

Assim, dando sequência em seu empreendimento, Catarina, em busca de um volume maior de produtos para serem comercializados, passa a percorrer distâncias cada vez maiores, e dessas viagens,

ela regressava quase sempre noite fechada, muitas vezes tendo que descobrir os caminhos, perdendo-se nos atalhos, mas chegando em casa com novas perspectivas de negócios, novas esperanças. Mandou construir outro galpão, desta vez mais acabado: queria instalar nele o novo empório da praça de São Leopoldo (2006, p. 122).

Ao abrir o empório nos limites de seu lote, conforme era de praxe no período (ROCHE, 1969, p. 435), e de modo com que o romancista fez questão de representar seguindo os registros historiográficos, como observável no rastro do anexo 13, Catarina logo começa a prosperar, sobretudo, por gozar de bons relacionamentos nas colônias, onde possui muitos conhecidos, entre os quais, alguns que inclusive viajaram no mesmo navio ao Brasil. Por ter essa influência, que historicamente mostrou ser um fator determinante no ramo (ROCHE, 1969, p. 405), logo conquista a confiança junto aos seus fornecedores e clientes, colocando-a em uma posição muito confortável diante de seu concorrente, apesar de o mesmo também manter muitos contatos importantes na sociedade sul-rio-grandense, tanto no interior da estrutura social luso-brasileira, onde possuía amizades com fiscais, supervisores e autoridades, quanto na própria corte, por intermédio de seu amigo e sócio Schaeffer.

Todavia, os impactos ligados ao surgimento do novo empório só serão percebidos por Gründling no momento de seu retorno do Rio de Janeiro, onde esteve para se reunir com Schaeffer. Ao encontrar seu encarregado, Kalsing, questiona-o acerca do andamento de seus negócios, o qual prontamente o comunica que não vão tão bem como o esperado, justificando que “a concorrência aumentou muito, todo mundo achando que é melhor comerciar do que plantar” (2006, p. 155), o que, deveras, se justifica quando comparamos com a realidade histórica, visto que, segundo os apontamentos feitos por Roche (1969, p. 403), devido à necessidade de vender os excedentes de suas colheitas, os agricultores desde cedo tiveram, no cerne de seu desenvolvimento, uma orientação essencialmente comercial, a qual desenvolveu-se progressivamente com o passar dos anos.

Prosseguindo no diálogo com seu patrão, Kalsing aponta ainda que, somando-se a essa questão, “muitos dos nossos antigos fornecedores, de uma hora para outra, simplesmente sustaram as vendas”, pois “apareceu em São Leopoldo uma mulher que está entrando no negócio sem meias medidas. Paga um pouco mais, conta com muitos amigos nas colônias e vende bem em Porto Alegre” (2006, p. 155-156).

Percebendo o grande potencial comercial de Catarina, e a inviabilidade de concorrência, em vista de que os agricultores eram leais a ela, Gründling resolve viajar até São Leopoldo para

ofertar sociedade comercial à compatriota, tudo isso, é claro, sem saber dos eventos que ocorreram com eles no Chuí, e muito menos da aversão que esta passou a sentir por ele. Chegando próximo à casa dos Schneider, é recebido pela mulher com uma espingarda apontada para ele, e após uma longa discussão, em que a senhora expõe o motivo de seu desgosto, o comerciante se dá por conta que, naquele momento, seria impossível estabelecerem uma união nos negócios, e temendo por sua vida, acaba se retirando.

Não demorou muito tempo para que o empório de Frau Schneider, na praça de São Leopoldo, obtivesse grande sucesso, tornando-se um dos pontos centrais da colônia,

cheio de homens, movimento contínuo da manhã à noite, mascates em lombo de burro comprando as coisas que vinham de Porto Alegre [...]. Caixeiros-viajantes com seus largos chapéus de feltro, palas de franjas e botas retinindo longas esporas. Metiam-se picadas adentro, embrenhavam-se pelas linhas, vendiam de casa em casa as suas bugigangas úteis, tão ansiosamente esperadas e, quando voltavam, traziam encomendas e recados para Catarina (2006, p. 126).

Em vista de tal situação, a comerciante dá-se conta de seu potencial nos negócios, e decide então expandir o seu território de atuação, abrindo dois novos empórios, um em Portão, e outro, ainda maior, no Caminho Novo, em Porto Alegre. É interessante de atentarmos também, além da descrição riquíssima do dia a dia do empório, para a referência do romancista acerca das atividades dos caixeiros-viajantes, visto que estes ocuparam um papel essencial na economia da Província de São Pedro, atuando em praticamente todas as regiões. Segundo Roche, no que diz respeito ao caso particular da Colônia de São Leopoldo, o *Musterreiter* foi, durante alguns anos, “o intermediário imprescindível entre Porto Alegre e a Serra, entre o atacadista e o varejista.” (ROCHE, 1969, p. 432), e graças às atividades desses profissionais, muitos “comerciantes teuto-brasileiros gozaram, até hoje, de posição vantajosa nas colônias e, frequentemente, no resto do Rio Grande do Sul.” (ROCHE, 1969, p. 434).

Além das questões relacionadas especificamente ao *modus operandi* do profissional, o romancista ainda, conduzindo-se por registros historiográficos, busca representá-lo em sua possível aparência. Tal construção é feita segundo as características expostas na pintura intitulada *Chegou Tarde*, de Pedro Weingartner, vista no anexo 14, que de acordo com Roche (1969, p. 433), é a imagem mais característica acerca dos *Musterreitern*. Ademais, o escritor inclusive, ao representá-lo fazendo a comunicação entre Catarina e seus fornecedores localizados no interior das picadas, acaba apresentando também a função extraoficial que este carregava consigo, visto que em grande parte do século XIX, “o caixeiro-viajante [foi] o portador de notícias” (ROCHE, 1969, p. 433), fazendo a ponte de comunicação entre as áreas mais afastadas da zona de colonização e os centros urbanos.

Passado algum tempo após o episódio de discórdia entre Catarina e Carlos, a esposa do comerciante alemão é acometida por uma doença grave que acaba por levá-la a óbito. Com esse episódio, Gründling sofre uma mudança profunda de comportamento, tornando-se mais humano, passando a perceber que o seu dinheiro não possui tanto poder quanto pensava ter, visto que com toda a sua fortuna não pôde salvar a vida de sua amada. Devido à essa repentina transformação, que chamou inclusive a atenção de Frau Schneider, e com o advento da Guerra Farrroupilha, a situação entre as duas personagens acaba tomando outros rumos.

Com a deflagração do conflito, em 1835, a cidade de Porto Alegre é rapidamente tomada pelos rebeldes, e após ser recuperada pelos legalistas, é sitiada pelos farrapos. Como resultado de algumas semanas de cerco, começam a faltar na cidade vários mantimentos básicos para a alimentação da população, ao passo que os produtos industrializados, também necessários para o dia a dia dos imigrantes, acabavam por não chegar à colônia. Tal situação faz com que os republicanos, que precisavam de mercadorias industrializadas, e os imperiais, preocupados com a falta de mantimentos para os habitantes da capital, permitissem a passagem por via fluvial de algumas embarcações de transporte, e como Gründling possuía várias delas, somando-se à influência deste com as autoridades de ambos os lados da revolta, ele logo consegue um acordo que o permite navegar com seus lanchões no Rio dos Sinos, e fazer a logística entre Porto Alegre e São Leopoldo.

Resolvida essa questão, mais uma vez o comerciante, com o intuito de oferecer sociedade, viaja para à colônia à procura de Catarina, e explica a ela toda a situação desencadeada pelo conflito, e as boas oportunidades de negócios geradas pela conjuntura, dando destaque para o seu privilégio de poder transportar mercadorias entre Porto Alegre e São Leopoldo e vice-versa. Frau Schneider, sem esboçar surpresa, já se mostra informada sobre muito do que o conterrâneo havia dito, e apesar da vantagem de Gründling na logística, não se manifesta favorável à aliança, argumentando que não há na colônia tamanha necessidade de objetos importados como há na capital sitiada a urgência dos diversos gêneros alimentícios de que ela dispunha, argumento que, deveras, confirma-se através dos dados historiográficos, os quais dão conta de que no período abordado, “a relação entre a exportação dos produtos locais e a importação dos artigos necessários à vida [...] permaneceu estacionária, com superioridade da exportação.” (ROCHE, 1969, p. 403).

Todavia, diante da negativa, Carlos insiste, e argumenta que os depósitos dela estavam abarrotados com mercadorias que não poderiam ser escoadas tão brevemente, e os produtos dispostos lá eram, quase em sua totalidade, perecíveis. Cansada, e sem pensar muito, a mulher

decide firmar o acordo, pois não estava disposta a prolongar o encontro, aceitando assim, finalmente, estabelecer a sociedade tão buscada por seu antigo desafeto.

Dessa forma, Gründling já lhe entrega alguns produtos que trouxera com ele em sua embarcação *Dresden*, como “farinha branca como neve, cassinetas, agulhas, musselinas, novelos de linha, pratos, panelas”, e Catarina, por seu turno, ficaria encarregada de fornecer, como parte do acordo, “carne de porco, milho, batata, toucinho, ovos” (2008, p. 93). No que concerne às especificidades desses itens entregues por Gründling à Catarina, nos é possível encontrar o rastro deixado pelo romancista na obra do historiador francês, conforme observável no anexo 15, que acreditamos ter servido de inspiração para a escolha dos artigos expostos na citação anterior. Nesse trecho da obra historiográfica, além de Roche (1969, p. 32) expor alguns itens que eram frequentemente importados, também explica que, conforme a importância da comercialização, as mercadorias dividiam-se em três categorias distintas, estando os produtos fornecidos por Carlos na ocasião, na primeira delas.

Já o contexto que privou a colônia de produtos industrializados, assim como a capital de gêneros alimentícios, motivo que propiciou, no romance, a aproximação e firmação de parceria entre Gründling e Catarina, também traz o real como possibilidade, visto que é igualmente alicerçado segundo registros historiográficos, os quais dão conta de que “é de Porto Alegre que converge toda a produção agrícola das colônias, assim como é de Porto Alegre que saem as mercadorias importadas e distribuídas entre as vendas rurais” (ROCHE, 1969, p. 434), uma localidade dependendo exclusivamente da outra para suprir as suas necessidades e, através do comércio, desenvolver-se economicamente.

Trocas como estas que acabamos de ver representadas na ficção foram, segundo Roche (1969, p. 410), a espinha dorsal do sistema de transações na colônia desde o estabelecimento dos primeiros imigrantes, e não se restringiram apenas às negociações feitas entre comerciantes, visto que “da venda, para onde trouxe alguns produtos, o colono levava sua contrapartida em artigos fabricados ou em gêneros alimentícios.” (ROCHE, 1969, p. 411). Apenas mais tarde, por volta da segunda metade do século XIX, alguns comerciantes criaram em seus estabelecimentos contas-correntes para os seus clientes creditados, os quais poderiam levar, na receita, itens do empório que eram de sua necessidade, evitando assim o deslocamento desnecessário e a perda de tempo. Tal sistema, conforme o historiador francês, pode ser considerado o embrião do crédito.

Outro ponto que nos chama atenção no romance, não apenas por convergir com a história, mas também pela similaridade com a obra de Roche, diz respeito aos dois modelos de casa de comércio escolhidos pelo romancista para fazer parte da trama de *A ferro e fogo*. O

historiador francês, argumentando que é inviável analisar caso a caso, resolve utilizar dois “arquetipos” básicos que, em suas palavras (ROCHE, 1969, p. 435), podem ser tomados como padrões no que se refere ao comércio teuto-brasileiro na província.

Iniciando a análise pela ficção, encontramos em Catarina o primeiro exemplo. A personagem inaugura o seu primeiro empório na saída da picada, nos limites de seu lote, e ao obter sucesso com o empreendimento, acaba investindo na abertura de um segundo estabelecimento comercial em Porto Alegre. Tal representação converge com o primeiro exemplo trazido por Roche (1969, p. 435), o qual analisa uma casa de comércio – Frederico Mentz e Cia – aberta no interior de São Leopoldo, com mais de 110 anos de funcionamento no período da produção de sua obra, que após um determinado período, passou a atuar em Porto Alegre, onde continuou recebendo produtos coloniais em larga escala. Já o segundo caso trazido no romance é o de Gründling, que desde o início de suas atividades comerciais no Brasil, empreendera na capital, onde além de atuar na venda de produtos coloniais e bens industrializados para a população local, também importava e exportava artigos providos da Alemanha, sobretudo, em parceria com o empório que mantinha em sociedade com Schaeffer, em Hamburgo. Esse último modo de operar converge com o segundo modelo de estabelecimento – Dreher e Cia – sobre o qual o historiador discorre em sua obra, que, além das atividades corriqueiras de um empório, exportava gêneros coloniais (ROCHE, 1969, p. 437) e possuía “estreita ligação com a Alemanha, de onde provinha o essencial de suas importações, que distribuía por todas as colônias e mesmo por todo o Rio Grande do Sul.” (ROCHE, 1969, p. 435).

Retornando para o episódio presente no romance referente à permuta, Gründling, após estabelecer com Catarina as mercadorias a serem trocadas ainda informa que a diferença seria posteriormente compensada, e “no caso de qualquer dúvida depois a gente acerta”, justificando à compatriota que “falamos a mesma língua, viemos da mesma terra.” (2008, p. 94).

Assim, podemos ver com maior profundidade nessa passagem da ficção algo que já fora anteriormente citado no momento das negociações de Frau Schneider com os compatriotas das picadas, ou seja, a chamada “solidariedade étnica”.

Acerca de tal questão, exemplificada no romance, sobretudo, por essa sociedade, e os fornecedores que a cercam, Roche explica que relações comerciais como esta, entre os donos de empórios, eram muito comum, e não se limitavam à Colônia de São Leopoldo, visto que geralmente os “comerciantes de bom grado se auxiliavam mutuamente, tanto mais que entrava em jogo uma solidariedade étnica” (ROCHE, 1969, p. 403), tudo isso, é claro, para poder fazer frente à concorrência luso-brasileira, que há muito tempo já havia se estabelecido na província,



e cooperar para o desenvolvimento da sociedade teuta nas colônias. De tal associações, como veremos no próximo subcapítulo, originavam-se inclusive casamentos, os quais eram arrançados no intuito de unir e fortalecer famílias tradicionais em determinados ramos, dentre os quais, o próprio comércio.

Em uma última análise acerca da “solidariedade étnica”, o historiador explana que “os comerciantes rurais teuto-rio-grandenses tiveram consciência de pertencer a uma classe cujo tronco era o negócio, mas no qual poderia enxertar ramos diferentes e cujos frutos recompensavam largamente sua iniciativa” (ROCHE, 1969, p. 582), como o caso, no romance, de Catarina, que além de investir em agricultores, também incentivava pequenos artesãos e produtores, como o caso de Juliana Beckmann, que produzia e vendia suas conservas para os empórios de Frau Schneider.

Outro ponto interessante apresentado no romance diz respeito à própria constituição familiar, que sofreu alterações – quando comparada à da antiga pátria – devido à nova realidade que os imigrantes encontraram por aqui. Na obra historiográfica, Roche explica que

a população de origem germânica teve uma taxa de natalidade elevada. Parece que sua instalação no Brasil lhe favorecera o aumento do índice demográfico, sob a dupla influência da técnica agrícola, que exigia mão-de-obra abundante para o desbravamento das florestas, e da fertilidade das terras virgens, capaz de alimentar uma população numerosa, pelo menos durante certo espaço de tempo. (ROCHE, 1969, p. 162).

Já no que diz respeito ao romance, podemos tomar como exemplo o próprio caso da família Schneider, a qual era composta por Daniel Abrahão, sua esposa Catarina e cinco filhos, Philipp, Mateus, João Jorge, Carlota e Jacob. Apenas o primeiro deles emigra com os pais da Alemanha, enquanto os outros nascem na nova pátria.

Como última questão a ser analisada nesse subcapítulo referente ao desenvolvimento econômico da colônia, exploraremos um tema que Josué Guimarães traz em sua narrativa que é, ao mesmo tempo, polêmico e fundamental, e que foi, até cerca da década de 1990, se não ignorado, no mínimo pouco abordado pela historiografia referente à imigração, referimo-nos a presença e utilização de mão de obra escrava pelos imigrantes nas colônias estabelecidas na região sul do país.

Segundo Tramontini (s/d, p. 1), os estudos na área da História a respeito do assunto sempre esbarraram em dois principais problemas. O primeiro deles é a tendência de a análise priorizar, como ponto de partida, a função reservada pelo governo imperial aos imigrantes, ou seja, a substituição da mão-de-obra escrava pelo trabalho livre dos estrangeiros. Este enfoque encaixou-se perfeitamente nos estudos que se concentraram, sobretudo, nas regiões cafeeicultoras do centro do país, que ao final do século XIX viam o sistema escravista colapsar.

Todavia, esse não era o panorama e nem a pretensão no que concerne o caso específico do Rio Grande do Sul. O segundo problema que Tramontini aponta é de cunho ideológico, e refere-se à historiografia produzida pelos chamados “ideólogos da identidade étnica”, associados aos grupos teuto-brasileiros do sul do Brasil, os quais, segundo o historiador, produziam estudos que faziam “questão de afirmar que os imigrantes/colonos não tinham escravos, que abominavam a escravidão pois estariam imbuídos de uma cultura germânica que valorizaria o trabalho livre.” (TRAMONTINI, s/d. p. 1), pois, caso contrário, estariam indo contra a construção idealizada da imigração alemã, a qual busca enaltecer o trabalho do imigrante alemão, apresentado, sobretudo, como um desbravador íntegro, único responsável pelo seu próprio sucesso.

Na obra de Lazzarotto, encontramos poucas relações entre a imigração alemã e a escravidão, a não ser para contrastá-las, como no caso em que o autor afirma que um dos principais objetivos que se buscavam alcançar com a introdução de alemães no Brasil, era “a dignificação do trabalho contra a mentalidade escravagista, a principal responsável pelo fracasso das tentativas colonizadoras anteriores.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 87).

Já no que tange à obra de Jean Roche, a situação não se mostra diferente, uma vez que acerca do contexto da imigração, o historiador, além de igualmente expor que os alemães foram “introduzidos para fornecer nova mão-de-obra agrícola” (ROCHE, 1969, p. 557), apenas explica que os imigrantes receberiam terras do governo, nas quais, pela “Lei Geral n.º 514, de 28 de outubro de 1848, [...] a introdução e o emprego de escravos, nelas, eram proibidos” (ROCHE, 1969, p. 101). Todavia, ao analisarmos atentamente a obra historiográfica do pesquisador francês, sobretudo, no capítulo VIII, encontraremos, junto ao inventário de bens de G. Fayet, falecido no ano de 1847, a menção de que este, entre outros bens, deixava aos seus herdeiros “1 escravo por 200 mil-réis” (ROCHE, 1969, p. 561), o que nos confirma que a presença e utilização de mão de obra escrava em São Leopoldo, mesmo que em um nível muito menor, quando comparado ao encontrado na sociedade luso-brasileira, era uma praxe que se fazia presente entre os alemães desde os primórdios da colonização.

Já em *A ferro e fogo*, é possível encontrarmos tal prática de modo mais evidente, logo nas primeiras páginas de *Tempo de solidão*, quando Gründling chega à Colônia de São Leopoldo acompanhado por “quatro negros carregando coisas” e outros “dois [...] escravos que se apressavam em abanar mosquitos e varejeiras que importunavam o patrão” (2006, p. 10). É nessa passagem, bastante abordada anteriormente, que o comerciante apresenta a proposta de sociedade aos Schneider, ocasião em que, com ela, também oferta “quatro escravos solteiros e mais dois casais” (2006, p. 13) para ajudá-los nos afazeres. Tal situação já transpassada ao

leitor, logo no início do romance, que Josué Guimarães, tendo criado a sua obra a partir de elementos historiográficos, e com o intuito de realizar denúncias sobre as injustiças cometidas por meio dos “esquecimentos” do discurso oficial acerca do tema, não deixaria espaço para os clássicos ufanismos construídos por parte das obras “historiográficas” e de ficção do período. Outra passagem em que, em ocasião de uma negociação, os escravos surgem na narrativa como elemento de transação, ocorre justamente quando Catarina entrega a Estância Jerebatuba a Oestereich, definindo que “o casal de escravos com filhos ficaria” (2006, p. 107) para ajudá-los. Oestereich, por seu turno, informa a Frau Schneider que “dois dos meus escravos voltam também, trilhando o mesmo caminho. Sabem onde fica a casa, conhecem gente do povoado” (2006, p. 108), deixando mais uma vez a entender, no romance, que entre os imigrantes não havia nenhum tipo de constrangimento em relação à prática.

Por meio das passagens analisadas até o momento, podemos perceber que a literatura, produzida mediante a um vasto levantamento histórico responsável por gerar a chamada *mimesis artística* (LIMA, 2006, p. 216), possui um papel que vai muito além de um simples *imitato*, visto que a sua elaboração não se dá apenas por meio da compilação e simples reprodução dos conteúdos, mas através de “uma correspondência confortativa” (LIMA, 2006, p. 216), da qual se obterá uma memória, mesmo que artificial, acerca dos eventos narrados, dos quais, muitos carregam em suas críticas importantes elementos elucidativos.

Essa memória artificial, também chamada de memória poética (RICOEUR, 2007, p. 79), é produzida pelo fenômeno de memorização, o qual, segundo Ricoeur (2007, p. 73), consiste de diversas maneiras de aprender que se encerram em saberes, de tal modo que estes sejam fixados, permanecendo disponíveis para uma efetuação que é marcada, do ponto de vista epistemológico, por uma vasta gama de sentimentos, sendo estes tanto positivos, em vista de uma efetuação bem-sucedida, quanto negativos, em caso de uma efetuação malsucedida. Em outras palavras, podemos dizer que essa é uma “memória exercitada, cultivada, educada, esculpida” (RICOEUR, 2007, p. 77), e que, no âmbito literário, pode ser produzida por obras como *A ferro e fogo*, visto que o romance carrega em suas páginas os diversos elementos constituintes do passado da sociedade sul-rio-grandense.

### **3.4 A organização social dos imigrantes**

Desde a sua formação, as colônias alemãs criadas na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram constituídas por grupos rurais cuja estrutura econômica e social demonstrou ser muito mais ampla e complexa do que a encontrada, por exemplo, na sociedade

luso-brasileira da região da Campanha (ROCHE, 1969, p. 403), onde a base econômica girava em torno da grande propriedade de terra, com atividades voltadas quase que exclusivamente à criação extensiva de gado, possuindo como dirigente central, o estancieiro, uma espécie de aristocrata, que conservou nas épocas de paz a autoridade e liderança de “chefe guerreiro” que exercia durante os constantes períodos belicosos, o que, aliado ao seu poder econômico, o tornou o líder natural de seu grupo (ROCHE, 1969, p. 35).

Pela população dessa região ser predominantemente rural, vivendo territorialmente espalhada, e os peões, grupo majoritário dentro dela, possuírem um escasso poder aquisitivo, o comércio na zona pecuária não se desenvolveu, mantendo-se, quando existente, bastante limitado, inclusive para os proprietários mais abastados, que encontravam maiores dificuldades em adquirir os produtos desejados do que em vender a sua produção.

Nas zonas de colonização alemã, Roche (1969, p. 557) esclarece que a situação mostrou-se muito diferente. Camponeses, em maior número, foram, nas colônias, os responsáveis por constituírem um novo grupo social, inexistente até então no Brasil, a classe média agrícola. Baseada na pequena propriedade de terra, e com mão de obra branca, livre e independente, foi a base de uma “democracia rural”, onde grande parte dos cidadãos tinham os mesmos direitos, ao mesmo tempo em que impulsionou o progresso do Rio Grande do Sul.

Já os cidadãos, além de se integrarem às classes pré-existentes da sociedade sul-riograndense, acabaram por modificá-las profundamente, assim como também fizeram com a estrutura original da província, sobretudo, por sua forte influência na capital, a qual, por sua participação em diversificados ramos da indústria e do comércio, não pode de modo algum ser menosprezada. Todavia, o estabelecimento e a integração, tanto para os camponeses quanto para os cidadãos, foram marcados por inúmeras dificuldades, não apenas pelo preconceito de sua origem e, no caso dos protestantes, pela religião, mas também pelo desprezo que os luso-brasileiros nutriam pelo trabalho manual, o qual, desde a chegada dos portugueses, até aquele momento, era exclusivamente exercido por mão de obra escrava.

Em contrapartida, os obstáculos enfrentados pelos povos germânicos para se adaptarem à terra e ao clima, associados à pobreza com que inicialmente foram obrigados a conviver, também fez com que as hierarquias sociais e as classificações de valores que serviam de modelo condutor em sua terra natal, fossem aqui, totalmente extinguidas, e dessa forma, independentemente “de qualquer extração que fossem e qualquer que fosse a sua instrução, só os mais resistentes e os mais enérgicos venceram.” (ROCHE, 1969, p. 557). Como resultado,

seguindo a perspectiva do autor, surgiram classes exclusivamente teuto-rio-grandenses<sup>47</sup>, seja nas colônias, entre os proprietários de terra e os comerciantes, seja na cidade, entre os artesãos.

O resultado, nas colônias, de não haver mais a mesma consideração pelos títulos e pelas funções honoríficas que existiam no velho continente, aliado ao isolamento a que os imigrantes foram submetidos, resultou no apagamento das individualidades dos sujeitos, e dessa forma, foi a célula social da família que passou a proteger e guiar o indivíduo, ao mesmo tempo em que protegeu a si própria. Além do mais, dentro desse panorama, a posição social passou a ser medida pelo acúmulo de fortuna, o que fez com que as famílias alemãs mais poderosas se forjassem por meio do comércio, atividade de maior expressão, prestígio e lucratividade durante o período, em vista que o comerciante acabou se tornado, “em duas gerações apenas, [...] o verdadeiro dono da picada; quando passou para a vila, conservou essa mesma preponderância” (ROCHE, 1969, p. 582). Em vista dessa questão, Roche explica que

entre os comerciantes rurais logo se constituíram verdadeiros clãs. [...] Geralmente, os filhos [de comerciante] esposavam os de um comerciante vizinho. Citam-se ainda casamentos interprofissionais célebres, por exemplo, nas picadas de São Leopoldo, os três jovens Schmitt com três moças Blauth, de três filhas de Collin com três rapazes Blauth, todos comerciantes. Assim, criaram-se dinastias de comerciantes: Blauth, Schmitt, Sperb, Brusius, no Rio dos Sinos [...]. Herança da profissão e casamentos de interesses são as características dessas famílias. (ROCHE, 1969, p. 579).

Indo ao encontro dessa perspectiva, também nos é possível encontrar tais práticas sociais representadas na intriga de *A ferro e fogo*. O primeiro desses casamentos ocorre entre Philipp Klumpp Schneider, primogênito de Daniel e Catarina, com Augusta Krumbeek, filha de André Krumbeek e Ana Maria, ele comerciante, que chegara ao Brasil abordo do já citado *Wilhelmine*. O irmão de Philipp, Jacob, também não foge à regra, casando-se com Sofia Maria, filha de Pedro Martens, comerciante de peles selvagens. Jorge Antônio, filho mais velho de Gründling, contrai matrimônio com Clara Hausmann, filha de Pedro Hausmann, dono de uma farmácia em Porto Alegre.

À vista disso, nos é possível compreender tanto pelas linhas da obra historiográfica de Roche, quanto pela trama do romance de Josué Guimarães, que as uniões dessa natureza, além de comuns, configuravam-se como um “negócio [...] bom para os dois lados” (2008, p. 94), uma vez que expandiam as áreas de atuações, aumentando consideravelmente o prestígio dos envolvidos, tornando “o comerciante, único agente das trocas, [...] muito poderoso em seu feudo” (ROCHE, 1969, p. 403). Tal situação pode ser observada na narrativa da ficção,

---

<sup>47</sup> Desde a publicação da primeira edição da obra de Jean Roche, em francês – *La colonisation allemande et le Rio Grande do Sul* –, no ano de 1959, a questão que atribuíra o surgimento de uma “classe” exclusivamente teuto-brasileira já foi muito debatida entre os historiadores, acabando por cair em desuso, sendo substituída, como abordado por Silva (2005), pelo conceito de um “grupo” econômico exclusivamente teuto-brasileiro.

sobretudo, nos momentos de instabilidade, quando a população local, ou às vezes até mesmo as autoridades oficiais, procuram esses clãs em busca de ajuda, favores, ou aconselhamento, vindo à tona a influência e o poder de decisão desse grupo sobre os sujeitos da região onde se fazem presente. A título de exemplificação, citaremos alguns casos envolvendo os “clãs” dos Schneider e de Gründling.

Acerca do primeiro grupo, podemos notar na passagem em que alguns alemães, às vésperas da Guerra Farroupilha, são detidos no navio-prisão Presiganga, sob acusação de conspiração, e após sofrer diversos castigos pelas mãos das autoridades do governo imperial, como açoitamento, são liberados. Ao voltarem à colônia, Germano Klinglhoefer os reúne em sua casa, e em seguida, na calada da noite, em busca de aconselhamento e ajuda, pede a Emanuel que vá até à casa de Frau Schneider e solicite a sua presença. Mesmo meio a contragosto, pois precisava acordar cedo pela manhã para resolver questões relacionadas ao seu trabalho, a mulher acaba atendendo ao pedido, e se encaminha para o local combinado.

Chegando à casa de Germano, o mesmo se desculpa pelo inconveniente, todavia, argumenta tratar-se algo muito importante, e que “a senhora precisava saber de certas coisas, espero que não me leve a mal” (2006, p. 178), explicando também que o horário fora escolhido pois não era prudente que as autoridades locais ficassem sabendo do encontro, visto que poderiam levantar suspeitas de insubordinação. Após tais justificativas, comunica aos presentes que solicitou que fossem até a sua casa pois precisava

mostrar algo revoltante, nós não podemos cruzar os braços, quando eu falo em nós, eu me refiro aos alemães, estou cansado disso tudo. Apontou para os três homens que estavam juntos, vejam, eles foram arrancados de suas casas, do seu trabalho, manietados como animais e jogados naquela masmorra imunda do Guaíba. Alguém ali pensava que eles haviam tido o direito de defesa? E mais, quiseram arrancar confissões à força, confissões de coisas que eles nem sequer sonharam. Eu já vi, mas faço questão de que todos vejam com os seus próprios olhos o estado lastimável em que deixaram esses pobres homens, pessoas de bem, trabalhadores, chefes de família. (2006, p. 178).

Catarina mostra-se indignada com a situação em que seus compatriotas foram submetidos e, em um primeiro momento, decide levá-los de imediato até o Dr. Hillebrand, para que os machucados fossem tratados e não infeccionassem. Ao sair, já pensando em alguma atitude mais drástica a ser tomada, vira-se para o dono da casa, que esperava por um posicionamento seu, e diz a ele: “não sei ainda direito o que eu mesma possa fazer, mas contem comigo. E não só comigo, com meus amigos também.” (2006, p. 178, 179).

Nessa passagem podemos notar não apenas a influência que Frau Schneider possui sobre os outros membros de seu clã, quando diz que as vítimas podem contar com ela e seus amigos, mesmo sem tê-los consultado antes, mas também o seu poder sobre a população local, visto que ela teve a sua presença requisitada por alguns moradores da colônia em busca de auxílio frente

aos abusos cometidos pelas autoridades. Além do mais, ao levar os compatriotas ao Dr. Hillebrand, que possuía, além da função médica, cargo de administrador da colônia, utiliza de sua posição privilegiada para demonstrar o seu descontentamento e formalizar a sua denúncia.

Dessa forma, como podemos observar nessa passagem, os moradores demonstram mais confiança em Catarina do que nas autoridades oficiais. Outro momento em que essa questão fica evidente ocorre no episódio do assassinato de Krieger, quando alguns imigrantes recorrem a ela, durante o casamento de Emanuel e Juliana, em busca de ajuda. De início, explicam toda a situação, solicitando uma de suas carroças para buscar o corpo. Por estar cansadas dos abusos com que seus patrícios vinham sendo submetidos, esse acontecimento serve como estopim, e ela decide então agir. Ao ver a mulher indignada, o pastor Klinglhöefer, que acabara de realizar o matrimônio, tenta acalmá-la, advertindo-a que ele é o responsável pelas almas da colônia. Todavia, Frau Schneider, decidida, responde “nem sempre, reverendo” (2006, p. 215), argumentando que agora era a hora dos imigrantes agirem, e parte assim para Porto Alegre.

Além de situações desse tipo, Catarina também toma para si a missão de arranjar os casamentos dos membros de seu clã, conforme podemos constatar pela própria união citada no exemplo anterior, a qual foi totalmente organizada por ela. Em uma conversa de negócios com Jacobus, gerente e sócio de seu empório em Portão, Frau Schneider, preocupada, comenta a ele que seu filho, Emanuel, que também é braço direito da comerciante no estabelecimento de São Leopoldo, “já está um homem, precisa casar, está na idade. [...] ele anda precisando de mulher”, visto que, caso não contraísse matrimônio nessa idade, haveria o risco de ele “amanhã ou depois se [juntar] com soldados e [ir] andar por aí atrás de china, pegando doença, entortando a vida dele” (2006, p. 205), citando o caso do “filho de Guilherme Lahm, que hoje dizem ser embarcado para os lados do Rio e que está com um olho cego por causa de doença pegada de mulher.” (2006, p. 205). Jacobus, interessado no assunto, ouve calado a sócia que continua, “ele está sob a minha responsabilidade, podia ser meu filho, não é, eu sei, não tenho idade para isso, mas pensar no futuro dele não é nenhum crime.” (2006, p. 205, 206). E demonstrando que a situação já está totalmente pensada, e minunciosamente organizada por ela, segue em seu monólogo,

o senhor vai dizer: mas casar com quem? Acontece que há a filha de Beckmann, oficial do mesmo ofício seu, moça caseira, quieta, prendada, cuida da casa e dos irmãos menores, tem calo nas mãos, prepara como ninguém conservas de todo o ano, coisa que eu vendo no empório, e sempre que aparece aqui a menina espicha o pescoço para dentro da oficina, estou certa de que anda de olho no Emanuel. Ela se chama Juliana, tem saúde, bom porte, dará uma mulher e tanto para seu filho. Acho bom ir pensando nisso, é claro que não vai decidir na hora, mas eu tenho para mim que tudo daria certo, a menina traz alguma coisa de si para ajudar, e mais valem dois braços ativos que meia dúzia de moedas dentro de um cofre. Pense com calma, consulte sua mulher e me informe depois. Deixe comigo o resto, sei fazer essas coisas. (2006, p. 206).

Pouco tempo após esse diálogo, a cerimônia de casamento é consumada, organizada desde o ritual religioso, até os preparativos da festa, por Frau Schneider, a qual, por se encarregar por múltiplas tarefas, incluindo as trazidas nos exemplos, pode ser considerada, dentro de seu clã, como uma espécie de matriarca, uma vez que todos os assuntos passam por ela, e dependem de sua aprovação para serem concretizados.

No que diz respeito ao segundo clã, ligado a Gründling, podemos encontrar localizados em sua hierarquia de poder, logo após o seu patriarca, as figuras de Tobz, Zimmermann, Schilling, e o ajudante Krebs, principal encarregado por levar a cabo os planos orquestrados pelo comerciante. Esse grupo também é detentor de grande prestígio e poder, todavia, por seu líder se tratar de um mercador que atua com contatos tanto na colônia, quanto na capital, o número de indivíduos sobre os quais recairá a sua influência será mais diversificado do que o de Catarina.

Trazemos como primeiro exemplo de poder do clã uma situação que está mais estreitamente ligada ao seu líder, o qual, valendo-se de seu capital, acaba burlando algumas normas sociais vigentes na época. Referimo-nos ao episódio ligado ao casamento de Gründling com Sofia. Certo dia, após pensar acerca de sua vida pessoal, Carlos decide chamar até a sua casa, em Porto Alegre, o padre luso-brasileiro Antônio Nunes de Souza, e solicita ao sacristão que realize a cerimônia de seu casamento na data mais próxima que fosse possível, explicando que a sua amada estava esperando um filho seu e já não podia mais esconder a sua barriga de seis meses. Por não terem feito os votos matrimoniais perante a igreja, Carlos estava preocupado em acabar ficando malvisto perante a sociedade, o que certamente acabaria por prejudicá-lo em vários âmbitos, sobretudo, no profissional. Além da gravidez de Sofia, havia outro inconveniente que deveria ser ignorado pelo sacerdote para que a realização da união religiosa pudesse ser realizada, ou seja, o fato de a moça não ter sido batizada na igreja católica, em virtude de que seus pais eram luteranos.

Em vista de todas essas questões, Gründling, no intuito de preservar a imagem de Sofia frente à sociedade porto-alegrense e, conseqüentemente, não se tornar alvo de julgamento, algo que já estava começando a acontecer entre seus vizinhos, solicita uma cerimônia de casamento diferente, a ser realizada em sua casa, longe de quaisquer olhos curiosos. Como contrapartida a tais pedidos especiais, além de uma generosa bonificação ao padre pelos seus préstimos, também promete a ele que iria ajudá-lo “a levantar em São Leopoldo, em terreno de [sua] propriedade, uma bonita capela para as suas missas.” (2006, p. 104), se disponibilizando a fornecer “tijolo [de sua] olaria, escravos para a mão de obra” e ainda mandaria “buscar um sino especial da Alemanha.” (2006, p. 105). Espantado com tamanha generosidade, o padre



prontamente se mostra a favor da união, informando que não há nenhum problema, citando em seguida, buscando se justificar, a parábola que está em “São Mateus. O Reino dos céus é também semelhante a um negociante que buscava as boas pérolas; e tendo achado uma de grande valor, foi vender tudo o que possuía e a comprou” (2006, p. 105), deixando a entender que, devido ao grande poder financeiro de Gründling, e a sua considerável compensação, tudo era possível.

Dessa forma, a cerimônia acaba ocorrendo dois dias após o pedido, com Sofia casando-se com um vestido branco, “com o véu lindo e as grinaldas com flor de laranjeira, símbolo da virgindade” (2006, p. 112), especialmente mandado da Alemanha por Schaeffer. Tal vestimenta em uma noiva grávida, levando em consideração os padrões sociais estabelecidos na época, seria motivo, na menor das hipóteses, de questionamentos por parte do padre. Todavia, nada ocorreu, a não ser alguns olhares espantados entre os convidados.

Apesar de uma cerimônia para poucas pessoas, a mesma se mostra muito suntuosa, pois além de uma grande diversidade de pratos salgados e sobremesas, foram servidos os melhores vinhos do Reno. Durante o farto jantar, ocorrido logo após a cerimônia de casamento, Gründling, em frente aos convidados, concretiza parte de sua promessa, entregando ao padre o documento de doação de um terreno de esquina em São Leopoldo, anunciando também que fornecerá o material para a construção, e por ter esquecido, de imediato o padre acrescenta que havia também o “sino especial [que] Herr Gründling [...] mandará vir da Alemanha especialmente para a capela.” (2006, p. 114), deixando implícito, mais uma vez, o interesse financeiro por trás da realização da cerimônia religiosa que, sem uma boa retribuição, certamente encontraria, por parte do pároco, algum tipo resistência para ser realizada do modo exato com que aconteceu.

Um segundo exemplo de reconhecimento de poder ocorre quando Gründling é procurado pelo comandante da polícia de Porto Alegre, o Coronel Alves de Moraes, que busca informações sobre os boatos de insurreição na colônia. Logo que Carlos entra na sala, o comandante respeitosamente se adianta, puxando uma cadeira e estendendo a mão para cumprimentá-lo, elogiando-o, dizendo ser “um prazer receber tão ilustre comerciante” (2006, p. 199). Após algumas perguntas, o alemão mostra realmente não saber sobre muita coisa além do descontentamento de seus conterrâneos pela “falta de pagamento dos subsídios, a alta taxação sobre artigos exportáveis, a falta de demarcação das terras” (2006, p. 199), algo que não era nenhuma novidade para ninguém.

Então o policial, vendo que o interrogado estava sendo sincero, o informa que, através da atuação de alguns espiões seus em pontos estratégicos das colônias, receberam a informação

de que existia, sobretudo em São Leopoldo, vários focos com rebeldes, e que em virtude de possuírem um relatório bastante minucioso acerca das ações destes, já tinham em mãos os nomes de seus principais líderes, e saberiam como agir para punir os brasileiros envolvidos. Todavia, “ele havia sido chamado ali por causa da gente alemã, havia a dificuldade natural da língua e isso poderia causar alguns mal-entendidos desagradáveis”, argumentando que o nome de Carlos surgira entre as autoridades, pois “todos ali reconheciam o seu prestígio na colônia, sua fidelidade às autoridades do Império e seu respeito às leis brasileiras.” (2006, p. 199).

Ao enfatizar mais uma vez que não sabia de nada, o coronel questiona-o se estaria ele “disposto a [ajudá-los] a fazer algumas sindicâncias entre a sua gente”, enfatizando que “isso era muito importante para o governo, saberiam recompensar a colaboração.” (2006, p. 199, 200). Gründling, sem pensar muito, todavia, ainda muito confuso, diz estar as ordens, mas pelo fato de os imigrantes com que ele tinha contato em suas transações serem, em sua maioria, gente pobre das picadas, com pouco estudo, e dedicadas ao trabalho, acredita que as informações que chegaram até o coronel não passavam de boatos.

Nesse momento o comandante da polícia questiona o comerciante, indagando-o se ele não era amigo próximo do Major Oto Heise, visto que este sempre foi, como também pode ser confirmado por meio dos registros historiográficos (ROCHE, 1969), “o braço-direito do Major Schaeffer na Europa” (2006, p. 200) no recrutamento de soldados, e todos sabiam que Schaeffer, por sua vez, além de um grande amigo, também era sócio de Gründling, como este constantemente gostava de lembrar com orgulho em suas conversas.

Ao perceber a estranheza que a pergunta causara ao interrogado, o coronel o informa que Oto Heise, segundo seus contatos, seria o principal suspeito de estar encabeçando o movimento, fazendo a ligação entre os imigrantes descontentes e o Coronel Bento Gonçalves, dizendo ainda que, entre os principais agitadores de origem alemã que foram mencionados por seus espiões, havia “Germano Klinglhöfer, Godfroy Kerst, Stepanousky e outros” (2006, p. 200), e por perceber que seu interrogado nada sabia a ponto de colaborar com as suas investigações, decide encerrar o encontro e dispensá-lo. É interessante atentarmos nessa passagem que Josué Guimarães, no intuito de transpassar a seu leitor certa legitimidade histórica em seu discurso, procura introduzir em sua narrativa diversas lideranças reais, e bastante conhecidas, que participaram de eventos históricos importantes acerca do tema no período representado, buscando, através delas, construir interações que as coloquem em ação com as demais personagens ficcionais na trama de seu romance.

Tendo em vista essa questão, é importante ressaltarmos mais uma vez que, enquanto na disciplina científica o historiador irá apresentar tais atores sociais seguindo registros

historiográficos que são minuciosamente analisados e confrontados através de procedimentos científicos previamente estabelecidos, sem alterá-los por meio de presunções ou manipulações, citando ao leitor as suas fontes para que o mesmo possa verificá-las e constatar a sua conformidade (RÜSEN, 2014, p. 163), o escritor literário não demonstra tal preocupação, uma vez que, mesmo não suspendendo a sua indagação de verdade, resolve tais questões de modo especulativo, uma vez que não possui a obrigação de apresentar a verdade, ao mesmo tempo em que se isenta de mentir (LIMA, 2006, p. 156). Dessa forma, atingimos justamente o ponto em que reside a principal diferença entre uma obra historiográfica e uma obra de ficção, uma vez que, por mais que essa última possa carregar em suas linhas um rico aparato de elementos históricos, eles se apresentam apenas como pano de fundo de um determinado enredo, e não como objeto direto de análise do romancista. Indo diretamente ao encontro dessa perspectiva, Prost explica que “as regras da crítica e da erudição, a obrigação de fornecer as suas referências, não são normas arbitrárias; certamente, elas instituem a diferença entre o historiador profissional e o amador ou o romancista.” (PROST, 2019, p. 61).

Como último caso a ser apresentado acerca da influência do clã de Gründling, trazemos uma passagem – que será abordada com maior detalhamento no subcapítulo destinado à Guerra Farroupilha – relacionada ao episódio em que Porto Alegre foi tomada pelos republicanos, em 1835, e em virtude de tal situação, uma pessoa ligada ao governo imperial, até então desconhecida do comerciante, solicita a sua ajuda. Nesse momento, o patriarca prontamente convoca para uma reunião em sua casa alguns dos integrantes mais importantes de seu clã, como “Zimmermann, Bayer, Tobz, Schilling, Gaspar Schirmer, Jost e Hatzemberger” (2008, p. 47). Ao estarem todos reunidos ao seu redor, adianta-se, explicando aos seus subordinados que recebeu “um apelo e sempre que alguém recorre aos meus préstimos não costumo cruzar os braços e ficar indiferente”, ainda mais tratando-se “de um militar de muita fibra, cheio de amigos influentes, um homem realmente importante” (2008, p. 48), que mais adiante, em um momento de necessidade, poderia a vir ser muito útil nos negócios ao retribuir o favor. Tal introdução apenas deixou os membros presentes ainda mais curiosos.

Prosseguindo em seu mistério, avisa que não estava disposto a arriscar a vida de nenhum de seus amigos, assim como não queria deixar rastros que pudessem lavar os rebeldes até eles, e chamando os membro do grupo para mais perto de si, com medo de ser ouvido por alguém de fora, informa tratar-se do Major Marques, que por meio de um terceiro, havia o contatado, pois tinha planos de não ficar mais recluso no quartel onde era feito de prisioneiro, e precisava de seus préstimos para sair de lá e retomar a capital para os imperiais, explicando que “a cidade

[estava] praticamente desguarnecida, a soldadesca o que quer é bebida e mulhero, está bem na hora de um golpe de mão.” (2008, p. 49).

Gründling, ao expor a situação, informa ainda aos seus companheiros que “o major gozava de certas regalias, havia feito amizades entre os guardas e todos os prisioneiros estavam do seu lado, dispostos à fuga” (2008, p. 49), e não havia melhor momento para execução de seu projeto, uma vez que “Bento Gonçalves andava pela campanha, aliciando gente e explicando a revolução[...]. Os demais chefes revolucionários estavam empenhados em sitiar e tomar São José do Norte e Rio Grande.” (2008, p. 49). O papel do clã seria passar algumas armas para o Major Marques e para seus homens de confiança, e após este estar fora das grades, contatariam o Dr. Hillebrandt, em São Leopoldo, que, por seu turno, avisaria Menna Barreto, o qual enviaria as tropas legalistas para auxiliá-lo na retomada da cidade. Naquela mesma noite colocaram o plano em prática, executado com perfeição, o que acabou por resultar na retomada de Porto Alegre pelos imperiais.

Ao examinarmos essa passagem, fica evidente que a influência atribuída pelo romancista ao clã de Gründling é tão grande em Porto Alegre, ao ponto de tornar o seu patriarca conhecido inclusive entre os membros dos mais altos postos militares do império brasileiro, ao mesmo tempo em que seu notável poder de articulação, em *A ferro e fogo*, foi o principal responsável pelo sucesso da retomada da capital da província pelas forças imperiais.

Como última questão relacionada à organização social dos colonos a ser analisada, trazemos aquela que, para nós, figura como a mais importantes de todas, por justamente ser a principal responsável por reforçar os laços fraternos tanto entre os imigrantes alemães, quanto entre os seus descendentes, por meio da disseminação da *Deutschtum*, a qual serviu, dentro do grupo étnico, como uma espécie de catalisador comunitário. Referimo-nos à criação de escolas germânicas no interior das colônias, as quais buscavam, sobretudo, manter e propagar nos jovens, entre outros elementos da cultura germânica, a língua e os costumes trazidos da Alemanha pelos seus pais.

Acerca do tema, no que concerne à obra *História do Rio Grande do Sul*, encontramos apenas uma passagem, contendo dois parágrafos, onde Lazzarotto, para exemplificar as dificuldades que os primeiros imigrantes encontraram para educar os seus filhos nos primórdios do processo de colonização, toma de empréstimo a fala de um colono, de nome Franzen, escrita no ano de 1832, que explica que “escolas regulares como na Alemanha, aqui não existem e as que existem estão tão distantes que não podemos mandar nossas crianças para lá, por essa razão, instruímos do melhor modo que podemos, nós próprios as crianças.” (LAZZAROTTO, 1971, p. 92). Seguindo em sua explicação, o historiador expõe que, com o decorrer de poucos anos, e

com muito empenho, acabaram surgindo por toda a parte escolas particulares, fato que, se por um lado, era um ato digno de louvor aos consideráveis esforços dos colonos para educar os seus filhos, por outro, acabava – não por culpa deles – por aumentar o isolamento social entre eles e a sociedade sul-rio-grandense, o que acabou gerando alguns problemas, mais tarde, com a chagada dos ecos do pangermanismo pregado por Hitler e pelos propagandistas do Terceiro Reich.

Se Lazzarotto não aprofunda tanto acerca do tema em sua obra, Roche, sabendo da relevância que a questão tem no campo social, atribui uma importância muito maior, abordando-a em diversas passagens de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* no intuito de explicar as diferentes situações que sucederam em decorrência do modo como a educação dos colonos e seus descendentes transcorreu.

Para o historiador francês, a constituição das escolas alemãs, logo em seu surgimento, não estava atrelada à vontade dos imigrantes em manter aqui os elementos da vida que possuíam no velho continente, isolando-se da sociedade luso-brasileira por meio da conservação da germanidade, e formando uma espécie de nova Alemanha. Muito pelo contrário, seu surgimento se deu, sobretudo, pelo descaso do governo local com as necessidades básicas dos alemães para o seu estabelecimento e integração, entre as quais, a educação, em vista de que, como explica o historiador, “de quatro a cinco gerações, os brasileiros não manifestaram nenhum interesse em integrar os recém-chegados na vida da comunidade, tanto do ponto de vista cívico como do ponto de vista cultural” (ROCHE, 1969, p. 707).

A preocupação governamental surgiu pela primeira vez apenas em 1937, ou seja, cento e treze anos após o desembarque dos primeiros imigrantes, em ocasião da disseminação, em terras brasileiras, do pangermanismo. Foi nesse momento em que, segundo Roche (1969, p. 596), dobraram-se os esforços para a difusão do português nas colônias, e começaram a multiplicar-se nelas, escolas de ensino primário e secundário fomentadas pelo governo, resultado direto das recém implementadas leis de nacionalização da educação. Dessa forma, finalmente foram dadas aos alemães e, sobretudo, aos seus descendentes, as condições mínimas necessárias para que estes se integrassem à sociedade luso-brasileira, proporcionando a esse grupo, pela primeira vez, o amplo “acesso aos quadros médios da economia ou da administração, para os quais se exige uma cultura geral correspondente ao nosso bacharelato.” (ROCHE, 1969, p. 597).

Entretendo, apesar desse panorama, à primeira vista, favorável, houve grande resistência por parte dos teuto-brasileiros em aceitar esse novo modo de ensino proposto pelo governo. Tal discordância não se deu por suas crenças religiosas, no caso dos protestantes, e tão pouco por

ideais políticos vinculados ao pangermanismo, mas, sobretudo, pela forte influência transmitida pelos seus pais e avós, os quais não tiveram outra escolha a não ser “terem permanecido fiéis a seus costumes, a língua e a mentalidade” (ROCHE, 1969, p. 709), em vista de que, desde o desembarque, pouco, ou quase nada havia sido feito para que eles adquirissem os elementos cívicos do país. Com o transcorrer dos anos, tais elementos passaram a pesar cada vez mais, e com o crescimento do grupo, e o respectivo desenvolvimento das colônias, os alemães e seus descendentes já não viam mais a integração como uma necessidade, e mais do que isso, “adquiriam consciência de formar um grupo germânico. Seus membros que na primeira geração, defendiam-se de sê-lo, na segunda haviam-se tornado orgulhosos disso: manifestavam-se agora teuto-brasileiros” (ROCHE, 1969, p. 709, 710). Dito isso, cabe-nos agora retornar a nossa análise para o recorte temporal que nos é de interesse, ou seja, o século XIX, em vista que é nele que *A ferro e fogo* está cronologicamente ambientado, e é dele que o romance traz as referências acerca do assunto.

O historiador francês aborda a questão do surgimento das escolas germânicas nas colônias, com maior detalhamento, no capítulo X, relacionando-o com *Os problemas cívicos*, título que dá nome ao subcapítulo em que expõe a sua análise. Nele, Roche (1969, p. 709) explica que os imigrantes, desde a sua chegada, sentiam-se em posição de inferioridade frente à antiga população sul-rio-grandense, na qual, mesmo que desejosos em fazer parte, não encontraram caminhos para ingressar. Nas colônias, ao contrário do que se possa imaginar, o tempo não foi um fator favorável à assimilação, haja vista que se os colonos tentaram, durante a primeira e a segunda geração, ingressar na sociedade luso-brasileira. Ao não obterem sucesso, as gerações seguintes acabaram, como consequência, por isolar-se ainda mais, conservando os costumes e as tradições do país de origem.

Esse fato ocorreu, sobretudo, porque após um longo período de solicitações e insistência junto ao governo provincial, e não tendo conseguido deste, no devido tempo, um número considerável de escolas onde os seus filhos pudessem estudar e aprender os costumes e idioma local, os imigrantes, reunindo-se desde agricultores, até grandes comerciantes, em um comum acordo, juntam esforços, e com seus recursos próprios, decidem fundar as tão almejadas escolas que, em pouco tempo, se espalharam desde o centro das colônias até o interior de algumas picadas. Em tais escolas, por motivos óbvios, “não podiam ensinar-lhes outra coisa além daquilo que eles haviam trazido em seu próprio patrimônio.” (ROCHE, 1969, p. 709).

No que tange à fundamentação da análise apresentada dessa situação, assim como outras relacionadas ao mesmo tema, Roche, novamente, se faz valer da historiografia alemã disponível no período, utilizando, dessa vez, a obra *Land und Leute von Rio Grande do Sul*, de Robert

Jannasch, publicada em Leipzig, no ano de 1905, da qual parece apresentar, no subcapítulo mencionado anteriormente, uma espécie de resumo.

Essa obra foi escrita por meio das impressões pessoais que Jannasch teve ao visitar o estado e, sobretudo, a região de São Leopoldo. O autor produziu ainda outros livros com a mesma temática, tendo como ponto central, o desenvolvimento das colônias germânicas em que esteve presente em todo o continente americano durante a sua expedição iniciada no ano de 1886. Para muitos estudiosos do período, esse viajante é visto como o principal promotor das comunidades alemãs no exterior, e seus relatos serviram de base para diversos estudos acerca do assunto no decorrer de todo o século XX.

Ao abordar em sua obra acerca da educação, Jannasch (1905, p. 64) explica que, durante o período em visitou as então cidades gaúchas de São Leopoldo, Santa Cruz, Estrela, e Monte Negro, pôde observar de modo geral em ambas que, apesar de muitos alemães viverem em colônias – e aqui já no sentido étnico do termo – consideravelmente desenvolvidas, com um núcleo urbano central, a situação para os imigrantes que moravam em picadas mais distantes não havia mudado muito desde a sua chegada. Para os jovens dessas localidades, a locomoção até os centros onde estudavam era uma verdadeira jornada por caminhos árduos, onde de “duas até três crianças tinham que cavalgar a cavalo ou sobre uma mula todos os dias por horas para a escola” (JANNASCH, 1905, p. 64, tradução nossa)<sup>48</sup>, o que dificultava significativamente a frequência assídua de muitos dos alunos.

Apesar de toda essa dificuldade, as salas de aula estavam sempre cheias, com educandos provindos das mais diversas localidades circundantes. Segundo o autor, nessas escolas ensinava-se o idioma alemão, sobretudo, através do estudo de diferentes escritores germânicos, o que acabava propiciando aos alunos a oportunidade de também assimilar, em consequência disso, a visão de mundo, os valores, e os ideais da terra natal de seus pais. Além disso, os estudantes também apreendiam canções típicas e a poesia alemã, das quais, o próprio autor se mostra surpreso e emocionado pela qualidade, argumentando que mesmo na Alemanha,

a música popular e os cânticos poderiam raramente ser mais cuidados do que lá nas fronteiras da civilização. Nunca antes eu apreciei e admirei tanto a força cultural e ideal do poema e da canção como aqui, e como os jovens chilreavam, assim cantavam também os mais velhos. (JANNASCH, 1905, p. 64, 65, tradução nossa)<sup>49</sup>.

---

<sup>48</sup> “[...] zwei bis drei Kinder zu Pferde oder auf einem Maultiere alltäglich stundenweit zur Schule reiten mußten!”.

<sup>49</sup> “[...] das deutsche Volkslied und der deutsche Gesang kaum besser gepflegt werden als dort an den Grenzen der Civilisation. Niemals zuvor habe ich die kulturelle und ideelle Kraft des Gedichtes und des Liedes mehr geschätzt und bewundert als hier, und wie die Jungen zwitscherten, so haben auch die Alten gesungen.”.

Para a formação e manutenção das escolas e dos grupos musicais associados a elas, Jannasch (1905, p. 65) explica que os alemães e seus descendentes imprimiram grandes esforços, e traz como exemplo o caso do cervejeiro Jahn, natural de Dessau, que aplicava grande parte dos lucros de seu negócio para manter o coral que se apresentava no salão da Germânia, na localidade de São João do Montenegro, para um público que constantemente alcançava o número de 600 pessoas. Tal coral era regido por Max Beutler, músico profissional, formado pela academia de música de Leipzig.

Outro fator interessante que Roche resume da obra do viajante, é a posterior falta de interesse dos teuto-brasileiros em se inserir na sociedade brasileira, sobretudo, após já terem se estabelecido de forma social, cultural e econômica na sua nova terra. Jannasch explica tal fator, apresentando junto a ele uma sutil crítica ao descaso do governo, citando um diálogo que teve com um estadista brasileiro, o qual, ao procurá-lo, queixou-se da dificuldade que existia, no Rio Grande do Sul, para que os diversos elementos estrangeiros, resultantes das constantes imigrações recebidas pelo estado, assimilassem a cultura e os hábitos locais, sobretudo, os alemães, que se agarraram fortemente a seu idioma e em seus costumes. Ao respondê-lo, o autor argumenta que, no seu entendimento,

não são os alemães nem as suas escolas as culpadas. Enquanto o estado riograndense não estiver em condições de se preocupar com as aulas das crianças dos imigrantes nascidas na terra, ele também não tem, na ausência de cumprimento desse dever urgente, nenhum direito de estabelecer vontades de formas imaginadas. (JANNASCH, 1905, p. 65, 66, tradução nossa)<sup>50</sup>.

Seguindo em seu raciocínio, expõe ainda que, sem um projeto do governo para que os teuto-brasileiros apreendessem o português, seria praticamente impossível o projeto de nacionalização, uma vez que essa população vivia em meio à floresta, isolada em suas terras, longe de qualquer influenciador formativo que pudesse transmitir a ela os elementos culturais luso-brasileiros. Além disso, agravando mais essa questão, o homem começava a trabalhar pesado desde cedo na juventude, visto que as crianças também tinham que ajudar na roça já em tenra idade, e sob tais condições, ainda aprender um idioma estrangeiro, seria algo excepcionalmente difícil.

O viajante, com o intuito de defender os seus patrícios dos rumores que ouvira, finaliza a sua argumentação afirmando que os boatos acerca dos imigrantes alemães supostamente não quererem aprender português eram, na verdade, uma falácia, em vista de que, por toda parte,

---

<sup>50</sup> “[...] seien daran weder die Deutschen noch deren Schulen schuld. Solange der Riograndenser Staat nicht in der Lage sei, für den Unterricht der im Lande geborenen Kinder der Eingewanderten zu sorgen, so lange habe er auch, mangels Erfüllung dieser dringenden Pflicht, kein Recht, Verlangen gedachter Art zu stellen.”.



especialmente nos centros urbanos, onde os germânicos entram em contato ativo com os elementos luso-brasileiros, eles aprendiam a língua portuguesa rapidamente e com gosto. Quanto ao fato de os teutos aprenderem o idioma local com maior dificuldade e demandar de mais tempo quando comparado com a aprendizagem da língua inglesa pelos seus conterrâneos na América do Norte, segundo o autor (JANNASCH, 1905, p. 66), pode ser esclarecido facilmente, em vista que do alemão para o português a diferença é muito maior, devido às diferentes matrizes linguísticas, algo que não pesava tanto quando comparado aos italianos da Serra Gaúcha, que de igual modo, se apegaram no seu idioma materno.

No que diz respeito ao romance, podemos encontrar na trama algumas situações que dão conta, seguindo a perspectiva exposta por Jannasch e, conseqüentemente, por Roche, de que a educação sempre foi uma questão de alta prioridade entre os imigrantes alemães. De forma abrangente, Josué Guimarães busca representar em *A ferro e fogo* dois modelos de educação distintos, o primeiro, ligado a uma família abastada, estabelecida em um centro urbano, expondo uma minoria entre os recém-chegados, dos quais a maior parte era composta pelos comerciantes das cidades, e o segundo, relacionado a uma família em ascensão financeira, localizada na colônia, o que vem ao encontro de um panorama muito mais próximo ao da maioria dos colonos.

O primeiro modelo, menos frequente, e geralmente associado às famílias alemãs mais ricas de Porto Alegre, surge na narrativa por meio do caso já abordado de Sofia Spannenberger. Ao ser abandonada por um bandoleiro na colônia, sua guarda fica provisoriamente sob a responsabilidade do Dr. Hillebrand, o qual toma para si a missão de encontrar “um lugar ou uma casa para abrigar a menina” (2006, p. 66) de forma definitiva. Na manhã do dia seguinte ao aparecimento da jovem, o médico encontra Gründling, que estava em São Leopoldo a negócios. Após explicar a ele, penalizado, toda a situação que a pequena alemã vivenciou desde a sua chegada ao Brasil, o comerciante, impressionado com tamanha tristeza e revolta por parte do médico, lhe diz que não precisava mais se preocupar com a questão, pois “levo a menina para Porto Alegre e me responsabilizo por sua educação” (2006, p. 67), apresentando na ocasião, de maneira nítida, a prioridade que a questão representava na vida dos teutos.

Dessa forma, Sofia passa a morar na mansão da Rua da Igreja com Gründling, o qual prontamente contrata uma professora particular, Frau Felipina Grub, “pois agora aprenderia a ler, começaria o aprendizado de grande dama, mandaria buscar cartilhas, uma lousa para desenhar as letras, depois as declinações, a pobrezinha as usava tão mal.” (2006, p. 85, 86). Além disso, o comerciante também mandara “trazer livros, histórias de reis e de guerras. Uma moça deve saber ler.” (2006, p. 86), pois para Carlos, isso era algo fundamental na sua formação

como cidadã, visto que, em sua concepção, tais instruções representavam a fronteira entre a civilização e a selvageria, ou, de modo a exemplificar com situações encontradas no romance, a diferença entre os povos germânicos e os “bugres”, “negros” e mestiços.

Por tais motivos, no decorrer do romance *Gründling* irá demonstrar constante preocupação com o aprendizado de Sofia, e são diversos os momentos em que o comerciante manifesta-se interessado em saber “como iam as aulas [...], seus cadernos”, examinando “com atenção as lições, as garatujas finas e arredondadas” (2006, p. 91). Em uma determinada ocasião, após um período em que a menina experenciou um considerável número de aulas, ele “abriu um livro e pediu que ela tentasse ler um trecho.” (2006, p. 91). Mesmo muito envergonhada com a situação, Sofia, lentamente correu os olhos pelas linhas da página, e lê o parágrafo solicitado. Muito orgulhoso, o comerciante a parabeniza, dizendo, de modo a incentivá-la, que não imaginava “que estivesse tão adiantada.” (2006, p. 91).

Todavia, essa realidade associada à personagem Sofia, conforme veremos em seguida com o caso dos Schneider, não condiz com a verdadeira condição da grande maioria dos imigrantes, visto que estes não viviam na capital, tampouco possuíam recursos financeiros suficientes para custear aulas particulares para os seus filhos.

Sendo assim, voltaremos agora as nossas atenções para o segundo modelo apresentado pelo romancista, visto por nós como o de maior relevância em nossa análise, não apenas por ser o mais comumente encontrado entre os imigrantes alemães estabelecidos no Rio Grande do Sul, seja eles os localizados nos centros urbanos das colônias, seja entre os assentados nos interiores das picadas, mas por justamente trazer com ele as alusões aos embasamentos historiográficos abordados anteriormente por meio das obras historiográficas de Jean Roche e Robert Jannasch.

Esse modelo surge na trama de *A ferro e fogo* por meio de Catarina, que passado um curto espaço de tempo do seu retorno à colônia, e com o trabalho já estabelecido para si e seu marido, transfere as suas atenções para a educação de seu filho mais velho, Philipp, que já estava para completar dez anos, e como crescera no Chuí, longe da civilização, consequentemente não teve nenhum tipo de contato com educadores. Em vista disso, Frau Schneider decide falar “com o Dr. Hillebrand sobre o assunto, ele saberia indicar uma boa escola.” (2006, p. 128).

Após o seu contato com a liderança histórica, Catarina passa a levar “Philipp às aulas do Professor João Tiefenbach, mestre-escola que viera de Sockenfeld-Holstein e chegara também pelo Protetor.” (2006, p. 175). Em seu primeiro contato com o educador, ela explica toda a situação, e após ouvi-la atentamente, o mesmo a repreende ao ficar sabendo da idade do garoto, informando-a que seu filho “já devia ter começado há muito tempo, hoje poderia estar

lendo” (2006, p. 177). Todavia, tentando se justificar, Frau Schneider, seguindo a perspectiva acerca do trabalho exposta na análise historiográfica feita anteriormente, explica que “Philipp ajuda muito no empório” (2006, p. 177). Sem ver mal algum acerca da prática, o professor Tiefenbach diz que ele poderá continuar ajudando nas tarefas diárias de seu estabelecimento quando não estiver ocupado com os afazeres da escola. Cabe ressaltarmos ainda que, da família Schneider, Philipp é o único que iniciou a escola fora da idade, uma vez que seus irmãos e sua irmã, assim como seus filhos e sobrinhos, todos começaram seus estudos no período correto, ou seja, quando tinham aproximadamente 6 anos de idade.

Pela educação, Frau Schneider tinha claros os objetivos que almejava para o seu filho, visto que, segundo as palavras proferidas ao professor, o jovem Schneider “precisava saber onde tinha o nariz, aprender contas e uma caligrafia caprichada para os cadernos de escrituração mercantil.” (2006, p. 175), ou seja, uma educação bem prática, com os objetivos voltados, sobretudo, para as situações profissionais do dia a dia, como nesse caso, as diretamente ligadas ao trabalho no empório da família.

Tais propósitos ficam ainda mais claros quando Catarina se despede do professor, dizendo-o que deseja “que faça dele [Philipp] um homem” (2006, p. 176), deixando exposto na narrativa que, para os imigrantes, a escola significa mais do que apenas um local voltado a aprendizagem de conteúdo, mas constitui-se em um elemento necessário na passagem dos jovens para a vida adulta, uma vez que nela, além do conhecimento didático, as crianças também aprendiam a ter disciplina, tanto nas questões voltadas ao processo de aquisição do conhecimento, quanto em relação à pontualidade aos horários, em vista de que se algo não fosse cumprido, ou algumas regras respeitadas, havia na sala de aula, atrelada ao método de ensino do professor, uma “enorme palmatória na parede” (2006, p. 177), disposta lá para repreendê-los.

Ademais, durante a sua apresentação, Tiefenbach dissera a Philipp que “um amiguinho veterano da escola, ensinava as contas e as lições” (2006, p. 175), dando a entender que o romancista, mais uma vez indo ao encontro das possibilidades históricas da época, representa na narrativa os problemas atrelados à falta de professores para atender toda a demanda da localidade, sendo muitas vezes necessário nas aulas das turmas iniciais o auxílio de alunos mais avançados.

Outro elemento importante trazido em *A ferro e fogo* diz respeito à condição econômica do professor, assim como a posição social de prestígio outorgada pelos imigrantes ao seu cargo. Ambas as situações também são perceptíveis na narrativa durante a análise da passagem vinculada ao encontro de Tiefenbach com Catarina e Philipp. Acerca da primeira conjuntura,

podemos notar a sua diferenciação social pelo contraste de suas vestimentas quando em comparação com as comumente dispostas por seus conterrâneos das picadas e dos núcleos urbanos. O educador, em seu dia a dia, costumava usar trajes mais próximos aos utilizados pelo alto escalão administrativo, como, por exemplo, as que vestia quando Frau Schneider foi à escola, e o mesmo apresentava-se trajando “roupa escura trazida da Alemanha, colarinho alto de ponta virada, óculos de aro de prata” (2006, p. 176).

Já o segundo caso, relativo à sua importância como tutor frente aos imigrantes, vem à tona por meio do respeito à sua opinião e o reconhecimento de sua intelectualidade, já que em momentos de crise, era a ele que muitos dos colonos recorriam para sanar as suas dúvidas. Um exemplo disso ocorre no episódio em que D. Pedro I abdica de seu trono. Ao chegar à colônia tal notícia, os imigrantes ficam em polvorosa, tomados por incertezas, sem saber o que seria da província, e o que aconteceria em relação a eles e os seus respectivos contratos que haviam sido firmados sob o governo do ex-monarca.

Nesse momento, em um grupo que se amontoava no empório da praça de São Leopoldo, surge Catarina, igualmente tomada por dúvidas, que informa aos patrícios que “quando [...] falar com o professor pergunto a ele, é homem letrado e sabe de quase tudo.” (2006, p. 176), e certamente seria capaz de elucidá-los acerca da questão. E é justamente o que acontece, pois, ao chegar à escola com Philipp, logo o questiona, “que me diz o senhor da abdicação de D. Pedro I, [...] ansiosa para saber detalhes, [...] essa gente vai respeitar os nossos direitos, professor, ou fica o dito por não dito?” (2006, p. 176). Sem demonstrar surpresa acerca da pergunta, o educador logo responde que “os compromissos de papel passado, esses terão de ser respeitados.” (2006, p. 176). Todavia, informa que também tem dúvidas acerca dos tratados verbalmente firmados por meio de agentes.

Dessa forma, tendo analisado nesse subcapítulo o modo como Josué Guimarães representa a organização social dos imigrantes alemães em *A ferro e fogo*, nos fica claro que o autor, após um detalhado levantamento, carrega a sua narrativa com diversos elementos historiográficos para abordar questões que iniciam pelo planejamento estratégico dos colonos, que centralizam as suas atividades profissionais na unidade familiar, logo nos primórdios da imigração. A partir dessa organização inicial, o romancista passa a apresentar o modo com que esse sistema evoluiu e acabou por se estruturar na forma de verdadeiros clãs, acerca dos quais o autor procura de maneira constante, através de situações cotidianas, fazer com que os seus líderes venham a ser procurados por indivíduos em busca de favores, esclarecimentos ou conselhos, para que dessa forma possa demonstrar aos seus leitores a importância que estes detinham não apenas diante da recém-formada sociedade germânica das colônias e dos núcleos

urbanos que se estabeleceram ao redor delas, mas também a participação ativa que esses grupos possuíam nos assuntos das mais diversas esferas – inclusive administrativa – da estrutura luso-brasileira da capital da província.

Outro assunto importante entre os imigrantes alemães que vimos ser abordado no romance com certa frequência é a questão educacional. O romancista, fazendo uso de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, acaba por trazer para dentro de sua obra, mesmo que de modo não intencional, alguns elementos presentes na historiografia germânica do século XIX, apresentados pelo viajante Robert Jannasch e utilizados posteriormente nos estudos de Jean Roche.

À vista disso, e levando em consideração que “a literatura constitui um laboratório verbal, retórico e poético, de uma inacreditável força de elucidação, de discriminação e até mesmo de teorização”, sobretudo, quando “o histórico contado e mnemônico experimentado se recruzam na linguagem” (RICOEUR, 2007, p. 401), podemos concluir que o discurso criado por Josué Guimarães, ao representar de modo verossímil o *modus vivendi* e o *modus operandi* dentro da sociedade teuto-brasileira do século XIX, acaba trazendo de volta à vida os viventes de outrora que já não existem mais, juntamente com suas ações e seus sentimentos, que vão desde o medo e angústia, até a coragem e a paixão. Isso ocorre não apenas por meio da vinculação de lideranças históricas famosas na intriga, mas sobretudo, através das personagens criadas segundo as possibilidades de seu tempo, as quais despertam nos leitores, as mais diversas sensações.

Tendo dito isso, não nos resta dúvidas de que *A ferro e fogo* colabora, do mesmo modo como já discutimos ao final do subcapítulo 3.2, na orientação de seus leitores acerca do passado no estado, criando, ou ainda, fortalecendo, os laços coletivos dentro de um determinado grupo.

### 3.5 A narração da paisagem

Antes de iniciarmos a análise ambiental presente em *A ferro e fogo*, cabe-nos justificar a escolha pelo emprego do conceito “narração” da paisagem, frente ao conceito de “descrição” da paisagem. Para tanto, partiremos mais uma vez dos trabalhos literários de György Lukács. Em *Ensaio sobre a literatura*, mais especificamente no subcapítulo intitulado *Narrar ou descrever?*, o filósofo húngaro, ao analisar os romances *Naná*, de Émile Zola, e *Ana Karenina*, de Leon Tolstói, traz para o centro de seu estudo, por meio da ocorrência de duas corridas de cavalos, a diferença básica entre os dois conceitos.

Em *Naná*, Zolá **descreve** minuciosamente o evento, e por meio da exatidão, plasticidade e sensibilidade presentes na narrativa, nos é perceptível o empenho do autor em reproduzir com perfeição o que realmente seria uma corrida de cavalos, apresentando algo muito próximo à uma “pequena monografia sobre a moderna corrida de trote” (LUKÁCS, 1968, p. 47). Todavia, nesse caso a sensibilidade não está atrelada à experiência sensível do narrador e das personagens, mas sim em capturar e reproduzir, como uma pintura estática, a situação abordada, em vista que as personagens principais permanecem inalteradas no decorrer do evento. Tal situação leva o filósofo húngaro a concluir que “a descrição é um sucedâneo literário destinado a encobrir a carência de significação épica.” (LUKÁCS, 1968, p. 66).

Já em *Ana Karenina*, Tolstói **narra** o evento de forma com que o mesmo passe a configurar, segundo Lukács (1968, p. 48), o ponto crucial de toda a obra, em vista de que nele ocorre a queda de Wronski, que passa a significar uma grande reviravolta na vida de Ana, além desta descobrir que está grávida pouco antes da corrida. Além do mais, em decorrência desse episódio, todas as relações entre as principais personagens da trama entram para uma nova fase.

Desse modo, a corrida de cavalos apresenta-se na obra de Tolstói não como um mero quadro estático, mas como um drama psicológico onde ocorre uma série de cenas altamente dramáticas, que assinalam uma acentuada mudança no conjunto do enredo. Em última análise, Lukács explica que “em Zola, a corrida é descrita do ponto de vista do espectador; em Tolstói, é narrada do ponto de vista do participante.” (LUKÁCS, 1968, p. 48), concluindo que essa interação entre a cena e o espectador, constrói um processo humano que une o conhecimento intuitivo à consciência racional, fazendo com que o leitor possa reviver a verdadeira sucessão temporal, e, conseqüentemente, a dinâmica da história por de trás dos eventos.

Já no que diz respeito a nossa compreensão do conceito de paisagem, seguimos nesse subcapítulo as noções desenvolvidas por Collot, que em *Poética e filosofia da paisagem*, aborda a relação entre o homem, a paisagem, e a Literatura. Para o pensador francês (COLLOT, 2013, p. 15), a paisagem surge como “uma manifestação exemplar da multidimensionalidade dos fenômenos humanos e sociais, da interdependência do tempo e do espaço e da interação da natureza e da cultura, do econômico e do simbólico, do indivíduo e da sociedade”. A partir dessa compreensão, o autor busca fornecer um modelo para se pensar a complexidade da realidade, e a articulação das ciências humanas e sociais.

No que diz respeito ao caso específico da literatura, Collot vale-se dos trabalhos de Jean-Pierre Richard, para o qual, como era de se esperar, a palavra “paisagem” não designa apenas os lugares descritos pelo autor, mas sim a “imagem de mundo, intimamente ligada ao estilo e à sensibilidade do escritor” (COLLOT, 2013, p. 54). Dessa forma, seguindo as concepções do

autor citado, Collot (2013, p. 54) apresenta três definições para o termo “paisagem”. A primeira delas diz respeito ao conjunto de elementos sensíveis que constituem a matéria e o terreno da experiência criativa do escritor. A segunda definição de “paisagem” constitui no próprio autor, e como este se oferece aos leitores, como sujeito e objeto de sua própria escrita. Já a terceira definição corresponde ao papel do leitor em sua recepção e na constituição como conjunto dotado de sentido. Em outras palavras, é a conjunção de uma “percepção singular de mundo, uma organização literal, de uma impressão de leitura e de sua elaboração crítica” que produzirá aquilo que pode-se chamar de “efeito-paisagem”.

Por mais originais que essas definições possam ser, Collot chama a atenção de que elas não estão tão afastadas daquilo que comumente se entende por “paisagem”, isso porque, desde a sua origem, a palavra designou tanto uma representação artística, quanto o lugar espacial. Dessa forma, “jamais houve, de um lado, a paisagem ‘no sentido próprio’ (*in situ*), e, de outro, sua percepção (*in visu*) e sua figuração (*in arte*)” (COLLOT, 2013, p. 54), uma vez que ela não resulta da simples recepção de dados sensíveis, mas de uma estruturação perceptiva que permite aprendê-la por meio de uma configuração significativa. Em última análise, essa visão de conjunto está ligada ao ponto de vista do sujeito, por meio do qual, depende, ao mesmo tempo do real, e do imaginário, para a construção do objetivo e do subjetivo.

Dessa forma, cabe-nos ainda ressaltar que, apesar de Josué Guimarães, ao narrar tais paisagens, não o faz de modo isolado, mas através de situações em que elas se tornem significativa na relação às personagens, ao buscarmos aqui uma abordagem por meio de um método comparativo com as obras historiográficas utilizadas pelo romancista, buscando pela similaridade entre a representação no romance, e as descrições propiciadas pela historiografia utilizada para compô-lo, tais análises, em alguns momentos, serão tratadas de modo secundário.

Sendo assim, tendo expostas essas considerações iniciais, passamos agora para a análise das representações das paisagens atreladas à região de colonização alemã onde a trama de *A ferro e fogo* se desenvolve. Apesar de mais curto quando comparado aos subcapítulos anteriores, em vista de que as paisagens surgem de modo esporádico e periférico no decorrer da narrativa, acreditamos ser de fundamental importância apresentarmos e compararmos nessa tese tais descrições, uma vez que esta é mais um dos assuntos em que Josué Guimarães fez questão de se debruçar sobre a historiografia para a produção do seu romance, no intuito de acrescentar historicidade nas linhas de sua obra por meio de uma riquíssima exposição de detalhes destinados aos seus leitores.

Para tanto, buscaremos nas passagens da ficção onde é possível encontrar correspondência com os registros historiográficos abordados até aqui os trechos a serem

analisados. Por não existir nenhum tipo de descrição ambiental mais aprofundada sobre as questões espaciais no livro de Lazzarotto, e pela notória similaridade de características com a obra do historiador francês, partimos do pressuposto de que Josué Guimarães apoiou-se na narrativa de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* e, sobretudo, nas imagens que compõem a obra, para a partir disso passar a representar os aspectos relativos ao ambiente da região de colonização alemã.

Jean Roche (1969, p. 39) inicia a sua análise das características ambientais partindo de um panorama mais amplo, cronologicamente localizado no ano de 1822, e que engloba todas as regiões da então Província de São Pedro, explicando que no período que antecederia a imigração alemã, o território do “Rio Grande do Sul parecia quase despovoado”, possuindo “apenas cem mil habitantes”. Destes, apenas uma dezena de milhares localizados no Planalto Setentrional, dos quais, 6.750 nas missões, e o restante espalhado pelos Campos de Cima da Serra. No Litoral, apesar da crescente importância da cidade de Rio Grande, não havia entre Torres e Santa Vitória do Palmar senão algo em torno de 23.960 pessoas. Tal déficit populacional se dá, sobretudo, pelo fato de a região apresentar um solo pobre e arenoso, impróprio para a agricultura. Já a região da Campanha, que até 1780 estava devoluta, possuía uma população de cerca de 22.000. No que diz respeito ao caso específico da região que recebeu as primeiras colônias alemãs, ou seja, a Depressão Central, o historiador francês esclarece que na época do desembarque dos primeiros imigrantes, havia cerca de “38.000 habitantes, em resumo, 36% graças ao desenvolvimento das duas principais cidades, Porto Alegre (10.000 habitantes) e Rio Pardo (3.600 habitantes)”.

Não há dúvidas que esses dados serviram, de algum modo, para indicar ao romancista a solidão que era experimentada no estado e, dessa forma, inspirá-lo no título do primeiro tomo de *A ferro e fogo*, em vista de que esse foi, muito provavelmente, um sentimento fortemente vivenciado por um grupo de indivíduos acostumados a conviver em um continente superpovoado, que chegam à província justamente como excedentes populacionais de suas regiões de origem, e acabaram por ser fixados, inicialmente, junto à floresta virgem das encostas da serra, onde se viram isolados física e socialmente, em meio a ataques de animais selvagens e grupos indígenas que tentavam defender o seu território dos forasteiros, ou, seguindo as próprias palavras do autor, seu romance narra a “a história de homens e mulheres em solidão que plantaram as suas raízes, a ferro e fogo, nas fronteiras movediças dominadas por castelhanos, índios, tigres, caudilhos e portugueses.” (2006, p. 3).

Todavia, no romance de Josué Guimarães, será na região do pampa, onde mais tarde também virá a ser o cenário do fracassado projeto da Colônia de São João das Missões, também



abordado na narrativa, que a solidão surge em sua forma mais profunda por meio do dia a dia dos integrantes da família Schneider. Acerca dessa região, Roche explica que suas características envolviam

extensas faixas que se prolongam entre os vales que as penetram profundamente, longos declives suaves, cuja as leves curvas se recortam regularmente, depois se soldam em linha horizontais, eis as coxilhas da terra gaúcha. Coxilhas separam as águas de uma infinidade de arroios. No montante, os vales escondem seus córregos em bosques que só descobrimos na embocadura. Na parte inferior, os cursos d'água, já preguiçosos, inscrevem meandros nas areias cintilantes ou transbordam às primeiras chuvas para cobrir de lençóis que reverberam, o fundo quase horizontal de um leito maior, que insensivelmente se liga às linhas das coxilhas. A fita verde-escura das matas de galeria não é senão o debrum do mato na planície que cobre a região inteira. Os pampas também têm o seu sortilégio. Nele se experimenta até à vertigem a embriaguez do espaço, do silêncio e da solidão. Sem nos cansar, caminhamos léguas e léguas na imensidão do que nos atrai, perseguindo os horizontes que recuam sempre. Um pouco de melancolia paira sobre essas terras uniformes onde, não podendo nem brincar, nem cantar nas árvores, o próprio vento anda sempre triste, quando não furioso como o Minuano. As ondulações regulares ofereciam à penetração o itinerário sinuoso mas seguro das linhas de divisão das águas; a vegetação baixa das gramíneas abria-se às cavalgadas dos milicianos que vinham traçar e proteger a fronteira meridional; os campos de batalha, os acampamentos, os fortes distribuíam-se pelas cristas ou perto dos vaus onde os caminhos cortavam o leito dos rios; os homens fixaram-se ao sabor de um armistício ou de uma baixa, dedicando-se à criação de gado. Essa região, a que chamamos Campanha, foi primeiro denominada *O Continente* como o Rio Grande do Sul, que, durante mais de um século foi identificado como a zona de campo. (ROCHE, 1969, p. 38, 39).

Dessa rica descrição feita por Roche, podemos encontrar no romance diversos elementos que vão desde as questões relacionadas aos sentimentos, como a solidão e a embriaguez do espaço, até elementos geográficos, como as lagoas, os córregos e as coxilhas. Josué Guimarães inicia a sua representação do pampa a partir de Daniel Abrahão, que ao receber a proposta feita por Gründling para levantar assentamento naquela região, para aguardar por suas mercadorias, questiona-se como seria morar em um local com “o campo a perder de vista, as áridas coxilhas barradas pelo horizonte, os abutres, as tempestades varrendo o chão sem abrigo.” (2006, p. 13), ou seja, em um local com uma natureza exuberante, que ao mesmo tempo apresenta-se como uma ameaça devido a sua magnitude e ferocidade.

Em um espaço geográfico particularizado por tais características, além do sentimento de solidão, a percepção dos horizontes também desperta sentimentos como o de liberdade, por não existirem marcos delimitadores e, sobretudo, de insignificância, frente à imensidão do espaço. Dessa forma, o horizonte passa a ser uma referência constante no decorrer da trama, não apenas para os protagonistas recém-chegados, mas também para as personagens secundárias acostumadas com tais paragens. Juanito, por exemplo, ao cair da noite, não queria um teto para si, mas “a liberdade do céu e dos campos que se perdiam no horizonte” (2006, p. 22). Já Philipp, quando criança, de cima da figueira da estância de Jerebatuba, ficava espantado

ao perceber “que a bruma do horizonte não deixava ver o fim” (2006, p. 23) dos longos campos sem demarcação.

Ainda acerca da representação dessa paisagem, Alves (2017) explica que a literatura denominada “gaúcha” constantemente volta-se ao pampa em busca de “motivos” de ficção, e por isso, essa região tornou-se base para grande parte das obras produzidas sobre o Rio Grande do Sul. Desse modo, o mesmo autor (ALVES, 2017, p. 65) aponta que as primeiras manifestações literárias acerca desse espaço denotam ainda de 1830, e seguindo uma concepção muito próxima da nossa, conclui ser devido à “força simbólica do horizonte do pampa como causador do sentimento de solidão, bem como a relação entre a imensidão dos campos e a sensação de liberdade, que para o gaúcho mitificado passa a ter dois sentidos – liberdade de movimentos e liberdade política.” (ALVES, 2017, p. 69).

Todavia, podemos notar que essa percepção de horizonte na trama irá variar nas personagens conforme os eventos bélicos avançam sobre as suas experiências e transformam as suas vivências na região. Catarina, por exemplo, com o deflagar da Segunda Guerra da Cisplatina, ao já estar acostumada com as características daquela paisagem, promete a si mesma que não iria abandonar a sua estância, e que “a sua decisão estava tomada: não arredaria pé de suas terras, aquela imensa solidão de horizontes era sua e de mais ninguém.” (2006, p. 78). Contudo, após ter passado pelos horrores de uma guerra, ao retornar a São Leopoldo e se deparar novamente com um ambiente diferente de onde estivera, muda de ideia, passando a perceber que o “horizonte aberto das bandas do Chuí não lhe faria falta” (2006, p. 120).

Mesmo de volta à colônia, e com o passar dos anos, a sua experiência na região onde “se experimenta até à vertigem a embriaguez do espaço, do silêncio e da solidão” (ROCHE, 1969, p. 38) não sai de sua mente, e retorna a seus pensamentos com frequência, as vezes em forma de pesadelos, inclusive, em *Tempo de guerra*, quando recorda de seu marido preso no poço, da velha e agorenta figueira, e de que aquelas terras “não eram como as terras daqui, elas não acabavam nunca, a vista não alcançava fim, por todos os lados elas encontravam o céu e com ele se confundiam ou terminavam dentro das águas do mar” (2008, p. 217).

Apesar de tais referências, no que diz respeito à essa região específica, não podemos esquecer das origens de Josué Guimarães, que nasceu, conforme já exposto no capítulo 1, na cidade gaúcha de São Jerônimo, e logo no ano seguinte muda-se com a sua família para Rosário do Sul, localizada na fronteira com o Uruguai. Dessa forma, o escritor experencia desde a sua infância os aspectos do pampa. Indo ao encontro a essa perspectiva, Stüben (2013, p. 39) explica que os lugares de vivência dos escritores exercem frequentemente uma relação existencial estreita com suas obras, seja como reflexos diretos do reino da experiência real, seja como

contramundo utópico. Para o teórico, ao analisarmos uma obra, o lugar de origem do escritor jamais deve ser subestimado, visto que é por meio dele que o autor constrói a “sua visão do mundo, seu rico acervo de experiências, suas mais profundas emoções – tudo o que de mais precioso entra em sua obra está baseado em sua percepção do ambiente, que é decisivamente constituído pelas condições topográficas.” (STÜBEN, 2013, p. 39). Em última análise, confirmando ainda mais essa concepção, o próprio Josué Guimarães, em entrevista, revela a importância de suas experiências para a composição de suas obras, explicando que

minhas raízes, essas não posso negar, são da fronteira onde me criei quase bilíngue, ouvindo histórias de caudilhos, revoluções, tropelias, degolações – muita coisa vi com os próprios olhos, guardo extraordinária e quase mediúnica memória da minha vivência até os dez anos de idade. (GUIMARÃES, 1988, p. 7).

Retornando à análise ambiental, passaremos agora a examinar as principais características da região referente à Colônia de São Leopoldo, onde grande parte da trama se passa. Durante diversas passagens de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, Jean Roche faz questão de trazer elementos que descrevem a área destinada à colonização germânica como situada em meio a floresta virgem, descrevendo-a como um ambiente ao mesmo tempo generoso, em vista da fertilidade de suas terras, e selvagem, devido à grande quantidade de animais perigosos, além dos povos nativos, que se empenhavam constantemente em atacar os “invasores”. Dessa forma, a título de exemplificação, traremos duas situações em que tais questões são mencionadas.

A primeira dessas situações ocorre quando Roche explica sobre o rápido crescimento e desenvolvimento da colônia, informando que esta “depressa se estendera da antiga Feitoria à borda da Serra, cortando a floresta virgem” (ROCHE, 1969, p. 97). Já em um segundo momento, ao discorrer acerca da alta taxa de natalidade entre a população de origem germânica, o historiador francês argumenta que ao se instalarem no Brasil, o índice demográfico fora favorecido “sob a dupla influência da técnica agrícola, que exigia mão-de-obra abundante para o desbravamento das florestas, e da fertilidade das terras virgens, capaz de alimentar uma população numerosa, pelo menos durante certo espaço de tempo.” (ROCHE, 1969, p. 162).

Tal representação da floresta, por consequência, também surge nas páginas de *A ferro e fogo*, e já se faz presente logo na segunda página do romance, quando Gründling, embriagado, questiona Daniel Abrahão sobre o “que ele veio fazer aqui nesta terra de bugre e de mata virgem.” (2006, p. 6). Essa situação ressurge na narrativa romanesca pouco tempo depois, quando a mesma personagem busca os Schneiders para propor sociedade, que caso aceitassem, se transfeririam para as paragens do Chuí, onde, segundo o comerciante, a paisagem era mais propícia para eles se desenvolverem economicamente e, sobretudo, para criarem os seus filhos,

em vista que naqueles campos não haveria tantas “preocupações, nem feras e nem índios, uma cobra verde que outra, que as venenosas vivem entocadas nas pedras das serras ou na mataria virgem.” (2006, p. 13).

Saindo um pouco do estudo comparativo entre o romance e as fontes historiográficas utilizadas para a sua produção, se faz pertinente trazermos para dentro da nossa análise sobre a paisagem encontrada pelos imigrantes alemães nos primórdios da ocupação, uma visão mais atual acerca desse cenário, de modo a contrapô-lo tanto à obra historiográfica, quanto ao romance, visto que algo importante escapa da visão do historiador e do romancista.

Não temos por intuito julgar tais obras, tão pouco cometer algum tipo de anacronismo analítico, já que, segundo nos chama a atenção Correa (2005), esse tipo de discurso acerca da vitória do homem civilizado contra a natureza intocada é comumente encontrado em obras produzidas durante um longo período, e não se restringem apenas ao caso da Colônia de São Leopoldo, já que tal tipo de ritualização é frequentemente apresentada em crônicas que abordam um grande número de colônias germânicas localizadas no sul do Brasil.

Todavia, é interessante atentarmos que tanto Jean Roche, quanto Josué Guimarães, fazem referência acerca dos “bugres” – termo pejorativo que caiu em desuso – e da mata virgem, sem se dar conta, como chama a atenção Relly, que “as florestas aí encontradas eram [...] fruto de um longo passado de interação humana” (2017, p. 129), onde os povos Guaranis ocuparam quase que ininterruptamente por cerca três séculos.

Comprovando tal fato, Relly (2017, p. 130) explica que, apesar da densa floresta, em diversos lugares da mata era possível encontrar “ervais” onde predominava a planta do mate, desconhecida até então pelas populações da Europa Central, e que veio a ter um importante papel na economia do Rio Grande do Sul no século XIX. Além disso, segundo o mesmo historiador, os imigrantes quase sempre puderam contar com as experiências de trabalho das populações caboclas, que advinham, em grande parte, do conhecimento dos povos indígenas.

Desse modo, apesar de ter disponíveis os dados acerca da existência de populações nativas vivendo desde tempos imemorráveis nas matas sul-rio-grandenses e, inclusive, citá-los, Roche acaba por desconsiderar a sua interação ativa com a natureza. Josué Guimarães, por seu turno, talvez pela falta de registros historiográficos que denotem essa situação, acaba também por ignorá-la e, conseqüentemente, não representá-la em seu romance.

Seguindo em nossa análise comparativa, Jean Roche, no intuito de apresentar ao seu leitor, juntamente com o grande compilado de dados reunidos por ele, algumas imagens onde o panorama possa ser mais perceptível, faz uso de litografias para demonstrar desde eventos relevantes até as paisagens naturais e urbanas. Josué Guimarães, por seu turno, como podemos

observar por meio de seus rastros, também as utiliza, associando-as de forma a complementar os dados descritos na narrativa historiográfica, para enfim criar o cenário onde a trama de sua obra se desenvolve.

Iniciamos a nossa análise por uma questão que é bastante abordada tanto na narrativa historiográfica quanto na literária, ou seja, as representações das habitações. Existe uma marcação na fotografia de uma casa na página 16 do exemplar da obra *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, disposta no ALJOG/UPF, conforme pode ser observada no anexo 16. Além dessa moradia, nos é possível observar nessa mesma página, assim como na maioria das demais no início dessa seção, diversas fotos de construção consideradas, pelo historiador, como comuns na colônia durante o período da imigração.

Das casas mais antigas, relacionadas aos primórdios da ocupação, como o caso da apresentada no anexo 16, todas elas possuem características em comum, em vista de que são de tamanho pequeno, construídas de maneira simples, com tábuas rústicas e rodeadas por janelas, as quais possuíam a função prática de captar o maior grau possível de iluminação. A imagem desse casebre, na qual o romancista deixou sua marca à caneta, muito provavelmente, em vista de suas características, serviu de inspiração para a representação de muitas moradias mais humildes das picadas no decorrer da obra ficcional, inclusive, o antigo domicílio pertencente a Valentim Oestereich, que foi, posteriormente, legado à família Schneider. Este é representado no romance como uma “casinha de pau-a-pique, duas janelas ladeando a porta, paredes caiadas de branco. [...] tábuas velhas, telhado de madeira, queimada pelo tempo” (2006, p. 118).

Outra residência muito possivelmente criada a partir do mesmo rastro, por justamente possuir os mesmos aspectos, é a pertencente a Jacobus, representada na narrativa como “uma casa velha, de madeira, coberta de telha vã. Um depósito de adobe, pé-direito de metro e meio.” (2006, p. 184). Além da imagem com a marcação, outra gravura na mesma página da obra historiográfica nos chama a atenção, a exposta no anexo 17, apresentada por Roche como “casa e galpão, binômio constante” (ROCHE, 1969, p. 16) na zona de colonização alemã, visto que em *A ferro e fogo*, essa possui exatamente as características que a habitação da família Schneider virá a ter após a reforma feita na velha casa que outrora pertencera a Oestereich, com uma construção que serve como moradia, e o galpão destinado à oficina de Daniel Abrahão. Posteriormente na narrativa, essa residência ainda receberá mais um galpão, o qual será destinado ao empório de Catarina.

Podemos notar na narrativa do romance que, com o passar dos anos, e o conseqüente desenvolvimento econômico e técnico da colônia, há uma notória evolução nos métodos de construção das casas em São Leopoldo, dado que elas, nos primórdios da ocupação, utilizavam

madeira bruta como matéria prima, devido a sua abundância e, no período posterior, passam a empregar tijolos para a sua edificação.

Tal situação pode ser notada com clareza por meio do próprio caso da família Schneider, que após a obtenção de um considerável sucesso financeiro, decide investir em um novo domicílio, capaz de atender às novas necessidades da família que crescera. Catarina, que antes solicitara aos escravos para aumentar o casebre e erguer os galpões, passa a incumbência de erigir a sua nova residência para um conhecido profissional do ramo, Herr Mühlen, que anteriormente já havia sido o responsável pela construção das casas de seus dois filhos mais velhos.

O romancista, por meio dos diálogos entre Frau Schneider e Herr Mühlen, apresenta em sua narrativa o processo de edificação com uma riquíssima quantidade de detalhes, os quais, por sua vez, se assemelham muito com os das plantas baixas apresentadas por Roche nas páginas 200 e 201 de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Além do mais, como a indicar a utilização de tais projetos pelo romancista para a sua representação no romance, existe um rastro composto por um pedaço de papel utilizado como marcador nessas páginas no exemplar da obra historiográfica localizada no Acervo Literário Josué Guimarães, conforme pode ser observado no anexo 18.

Assim, torna-se interessante compararmos a explicação de Roche acerca dessas casas, junto ao diálogo em que Catarina explica a Emanuel acerca dos detalhes da sua construção. Enquanto o historiador discorre acerca de uma dessas casas típicas do período, expondo que ela é “levantada numa ladeira, assentada num muro de pedra insossa que assegura a circulação do ar sob o assoalho” (ROCHE, 1969, p. 200), Catarina debruça-se sobre a planta da casa e esclarece a Emanuel que “aqui se assenta o alicerce, o muro levanta mais, pedra sem barro e sem argamassa, assim o vento entra e não deixa o assoalho apodrecer” (2008, p. 176). Roche prossegue na descrição, narrando que “as paredes [são] de tijolos” enquanto “as divisões internas são de tábuas caiadas de branco” (ROCHE, 1969, p. 200). Já Catarina informa que na sua casa “as paredes todas vão ser de tijolos”, e somente “as divisões, com tábuas caiadas.” (2008, p. 176).

Outro momento em que há a possível utilização das imagens por Josué Guimarães como inspiração para a representação ambiental no romance diz respeito à passagem em que Catarina leva Philipp à escola, e então o narrador passa a dar informações acerca das características físicas dessa escola, que foi fundada e mantida pelos próprios imigrantes. Em suas palavras, o local era bastante simples, visto que

o colégio tinha uma sala só, porta e duas janelas para a rua, outra porta abrindo para um telheiro no pátio malcuidado. Para cada aluno uma mesinha de quatro pés, de madeira crua, e um banquinho sem encosto. Uma santa de madeira, ou uma dama antiga – Catarina não sabia bem – em cima de um pedestal rústico, protegida por uma campânula de vidro. A mesa do professor sobre um estrado e, dependurada atrás de sua cadeira, a palmatória de cinco furos, de cabo sebo pelo uso. (2006, p. 176).

Tal descrição se assemelha, pelo menos no que diz respeito à parte exterior da construção, com as fotos contidas nas páginas 21 e 22 da seção de imagens de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, conforme anexos 19 e 20, onde encontramos, na primeira situação, uma “igreja-escola e residência do professor” (ROCHE, 1969, p. 21), construída de forma simples, em tamanho pequeno, visto que parte dela também servia de moradia para o educador. Já na segunda imagem, podemos observar a “escola antiga e nova” (ROCHE, 1969, p. 22), sendo a primeira algo bem próximo à uma cabana, visto que se apresenta como uma construção muito mais rústica quando comparada ao primeiro caso, já que esta não era sequer pintada, e também não possuía acabamento algum.

Outra litografia em que encontramos rastros deixados pelo romancista, conforme pode ser visto no anexo 21, diz respeito à antiga construção localizada no Faxinal do Courita, que antes do início da colonização alemã servia de abrigo para os escravos. Logo abaixo da imagem, há a descrição feita por Roche: “o primeiro abrigo dos imigrantes foi esta casa da antiga Feitoria do Linho Cânhamo, situada a 4 km do ponto de desembarque.” (ROCHE, 1969, p. 2).

Em *A ferro e fogo*, o narrador expõe tal habitação que, por motivos óbvios, é apresentada ao leitor como um dos “casebres da extinta Real Feitoria do Linho Cânhamo, no Faxinal da Courinta” (2006, p. 7). Cabe aqui ressaltarmos que essa imagem contida na obra do historiador francês faz parte das litografias clássicas acerca da imigração alemã não apenas no Rio Grande do Sul, mas no âmbito de Brasil, muito conhecida por aqueles que se interessam pelo tema, uma vez que a mesma pode ser encontrada tanto em obras historiográficas, como em livros didáticos acerca do assunto. Isso ocorre, sobretudo, por seu caráter simbólico, ou seja, a representação da substituição de mão de obra escrava por livre.

Além do mais, essa construção, datada de 1788, hoje abriga a Casa do Imigrante, também conhecida como Casa da Feitoria, cujo espaço é administrado pelo Museu Histórico Visconde de São Leopoldo. Assim, acreditamos que a sua utilização por parte de Josué Guimarães tenha o objetivo de auxiliá-lo para que a sua narrativa possa desempenhar um papel de “fotografia” espacial para os seus leitores.

Como última imagem a ser analisada, trazemos aquela que é, muito provavelmente, a mais conhecida entre todas as litografias acerca da imigração alemã no Rio Grande do Sul, referimo-nos à obra clássica de Carl Ernst Zeuner, representando a chegada das primeiras

famílias alemãs. Interessante atentarmos que, ao contrário das situações anteriores, a utilização dessa pintura por Josué Guimarães não se dá apenas como ponto de orientação para a representação do ambiente, mas também como fonte de inspiração para a construção narrativa acerca do evento em si, visto que nas linhas de *A ferro e fogo*, a pintura parece ganhar vida seguindo a descrição do narrador. Reforçando ainda mais essa ideia de utilização por parte do romancista, também nos é possível encontrarmos um rastro, composto por uma flecha, feita a caneta, sobre a figura mencionada em seu exemplar no ALJOG/UPF, conforme pode ser visto no anexo 22.

Enquanto na obra historiográfica de Jean Roche essa litografia aparece identificada como “o desembarque dos primeiros imigrantes alemães em São Leopoldo, no dia 25 de julho de 1824.” (ROCHE, 1969, p. 1), temos em *A ferro e fogo*, quando aborda tal evento, a possível descrição: “O povaréu formando alas, gaúchos mirando do alto dos seus cavalos, os soldados molambentos, e a mão macia do senhor presidente” (2006, p. 8), ou seja, todos os elementos presentes na pintura.

Essa passagem, mesmo constituindo uma possível livre interpretação feita por Josué Guimarães sobre a litografia de Carl Ernst Zeuner, acaba tornando-se um elemento decisivo para a formação da memória para muitos leitores, sobretudo, aqueles que já possuem um certo conhecimento prévio acerca do assunto e, conseqüentemente, uma imagem pré-formada da conjuntura do evento. Dessa forma, essa “leitura” da imagem feita pelo romancista acaba por transmitir “credibilidade histórica” em relação à representação daquele momento, tendo em vista que ambas as versões passam a se confirmar.

Tendo apresentado tais rastros, podemos concluir que Josué Guimarães, fazendo uso das descrições espaciais feitas por Jean Roche, assim como das imagens contidas na obra historiográfica, realizou uma busca minuciosa acerca do ambiente representado em *A ferro e fogo*, procurando detalhar desde elementos físicos, como no caso das construções, onde expõe meticulosamente em sua narrativa elementos que vão desde as telhas, passando pelos detalhes das paredes, portas e janelas, chegando à pintura caiada, até sentimentos experimentados pelas personagens em determinadas paisagens, como a liberdade e embriaguez do horizonte no pampa, e a solidão e angústia na floresta virgem da encosta da serra. O provável motivo para que isso ocorra está no desejo do romancista em apresentar ao seu leitor o panorama ambiental mais próximo do existente na época e, por consequência, atribuir um alto nível de historicidade à narrativa também em relação ao espaço geográfico onde a trama se desenvolve.



#### 4. A PROVINCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL E OS CONFLITOS MERIDIONAIS DO SÉCULO XIX

Como último capítulo desta tese, exploraremos no romance *A ferro e fogo* as representações dos três principais eventos belicosos que envolveram a então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no período compreendido entre 1824 e 1870. Mais do que marcos históricos que resultaram na demarcação final das fronteiras do sul do Brasil, no caso da Segunda Guerra da Cisplatina, na consolidação das elites locais frente ao império, com a Guerra Farroupilha, e no firmamento da posição de supremacia da coroa frente a seus vizinhos continentais, com a Guerra do Paraguai, tais acontecimentos forjaram a cultura e os costumes dos moradores locais, deixando marcas profundas no imaginário social do estado, as quais se perpetuaram até os dias de hoje através da literatura, da músicas, de associações tradicionalista, de datas comemorativas entre outros meios.

A título de exemplificação, podemos citar a data comemorativa mais conhecida de todas, o vinte de setembro<sup>51</sup>, feriado estadual, cujos festejos, sobretudo de cunho ufanista, se reproduzem anualmente por meio da “Semana Farroupilha”, em que parte da população simpática ao tradicionalismo – e geralmente vinculada a CTG’s – se reúne em acampamentos para festivais de música, trova, churrascos, rodeios e desfiles.

Josué Guimarães, por ter nascido e vivido a maior parte de sua vida no estado, certamente sabe muito bem sobre a frequente presença desses elementos belicosos atrelados à formação e ao dia a dia da população local. Algumas passagens encontradas nas obras historiográficas provavelmente acabaram por chamaram mais a atenção do autor para essa questão ao ponto de estimulá-lo a inserir esses elementos com maior frequência e destaque em sua obra de ficção.

Dessa forma, o primeiro rastro encontrado por nós que dá cabo de tal possibilidade, apresentado aqui como anexo 23, está situado no exemplar de *L’administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*, localizado no ALJOG/UPF. Essa obra, que antecede *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, também foi escrita pelo historiador francês Jean Roche, e se faz inédita em nossa análise até o momento por justamente abordar com maior enfoque os temas voltados à organização da província e seus conflitos, deixando de lado as questões mais estritamente ligadas ao processo de imigração e colonização alemã.

---

<sup>51</sup> Data alusiva à tomada de Porto Alegre, em 1835, pelas tropas rebeldes, e hoje representa o Dia do Gaúcho.

Esse rastro é composto por inúmeros sublinhados feitos pelo romancista no início do capítulo *Le Rio Grande do Sul précurseur du fédéralisme*, onde Roche (1961, p. 25, tradução nossa) explica que devido à posição geográfica do Rio Grande do Sul, a sua integração ao restante do território português se deu de forma tardia, sendo resultado de “uma marcha lusitana nas fronteiras espanholas”<sup>52</sup>. Além do mais, longe de serem seduzidos pelo platinismo, os sul-rio-grandenses, “vivendo com o pé no estribo e com a arma na mão”<sup>53</sup>, possuíam um sentimento patriótico particularmente forte, por justamente serem, devido a sua posição, os primeiros a moverem-se para a fronteira e ou últimos a retornarem dela em períodos conflituosos. Raros eram os momentos de paz em que podiam dedicar-se às suas atividades econômicas. Por esse motivo, possuíam uma mentalidade muito diferente dos senhores de engenho do Norte e dos fazendeiros do Brasil central. Todavia, a vocação militar do sul-rio-grandense introduziu nele tamanho espírito cívico que todas essas diferenças foram apagadas frente às exigências de sua missão, que era “não só defender, mas fazer a fronteira do Império português”<sup>54</sup>.

Além dessa passagem, podemos encontrar em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* outros momentos em que Jean Roche chama a atenção para as guerras como elemento essencial na formação da população local, como no subcapítulo *A fronteira meridional era recente*, onde o historiador argumenta que “a fixação das fronteiras do Rio Grande do Sul se fez através de longa série de guerras que deixaram no solo a marca dos acampamentos, no meio dos quais o povo cresceu” (ROCHE, 1969, p. 13), ou ainda, no subcapítulo intitulado *A alma do Rio Grande do Sul forjou-se nos combates*, onde o autor aborda os principais conflitos ligados à constituição da província, expondo os seus efeitos diretos sobre a população local.

Sendo assim, tendo exposto a importância de tais episódios na construção da memória local, podemos perceber que Josué Guimarães, extrapolando as questões que relacionam esses eventos conflituosos aos imigrantes alemães, ao mesmo tempo em que dá o seu enfoque a partir deles, busca por meio da narrativa de *A ferro e fogo* também propiciar uma releitura mais ampla, abrangendo a história geral do Rio Grande do Sul, algo muito próximo, diga-se de passagem, ao que foi feito anteriormente, e em maior proporção, por seu companheiro Erico Verissimo com os sete tomos do romance *O tempo e o vento*. Todavia, Guimarães não partiu do pampa, mas sim da cidade e das recém-formadas colônias. Tal questão fica nítida, como veremos nos subcapítulos que se seguirão, em diversas passagens em que o romancista faz questão de trazer

<sup>52</sup> “[...] une marche lusitanienne sur les confins espagnols.”

<sup>53</sup> “[...] vivant le pied à l'étrier et l'arme à la main”.

<sup>54</sup> “[...] non seulement défendre, mais former la frontière de l'Empire portugais.”

para a sua narrativa assuntos que nem sempre estão relacionados diretamente à contribuição dos povos germânicos nas guerras, colocando as personagens apenas como observadoras de acontecimentos que ocorrem paralelamente.

Dito isso, passaremos a analisar, no primeiro subcapítulo dessa seção, a Segunda Guerra da Cisplatina, presente na obra romanesca através dos eventos atrelados à família Schneider, que, ao mudar-se para as bandas do Chuí, passa a vivenciar os horrores e abusos cometidos por ambos os lados do conflito, como invasão de propriedade, saque, estupro e práticas de violência gratuita.

Já no subcapítulo seguinte, abordaremos a Guerra Farroupilha e o modo com que esta afetou diretamente a Colônia de São Leopoldo e seus habitantes. Acerca desse evento, podemos ainda perceber os motivos e as justificativas para que os imigrantes tomassem parte em ambos os lados do embate. Pelo lado dos imperiais, teremos frequentemente expostos os argumentos e as ações do Dr. Hillebrand, o qual, mantendo-se fiel ao poder instituído, possuiu durante o evento uma atuação mais voltada às colônias e picadas, onde arregimentava colonos para servir no lado Imperial. Já pelo lado dos republicanos, teremos a participação ativa de Philipp Schneider, que passa a atuar no conflito, de início, na retaguarda, auxiliando as tropas e, posteriormente, como soldado, combatendo ao lado de lideranças históricas como o Major Oto Heise, Edward Stepnowsky e Samuel Godfroy Kerst, além de outros conterrâneos fictícios da trama.

No último subcapítulo dessa seção, discorreremos sobre a Guerra do Paraguai, o conflito de maior magnitude ocorrido em terras latino-americanas. Esse conflito, mesmo que não centrado no combate propriamente dito, é bastante abordado por Josué Guimarães, sobretudo, através da figura de Philipp, o qual participa desde os primeiros movimentos, com a tomada de São Borja, onde é seriamente ferido. Essa personagem também vivencia as atrocidades cometidas pelos exércitos da Tríplice Aliança e do Paraguai e, do mesmo modo, é acometido por cólera-morbo, doença responsável por grande número de baixas entre os exércitos. Dessa forma, podemos notar que grande parte dos males do conflito são sintetizados na experiência do filho mais velho do casal Schneider.

#### **4.1 Demarcando fronteiras: a Guerra da Cisplatina**

Como primeiro conflito a ser analisado neste subcapítulo, seguindo a ordem cronológica dos eventos, apresentamos os episódios atrelados à Segunda Guerra da Cisplatina (1825 – 1828), travada entre o império do Brasil e as Províncias Unidas do Rio da Prata, atual Argentina.

A maior parte da narrativa de *Tempo de solidão*, pelo menos no que concerne à participação da família Schneider na trama, orbita em torno desse confronto, o qual também serviu como mola propulsora, no romance, para uma série de outros episódios envolvendo os imigrantes germânicos, como por exemplo a morte de Harwerther, personagem que fazia parte da sociedade estabelecida com os Schneider, o trauma de Daniel Abrahão que, ao descer literalmente ao fundo do poço, nunca mais retornou à normalidade de suas faculdades mentais, o ferimento no ombro de Juanito, que o deixou “aleijado” para o resto de sua vida, a negociação da Estância Jerebatuba com Oestereich e, sobretudo, o ódio e o desejo de vingança nutrido pelos Schneider a Gründling, o responsável por enviar a família para viver no campo de batalha, em meio aos violentos ataques dos dois exércitos.

Interessante atentarmos que a representação desse conflito, no romance, não se faz de forma tão detalhada nas questões voltadas especificamente aos marcos históricos e lideranças que fizeram parte do embate quando comparado com a Guerra Farroupilha e a Guerra do Paraguai, quando são apresentados os diferentes locais em que os conflitos ocorreram, as suas respectivas batalhas e seus comandantes. Isso ocorre justamente pelo fato de que na Guerra da Cisplatina o efeito do confronto recai apenas sobre a população civil estabelecida em um determinado local, que não vê como alternativa fugir e deixar para trás a sua estância, e as baixas camadas do exército, de onde vem o olhar exposto pelo romancista ao leitor, que ocorre de modo contrário aos eventos seguintes. Nesses, teremos uma personagem central, Philipp Schneider, atuando como soldado, e a partir dele será proporcionada uma leitura do evento com detalhes mais próximos aos trazidos nos livros de História. Todavia, esse olhar não deixará de estar voltado à participação das pessoas comuns e soldados rasos, os chamados anônimos, a partir dos quais surgirão as menções às grandes figuras, mesmo a personagem ocupando, durante a Guerra Paraguai, um cargo de comando no exército.

Dessa forma, podemos encontrar como primeiro rastro deixado por Josué Guimarães acerca desse conflito, conforme pode ser observado no anexo 24, diversos sublinhados feitos à caneta na página 26 da obra *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*, em que Roche (1961, p. 26), abordando a influência da Segunda Guerra da Platina na opinião pública sul-rio-grandense, explica que tal evento se caracterizou como o mais conturbado durante o reinado de D. Pedro I, argumentando que tal insatisfação se deu, pois mais uma vez a província serviu de base para as tropas imperiais, e como era de praxe, forneceu a maior parte dos mantimentos, assim como o grosso do contingente que lutou contra Lavalleja e Artigas. Todavia, ao mesmo tempo em que defendia as fronteiras brasileiras, sem ser ressarcido pelos danos, o Rio Grande do Sul sofria com o pagamento de altos tributos sobre

seus produtos de exportação, sendo taxado pelo governo imperial, entre os anos de 1825 e 1828, com o mesmo regime de exceção aplicado à Província da Cisplatina, inimiga do império. Não obstante tudo isso, também houve naquele momento a suspensão das garantias individuais previstas na Constituição do Brasil, o que acabou gerando um profundo sentimento de amargura por parte dos estancieiros.

Além disso, Roche (1961, p. 26) explica ainda que os gaúchos responsabilizaram o Estado-Maior Imperial pelo fracasso de Ituzaingó<sup>55</sup> e pela constante falta de disciplina das tropas forasteiras assentadas no Rio Grande do Sul, tema que será frequentemente trazido pelo romancista nas linhas de *A ferro e fogo*. Em última análise, o historiador francês conclui que a impopularidade desta guerra acabou reforçando o sentimento antimonárquico da população, já favorecido pela estrutura da sociedade local e pelo exemplo trazido pelos dirigentes castelhanos, quase independentes, que também acabarão por influenciar, anos mais tarde, durante o Período Regencial, as revoltas no norte do Brasil.

Se em *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847* Jean Roche se utiliza de menos de um parágrafo para abordar a Segunda Guerra da Cisplatina, tratando apenas de assuntos relacionados aos impactos dela na sociedade sul-rio-grandense, sobretudo, em questões voltadas à opinião popular, uma vez que a sua intenção era unicamente chegar nas raízes do federalismo por meio do sentimento antimonárquico reforçado com o advento do conflito, em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul* o historiador francês apresenta um panorama um pouco mais completo, apesar de apenas reservar um pequeno subcapítulo para tanto, o qual, conforme pode-se observar no anexo 25, chamou a atenção do romancista, que deixou nessa seção seus rastros por meio de flechas e sublinhados feitos à caneta, dando maior destaque em suas marcas às datas dos eventos.

Nesse subcapítulo, homônimo do evento que apresenta, Jean Roche (1969, p. 16) explica que após apenas quatro anos da vitória do império brasileiro na Primeira Guerra da Cisplatina<sup>56</sup>, a qual parecia ser definitiva, a questão meridional é reaberta com a insurreição do coronel uruguaio Lavalleja, que contava com o apoio de grande parte da população local, e pelo caudilho Rivera, que até então mantinha-se fiel ao Brasil. Dessa forma, com o prenúncio de

---

<sup>55</sup> Conhecida por argentinos e uruguaios como Batalla de Ituzaingó, em referência a um arroio de mesmo nome localizado nas proximidades, e por brasileiros como Batalha do Passo do Rosário, devido à proximidade com a cidade gaúcha de Rosário do Sul, foi a maior batalha campal travada no Brasil. Ocorrida em 20 de fevereiro de 1827, envolveu cerca de 14.000 homens, dos quais 8.000 lutando pelo Exército Republicano – uruguaios e argentinos – e 6.000 pelo Exército do Sul – brasileiros, alemães e indígenas missioneiros. Tal embate resultou na retirada das tropas imperiais. (TRESPACH, 2014, p. 1).

<sup>56</sup> Também conhecida como Guerra contra Artigas ou Invasão Portuguesa de 1816.

guerra surgindo em seu horizonte, o Governador de Montevideo, sem ter outra alternativa, solicita que as tropas de Rio Grande venham em seu socorro. Todavia, Lavalleja foi sustentado por Buenos Aires, fato que acabou fazendo com que o Brasil declarasse guerra também a essa Província.

O historiador (ROCHE, 1969, p. 16, 17) prossegue explicando que, como já ocorrido no conflito que antecederá, mais uma vez as tropas brasileiras passaram a se concentrar no sul da Província de São Pedro. No grosso de seu contingente, o exército imperial contava também com batalhões de mercenários alemães e unidades formadas por “voluntários alemães”, recrutados na recém-fundada Colônia de São Leopoldo. Se no primeiro embate no Passo do Rosário, segundo Roche, o resultado foi indeciso, as vitórias nas batalhas que se sucederam em Pedras Altas, Las Cañas e Missões foram decisivas para o império. Como resultado do conflito, houve a intervenção da Inglaterra, a qual apressou a conclusão de um armistício após a convenção que reconhecia a independência do Estado Oriental e fixava, de modo provisório, os seus limites, os quais apenas foram resolvidos de forma definitiva na segunda metade do século XIX, fato que fez com que o Rio Grande do Sul conservasse, ainda durante muito tempo, a sua função de posto avançado.

Curiosamente, Danilo Lazzarotto, em sua obra *História do Rio Grande do Sul*, acaba por não trazer informações acerca desse conflito específico, assim como de todos aqueles relativos a questão da Cisplatina, a não ser uma pequena menção onde expõe que “as nossas fronteiras só seriam definitivamente marcadas após as sangrentas lutas da conquista das missões (1801), das intervenções de D. João VI no Prata (1811 – 1812) e (1816 – 1820) e finalmente, da Guerra da Independência do Uruguai (1826 – 1828).” (LAZZAROTTO, 1971, p. 69).

Passamos agora para a representação do conflito exposto nas linhas de *A ferro e fogo*. Se segundo os registros historiográficos utilizados pelo romancista, a Segunda Guerra da Cisplatina inicia-se extraoficialmente “com o desembarque dos 33, em 19 de abril de 1825”, a declaração formal de guerra do Brasil a Buenos Aires apenas ocorrerá em “10 de dezembro de 1825.” (ROCHE, 1969, p. 16).

Já no que tange o romance de Josué Guimarães, a primeira referência ao conflito surge no diálogo entre João Carlos Mayer e Daniel Abraão Lauer Schneider, quando o primeiro chega à Estância Jerebatuba, localizada nas bandas do Chuí, para buscar as mercadorias deixadas lá por Frederico Harwerther, e informa ao sócio que havia “gente lá de cima falando em guerra para estas bandas, o general Lavalleja querendo invadir o Brasil. O comando militar querendo fortificar Rio Grande, tudo isso cheirando mal”, e após um olhar de pavor do amigo,

tenta acalmá-lo, complementando que “Bagé e São Gabriel é que parecem estar mais na mira dos castelhanos” (2006, p. 28).

Quando Harwerther surge dias depois, vindo das bandas orientais trazendo consigo mais uma vez as mercadorias contrabandeadas de Gründling, Herr Schneider acaba confirmando o que temia, visto que seu companheiro chegara muito afoito e apressado, considerando suspender as próximas remessas de mercadorias, dado que “havia enxergado movimento de tropas do outro lado e sentiu que alguma coisa de anormal estava acontecendo”, e “não estava gostando disso”, ainda mais tomado pelo medo de que “se os gringos descobrem. E pelo que sei eles já andam desconfiados ou alguém foi contar das sumacas desembarcando carga no Chuí.” (2006, p. 29). Tão prontamente as armas são descarregadas das suas carroças, foge para o leste, informando que “desta vez [voltará] pelas alturas de Jaguarão”, dizendo ainda não saber “se Mayer chegará em tempo de pôr a mão nessas duzentas espingardas.” (2006, p. 29).

Um caso digno de nota corresponde ao fato de ser justamente nesse momento, como agravante do prenúncio do conflito, que os Schneider descobrem fazer parte de uma rede de contrabando de armas, o que acaba agravando ainda mais o sentimento de desespero deles. Após a partida de Harwerther, Daniel Abrahão fica pensativo, e instantes depois, conclui que “pelo modo que notei em Harwerther, essa soldadesca deve ser mais de bandidos do que de soldados mesmo.” (2006, p. 31).

Desse modo, com a inserção de todos esses componentes, forma-se, no romance, o clima de prelúdio da guerra, em que as personagens localizadas geograficamente próximas do evento, mais especificamente no centro do corredor de tropas que liga Rio Grande à Cisplatina, são tomadas por diversos sentimentos atrelados ao medo, desespero e agonia.

A apreensão demonstrada no comentário de Daniel Abrahão acerca dos soldados acaba confirmando-se no amanhecer do dia seguinte, quando os Schneider são acordados, logo cedo, pelos berros de Juanito, agitado, “apontando freneticamente para o sul” (2006, p. 31). Nesse momento a família percebe “no horizonte o que parecia ser um exército, uma tropa de homens a cavalo, o paliteiro de lanças, [...] eram os gringos” (2006, p. 31).

Ao alcançarem a estância, dois dos soldados agarram Juanito e o jogam aos pés de um oficial, que prontamente “desembainhou a espada e bateu com ela [...] de prancha”, fazendo algumas perguntas ao “índio”, que ao final, ainda toma “um pontapé na boca”, e “uma coronhada no ombro” (2006, p. 32), que acaba deixando-o aleijado.

Os castelhanos, ainda não satisfeitos com o “índio” ensanguentado caído ao chão, continuaram com as agressões. Juanito passou a levar “pontapés dos que passavam e depois foi levado por outros até a figueira e lá amarrado com a corda no pescoço e mais uma vez surrado

diante de Catarina que se guardava aos filhos.” (2006, p. 33). A maioria dos soldados, ao receberem ordem de seus oficiais para partirem, montaram em seus cavalos “em desordem, muitos deles carregando pequenos roubos, panelas, chaleiras, roupas de cama, sacos de farinha, o corote de cachaça trazido da colônia, enquanto a maioria levava as armas e as munições encontradas nos caixotes de Gründling” (2006, p. 33). Todavia, alguns dos soldados permaneceram estacionados por lá, acampados nos capotes próximos, como sentinelas.

Nesse primeiro contato dos Schneider com as tropas castelhanas, além de todos os abusos já citados, Catarina acaba sendo violentada durante à noite por um dos piquetes castelhanos que ficaram para trás, enquanto vigiava o poço onde seu marido estava escondido. Para desespero de Herr Schneider, ele ouve toda a ação, sem poder fazer nada para ajudar a sua esposa, em vista que obviamente seria descoberto pelo restante da tropa.

Nessa passagem fica nítido que Josué Guimarães, trazendo para o centro de seu romance a questão da “indisciplina das tropas estrangeiras estacionadas no Rio Grande do Sul”<sup>57</sup>, abordada por Roche (1961, p. 26, tradução nossa), busca, além de apresentá-la aos seus leitores por meio de episódios dramáticos criados como possibilidade histórica da época, também empreender a sua denúncia acerca das práticas militares corriqueiras do período ao representar o “grosso da tropa” como “uma gente balandronada, sem nenhuma disciplina, bêbados e arruaceiros.” (2006, p. 34), expondo suas ações nada heroicas que são, muitas vezes, exaltadas em celebrações de um suposto passado glorioso. Em outras palavras, podemos concluir com esse exemplo que a obra romanesca apresenta em suas linhas uma carga crítica muito mais profunda do que a encontrada nas obras historiográficas escritas de modo convencional, visto que essas, dentro de suas possibilidades, podem apenas trazer o relato de tais ações. Já *A ferro e fogo*, além das informações atreladas ao panorama do evento, também proporciona ao seu público os prováveis sentimentos que foram vivenciados pela população civil estabelecida em meio às disputas.

Assim, seguindo a concepção de Bosi (1996, p. 14), o romancista, “homem de ação”, se põe na posição de instrutor, interferindo diretamente na trama social onde está inserido, julgando-a e, frequentemente, esforçando-se para alterá-la, combatendo e repelindo os antivalores existentes, visto que “o valor é objeto da intencionalidade da vontade, é a força propulsora das suas ações. O valor está no fim da ação, como seu objetivo; e está no começo dela enquanto é sua motivação.”. Ou, em outras palavras, os valores são, ao mesmo tempo, a

---

<sup>57</sup> “[...] *l’indiscipline des troupes étrangères stationnées dans le Rio Grande do Sul.*”.



razão pela qual o escritor constrói a sua obra, e o fio condutor a ser seguido no desenvolver de sua trama.

Retornando à nossa análise, os movimentos de avanço e recuo continuam, “os castelhanos passaram de volta e sumiram” (2006, p. 39), fugindo do avanço das tropas imperiais, não sem deixar suas marcas durante a retirada, na qual José Mariano, dono da estância vizinha, foi o que teve menos sorte. Quando Juanito, tomado por um mau presságio, foi até a Medanos-Chico em busca de sua amada Ceji, percebeu que “os castelhanos haviam arrasado tudo, a casa central em chamas, galpões já em cinzas”, enquanto o proprietário havia sido “atirado sobre um canteiro, a roupa em frangalhos, o pescoço cortado de orelha a orelha.” (2006, p. 80). Tais práticas violentas, seguindo os registros historiográficos, não apenas aconteceram durante o período oficial da guerra, como tiveram continuidade mesmo com o término do conflito, uma vez que Roche dá conta de que “mesmo reconquistada a paz interna, o Rio Grande do Sul ainda foi agitado pela questão da fronteira meridional”, em vista que

o refluxo de 1828 deixara em território uruguaio estabelecimentos brasileiros, cujos proprietários se queixavam de ser maltratados. Em 1849, após incursões mais graves que de costume, o estancieiro brasileiro F. P. de Abreu, com sua gente, lançou uma expedição contra os uruguaios, que responderam. Nem as medidas adotadas, nem negociações diplomáticas diminuíram a tensão. (ROCHE, 1969, p. 18).

Apenas em 1851 a fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai foi definitivamente fixada, fato que, conforme podemos observar no anexo 26, também chamou a atenção do romancista.

Como resultado de tais movimentos, surgiram então, na Estância Jerebatuba, “novos soldados vindos do norte [...] envergando outros uniformes, [...] eram soldados brasileiros” (2006, p. 40, 41), todavia, com práticas e posturas muito semelhantes às de seus inimigos. Esses novos combatentes também levantaram acampamento nas terras dos Schneider, alimentaram-se de seu gado, e deixaram um rastro de destruição por todos os lados.

O caso mais grave de violência promovida pelos brasileiros recaiu mais uma vez sobre Catarina, que tornou a ser violentada, porém, dessa vez, por dois piquetes do exército imperial, o que leva os moradores da estância a concluírem, assim como a maior parte dos leitores, que as diferenças existentes entre o exército castelhano e o imperial se resumem ao idioma falado e ao uniforme trajado, pois suas condutas são basicamente as mesmas. Além do mais, a representação desses eventos serve também para demonstrar ao público de *A ferro e fogo* que o conflito não diferenciou alemães de portugueses, “índios”, negros e castelhanos, uma vez que todos acabam tornando-se “reféns das condições sociais vigentes no segundo quartel do século XIX, no Rio Grande do Sul” (BOCCHESI; ARENDT, 2011, p. 132), não sendo possível escaparem de tais conjunturas.

Acerca desse constante avanço e retirada de tropas, o narrador da ficção, indo ao encontro da perspectiva do historiador francês, que explica que “o fluxo e refluxo dos exércitos inimigos varreram o Rio Grande do Sul” (ROCHE, 1969, p. 16), manifesta que “os piquetes avançados dos castelhanos invadiam a terra gaúcha, eram enxotados pelos batalhões que partiam de Rio Grande. Arrebanhavam mais soldados, corriam os brasileiros. A terra de ninguém era, ora de um, ora de outro bando” (2006, p. 42). Representando tal cenário, o romancista busca trazer da obra historiográfica para seu romance, além de elementos que confirmem o “papel de posto avançado” do Rio Grande do Sul, também que “a Segunda Guerra da Cisplatina se encontrava numa fase sombria” (ROCHE, 1969, p. 17), visto que no período o próprio imperador D. Pedro I, preocupado com a situação, resolve deslocar-se para os campos de batalha do sul, com o intuito de dar uma atenção maior aos acontecimentos.

Em meio aos combates, estabelecidos no centro do corredor das tropas, continuava a família Schneider, tentando a todo custo sobreviver, relegando, inclusive, a sua própria dignidade, com Daniel Abraão vivendo sem ver a luz do sol, entocado como bicho em seu velho poço, Catarina constantemente “violentada pelos soldados das duas bandas” (2006, p. 44), e o fiel índio, Juanito, aleijado de tanto apanhar dos soldados castelhanos e brasileiros em virtude de não revelar o esconderijo de Herr Schneider. Em São Leopoldo, nesse ponto da narrativa romanesca, a situação não se mostra tão diferente, todavia, lá os imigrantes travam outras batalhas, estas contra os elementos da natureza, os povos nativos, os “tigres”, as doenças e, sobretudo, contra o desamparo do governo.

Desse modo, Josué Guimarães, ao reduzir o ser humano à mais baixa condição existencial, sem deixar a ele a menor possibilidade de êxito diante das severas condições históricas de seu tempo, a não ser pelos pequenos triunfos em sua luta diária pela sobrevivência frente aos eventos turbulentos que o apanham, transpassa mais uma vez ao leitor de *A ferro e fogo* que os acontecimentos do período, longe do controle de qualquer indivíduo, acabaram por atropelar as histórias individuais e penetraram de maneira violenta no ambiente familiar, como, por exemplo, no caso dos Schneider. Eles tiveram os seus sonhos de um recomeço em uma nova terra estilhaçados à medida que as suas lavouras foram destruídas pelo pisotear dos cavalos, queimadas pela ação dos soldados, seus rebanhos saqueados e abatidos para alimentar os exércitos, e sua dignidade roubada pelas ações truculentas dos combatentes. Não obstante, tais episódios também acabaram por impactar profundamente nas faculdades mentais das personagens, as quais adquiriram traumas dos quais as suas marcas serão carregadas para o resto de suas vidas.

Outro elemento importante acerca da Segunda Guerra da Cisplatina que foi abordado por Roche e, posteriormente, inserido por Josué Guimarães na narrativa de *A ferro e fogo*, diz respeito à incorporação e à participação, nas fileiras do exército imperial, dos “batalhões de mercenários alemães e mesmo unidades de voluntários alemães, recrutados na Colônia de São Leopoldo” (ROCHE, 1969, p. 16). Essas unidades militares são constantemente referenciadas no romance, sobretudo, por meio do contato de alguns de seus integrantes, durante as suas constantes idas e vindas no Chuí, com a família Schneider. Destes, podemos destacar a participação de João Carlos Mayer e Valentim Oestereich, por meio dos quais surge na narrativa de ficção as questões voltadas ao dia a dia do batalhão de alemães, os horrores dos combates, os abusos cometidos pelos oficiais do império, e a relação dos teutos com os soldados brasileiros.

A primeira referência à Companhia de Voluntários Alemães surge no romance ao final do terceiro capítulo de *Tempo de solidão*, onde o narrador (2006, p. 48) discorre que “Hillebrand, médico de bordo que um dia chegara ao Brasil recomendado à Imperatriz Leopoldina, enche-se de brios com a Guerra Cisplatina, os castelhanos invadindo território brasileiro, agora também terras de seus patrícios que continuavam a chegar regularmente”. Dessa forma, preocupado com a situação, ao mesmo tempo em que busca demonstrar a sua lealdade e de seus conterrâneos ao império, “redige um memorial endereçado ao Brigadeiro Salvador José Maciel, colocando os alemães a serviço da causa nacional. Trinta e sete colonos marchariam como voluntários para os campos de batalha.”. Todavia, para sua surpresa, “o presidente achou pouco”, então, em tom de denúncia, a narrativa prossegue, e apresenta a informação de que “finalmente havia cinquenta deles, treze dos quais no laço, arrancadas das suas mãos as enxadas e colocadas no lugar delas velhas espingardas de carregar pela boca.”. Desse modo, Josué Guimarães, já na primeira alusão à Companhia de Voluntários Alemães, busca apresentar a sua crítica quanto ao recrutamento forçado dos colonos alemães.

No que concerne, segundo os registros historiográficos, ao envolvimento do Dr. Hillebrand na formação do batalhão com alemães, assim como ao recrutamento forçado de colonos, Roche (1969, p. 96) dá conta de que

o Diretor da colônia [...] preferia prevenir as perturbações a ter de reprimi-las [...] expulsou os maus sujeitos de sua colônia. [...] Quanto os mais temíveis perturbadores da ordem, aos que se chamava por eufemismo “os solteiros”, reuniu-os numa “Companhia de Voluntários alemães”, outro eufemismo, engajado na Segunda Guerra Cisplatina.

De modo a exemplificar essa questão no romance, podemos trazer o caso de João Carlos Mayer, o qual, ao ser flagrado transportando “muitas armas contrabandeadas” (2006, p. 48)

para o seu negócio com Gründling, acaba sendo enviado pelas autoridades imperiais, como forma de punição, para as fileiras do Companhia de Voluntários Alemães.

Josué Guimarães narra também as humilhações passadas pelos imigrantes durante os treinamentos militares, apontando que os mesmos recebiam severos castigos pelo menor dos deslizes, como por exemplo, pelo simples fato de os “voluntários” não compreenderem “as ordens dadas em português” (2006, p. 48).

Outra circunstância que vem à tona no romance por meio de Mayer são as punições aplicadas pelo comando do exército em momentos de tensão, como nas derrotas. Tal situação é apresentada quando a personagem presencia os oficiais levando alguns soldados, previamente selecionados, para uma coxilha próxima ao acampamento. Dentre esses homens, cinco faziam parte do corpo de lanceiros alemães. Ao chegarem ao local escolhido, “um oficial com um papel na mão citava o nome de um homem, este era carregado uns vinte passos adiante, tiravam-lhe a túnica, era obrigado a ajoelhar-se e baixar a cabeça, levando dez chibatadas. A tropa inteira assistia o castigo em um silêncio mortal.” (2006, p. 74). Um dos soldados alemães que fora castigado não aguentou tamanha humilhação, e pouco tempo após o ocorrido “se enforcara de vergonha” (2006, p. 75).

Se de início Hillebrand não apenas é a favor, como também ajuda a compor o corpo da Companhia de Voluntários Alemães com colonos retirados de São Leopoldo, após receber as notícias acerca desses abusos, fica “revoltado com o tratamento que estava sendo dado aos seus homens [e] escreve outro memorial ao presidente da Província, historiando os vexames, os sacrifícios, as chibatadas, como se fossem negros escravos” (2006, p. 49). Assim o romance evidencia que o tratamento que era até então destinado aos negros do exército imperial acabou se perpetuando, estendendo-se aos soldados germânicos, que apesar de serem brancos, livres e pequenos proprietários de terra, eram muitas vezes vistos como cidadãos de segunda classe, e acabavam sofrendo o mesmo tipo de abuso por parte do poder constituinte, composto, sobretudo, por lusos e luso-brasileiros.

Por meio dessa passagem, Josué Guimarães apresenta a sua denúncia ao *modus operandi* do império, que além de agir de modo desumano com os membros de seu exército, não cumpriu com a cláusula do contrato que previa a isenção “de toda a prestação de serviço pelo espaço de dez anos” (ROCHE, 1969, p. 95). Além disso, o romancista também confronta a história tradicional do período, demonstrando por meio de sua narrativa que não existem glórias a serem alcançadas nos combatentes, uma vez que a esses soldados, “cidadãos comuns”, resta apenas o anonimato, visto que o reconhecimento dos grandes feitos se aplica apenas às grandes lideranças do conflito, ou, segundo as palavras de Rettenmaier (2006, p. 122), “os vitoriosos já

dividiram o espólio dos combates e às minorias resta a injusta posição de coadjuvantes nas grandes decisões ou de espectadoras, ou ainda, mormente, de vítimas da história”.

Seguindo ainda nessa concepção, como resultado, o romancista desmitifica e desconstrói qualquer tipo de ufanismo relacionado ao conflito, seja os proporcionados pela história tradicional, produzida por autores ligados ao IHGRGS, sejam aqueles atrelados aos festejos de datas comemorativas. Isso ocorre, principalmente, por Josué Guimarães fundamentar a sua narrativa na realidade histórica, proceder a uma releitura, e reinseri-la na sociedade, sem adjetivá-la, uma vez que a sua função não é essa. Assim, o literato, além de questioná-la, emprega a sua denúncia em questões que acha serem necessárias. Um exemplo disso ocorre quando o autor representa o exército imperial brasileiro do período, e sem nenhum tipo de enaltecimento, expõe que o mesmo era composto, em sua maioria, por uma

mistura de paisanos, vaqueanos da região, peões de estância, desertores com indulto e gente agregada pelo caminho, mais parecia um bando de malfeitores. Não havia disciplina nem fardamento, cada um armado com o que havia conseguido, espingardas velhas, espadas enferrujadas, lanças e adagas. (2006, p. 69).

Além do mais, o romancista denuncia e desconstrói também lideranças históricas, como, por exemplo, o general Alvear, herói argentino, descrito por Peter Sen Ludwig, personagem fictícia que na trama contracena com Mayer, como “homem violento. [...] No saque de Bagé deixara que a tropa saqueasse as casas e violentasse as mocinhas. Ele mesmo participara da festa, mandando buscar, à força, meninas para a sua carruagem. [...] E nem é tão valente como dizem.” (2006, p. 71). Ademais, vai mais longe, satirizando-o, pois ainda através de Ludwig, narra que uma das meninas “consequira derrubar o homem da carroça, nu em pelo, fugindo campo afora. Ele ficou possesso diante dos soldados que riam daquela cena.” (2006, p. 71).

Com o término do conflito, as críticas do romancista não cessam, uma vez que então ele as direciona para à desorganização do governo brasileiro em relação à desmobilização das tropas, fator que acabou gerando diversos problemas sociais relacionados à alta da criminalidade e à desordem, não apenas na Província de São Pedro, mas também na Província da Cisplatina, onde segundo relato de Oestereich, os soldados ficaram por meses para os lados de Montevideú, “vadiando [...] correndo atrás de mulheres tresmalhadas”, as quais “andavam aos magotes pelos arredores dos povoados, seguindo rastro das tropas desmobilizadas.” (2006, p. 98).

Já quanto aos efeitos da desmobilização em território nacional, a situação não poderia ser diferente, visto que quando estes chegam a Porto Alegre, passam a recair sobre as personagens do romance moradoras da capital. Gründling, por exemplo, relata ao Dr. Hillebrand que

soldados [iam] passando em bandos, arruaceiros, desmobilização sem ordem e nem comando, os botecos regurgitando de bêbados, os armazéns pilhados, sacos de mercadorias levados nas garupas dos cavalos, ladrões fugindo a toda brida campo afora, desaparecendo por veredas e picadas, matos e rios. [...] Ladrões fardados, ladrões de chiripá. [...] os heróis de Bagé, os heróis do saque. Os valentes guerreiros do Passo do Rosário, os bravos marinheiros do Monte Santiago. (2006, p. 97).

Outro exemplo trazido no romance, também atrelado a Gründling, surge quando o comerciante, como de praxe, sai à noite em direção ao velho casarão da Rua da Ladeira, em busca de diversão, e antes mesmo de entrar, já percebe um cheiro muito forte de urina na entrada, e ao notar a presença de Isabela, a questiona se “os [seus] fregueses ainda não aprenderam a mijar senão aí na parede de fora, nunca viram uma latrina na vida deles, os porcos?” (2006, p. 129). A proprietária tenta acalmá-lo, dizendo que “todo o mundo havia voltado da guerra como uns animais” (2006, p. 129), e oferece uma de suas mais belas garotas, que usava um perfume importado. Porém, a moça estava anteriormente acompanhando um dos combatentes desmobilizados, que não ficou satisfeito com a situação, e foi até o reservado onde estava Carlos para tirar satisfação, e após alguns insultos, partem para o confronto físico. Vendo a situação, a paraguaia expulsa o militar baderneiro e os seus companheiros. Todavia, ao invés de irem embora, ficaram tentando por diversas vezes, sem sucesso, arrombar a porta de entrada do local. Mais tarde da noite, quando Gründling resolve ir embora, já próximo a sua casa, “viu-se frente a frente com o soldado em quem batera. Atrás dele, armados de bastões, mais quatro amigos.” (2006, p. 132), e após tentar puxar a sua faca do colete para se defender, já sentiu os impactos das agressões. Quando retomou a consciência, estava sendo carregado por estranhos, que o deixaram na porta de sua mansão.

Assim, Josué Guimarães passa a apresentar mais uma vez na narrativa de seu romance o *modus operandi* do governo imperial, e as suas consequências, visto que este, além de subjugar a sua população para lutar à força pelos seus interesses sem dar a ela nada em troca, ao término da guerra, os desmobiliza, descartando-os e lançando-os à margem da sociedade, uma vez que não demonstram nenhum tipo de preocupação quanto a sua reintegração, o que acaba por gerar inúmeros problemas dentro da esfera social nas cidades, entre os quais, o considerável aumento da criminalidade.

Destarte, podemos novamente observar na narrativa de *A ferro e fogo* o processo de resignificação da história e a busca constante pela desconstrução ideológica acerca da Guerra da Cisplatina, já que, ao apresentar ao leitor as personagens envolvidas no conflito como bêbados e baderneiros, o romancista acaba não deixando espaço para o surgimento de heróis, pelo contrário, em vista de que após o retorno das tropas apenas o que o evento proporcionou foi a desumanização e marginalização de seus participantes.

Indo ao encontro dessa concepção, e distante de atribuir qualquer sentido épico, o romancista chega inclusive a representar o conflito, em alguns momentos, com um tom muito próximo ao da comédia. Um exemplo disso ocorre no momento em que Gründling cita à Isabela que na “Batalha do Passo do Rosário muitos soldados fizeram as necessidades nas calças, não dava tempo de procurar uma árvore, qualquer macega, um sargento que fizera isso saíra todo chamuscado, os gringos haviam tocado fogo no campo.” (2006, p. 130).

Em última análise, Josué Guimarães, ao empreender na narrativa de *A ferro e fogo* as suas críticas referentes à Guerra da Cisplatina, apropriando-se de elementos historiográficos, mostra-se capaz de representar questões que não são apresentadas nas obras historiográficas analisadas aqui, além de narrar ao seu público, seguindo as possibilidades históricas do período, um panorama mais amplo, não apenas envolvendo o conflito propriamente dito, mas todos os seus reflexos na sociedade, incluindo aqueles que transcendem o período oficial de duração das hostilidades, diretamente ligados à vida dos cidadãos comuns.

#### **4.2 Uma província dividida: a Guerra Farroupilha**

Nenhum evento possui maior relevância na construção ideológica da imagem do gaúcho e do próprio Rio Grande do Sul como a Guerra Farroupilha, também conhecida como Guerra dos Farrapos, ou erroneamente<sup>58</sup>, como Revolução Farroupilha, como é referenciada, sobretudo, por ideólogos e tradicionalistas ligados ao MTG. Independentemente do nome em que é referido, esse conflito possui um papel próximo ao de um mito de fundação para grande parte da população gaúcha, como podemos confirmar através do primeiro Centro de Tradições Gaúchas, o 35 CTG, que carrega em seu nome o ano de início das hostilidades – em 1835 –, demonstrando a força do conflito no âmbito das criações culturais.

São inúmeros os discursos construídos acerca dessa guerra, e apesar de nos últimos quarenta anos ter surgido importantíssimos estudos no campo da História, olhando mais para o passado, durante o período de produção do romance, podemos encontrar desde obras historiográficas que abordam o evento de forma ufanista, exaltando as lideranças envolvidas e seus feitos, tratando-as como heróis libertadores do povo gaúcho, a exemplo das produzidas dentro do IHGRGS até a segunda metade da década de 1970, conforme já abordado por nós no

---

<sup>58</sup> Partimos da concepção do conceito de “revolução” apresentado por Thompson (2001), o qual acredita, dentro do campo da prática, que o mesmo apenas possa ser empregado quando o evento referido tenha força suficiente para proporcionar uma verdadeira transformação na estrutura social e, conseqüentemente, na vida de seus integrantes, o que de forma alguma ocorreu no episódio abordado aqui.

subcapítulo 1.2.1. A título de exemplo, podemos citar *História da grande revolução*, de Alfredo Varela, que, por seu nome, já nos remete o conteúdo que a compõe, até obras literárias que buscam representar o conflito de modo mais verossímil, sem exaltar os envolvidos, mostrando de maneira crítica os diferentes pontos de vista acerca do acontecimento e seus efeitos sobre a população local. É o caso de *O Continente*, da saga *O tempo e o vento*, de Erico Verissimo, e do próprio romance por nós estudado, *A ferro e fogo*, de Josué Guimarães, o qual, além de não exaltar as lideranças envolvidas, apresenta um gaúcho, que como explica de Rettenmaier (2008, p. 137), encontra-se distante de sua representação típica, regionalista, em vista de que o romancista buscou retratá-lo como um indivíduo desapegado de quaisquer tipos de tradição, sem controle sobre o processo histórico do qual faz parte.

A Guerra Farroupilha, como será chamada por nós, foi um conflito civil ocorrido na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul entre os anos de 1835 e 1845. Sua eclosão se deu, sobretudo, pela taxaço considerada abusiva sobre o principal produto de exportação local, o charque, e os altos impostos aplicados sobre o sal, matéria-prima para produzi-lo, além da já velha insatisfaço dos sul-rio-grandenses pela falta de reconhecimento por parte do império pelo papel de posto avançado que o estado ocupava, que a grandes custos mantinha as fronteiras protegidas contra as constantes tentativas de invasão dos platinos.

Em decorrência dos seguidos sucessos das forças rebeldes, e da influência proporcionada pelo processo de emancipação das nações vizinhas, em 11 de setembro de 1836 o general Antônio de Sousa Neto, em um momento de êxtase após comandar a vitória das forças republicanas sobre o exército imperial na Batalha do Seival, decide proclamar a República Rio-Grandense, a qual nunca foi reconhecida internacionalmente, e deixou de existir “oficialmente” assim que as hostilidades findaram. Todavia, ela continua viva no imaginário gaúcho, conforme aponta Oliven (2006, p. 10), explicando que

a república proclamada pelos revolucionários continua presente até hoje na bandeira do Rio Grande do Sul na qual está inscrito seu nome e data de proclamação (República Rio-Grandense, 20 de setembro de 1835) e seu lema (Liberdade, Igualdade, Humanidade) mantendo o episódio na memória coletiva dos habitantes do estado.

Indo ao encontro dessa perspectiva, temos ainda como atual hino do estado do Rio Grande do Sul aquele que outrora fora composto para a República Rio-Grandense, onde encontramos em seus versos que “foi o 20 de Setembro o precursor da liberdade”. Outro elemento que confirma a relevância do evento são as já citadas comemorações anuais que ocorrem nessa data, tendo como objetivo a reafirmação da memória e dos supostos valores farroupilhas.

Acerca dos eventos que precederam a Guerra Farroupilha, conforme poderemos perceber no decorrer da análise exposta neste subcapítulo, Josué Guimarães utiliza como seu



principal aporte historiográfico a obra *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul*, de Jean Roche, visto que é no exemplar do livro escrito pelo historiador francês que pertencera ao romancista, que encontramos o maior número de rastros, como sublinhados e anotações, deixando claro a relevância da obra para a construção de *A ferro e fogo*. Todavia, mesmo que em menor número, também localizamos sinais de utilização nas obras *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, também de Roche, e em *História do Rio Grande do Sul*, de Danilo Lazzarotto, expondo que estas foram utilizadas de modo a complementar a primeira.

Os primeiros sinais mais nítidos acerca desse conflito surgem logo após o término da Segunda Guerra da Cisplatina, com a instabilidade política resultante da abdicação ao trono de D. Pedro I, em 7 de abril de 1831, e a criação da regência, formada por Francisco de Lima e Silva, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro e José Joaquim Carneiro de Campos.

No que concerne a esses movimentos, o romancista guia-se, conforme podemos observar por meio dos anexos 27 e 28, pelas explicações de Roche (1961, p. 26), o qual expõe que, entre os anos de 1828 e 1831, criou-se no Rio Grande do Sul o movimento liberal, de cunho republicano, que se opôs às tendências autoritárias do governo imperial. Dessa forma, o cenário local do período passou a ser composto por dois principais partidos, o dos conservadores ou caramurus, favoráveis à restauração de D. Pedro I, e o dos liberais ou farroupilhas, suspeitos de articular a subversão da ordem monárquica. Por conta disso, a abdicação ao trono de D. Pedro I, ocorrida em 7 de abril de 1831, causou grande divisão política, sendo vista por boa parte da população sul-rio-grandense com muita alegria, servindo não apenas para fortalecer as convicções republicanas na província, mas também para revigorar os sentimentos regionais em todo o Brasil.

Acerca deste evento específico envolvendo o imperador, Lazzarotto (1971, p. 108), seguindo uma perspectiva próxima à exposta por Roche, afirma que “o ‘sete de abril’, isto é, a renúncia de D. Pedro I, foi solenemente festejado em Porto Alegre”, algo que, associado às demais informações contidas na página, chamou a atenção de Josué Guimarães, conforme podemos perceber no anexo 29.

Retornando aos apontamentos de Roche (1961, p. 27), o historiador prossegue, explicando que pouco tempo após a renúncia do imperador, a oposição articula-se, mostrando-se abertamente contra a política retrógrada da Regência e a concessão de favores aos elementos lusófilos, e passa a atacar fortemente a Sociedade Militar, que havia sido fundada no Rio de Janeiro com o intuito de promover a restauração de D. Pedro I, objetivo que manteve até a morte do soberano, ocorrida em 1834. Esta sociedade articulava-se para estabelecer relações com o Rio Grande do Sul, e contava com o apoio do presidente da província, Manuel Antônio Galvão,

do Comandante das Armas, Marechal Sebastião Barreto Pereira Pinto, e das alas conservadoras da província, onde o elemento militar era poderoso. Diante desse panorama, os liberais imediatamente reagem, e utilizam de todos os meios ao seu alcance contra essas tratativas. Como resultado, seus líderes acabam denunciados à Corte como perigosos para a ordem pública, e muitos têm seus cargos revogados.

Nesse episódio, Bento Gonçalves, então comandante superior da Guarda Nacional de toda a província, e comandante da fronteira de Jaguarão, fora chamado ao Rio de Janeiro para se justificar da acusação de separatismo que o Comandante de Armas trouxe contra ele. Bento Gonçalves voltou à província exonerado de seu posto. Todavia, aproveitou a estada na capital do império para construir importantes relações com os liberais do restante do Brasil e, inclusive, com o regente em quem inspirava confiança e interesse. Graças a ele, obtivera a proibição da instalação da Sociedade Militar no Rio Grande do Sul, e a nomeação do Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga, sul-rio-grandense, que gozava da confiança dos liberais, como Presidente da província. Todavia, isso não ocorreu, pelo menos de imediato, uma vez que quem acabou assumindo o cargo de 24 de outubro de 1833 foi José Mariani, favorecendo o partido conservador, e ajudando Barreto a recrutar membros da Sociedade Militar para a qual já havia obtido oitenta filiados em Porto Alegre.

Como resposta, os liberais organizaram manifestações públicas para se opor ao estabelecimento da Sociedade Militar, ao mesmo tempo em que Bento Gonçalves articulava com amigos no Rio de Janeiro para aumentar a influência do partido farroupilha dentro da esfera administrativa imperial. Ansioso para evitar mais um choque, o regente nomeou outro presidente gaúcho, o anteriormente sugerido Braga, que enfim, em 26 fevereiro de 1834, pode assumir o cargo que havia sido destinado a ele ainda no ano anterior.

A primeira menção que encontramos acerca desses movimentos em *A ferro e fogo* surge de maneira vaga, pelo menos para o leitor não familiarizado com o episódio, e vincula-se ao contexto da colônia. Assim, logo no capítulo VIII de *Tempo de solidão*, em um encontro realizado na casa de Gründling, em ocasião da realização da cerimônia de seu casamento, o comerciante, buscando puxar assunto com os seus convidados, comenta que não sabia se os presentes “ouviram alguma coisa” acerca do assunto de que ia tratar, todavia, ele estava “preocupado com certos boatos que andam correndo pela colônia. Conversa de descontentamento, de conspiração.” (2006, p. 110). Tobz, ao perceber do que se tratava, prontamente diz ter ouvido “coisas assim [...] mas não [acreditou] em quase nada. Claro, gente descontente há em qualquer lugar do mundo, mas daí para se falar em conspiração, pelo amor de Deus.”. Schiling intervém na conversa e demonstra acreditar que tais movimentos estavam

relacionados à insatisfação de seus patrícios, visto que até aquele momento não haviam recebido os seus pagamentos, estando, dessa forma, desgostosos com o governo.

Após ouvir tudo isso calado, Gründling resolve perguntar ao padre se o mesmo sabia de algo. Já esperando pelo questionamento do anfitrião, o pároco confirma que ouvira tais boatos, todavia, ele “mesmo [conversou] com o Major João Manuel, e ele [...] asseverou que o boato sempre corre à frente da verdade.” (2006, p. 111). Diante de tal resposta, Tobz, resoluto, responde que tal militar “mais do que ninguém, deveria saber de tudo” (2006, p. 111), deixando exposto aos presentes que os boatos colocavam o Major entre os envolvidos.

Além dessa liderança histórica do padre, nesse encontro é trazida a informação de que “citaram até o nome do Major Oto Heise, um dos grandes amigos do Major Schaeffer, como um dos principais conspiradores” (2006, p. 111), o que certamente desagradara Gründling, contribuindo para que o mesmo preferisse desacreditar na história. Contudo, não demora muito para que o comerciante passe a levar a situação mais a sério, como podemos perceber no dia em que, ao voltar de sua viagem ao Rio de Janeiro, demonstra inquietação, e ao ser questionado por sua esposa, Sofia, explica que andava “preocupado. Não sei como andam os negócios por aqui, quando viajei havia muita conversa de conspiração militar. São Leopoldo cheia de falatórios. Essas coisas atrapalham os negócios.” (2006, p. 155).

Também encontramos referências aos boatos relacionados ao prelúdio do conflito em um diálogo posterior, ocorrido entre Emanuel e Catarina. Nessa conversa, além do que já fora anteriormente citado, surgem novas informações acerca dos movimentos conspiratórios que se seguiam, mostrando que o romancista procura, com os transcorrer da primeira metade dos anos 1830, apresentar aos seus leitores maiores detalhes acerca dos sentimentos vivenciados pelas personagens que foram impactadas diretamente pelo acontecimento.

O referido diálogo encontra-se no capítulo IX de *Tempo de solidão*, quando o encarregado do estabelecimento informa a comerciante que estavam correndo “nas casas e nos empórios, nas pequenas bodegas às margens do rio, as notícias mais desencontradas, passadas de boca em boca.” (2006, p. 133). Tais conversas davam conta de “conspiração, revolta, conjura [...]. Um mal-estar geral e [...] boatos de uma revolta dos militares.” (2006, p. 133).

Alguns dias após esse diálogo, surge no empório um soldado que passa a contar para os presentes, histórias acerca de um coronel que estava espalhando ideias “de liberdade, de independência e de separação do Rio Grande de São Pedro do resto do Brasil.” (2006, p. 134). Ao terminar de beber seu copo de cachaça, às presas, levanta-se e vai embora. Todavia, ao escutar tal história, Gustavo Heuse, que também estava no estabelecimento fazendo as suas compras, informa aos presentes que ouvira algo muito similar de um cunhado seu, engajado no

Batalhão de Caçadores Alemães, contando que “cinco oficiais, não sei o nome deles, estiveram há dois dias na casa do Major João Manuel, denunciando ao comandante os nomes dos outros oficiais que estão conspirando. Sim senhores, conspirando.” (2006, p. 134).

Curiosa, Catarina o questiona, pedindo se diante de tais graves acusações os mesmos haviam sido levados presos, então Hause prontamente a responde que “não. O Major João Manuel disse que tudo não passava de invenção”. Desconfiada, Frau Schneider fica pensativa, e após raciocinar um pouco, chega à conclusão de que “o major deve estar do lado dos conspiradores” (2006, p. 134), o que de fato acaba se comprovando historicamente (SPALDING, 1956), visto que além de tal liderança ter servido ao lado das forças republicanas durante a Guerra Farroupilha, havia sido, em 1830, investigado por conspirar para um golpe republicano, colaborado com o seu irmão, o General Francisco de Lima e Silva, então Regente do império, nos acontecimentos políticos que culminaram na abdicação de D. Pedro I. Não obstante, também fora, em 1834, um dos rebeldes denunciados e conduzidos à Corte, junto com Bento Gonçalves, sob a acusação de manter tratativas secretas com Lavalleja para a separação da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul do restante do Império do Brasil.

Acerca dessa liderança histórica, temos no decorrer do romance mais uma ocasião em que seu nome aparece ligado aos insurgentes. Isso ocorre em um diálogo, ao final de *Tempo de solidão*, entre Frederico Weber e Jacob Schmidt, os quais debatem acerca dos boatos de conspiração que corriam em São Leopoldo. Schmidt questiona Weber acerca dos nomes, e este de imediato o informa que já sabia de todos, e que estava óbvio quem pertencia ao grupo dos insurgentes, dizendo que “o Major João Manuel, por exemplo, não vê porque não quer” (2006, p. 221), pois todas as suas ações estavam sendo executadas de maneira nítida em prol dos revoltosos.

Outro momento em que o prelúdio da Guerra Farroupilha vem à tona, e aqui de modo mais contundente que os anteriores por justamente ser apresentado por uma autoridade oficial incumbida pelo poder constituinte para levar a cabo as investigações, diz respeito ao já citado interrogatório feito pelo comandante da polícia de Porto Alegre, o Coronel Alves de Moraes, a Gründling, em que o primeiro, ligado ao partido conservador, na presença dos também simpatizantes do partido, “Antônio Jose Ramos, cirurgião-mor de São Leopoldo, o Coronel Vicente Freire e seu filho Diogo Freire” (2006, p. 199), explica ao comerciante sobre a suspeita de “conspiração contra o governo de sua majestade”, citando entre os principais líderes do movimento “o Coronel Bento Gonçalves” (2006, p. 200).

No que tange ao caso mais específico da Colônia de São Leopoldo, podemos encontrar na historiografia que os descontentamentos com o império foram gerados, sobretudo, por conta

da Lei de Orçamento de 1830, na qual previa-se suprimir todos os créditos destinados à colonização estrangeira, o que implicaria diretamente sobre as verbas destinadas ao cumprimento dos contratos firmados entre os colonos e o governo. Acerca desse evento, Roche (1969, p. 99) explica que

essa manobra do Parlamento condenava qualquer nova tentativa e arriscava aniquilar as colônias já existentes. Em São Leopoldo, os colonos agitaram-se em consequência do prejuízo que sofriam, porquanto nem as indenizações vencidas, nem as que lhes haviam sido prometidas para os dois primeiros anos de estada, lhes eram pagas. Essa lei, para eles retroativa, inspirou-lhes redobrada desconfiança a respeito do Estado brasileiro e não lhes deixou senão uma única oportunidade de sobreviver.

No romance, a primeira menção acerca do envolvimento dos colonos alemães no conflito surge por meio de Schiling que, ao ouvir seus companheiros comentarem acerca dos boatos, se mostra a favor do engajamento dos imigrantes na causa dos revoltosos, argumentando que “todo mundo sabe que os nossos patrícios estão irritados com essa questão de atraso dos pagamentos por parte do governo. Tem gente aí passando fome” (2006, p. 110). Nesse diálogo, além de ser abordado o caso dos teutos de um modo geral, também há a citação de “Oto Heise” como “conspirador” (2006, p. 111), ou seja, o romancista, desde os primeiros movimentos, busca trazer as lideranças históricas de origem germânica para o centro da narrativa, apresentando a importância destas no transcorrer do conflito, além da motivação que possuíam para atuar em prol dos revoltosos, sobretudo, por terem ciência da situação de abandono em que seus conterrâneos foram submetidos pelo governo.

Ao avançar cronologicamente, podemos perceber que a situação fica mais séria, em vista de que os boatos dão lugar a diversos tipos de violência praticados pelo poder instituído como forma de represália contra imigrantes que, mesmo tidos apenas como suspeitos de simpatizarem com o grupo insurgente, passam a ser acusados de conspiradores. Acerca disso, encontramos no romance a narrativa de que “vários colonos [são] arrastados de suas casas e levados para longe. Quando voltavam, traziam no corpo as marcas da chibata e das torturas. Não diziam nada, emudeciam.” (2006, p. 133). Além da população civil, em *A ferro e fogo* também há a menção de que tais castigos também foram aplicados a importantes lideranças históricas, como os oficiais alemães “Stepanousky, Godfroy Kerst e Oto Heise” (2006, p. 151) detidos no navio-prisão Presiganga sob a mesma acusação de seus patrícios.

Desse momento em diante, o foco da narrativa passa a ser o modo como as autoridades oficiais passaram a agir com os colonos alemães, o que acaba por gerar um sentimento de “mal-estar geral” (2006, p. 133) na Colônia de São Leopoldo, o qual pode ser sentido pelo leitor, ressaltando, mais uma vez, a diferença entre o romance histórico de Josué Guimarães e as obras historiográficas do período, em vista que “nos desvãos onde o historiador não entra, lá penetra

o narrador ou a personagem, não para distorcer a história, mas para desentranhar a fonte imaginária que dá vida à história.” (BARBIERI, 1997, p. 33).

Assim, frente ao mal-estar gerado pelos abusos do governo, muitas personagens experimentam também o sentimento de indignação, motivando-as a agir, como o caso de Frau Schneider, que ao ver os seus patrícios com suas roupas em tiras e suas costas em carne viva em decorrência das chibatadas, expõe aos presentes que

nós não podemos cruzar os braços, [...] vejam, eles foram arrancados de suas casas, de seu trabalho, manietados como animais e jogados naquela masmorra imunda do Guaíba. Alguém ali pensava que eles haviam tido o direito de defesa? E mais, quiseram arrancar confissões à força, confissões de coisas que eles nem sequer sonharam. Eu já vi, mas faço questão de que todos vejam com os seus próprios olhos o estado lastimável em que deixaram esses pobres homens, pessoas de bem, trabalhadores, chefes de família. [...] Caminhou até eles, uns bichos do mato assustados, tirem as camisas e mostrem o que os senhores do governo fizeram. [...] os homens a despir os trapos sujos [...] o corpo parecendo uma chaga só, os vergões descendo dos ombros até a cintura, muitas feridas apostemadas, outras ainda com sangue vivo, recém- vertido ao desgrudar os panos. (2006, p. 178).

É nesse momento, no romance, que surge pela primeira vez de forma direta a figura do Major Oto Heise que, seguindo os registros historiográficos (FLORES, 1995), torna-se o escolhido dos imigrantes para ser o procurador oficial da colônia. Assim, a liderança reúne-se com o Tenente-Coronel Salustiano Severino dos Reis, e informa, além dos abusos, a insatisfação de seus patrícios diante do não cumprimento das cláusulas do contrato firmado entre estes e o governo, e ameaça ir “diretamente à Câmara dos Representantes da nação. O assunto se arrasta, há muita agitação entre os meus compatriotas, a colônia está dividida, tenho feito o possível para acalmar os ânimos.” (2006, p. 194).

Tal atitude, longe de resolver as questões entre o império e os teutos, apenas serviu para fazer crescer a desconfiança das autoridades para com os colonos, aumentando ainda mais a divisão entre os moradores da colônia que, com o início das hostilidades, como veremos mais adiante, só ficarão mais agudas.

Sem o Major Oto Heise obter sucesso em sua reunião, as denúncias continuam, manifestadas por meio da indignação da população local, como podemos notar, por exemplo, no já citado diálogo em que Klinglhöfer expõe a Sperling que “a nossa gente, nas picadas e linhas, a nossa gente como animais, comendo o que conseguem arrancar da terra, vendo os filhos morrerem de doença ou roubados pelos bugres.” (2006, p. 194).

Dessa forma, mediante as tentativas fracassadas efetuadas através de um representante legal, e das denúncias feitas pela população comum da colônia, Josué Guimarães tem o cuidado de apresentar ao leitor um panorama em que os imigrantes, sobretudo aqueles que posteriormente acabaram aderindo à causa farroupilha, procuraram por meio de todas as

possibilidades que estava a seu alcance resolver as suas pendências com o governo, e sem obter sucesso, não lhes restou outra alternativa a não ser unir-se às forças rebeldes, dando assim justificativa para o envolvimento dos imigrantes no conflito, sem deixar espaço para qualquer tipo de interpretação que possa questionar, ou considerar os recém-chegados como “traidores da pátria”.

*Se Tempo de solidão* encerra-se com o prenúncio de um novo conflito no horizonte, com “soldados por todos os cantos. [...] Soldados montados, brandindo espadas no ar” (2006, p. 211), à espera de ordens dos seus oficiais para agir, *Tempo de guerra* inicia-se com a certeza de que “a guerra já está aí de novo” (2008, p. 9), e com ela, todos os seus infortúnios.

Acerca do conflito propriamente dito, encontramos mais uma vez na obra *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul*, de Jean Roche, conforme podemos confirmar por meio das diversas anotações e sublinhados deixados por Josué Guimarães nas páginas que compõem os anexos 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36 e 37, a principal, mas não única, fonte para a representação dos eventos atrelados à Guerra Farroupilha em *A ferro e fogo*.

Nessa obra, na seção 2 do capítulo 1, homônimo ao evento, em trecho que podemos notar que também chamou a atenção do romancista pelos seus diversos sublinhados e marcações, conforme podemos observar no anexo 30, Roche (1961, p. 28) explica que a insurreição iniciou-se no dia 20 de setembro de 1835, com a fácil captura de Porto Alegre por um grupo comandado por dois tenentes de Bento Gonçalves, eram eles Onofre Pires e Gomes Jardim. A primeira consequência de tal ação foi a fuga do Presidente Braga, que logo foi substituído pelos rebeldes pelo quarto dos vice-presidentes eleitos pela Assembleia Provincial, Marciano Ribeiro, que além de amigo, também era conselheiro político de Bento Gonçalves. O Comandante de Armas Barreto também teve o mesmo destino de Braga, sendo deposto e substituído por Bento Manoel Ribeiro, que, segundo o historiador francês, fora um brilhante oficial que não era gaúcho.

Tal episódio surge logo na primeira página de *Tempo de guerra*, quando Catarina volta de seu inusitado encontro com Gründling, e se depara com o Dr. Hillebrand em seu empório. Estranhando a presença dele àquela hora da noite, pergunta se estava tudo bem, quando ouve do médico que estava preocupado, pois recebera a “notícia de que os revolucionários estavam concentrados na Azenha.” (2008, p. 5), e temia que algo mais grave viesse a acontecer.

Em seguida na narrativa, já pela manhã, surge, em um diálogo entre Gründling, Tobz, Zimmermann e Schilling, a tomada de Porto Alegre já concretizada. O comerciante, preocupado com a situação, solicita que o seu encarregado, Tobz, lhe informe sobre tudo que ele sabia sobre o levante que estava ocorrendo. Assim, este explica que muita coisa que sabia vinha de

falatórios, todavia, ouvira que “ontem à noite o Visconde de Camamu foi batido pelos revolucionários na Ponte da Azenha”, e como resultado de tal ação, “morreu o diretor do Periódico dos Pobres, um tal de Prosódia”, que “saiu ferido e chegou no Palácio todo ensanguentado, com o fardamento em tiras, a gritar que a força inimiga conta com mais de quatrocentos homens.” (2008, p. 10).

Nesse momento Zimmermann, até então ouvindo a conversa em silêncio, interrompe, argumentando que era mentira, visto que “os outros não deviam ter mais do que a metade disso. O Visconde o que quis foi justificar a derrota.”. Concordando, Schilling alega que “a verdade [...] é que do lado do governo a confusão não pode ser maior. Estão apavorados. O Presidente só pensa em fugir para Rio Grande e ninguém mais se entende.” (2008, p. 10).

Gründling, cansado de tantas suposições, decide pegar um cavalo e ir pessoalmente, na companhia de seus companheiros, ver o que realmente estava acontecendo. Ao chegar no Palácio, o grupo pôde observar “sair carruagens velozes, cavaleiros armados e soldados em formação de combate” (2008, p. 10). Nesse momento o comerciante se volta aos seus patrícios e diz, em tom de sarcasmo, “vejam [...] lá vai o valente Presidente Braga a fugir feito criminoso”. Um dos soldados que faziam a guarda chama a atenção do grupo e manda-os se afastarem, alertando-os de que “os revolucionários entravam na cidade pela Praça do Portão, as tropas do governo haviam se rendido em massa, dando vivas a Onofre Pires.”. Ignorando a recomendação do piquete, eles permanecem e presenciam a “cavalaria chegando, a soldadesca revoltosa enfeitada com as cores da sua gente. Cercaram o palácio e hastearam a bandeira ao som dos seus clarins.”. Curioso, Gründling questiona se algum daqueles graduados era Bento Gonçalves, e Zimmermann informa que não, pois “o homem ainda não chegou, está para os lados de Pedras Brancas.” (2008, p. 11).

Tais informações, que aludem aos movimentos iniciais ocorridos nos dias 19, 20 e 21 de setembro, assim como o estado de desorganização das tropas imperiais, no âmbito historiográfico, foram muito provavelmente retiradas, em vista de tamanha semelhança apresentada na ficção, da unidade VI da obra *História do Rio Grande do Sul*, onde Lazzarotto (1971, p. 105) explica que

no dia 19 de setembro de 1835, à tarde, uma força revolucionária de pouco mais de 200 cavaleiros, comandados por Vasconcelos Jardim e Onofre Pires, acampava na Azenha, arredores da Capital da Província. O governo, sem medir exatamente a extensão do perigo, mandou a seu encontro pequena tropa comandada pelo Major Visconde de Camamu. Logo depois do anoitecer verificou-se o choque com a vanguarda farroupilha a cuja frente se achava o experimentado guerrilheiro Capitão Manuel Vieira da Rocha, “o Cabo Rocha”. A força legal foi repelida e foi lançado o pânico às restantes que haviam ficado na cidade, levando-as a aderirem aos revolucionários. No dia 20 de setembro Bento Gonçalves, vindo de Pedras Brancas (Guaíba), donde dirigia o movimento, entrava



triumfante em Porto Alegre. O presidente Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga fugiu precipitadamente.

Além disso, como veremos com o transcorrer de nossa análise, Josué Guimarães parece seguir as divisões cronológicas, e os respectivos marcos delimitadores, estabelecidos por Roche em *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*, em que o historiador francês (1969, p. 17) estabelece que a Guerra Farroupilha pode ser dividida, muito sumariamente, em três fases. A primeira dessas fases corresponde à tomada de Porto Alegre pelos republicanos em 20 de setembro de 1835. A segunda fase diz respeito à retomada da capital da província em junho de 1836 e o longo cerco que se seguiu. Já a terceira e última fase faz referência à situação que desenrolou-se em decorrência das batalhas de Rio Pardo (1837 e 1838) e de Taquari (1840), quando os republicanos, sem conseguir se apoderar de Porto Alegre e nem de Rio Grande, acamam por não impedir a navegação que ligava esses portos ao Rio de Janeiro, o que fez com que o governo central ampliasse as operações na província, com 41 combates travados de 1841 a 1844, com seguidas vitórias, a partir de 1843, de Caxias, resultando no Tratado de Ponche Verde, em 28 de fevereiro de 1845.

No que diz respeito mais especificamente ao impacto do confronto sobre os teutos moradores da colônia, Lazzarotto (1971, p. 91) explica que durante a Guerra Farroupilha, assim como no restante dos conflitos em que o Brasil participou, longe de permanecerem inertes, “muitos dos imigrantes ou filhos de imigrantes tomaram parte”, panorama em que, na narrativa de *A ferro e fogo*, se mostra bastante presente.

Seguindo essa perspectiva, Jean Roche, por sua vez, explana que “os colonos alemães foram arrastados na guerra civil; a maioria, porém, conservou-se fiel ao Governo Imperial.” (1969, p. 17). Tal atitude fez com que, mais tarde, fosse outorgado “aos colonos a naturalização em massa, pelos serviços prestados durante a luta: o império apreciava, portanto, a colaboração que os colonos lhe tinham levado.” (1969, p. 17, 18). No entanto, prossegue o historiador francês, não se deve supor erroneamente que tal medida gerou, de todo, o fortalecimento dos imigrantes e seus descendentes na política local, visto que, como resultado, essa participação promoveu a nítida separação entre as zonas coloniais, com os alemães e seus descendentes, e a planície, composta pelos estancieiros.

Essa divisão entre os imigrantes alemães, como já anteriormente mencionada, é constantemente explorada por Josué Guimarães em *A ferro e fogo* ao ponto de tornar-se o centro da intriga durante os anos que o evento compreende. As principais personagens de São Leopoldo envolvidas no lado republicano são Frau Schneider, articulando-se na colônia, e Philipp, combatendo nas forças revolucionárias ao lado de Oto Heise, e, pelo lado legalista,

seguindo os registros historiográficos (ROCHE, 1961, p. 167), o Dr. Hillebrand é o responsável por arremeter os colonos para defender os interesses legalistas.

Essas posições mostram-se presentes, em um primeiro momento, por meio do diálogo encontrado no início de *Tempo de guerra*, com o rompimento eminente do conflito, quando Frau Schneider retorna de Porto Alegre, e percebe o Dr. Hillebrand em seu empório, tarde da noite. Vendo a sua surpresa, o mesmo lhe informa que estava preocupado com ela, pois os revolucionários estavam acampados na Azenha, prontos para invadir a capital. Ao ouvir isso, a comerciante logo o questiona, dizendo que não esperava que ele “tivesse a intenção de ajudar esse governo que nunca pagou o que nos deve [...]. Pode ser que esses outros nos dêem ouvidos.” (2008, p. 5). Ouvindo isso, o médico prontamente discorda do posicionamento de Catarina, diz que “é sempre melhor lidar com gente que já se conhece, pelo menos se sabe o lado de montar. E isso é muito importante”, concluindo ainda não estar “gostando nada disso, muito menos das notícias sobre os nossos compatriotas, muitos deles estão envolvidos na mazorca”, citando “Oto Heise, Klinghöfer, Kerst, von Salisch.” (2008, p. 5). Frau Schneider, ao ouvir isso, ainda retruca, argumentando que “se esses homens estão na briga é porque o lado deles é o certo. Conheço todos eles, não são de entrar em mazorca.” (2008, p. 6).

Por meio desse diálogo surgem as justificativas mais frequentes para que algumas das personagens centrais do romance tomem parte no conflito. Se pelo lado legalista teremos a figura do Dr. Hillebrand arremeter imigrantes no interior da colônia e das picadas para servirem à causa do poder constituído, pelos republicanos tal função fica a cargo do Major Oto Heise, que, ao contrário de seu adversário, “não queria ninguém obrigado, só voluntários”, uma vez que, no início das hostilidades, “os rebeldes não queriam estrangeiros na briga, era preciso muito jeito, de início apenas limpando a colônia de inimigos da sua causa.” (2008, p. 19), como ocorreu mais tarde, uma vez que graças à força arremeterada por Heise, “Hillebrand foi obrigado a esconder-se nas picadas” (2008, p. 110).

Tal informação trazida no romance, no âmbito historiográfico, pode ser confirmada por meio de uma situação trazida por Lazzarotto em *História do Rio Grande do Sul*, onde o historiador explica que, dada a eclosão do conflito, nenhuma das partes, em um primeiro momento, queria o envolvimento dos então estrangeiros, e cita, como exemplo, o caso do legalista Braga, que ataca a nomeação de Pereira Duarte como presidente, queixando-se que este “proibira aos colonos de São Leopoldo e outras localidades a tomar armas contra os Farroupilhas”, quando na verdade, o mesmo “pedira apenas a neutralidade aos colonos” (1971, p. 106). Essa situação, aliás, não passa batina na ficção, visto que Heise, ao reunir seus conterrâneos, os informa que “Bento Gonçalves mandara apreender todas as armas mandadas

pelo Presidente Braga para que os alemães defendessem o governo”, uma vez que “eles deviam ficar do lado da revolução, aquele governo não lhes dera nada do que havia prometido.” (2008, p. 18, 19).

Ainda durante esse encontro, Oto Heise, por meio do qual os reflexos da tomada de Porto Alegre serão apresentados ao leitor, aconselha os seus conterrâneos a tomar parte no conflito, todavia, ao lado dos republicanos, visto que, assim como já havia sido argumentado por Catarina, “aquele governo não lhes dera nada do que havia prometido. [...] ficamos todos ao Deus-dará, a gente passando fome, necessidades, sem terra definida, jogados nesta encosta de serra” (2008, p. 19). Ao ouvir tal explicação do Major, Philipp, que já estava inclinado a defender a causa republicana em virtude das constantes manifestações de sua mãe, decide aderir à tropa, causando espanto a todos os presentes, inclusive ao próprio Major, que argumentava que ele não tinha idade para tanto. Ao final, após muito insistir, Philipp, junto com Juanito, são aceitos no destacamento, porém, para atuarem na retaguarda, cuidando dos animais, dos mantimentos, e servindo de mensageiro quando necessário. Assim, logo eles montam em seus cavalos, e partem para Porto Alegre com o montante dos teutos arregimentados por Heise, que ao ver o jovem e o índio tensos, manda-os ficarem “descansados, o inimigo já está batido, não vai haver batalha nenhuma.” (2008, p. 20).

Após a tomada de Porto Alegre, os alemães são dispensados pelos revolucionários, que os sugerem retornarem “às suas casas, que aguardassem a chamada. Enquanto isso, o que tinham a fazer era plantar, cuidar das roças, colher, criar os seus bichos e tratar dos filhos.” (2008, p. 33). Em vista disso, Philipp e Juanito se encaminham para o empório do Caminho Novo, onde passariam a noite, antes de retornar para São Leopoldo.

Durante esse pernoite de Philipp, Josué Guimarães aproveita mais uma vez, como é de praxe em *A ferro e fogo*, para apresentar suas denúncias. Todavia, nessa ocasião, a mesma faz referência ao envolvimento de lideranças históricas, mais especificamente, a figura de Juca Ourives, que surge à noite no empório do Caminho Novo, e após se apresentar, argumenta estar, junto com seus soldados, “recolhendo donativos para a causa revolucionária em nome do General Bento Gonçalves” (2008, p. 27). Dito isso, começa a saquear o estabelecimento. Logo Philipp nota que eles não eram revolucionários, mas sim ladrões. Nesse momento o funcionário do estabelecimento cogita uma reação, todavia, surge no estabelecimento um piquete do republicano Onofre Pires, que andava à procura do grupo, e ao percebê-los, dá voz de prisão. Diante dessa situação, Juca Ourives trata de suspender o saque, largando tudo, e junto aos de seu bando, correm em direção aos cavalos na tentativa de fugir de seus perseguidores, todavia,

os animais ficaram muito agitados com toda a movimentação, impedindo que seus donos montassem.

Quando já estavam todos presos, chega ao estabelecimento Heise, com mais dois ordenanças, e ao vê-lo, Philipp narra o que ocorrera. O Major, por seu turno, explica que eles já estavam “há dois dias [...] atrás desses safados”, e que “Juca Ourives era useiro e vezeiro em façanhas como aquela. De corredor de carreiras de cancha reta virara assaltante.”, resumindo-o como “um ladrão vulgar” (2008, p. 28). Um pouco mais adiante na narrativa, em um diálogo entre Philipp e Goeske, surge a informação, através do segundo, que Juca Ourives já havia sido preso enquanto “deflorava uma menina de família”, e após solto, não mudando seu comportamento, “outras menininhas perderam o que tinham de mais precioso” (2008, p. 36).

Mediante esse caso, que não ocorre de maneira isolada em *A ferro e fogo*, Josué Guimarães, sem a intenção de enaltecer as lideranças históricas presentes no evento, tão pouco as suas ações, busca, quando comparado com a historiografia tradicional presente naquele momento, apresentar outras interpretações acerca do conflito, não apenas desconstruindo tais figuras, mas também apresentando algumas de suas ações nem um pouco dignas, mostrando ao seu leitor a barbárie praticada por uma considerável parcela desses militares, que valiam-se de seus cargos para cometer crimes como saques e estupros, motivados pela certeza de que não seriam punidas, tampouco perderiam as suas posições privilegiadas. Isso ocorre, sobretudo, pois o romancista “não escreveu uma história de bravura, não entalhou uma tradição” (RETTENMAIER, 2008, p. 137), mas procurou representar algo próximo do sujeito histórico e o seu possível agir.

Os movimentos da guerra prosseguem, e pouco tempo após os teutos serem dispensados das forças insurgentes, dada a nova necessidade por soldados, a situação se reverte. Assim, certa noite, Oto Heise surge na casa dos Schneider, em busca do primogênito da família, e ao vê-lo saindo pela porta para ir a seu encontro, manda-o se arrumar, esclarecendo que iam se “engajar às forças de Lima e Silva, ele acaba de dispersar um grupo de legalistas no Faxinal, em Porto Alegre vamos engrossar a divisão que segue para Rio Grande, precisamos desalojar o Presidente Araújo Ribeiro. Esclareceu: o ex-Presidente.” (2008, p. 35).

Assim, seguindo de perto os registros historiográficos (ROCHE, 1961, p. 28), inclusive, com informações encontradas sublinhadas pelo romancista, conforme pode ser visto em seus rastros que compõem o anexo 30, o destacamento de voluntários alemães segue em direção a Porto Alegre para juntar-se às tropas de Onofre Pires, e, por coincidência do destino, ou não, outra vez o jovem Schneider se encontraria frente a frente com Juca Ourives, mas dessa vez para ter o seu batismo de fogo.

Apesar de, na maior parte das ocasiões, Josué Guimarães demonstrar uma postura mais distante e crítica ao representar as lideranças históricas que atuam nos três conflitos que fazem parte da trama de *A ferro e fogo*, em alguns momentos, principalmente durante a Guerra Farroupilha e, sobretudo, ao tratar das figuras que atuaram pelo lado republicano, podemos notar que o romancista transpassa aos leitores certa simpatia pelo grupo, todavia, essa inclinação surge sempre respaldada historiograficamente e distante de ufanismos.

Tal situação pode ser notada nesse ponto da narrativa, exposta através da construção da figura de Onofre Pires, o qual, fundamentado pelos registros historiográficos (DUELO de Farroupilhas, 2021, p. 67), é apresentado no romance como sendo “um homem de quase dois metros de altura, cabeça bem plantada entre os ombros, voz tonitruante”, fato que acabou por chamar a atenção de Philipp ao juntar-se com a tropa do general, levando-o a comentar a Kondörf, que montava ao lado, que “é um gigante esse Onofre Pires”. De pronto, seu companheiro concorda, respondendo que “nunca [viu] um general assim tão grande” (2008, p. 36). Além dessa questão, a apresentação da própria Guerra Farroupilha é feita, se buscarmos em sua totalidade, por meio da participação do soldado Philipp Schneider, o que, por consequência direta, fará com que a narrativa repercuta o conflito por meio do viés republicano.

Tal fato ocorre, muito possivelmente, por Josué Guimarães possuir suas raízes no Estado. Porém, nem por isso o romancista os coloca em uma posição mais destacada do que aquela que ocuparam, ou eleva seus feitos acima do que foram. Pelo contrário, uma vez que essas figuras não são apresentadas como heróis, mas sim como homens comuns de seu tempo, que combateram o que acreditavam ser injustiças propiciadas pelo governo imperial em prol de seus interesses, sobretudo, os de cunho financeiro.

Todavia, se por um lado o escritor concebe tais lideranças históricas como figuras que lutaram em defesa de seus interesses e a manutenção do *status quo*, por outro ele cria personagens, como o próprio Philipp e a maior parte dos imigrantes que se sentiram motivados a lutar ao seu lado, que realmente acreditavam e defendiam as ideias farroupilhas – liberdade, igualdade e humanidade –, e por isso combatiam, buscando libertar-se das injustiças sociais a que o poder vigente havia os submetido ao não cumprirem com o que havia sido estipulado em seus contratos.

Outra questão que também deve ser levada em consideração quando questionamos o posicionamento regional e as críticas a determinados grupos feitas pelo romancista, é sua visão de mundo, a qual foi adquirida por meio de suas experiências pessoais ao longo dos anos. Tendo em mente que Josué Guimarães, como já abordado no subcapítulo 1.1, passou boa parte de sua infância em Rosário do Sul, cidade que faz fronteira com o Uruguai, ele pôde, antes de

mais nada, presenciar movimentos como o caudilhismo e todos os abusos atrelados a esse sistema. Dessa forma, não é de se estranhar o teor de suas denúncias em *A ferro e fogo*, ainda mais se levarmos em consideração a sua entrevista concedida para o Instituto Estadual do Livro, em que o autor (GUIMARÃES, 1988, p. 7) afirma ter encontrado no romance um espaço onde pôde abordar as questões que considera necessárias, expondo as injustiças por detrás delas, para que, a partir de sua exposição, seja possível combatê-las.

Indo ao encontro a essa perspectiva, Santos (1997, p. 136) expõe que “Josué Guimarães, como homem que pertence a uma classe social e, portanto, constituído por formações ideológicas nas quais ele se reconhece, constrói um texto pleno de intenções”. A presença dessas intenções, atreladas diretamente aos elementos recorrentes de sua ideologia, se mostram perfeitamente normais na organização, construção e figuração de sua obra, estando essas marcas presentes, inclusive, como nos chama a atenção Certeau (2015, p. 17), nas obras historiográficas. Desse modo, tal fator não influenciará de modo algum no valor de sua produção, e tampouco em sua importância, visto que a relevância do texto não está alicerçada “na verdade que escreveram, mas na criação e organização de um objetivo estético, a obra de arte literária, a qual, muitas vezes, pela densidade artística e emocional, se torna muito mais atuante do que um conjunto de ideias programadas com finalidades bem precisas.” (SANTOS, 1997, p. 136-137).

Concluindo tal questão, cabe ressaltarmos ainda que a ideologia do romancista, responsável por seu apreço pelos farroupilhas, não o impedirá que, em certas ocasiões da narrativa, sejam empreendidas críticas aos republicanos, como podemos perceber em um diálogo em que Gründling afirma aos seus encarregados não ter ideia da patente ocupada naquele momento por Bento Gonçalves, em vista de que “eles mesmos se promovem e se condecoram. Hoje um galão, amanhã dois, no fim de certo tempo os ombros, os braços, o peito e a bunda.” (2008, p. 13), demonstrando a desorganização e falta de critério entre as tropas insurgentes.

Retornando à narrativa do romance, que prossegue ficcionalizando os registros históricos, temos que Philipp, após ter sido buscado por Oto Heise em sua casa, recebe durante o caminho algumas informações adicionais do sargento Ohlmann, que explica ao garoto que eles “estavam indo ao encontro da gente do Onofre Pires que cercava Rio Grande, talvez estivessem àquela hora nos arredores de São José do Norte.” (2008, p. 35). Após unir-se com as tropas do general farroupilha, as personagens seguem, conforme plano inicial, para Rio Grande mas, durante a marcha, chega ao encontro do batalhão o oficial de ligação Albrecht, com a notícia de que “Juca Ourives havia se juntado às forças do Capitão Pinto Bandeira e

agora eles marchavam juntos para São José do Norte a fim de auxiliar a defesa da vila, temendo a aproximação de Onofre Pires.” (2008, p. 36). Ao saber desse movimento das forças imperiais, Heise reúne os seus soldados e explica que o grosso da tropa se dividiria em dois grupos, enquanto parte seguiria direto para Rio Grande, para ajudar no cerco, o outro montante iria ao encontro de Juca Ourives e Pinto Bandeira.

Assim, entre os alemães envolvidos nessa manobra, “eram, ao todo, cem homens. Logo depois, quando se juntaram aos soldados de Onofre, subiam para trezentos e cinquenta.” (2008, p. 36). Dessa forma, após os militares de alta patente reunirem-se para engendrar uma estratégia para ser aplicada no confronto, finalmente Philipp teve seu batismo de fogo, e pôde testemunhar todos os horrores de uma guerra, presenciando, logo ao seu lado, “uma lança penetrar no peito de um soldado e sair pelas costas, em meio a golfadas de sangue, o soldado a vomitar, olhos esgazeados”. O garoto também observara a estratégia de seus comandantes dando certo e aquela batalha sendo decidida a favor dos farroupilhas, com “o inimigo prontamente desmantelado, cercado, a tentar desesperadamente abrir uma brecha qualquer por onde pudesse romper o cerco muito bem planejado.” (2008, p. 36). Para os republicanos, o resultado do combate “fora uma vitória estrondosa, Pinto Bandeira encontrado morto, trespassado por uma lança. Muito material havia sido apreendido, farta munição” (2008, p. 37).

Além dos resultados já citados, a narrativa romanesca dá conta de que triunfo das tropas insurgentes culminou no aprisionamento de muitos soldados inimigos, conforme podemos observar na passagem em que Albrecht “apontava para um grande reduto onde se viam os prisioneiros amontoados, muitos deles pedindo para aderir, outros choravam, tinham muitos filhos em casa, temiam ser fuzilados.” (2008, p. 37, 38). Em meio à multidão de cativos, os trajes de dois militares se destacam, chamando a atenção de Ohlmann, que questiona Heise se “aqueles dois ali [eram] graduados”. O Major responde que “sim”, e, indignado, explica aos seus homens que “Juca Ourives, um celerado, comandando dois oficiais de linha, dois coronéis. [...] Antônio e Jacinto Pinto de Araújo Correia.” (2008, p. 38). De forma a complementar os dados apresentados sobre o evento, a narrativa romanesca traz, além da apresentação de todas as informações acerca do combate já expostas, a data em que o conflito ocorreu. Tal informação pode ser encontrada na fala de Kondörf, que ao ser questionado por Ohlmann, curioso por saber que dia era, o responde “22 de abril, anote aí no seu diário para contar aos netos.” (2008, p. 38).

Quando confrontamos a representação romanesca desse conflito – a Batalha de Mostardas – construída por Josué Guimarães, com registros historiográficos, podemos encontrar uma possível omissão de certas informações polêmicas, as quais podem ter sido, de modo intencional, deixadas de lado pelo autor de *A ferro e fogo*. Assim, buscando menção desse

conflito nas obras analisadas neste subcapítulo, encontramos – inclusive com sublinhados feitos pelo autor visíveis no anexo 31 – em *L’administration de la Province du Rio Grande do Sul*, de Roche, um panorama muito resumido acerca do evento, em que o historiador francês se limita a informar que “os primeiros combates de Rosário e Mostardas não trazem qualquer decisão e parecem indicar que as forças são iguais, embora os Farroupilhas controlem quase toda a Província.” (1961, p. 29, tradução nossa)<sup>59</sup>. Dessa forma, percebendo que a quantidade de informações da obra historiográfica, quando comparada com as apresentadas na ficção, é muito mais limitada. Chegamos à conclusão de que o romancista valeu-se de outros estudos, aos quais não tivemos acesso, para transportar essa batalha para as páginas de sua ficção. Todavia, valendo-se de trabalhos desassociados do romance, podemos averiguar que, após o término desse combate, houve um dos episódios mais infames ocorridos na Guerra Farroupilha, em que “Onofre Pires, um dos pilares da revolução, [...] sujou-se para sempre em 22 de abril de 1836, em Mostardas, quando mandou executar onze prisioneiros depois de derrotar as forças de Juca Ourives. Um dos fuzilados foi o capitão Francisco Pinto Bandeira” (SILVA, 2010, p. 64).

Tendo em mente essa questão, e o fato de Josué Guimarães ter citado não apenas a presença, após o combate, de prisioneiros assustados, alguns chorando, diante a nítida possibilidade de fuzilamento, mas também da localização do corpo de Pinto Bandeira, que no romance, ao contrário dos registros historiográficos, fora morto em combate ao ser transpassado por uma lança, acreditamos que o romancista, ao ter acesso a toda informação, possivelmente provinda da obra *História da Grande Revolução*, de Alfredo Varela, presente em seu acervo, mais uma vez demonstrando empatia pelos revoltosos, e valendo-se de sua liberdade artística, decide dessa vez, indo na contramão de sua forma de atuar durante a maior parte da narrativa, não apresentar aos seus leitores um dos crimes mais infames cometidos pelos farrapos.

Em seu batismo de fogo, as tropas republicanas sob o comando de Onofre Pires triunfaram sobre os destacamentos imperiais comandados por Juca Ourives, todavia, apesar de sobreviver e sair vitorioso, “Philipp jamais em toda a sua vida iria esquecer o fragor do entrechoque de lanças e espadas, os gritos dos homens e os relinchos dos cavalos” (2008, p. 37). Além disso, passado o calor do confronto, o garoto acabou por desmitificar de seu interior a imagem romantizada que possuía acerca dos combates, e que fora a grande responsável por levá-lo até aquele momento, percebendo que na guerra não existe glórias e nem belezas, apenas

---

<sup>59</sup> “*Les premiers engagements de Rosario et de Mostardas n’apportent aucune décision et semblent indiquer que les forces sont égales, bien que les Farroupilhas contrôlent presque tout la Province.*”



infortúnios e morte. A batalha tirou a inocência de sua infância, assim como a sua paz de espírito, visto que à noite “se debatia entre os lençóis, banhado de suor, proferia coisas ininteligíveis, comandava Juanito.” (2008, p. 33).

No prosseguir da guerra, apenas alguns dias passados de seu batismo de fogo, Philipp participa de outro episódio traumático, que marca profundamente a sua vida, retornando, em determinados momentos, como uma espécie de eco, pois fora nele que o jovem, pela primeira vez, presencia um companheiro próximo seu tombar em combate.

Isso ocorre quando o jovem Schneider, ao lado de Oto Heise, e sob o comando de Lima e Silva, participam de uma tentativa frustrada de capturar duas canhoneiras e um vapor de guerra ancorados no Rio São Gonçalo. Era uma noite escura e gelada de inverno, quando o corpo de alemães recebe ordens de montar em seus cavalos para prosseguir a marcha. Ao estarem todos prontos, o Major pediu silêncio, e informou aos soldados que iam “seguir pelas margens do rio”, explicando que havia “duas canhoneiras e um pequeno vapor de guerra fundeados muito perto daqui, vamos atacar de surpresa. [...] Nossa gente vai marchar na retaguarda, só agiremos se o inimigo for obrigado a fugir por terra, antes disso só os esquadrões de fogo.” (2008, p. 44).

Apesar de terem conseguido valer-se do fator surpresa, conforme planejado, infligindo consideráveis baixas aos inimigos no início do confronto, enquanto esses tentavam erguer ancoras para fugir, as coisas acabam saindo do controle no momento em que os barcos finalmente conseguem se distanciar das margens, pois após os canhões da marinha imperial abrirem fogo, as forças republicanas acabam sendo rapidamente repelidas. Em meio à barragem da artilharia inimiga, Philipp, ao virar-se para o lado, presencia Ohlmann, que ao ter sido atingido por um estilhaço de bala de canhão, “levou as mãos à barriga, olhou rindo para Kondörf, eles me pegaram[...]. Depois levantou as mãos, exibindo-as a escorrer sangue, parte dos intestinos à mostra. Caiu devagar, de joelhos. Ainda tentou levantar-se, rodopiou sobre si mesmo, ficou estendido na lama.” (2008, p. 45, 46). O jovem Schneider ficou sem reação, levantado a cabeça do amigo, não acreditando no que acontecera, “o sargento mantinha os olhos abertos, mas olhava para um ponto fixo, ele teve vontade de sacudir o ferido, chamar por seu nome, virou-se para os que ainda estavam por ali, será que não tem um médico aí, alguém que possa olhar por ele?” (2008, p. 46). Após tal questionamento, Philipp é reprimido, e ordenado a montar em seu cavalo e deixar o corpo de seu companheiro onde estava.

Quando a situação se acalmou, Philipp ficou ainda por muito tempo lamentando, sentou-se em um tronco, e remoía consigo mesmo, “logo o sargento Ohlmann, por que havia de logo ele ser o atingido, os barcos até haviam parado de atirar, quem terá a coragem de dar a notícia

para a sua mulher?” (2008, p. 46, 47). Vendo-o aflito, Goeske tenta acalmá-lo, argumentando que “foi duro, eu sei, ver o pobre do sargento morrer daquele jeito. Mas que diabo, na guerra é assim.” (2008, p. 47).

Nessa batalha, além de presenciar o seu amigo ser morto durante o fogo da artilharia inimiga, o jovem Schneider também presenciou ferido “o próprio Comandante Lima e Silva. O oficial estava estendido na grama molhada, suas dragonas caídas e no rosto, do lado esquerdo, um profundo ferimento de metralha.” (2008, p. 47). Tais acontecimentos fizeram com que, mais uma vez, Philipp pudesse perceber que a guerra não possui nada de deslumbrante, ao contrário do que pensava no momento em que resolveu engajar-se nas forças farroupilhas.

Quanto ao episódio narrado no romance envolvendo o ferimento recebido em combate pelo general das forças revolucionárias, podemos constatar novamente que Josué Guimarães serve-se de dados historiográficos para ficcionalizá-los na trama de *A ferro e fogo*, visto que tal ocorrência confirma-se através deles, porém, mais uma vez tal informação utilizada pelo romancista não faz parte das obras historiográficas analisadas por nós. Sendo assim, valendo-nos de estudos como o de Hartmann (2002) e de Wiederspahn (1984), podemos confirmar que Lima e Silva, ao confrontar-se, no dia 2 de junho de 1836, com as forças imperiais sob o comando de Bento Manuel, no que ficou posteriormente conhecido como Combate do Passo dos Negros, em Pelotas, acabou sendo atingido por um projétil, o qual lhe deixou gravemente ferido, forçando-o a se afastar das atividades de comando por alguns meses, ficando sob cuidados médicos na casa de Domingos José de Almeida, localizada próximo de onde ocorrera a batalha, às margens do Arroio Pelotas.

Levando em consideração tais episódios representados na obra romanesca por meio do caso de Philipp, nos é possível de perceber que nesses pouco mais de dez anos da chegada dos primeiros colonos alemães, e o transcorrer de dois conflitos armados dos quais, seja por meio do arregimento forçado, seja de modo voluntário, os teutos acabaram por se envolver diretamente, podemos concluir que a experiência da guerra ressurgiu entre aqueles que, ao imigrarem para uma nova pátria, tinham como um dos objetivos, como destaca Lazzarotto (1971, p. 87), deixar para trás os constantes confrontos armados que assolaram a Europa e destruíram as suas famílias, assim como as consequências políticas de tais constantes lutas. Temos essa situação referente ao velho continente, inclusive, representada no romance, exemplificada em *A ferro e Fogo* através do pai de Daniel Abrahão, “o velho corneiteiro Schneider”, que fora vitimado durante “a batalha de Waterloo” (2006, p. 63), nas Guerras Napoleônicas. Sua lembrança ressurgiu à memória de Herr Schneider, não sem justificativa, por meio de um pesadelo, onde a personagem vê seu pai “assoprando desesperado [sua corneta], as

veias do pescoço saltadas, e depois caindo varado de balas. As tropas em debandada, os quadrados flanqueados e desfeitos, os campos juncados de mortos e feridos, armas abandonadas” (2006, p. 63).

Outro momento interessante em que podemos observar registros historiográficos sendo ficcionalizados, e apresentados na forma de mimesis na trama do romance diz respeito ao já analisado, no subcapítulo 3.4, episódio da retomada de Porto Alegre. Todavia, se antes trouxemos esse evento à tona para evidenciarmos questões referentes à influência do comerciante Gründling na capital, agora nosso foco recai na forma como Josué Guimarães se apropriou de tais registros, os ressignificou por meio do agir de suas personagens e os trouxe mais uma vez à “vida” ao inseri-los na narrativa de *A ferro e fogo*.

Acerca dos registros historiográficos utilizados por Josué Guimarães que dão conta desse evento, encontramos em Lazzarotto (1971, p. 111), num subcapítulo intitulado *Acontecimentos mais importantes*, que “alguns prisioneiros subornaram os carcereiros e, comandados pelo Major Marques de Souza e pelo velho marechal João de Deus Mena Barreto, dominaram a cidade que nunca mais seria farroupilha.”.

Já Roche (1961, p. 29), ao abordar o evento, explica que, em 1836, os revolucionários receberam simultaneamente dois golpes muito severos, sendo o primeiro nos dias 14 a 15 de junho, quando um grupo de oficiais leais ao império se rebelaram em Porto Alegre e, graças a uma operação muito bem elaborada, se libertaram e prenderam os líderes revolucionários estabelecidos na cidade, incluindo Marciano Ribeiro, que novamente tornou-se presidente da província em março. Complementando a informação, o historiador francês ainda narra que essa foi uma perda definitiva para os farroupilhas, e Araújo Ribeiro, logo após o ocorrido, instalou ali seu governo.

No romance, esse evento é trazido por meio de um pedido de ajuda ao comerciante Gründling, que foi, na ficção, um dos grandes responsáveis pela articulação que propiciou no sucesso da operação. Além disso, também temos acesso a grande parte das informações históricas, junto às principais lideranças envolvidas, tudo isso exposto na narrativa através do agir das personagens fictícias no acontecimento. Trazendo apenas a parte essencial do acontecimento presente no romance para confrontar com os registros historiográficos, uma vez que a trama do episódio já fora apresentada, temos que Carlos fora procurado pelo próprio Major Marques, que através de um mensageiro, solicita o seu auxílio para dar cabo de seu plano de fuga.

Assim, na narrativa romanesca, a Gründling e ao seu clã fora incumbida a missão de transportar até o 8º BC as armas para o levante, e entregá-las para Marques e os soldados que

mantinham-se fiéis ao império, o que acabou por viabilizar o motim. Além disso, o grupo também teve a tarefa de avisar o Dr. Hillebrand, para que ele, por sua vez, comunicasse Mena Barreto, o qual, junto às suas tropas, invadiria Porto Alegre e restabeleceria o perímetro.

O plano fora executado com perfeição pelas personagens fictícias, e teve como resultado a “prisão do próprio Vice-Presidente Marciano, de Américo Cabral e de muitos deputados e altos funcionários.” (2008, p. 54), os quais foram todos enviados para o Presiganga, “homens bem trajados e empertigados a serem empurrados como negros escravos, seriam ao todo mais de quarenta.” (2008, p. 55).

Tudo isso fora possível graças ao fato de que a “cidade estava praticamente desguarnecida”, visto que “os revolucionários [estavam] mais preocupados com as refregas no interior, as [...] tropas cercando Rio Grande e São José do Norte, as manobras dos barcos de guerra, falavam muito na presença a bordo do Capitão-Tenente Parker, do Vice-Almirante Greenfell e de outros graduados legalistas.” (2008, p. 52).

Dessa forma, Josué Guimarães, além de trazer o episódio histórico junto às principais lideranças envolvidas para o centro de sua narrativa, integrando nela as suas personagens fictícias através de constantes interações para dar “vida” ao acontecimento, também busca apresentar para o seu leitor o panorama geral que possibilitou que tal situação ocorresse.

Assim, a possível explicação para a retomada de Porto Alegre pelos imperiais representada no romance foi a preocupação dos republicanos em sitiarem Rio Grande, as medidas defensivas tomadas em virtude da chegada do Vice-Almirante Greenfell, e, principalmente, as disputas em São José do Norte, tratada previamente por meio da figura de Philipp, em que o romancista apresenta que tal situação demandou muito das tropas farroupilhas, que, movidas para outro *front* distante, acabaram por deixar Porto Alegre praticamente desguarnecida, o que possibilitou o “levante dos imperialistas” e a consequente perda definitiva da capital.

Como decorrência dessa situação, a Guerra Farroupilha, segundo a concepção de Roche (1969, p. 17), entra em uma nova fase, com Porto Alegre passando a ser sitiada pelas tropas republicanas, que buscavam reaver, a todo custo, a cidade perdida, bloqueando, em um primeiro momento, qualquer tipo de comunicação da capital com a Colônia de São Leopoldo, principal fornecedora de gêneros alimentícios e de produtos artesanais.

Dentro desse panorama, o historiador francês (1961, p. 30) complementa que, devido a esse movimento dos republicanos, as tropas legalistas ficaram impedidas de deixarem a capital em direção ao interior da província durante todo o decorrer do ano de 1837. Todavia, os imperiais ainda mantinham o controle de Rio Grande e São José do Norte, o que proporcionava a liberdade de comunicação por via fluvial até essas cidades, e, conseqüentemente, o contato

com o Rio de Janeiro. Em terra, os legalistas só podiam contar com alguns elementos da Guarda Nacional situados especialmente na zona norte da província. Por outro lado, os farroupilhas dispunham dos territórios da Serra, onde estavam localizadas as suas bases, e da Campanha, seu principal reduto.

Roche (1961, p. 30) expõe que, tentando mudar esse panorama, em 1838, com duas divisões, os legalistas buscaram romper o cerco de Porto Alegre, obtendo duas vitórias, a primeira no Rio Gravataí, em fevereiro de 1838, e a segunda no Rio Pardo, em 17 de março de 1838. Todavia, após uma importante derrota sofrida por Barreto, no Rio Jacuí, próximo ao Rio Pardo, em 30 de abril de 1838, as tropas do império tiveram que retornar a Porto Alegre, onde foram obrigadas a se estabelecer mais uma vez, estacionadas. Além disso, após esse último combate, as tropas republicanas foram reforçadas com a volta de Bento Gonçalves, que fugira da Bahia e retornara às fileiras republicanas.

De todo modo, no que diz respeito aos reflexos do sítio de Porto Alegre em São Leopoldo, Roche (1969, p. 17) conclui que, apesar de no início “as devastações causadas pelas operações paralisaram, de certo modo, seu desenvolvimento econômico”, com o prolongamento do cerco da cidade, e o conseqüente corte das comunicações com o restante da província, a colônia passou a fornecer, com a liberação do transporte pelo Rio do Sinos, quase que de modo exclusivo, não apenas gêneros alimentícios, mas também muitos produtos fabricados na colônia. Em vista disso, “a Guerra Farroupilha foi para São Leopoldo um catalisador da produção agrícola e artesanal”, e no momento em que “se restabeleceu a calma nas colônias, a prosperidade voltou a elas, maior mesmo que antes de 1835”.

Tal fator também pode ser localizado no relatório apresentado no Palácio do Governo pelo Conde de Caxias em 1 de março de 1846, que se encontra anexado na obra *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul*, em que o presidente da província expõe que a Colônia de São Leopoldo, “depois de grande atraso que sofreu em consequência das passadas desordens, começa a prosperar. Por ela se abasta de viveres esta Capital, e o valor de seus gêneros para aqui exportados no último trimestre de 1844, e o primeiro trimestre de 1845, soma em 373.548\$980 reis” (ROCHE, 1961, p. 167). Nessa passagem, Josué Guimarães, inclusive, deixa um de seus rastros que nos indica uma provável utilização, como observado no anexo 38.

Em *A ferro e fogo*, essa situação é apresentada, sobretudo, na já citada sociedade comercial estabelecida entre Gründling e Frau Schneider, a qual acabou por aproximar mais uma vez as duas famílias e criar laços que foram muito além dos negócios. Para não nos estendermos em uma questão já explorada anteriormente no subcapítulo 3.3, trataremos aqui

apenas das questões que fazem, no romance, menção direta aos elementos historiográficos e ao panorama da época, deixando de lado os conteúdos ficcionais previamente apresentados e que dizem mais respeito à trama da obra literária.

Sendo assim, a narrativa romanesca dá conta que, em um primeiro momento, “com a retomada de Porto Alegre pelos caramurus as coisas haviam se tornado mais difíceis, até mesmo os lanchões, rio acima, rio abaixo, não podiam navegar” (2008, p. 115). Isso ocorreu, pois após o início do cerco, “o governo resolveu não mandar mais nada para a colônia, diz que não se deve mandar abastecimento para o inimigo” (2008, p. 113), fazendo referência aos produtos industrializados que chegavam até a capital vindos do Rio de Janeiro por meio do porto de Rio Grande, e eram, posteriormente, transportados até a colônia através do Rio dos Sinos. Em vista dessa situação, Gründling fica furioso, e busca o inspetor para tentar reverter tal situação, argumentando que “nós mandamos quinquilharias e recebemos de lá a comida que está sempre faltando na cidade.” (2008, p. 112).

O inspetor, sem dar muita atenção para a petição do comerciante, o informa que “a Armada Imperial começou a trazer alimentos de Rio Grande, não é lá muita coisa, mas o suficiente para manter os nossos soldados em forma.” (2008, p. 112). Ao ouvir isso, Gründling, não satisfeito, contesta-o, questionando acerca da população civil. Sem demonstrar muita importância, a autoridade argumenta que “a gente da rua sabe o que faz nesses casos, planta uma horta, come fruta do quintal, defende-se, meu caro, defende-se” (2008, p. 112), e dado o assunto como encerrado, pede para que o comerciante se retire.

Ao chegar em sua casa, Gründling, ainda muito irritado com o encontro que teve com o inspetor, expõe a Philipp, lá estabelecido após ter sido resgatado pelo comerciante das celas da Presiganga que, ao seu ver, as autoridades imperiais

querem mesmo é matar de fome a gente desta cidade, eles andam rondando os nossos armazéns vazios, uma cambada de inimigos, eu digo para eles que estão no lugar errado, que batam na porta do Palácio, que peçam às autoridades que deixem a gente buscar comida para eles. Bem, eu acho que para eles tanto faz. (2008, p. 114).

Tal situação também se mostra presente no momento em que Gründling, após conseguir licença para navegar pelo Rio dos Sinos com os seus lanchões, procura Catarina em busca de firmar a já mencionada sociedade, em vista de que possuía grande necessidade de gêneros alimentícios para abastecer os seus empórios da capital, e logo ao chegar à residência dos Schneider, a comerciante se adianta, mostrando-se informada, argumenta que antes de mais nada, sabia “que Porto Alegre está com a comida racionada” (2008, p. 92). Desse modo, a sociedade deveria ser muito vantajosa para ela também, visto que os imigrantes das colônias não tinham tanta necessidade nos produtos vindos da capital quanto os moradores da capital

nos itens provindos da colônia, já que estavam em “uma cidade cercada, [...] comendo o pão que o diabo amassou” (2008, p. 105).

Assim, por meio dessas situações expostas nas passagens analisadas do romance, podemos perceber que Josué Guimarães, longe de responsabilizar unicamente os republicanos pelas mazelas ocasionadas pelo cerco, procura incumbir certo grau de culpabilidade aos imperiais, trazendo em sua narrativa que estes, ao suspenderem o transporte fluvial através do Rio dos Sinos, pouco se importaram com a população civil e as suas necessidades, acusando-os de apenas atribuírem importância aos indivíduos ligados à administração do governo e seus soldados.

Outra questão interessante trazida no romance diz respeito à morte do Major Oto Heise, liderança histórica que surge no romance representada como uma espécie de protetor dos imigrantes, preocupando-se desde às condições injustas com que seus patrícios nas colônias estavam submetidos com os constantes abusos do governo no início do levante, até as situações individuais mais corriqueiras dos seus soldados, fazendo com que esse militar fosse muito querido e respeitado por todos os teutos, inclusive por Philipp, com quem fora capturado e preso no Presiganga.

Por não encontrarmos, mais uma vez, nas obras historiográficas levantadas nesta tese a menção acerca do acontecimento, mas tendo em mente a importância que tal ocorrência representa não apenas no âmbito histórico, mas também em nossa análise, buscaremos em estudos desconectados do romance a tradicional narrativa atribuída ao evento. Desse modo, Flores (1995, p. 50) explica, sem poder denunciar a provável verdade sobre a morte do Major por falta de registros, que “Heise morreu afogado ao cair de um barco no Guaíba, à altura de Pedras Brancas”, todavia, “para complicar o providencial afogamento, seu corpo não foi encontrado”.

Já Josué Guimarães, valendo-se de sua liberdade poética, passa a denunciar o provável destino de Oto Heise. Isso surge na narrativa no momento em que o soldado Gottlieb conta a Philipp que presenciara quando “o major fora tirado da Presiganga, passara por vexames e depois fora jogado às águas do Guaíba com as mãos amarradas às costas.” Ao lembrar disso posteriormente, o jovem Schneider sente um ódio profundo, e então se questiona, “rilhando os dentes, era assim que os bandidos tratavam os combatentes inimigos e ainda mais com um homem do prestígio e do valor de Heise.” (2008, p. 143).

Philipp, apesar de também ter sido capturado em Pedras Brancas, teve um destino diferente do seu comandante, assassinado enquanto prisioneiro, e de seu velho companheiro, Juanito, torturado até a morte, pois sabendo de sua captura e aprisionamento na Presiganga,

Gründling suborna o capitão responsável pelos prisioneiros e consegue libertar o jovem, que saiu de lá “magro, ar sonolento, roupa em petição de miséria, a pele encardida, rosto ferido” (2008, p. 109). Após alguns cuidados médicos propiciado pelo comerciante ainda em Porto Alegre, Philipp segue para São Leopoldo, onde se reúne mais uma vez com a sua família. Todavia, passado o tempo suficiente para a recuperação de seus ferimentos, o jovem Schneider, mesmo com Emanuel o alertando acerca de boatos “que a guerra já estava perto de acabar”, e que “falava-se em armistício” (2008, p. 134), resolve mais uma vez engajar-se nas forças republicanas.

Acerca dos movimentos finais da Guerra Farroupilha, encontramos mais uma vez em *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul*, conforme exposto nos anexos 33 e 34, os rastros deixados por Josué Guimarães para construir a sua narrativa. Nessa passagem, Roche (1961, p. 31) explica que após a derrota farroupilha em Laguna, e o avanço das tropas imperiais vindas de São Paulo, os republicanos foram obrigados a recuar, mesmo assim, ainda tiveram sucesso na cidade de Taquari, em maio de 1840, o que possibilitou retomarem o cerco de Porto Alegre pela terceira vez. Todavia, essa manobra não durou muito tempo, visto que Bento Gonçalves teve que levantar o cerco de Porto Alegre e recuar para a Serra, escapando de Lebattut, que o perseguia. Com a nomeação feita pelo Imperador do Duque de Caxias, em 9 de novembro de 1842, para os cargos de presidente da província e Comandante-em-Chefe, o conflito é levado, a partir de 1843, à Campanha, reduto Farroupilha, iniciando a terceira e última fase do conflito.

Beneficiado por uma clara superioridade numérica, Caxias finge organizar uma coluna no Jacuí, todavia, transfere o grosso de suas tropas para o sul, e, rumando para São Gabriel, travou a batalha de Ponche Verde, em 26 de maio de 1843. Assim, toma Caçapava, Bagé e Alegrete. Aos poucos os republicanos são obrigados a recuarem de volta ao Uruguai, onde os líderes farroupilhas mantinham as suas bases.

Os imperiais, por seu turno, estabeleceram-se ao redor de São Gabriel e Bagé, no coração da Campanha. Caxias reforçou sua cavalaria e derrotou Canabarro em Porongos, em 14 de novembro de 1844. Essa derrota significou um duro golpe para os republicanos, do qual não puderam se recuperar. A última batalha fora travada em Cuaró, em 29 de dezembro de 1844.

Acerca desses eventos, o historiador francês (ROCHE, 1961, p. 31, 32) narra que as sucessivas derrotas revelaram o cansaço causado por nove anos de guerra e pelos desgastes pessoais entre os comandantes, o que acabou por tirar em muito o ardor dos farroupilhas. Dessa forma, iniciaram-se as tratativas de paz entre o império e os rebeldes, e estando todos os oficiais,



desde o posto de general até o de tenente, de acordo com os termos, o armistício foi firmado em 28 de fevereiro de 1845, em Ponche Verde.

Mesmo com a derrota dos riograndenses, Roche (1969, p. 17) conclui que a Guerra Farroupilha serviu para revelar “a importância social e política dos chefes locais, capazes de fazer frente, durante dez anos, às forças do governo central”, exaltando, e aqui de modo ufanista, “as suas virtudes viris, seu amor pela liberdade, e seus sentimentos patriótico”, em vista que estes, em diversos momentos, repeliram a ideia de federar-se com os estados platinos.

Ao tratar dos eventos que culminaram no término do conflito, Lazzarotto (1971, p. 112), de modo bastante resumido, apenas apresenta que, em outubro de 1843, chegara à província de São Pedro o Marechal de Campo Luís Alves de Lima e Silva, conhecido como Duque de Caxias, que nomeado por D. Pedro II como presidente da província e Comandante-em-Chefe, assume as suas funções em 9 de novembro daquele ano, e as deixa apenas após conquistar a paz, firmada através do Tratado de Ponche Verde, assinado em 1 de março de 1845 por ele, como representante do império, e por Davi Canabarro, pelo lado farroupilha.

Apesar dessas informações não trazerem nada de novo em relação ao que fora abordado por Roche em seu primeiro tomo acerca da história do Rio Grande do Sul, podemos encontrar algo muito interessante em uma das páginas do exemplar de *História do Rio Grande do Sul* que pertencera a Josué Guimarães, e que pode ser observado no anexo 39. Trata-se de um rastro do autor, feito na página 108, onde ele registra informações importantes, como a planejar o desenvolvimento de sua obra. Nessas anotações, o romancista traz informações relacionadas à discriminação do império frente aos farroupilhas mediante os altos impostos cobrados e a falta de retorno, a figura de Bento Gonçalves, a República de Piratini, a pessoa de Duque de Caxias, e a duração de dez anos do confronto, mencionando as datas de 1835 e 1845.

Já em *A ferro e fogo*, podemos encontrar esse contexto histórico no momento em que Philipp retorna ao *front* para enfrentar o “Barão de Caxias” (2008, p. 43), naquele que seria o seu último combate na Guerra Farroupilha. Nessa representação feita por Josué Guimarães, é perceptível não apenas o modo lastimável como as forças farroupilhas se apresentavam após quase dez anos de combate, vestidas com trapos e fisicamente esgotadas, sem possuírem mais o mesmo ardor pela luta como outrora, mas também a organização e determinação das tropas imperiais sob o comando de Caxias, que chegavam ao enfrentamento descansadas, bem equipadas, com vestimentas novas e adequadas, e em considerável superioridade numérica, decididas a pacificar a província o mais breve possível.

Assim, nessa passagem, logo quando Philipp se reúne com seus antigos companheiros, podemos notar o estado de espírito das tropas, com alguns soldados reclamando, sobretudo,

pelas desavenças existentes dentro do comando das forças farroupilhas, dizendo que “era da gente voltar e desaparecer, eles que se arranjam, que se matem”, enquanto outros argumentavam que “a gente aqui arriscando a pele [...], é de mandar tudo longe.” (2008, p. 142).

Ao se posicionarem para a luta, podemos notar a discrepância entre as tropas por meio do espanto do jovem Schneider que, abismado, observa que aqueles soldados

eram diferentes de quase todos os outros que conhecera, vestiam fardas e não trajes civis, as golas vermelhas, seus comandantes com dragonas vermelhas e douradas, lanças ostentando bandeirolas com as cores do Império, cavalos bem aperados. [...] Eles eram lustrosos, tocavam cornetas de som claro e estridente, as armas rebrilhavam ao sol e pareciam milhares, chegavam em ondas sucessivas, os cavalos se batiam e muitos deles rodopiavam, os homens prosseguindo na luta, a pé”. (2008, p. 146).

Em uma última análise, Philipp chega à conclusão de que “ao lado deles os seus companheiros pareciam um bando de maltrapilhos” (2008, p. 146).

Além dessa situação, antes mesmo da batalha acontecer, a personagem fica sabendo que já corriam boatos entre os soldados que davam conta, seguindo as informações destacadas nos registros historiográficos anteriormente citados, de que havia chegado a “notícia de que a paz está por ser assinada”, e ao desconfiar do que ouvia, Philipp questiona a veracidade, todavia, Luft confirma, relatando que “garantem que é verdade e falam até que o Barão de Caxias vai assinar pelo império, junto com Canabarro, pelos Farrapos.” (2008, p. 143).

Dessa forma, podemos concluir que Josué Guimarães, apoiando-se em aportes historiográficos para representar em *A ferro e fogo* os eventos atrelados à Guerra Farroupilha, procura demonstrar em sua obra que, não satisfeitos com a situação em que se encontravam, uma considerável parte dos imigrantes alemães, longe de permanecerem passíveis frente ao descaso promovido pelo governo imperial diante de suas situações, partem em busca de justiça, articulando-se com os insurgentes, chegando a pegar em armas para assegurar os seus direitos, mantendo-se firme até o final do conflito. De todo modo, se tal ousadia mostrou ter um alto custo, tanto em valores financeiros, quanto em vidas, os colonos mostraram, em diversas situações, estar dispostos a pagar.

### **4.3 Um conflito de proporções continentais: a Guerra do Paraguai**

Trazemos agora para o centro de nossa análise o último evento histórico abordado por Josué Guimarães em *Tempo de guerra*, e como a maior parte dos temas tratados pelo romancista desde o início da narrativa de *Tempo de solidão*, novamente a belicosidade toma conta das páginas de *A ferro e fogo*, que nesse ponto da narrativa passa a representar aquele que fora o conflito armado de maiores proporções travado em solo latino-americano, e que arrastou, mais

uma vez, milhares de imigrantes alemães e seus descendentes para os campos de batalha. Referimo-nos à Guerra do Paraguai, também conhecida como Guerra da Tríplice Aliança, por argentinos e uruguaios, e de Guerra Grande, ou Guerra-Guaçu, pelos paraguaios.

A Guerra do Paraguai ocorreu entre os anos de 1864 e 1870, colocando em um lado da disputa a Tríplice Aliança, formada por Brasil, Argentina e Uruguai, e de outro, o Paraguai. Um dos principais motivos para a eclosão do conflito está ligado, como aponta Zevallos (1995, p. 264), ao modelo econômico adotado pelo Paraguai, que buscava o seu desenvolvimento de modo autônomo, a partir de forças internas, fechando-se para o mercado exterior e, conseqüentemente, ficando fora da zona de influência das grandes potências capitalistas da época. Além disso, em virtude desse sistema, o autor argumenta ainda que o país não havia solicitado, até aquele momento, qualquer tipo de empréstimo ao exterior, algo que ia completamente na contramão de seus vizinhos de economia aberta, e incomodava potências credoras como a Inglaterra, que pressionava, sobretudo, o Brasil, para que alguma atitude fosse tomada frente a postura de seu vizinho.

Não entraremos no mérito das discussões acerca de até que ponto a potência saxônica, que “oficialmente foi neutra” (SMITH, 1979, p. 226), influenciou, e o nível de responsabilidade que teve na deflagração do conflito, pois esse não é o foco de nossa análise. Todavia, além de a Inglaterra ter participado ativamente no processo de organização do acordo que culminou na formação da Tríplice Aliança (GALEANO, 1973, p. 210), também foi quem lucrou com o financiamento do conflito, fornecendo grandes montantes em forma de empréstimos ao Brasil, Argentina e Uruguai, ao mesmo tempo em que virou as costas ao Paraguai, negando qualquer tipo de auxílio financeiro durante a guerra, além de ser notório que o ministro britânico em Buenos Aires, Edward Thornton, participou de forma ativa do conflito, chegando a ocupar o posto de assessor do governo da Argentina (ZEVALLOS, 1995, p. 264, 265).

Dessa maneira, com influência de forças externas, várias medidas passaram a ser implantadas não apenas pelo Brasil, mas também pelos países platinos pró-Inglaterra, das quais, a mais impactante foi, sem dúvida alguma, “o bloqueio naval do rio da Prata pela Marinha Real em meados da década de 1840” (BETHELL, 1995, p. 276), resultando no corte do único acesso que os paraguaios possuíam ao mar. Diante de tal atitude drástica, Solano López não vê outra alternativa para a sobrevivência de seu país a não ser entrar em guerra aberta contra as nações responsáveis pelo entrave na via fluvial.

As tensões iniciaram-se com o aprisionamento, no porto de Assunção, do presidente da província de Mato Grosso, Frederico Carneiro de Campos, posteriormente morto no cárcere, e do vapor brasileiro que o transportava, em 11 de novembro de 1864. Seis semanas após o

ocorrido, sob ordens de Solano López, o exército paraguaio invade o território brasileiro pelo sul da Província de Mato Grosso.

Após esse último movimento, o conflito propriamente dito se deflagra, resultando, segundo Mota (1995, p. 244), em um desastre econômico e demográfico para o Paraguai, em que aproximadamente 80% da população masculina jovem foi morta durante o período do confronto bélico, seja em combate, por fome, ou pelas inúmeras doenças que assolaram os soldados. Ainda segundo esse autor, essa guerra, devida a sua proporção, pode ser considerada “a mais sangrenta do século XIX”, em vista de que foi responsável por proporcionar “uma chacina em larga escala, uma hecatombe demográfica, um genocídio, inclusive no final, com o que restou do exército paraguaio cheio de crianças, um cataclisma que desequilibrou o Império”.

Dessa forma, cabe iniciarmos a nossa análise dos episódios ocorridos durante o conflito partindo das obras a serem utilizadas para confrontar com a narrativa de *A ferro e fogo*. Sem nos valermos mais de *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*, que cobre um recorte temporal que não abrange a disputa, e de *História do Rio Grande do Sul*, cujo autor optou por não abordá-la, ficaríamos à mercê de *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Todavia, ao analisarmos o catálogo de tomos pertencentes ao acervo de Josué Guimarães, com o intuito de não deixarmos a análise da Guerra do Paraguai limitada apenas à obra do historiador francês, podemos localizar entre os seus raros livros que abordam a Guerra do Paraguai a obra *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, de Conde Gaston D'Orleans d'Eu, o Conde d'Eu.

Apesar de não ser uma obra historiográfica propriamente dita, uma vez que o livro configura-se como uma espécie de diário de viagem em que o nobre registra as suas impressões sobre o conflito, assim como os episódios que presenciou na companhia da comitiva do Imperador D. Pedro II, sobretudo, durante o Cerco de Uruguaiana, essa produção, por sua relevância como relato, acabou servindo como fonte para diversos trabalhos no campo da História, e, dessa forma, decidimos empregá-lo em nossa análise, em vista de que se configura como um importante documento histórico.

No que diz respeito às informações contidas nas obras historiográficas por nós analisadas, utilizadas por Josué Guimarães para compor a narrativa da Guerra do Paraguai em *Tempo de guerra*, encontramos em Roche (1969, p. 19) a informação de que a campanha militar terrestre iniciou quando “um corpo do exército paraguaio invadiu o Oeste do Rio Grande e apoderou-se de São Borja a 10 de julho de 1865, de Itaqui a 17 de julho, de Uruguaiana a 5 de agosto.”.

Acerca desse primeiro movimento, Conde d'Eu narra, em *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, que logo após a sua chegada na cidade de Rio Grande, recebeu a notícia, trazida por um comandante do exército, de que

os paraguaios, saindo do seu país, atravessaram, sem disparar um tiro, a província argentina de Corrientes; em seguida passaram Uruguai na parte superior do seu curso e penetraram na província brasileira do Rio Grande do Sul, apoderando-se das vilas de São Borja e Itaquí, situadas na margem esquerda do Uruguai, e, descendo ao longo desta margem, mostraram intenção evidente de se dirigir para o Estado Oriental, onde contam amigos. (D'EU, 1936, p. 29, 30).

Tal ação, complementa o nobre, acabou deixando Uruguaiana e Alegrete expostas a ataques inimigos, porém, naquele setor operavam dois corpos do Exército Brasileiro, comandados pelos generais Caldwell e Canabarro, além de poderem também contar com as tropas de Flores, que estavam estacionadas não muito distante daí, na margem direita do Uruguai, de frente para Uruguaiana. Dessa forma, acreditava ele, as intenções dos paraguaios logo seriam frustradas. Todavia, pouco tempo depois o Conde recebe “a desagradável notícia de ter o inimigo entrado em Uruguaiana” (D'EU, 1936, p. 52).

Em *A ferro e fogo*, Josué Guimarães parte do mesmo acontecimento que as obras anteriormente citadas, ou seja, a invasão das cidades sul-rio-grandenses de São Borja e Itaquí. Como ocorreu durante toda a representação da Guerra Farroupilha, o romancista mais uma vez vale-se de Philipp para abordar o evento, o qual passa a ser nesse momento uma espécie de representante não apenas do grupo teuto presente no conflito, mas de um modo geral dos soldados brasileiros da Tríplice Aliança, em vista de que será por meio das suas experiências que o conflito será apresentado ao leitor.

Sendo assim, após um lapso de tempo transcorrido entre um ferimento sofrido por Philipp durante aquela que seria uma das últimas batalhas da Guerra Farroupilha, em 1845, no Passo do Leão, e outro durante a invasão paraguaia de São Borja, em 1865, a narrativa passa a apresentar um Philipp não mais garoto, e soldado raso, mas um homem feito, com quarenta e seis anos, ocupando a patente de tenente.

Ao acordar desnorteado, acreditando ainda estar combatendo contra os imperais, Philipp pergunta a alguém que está próximo, tomando conta dele, o que estava acontecendo. O soldado se apresenta como sendo Ziedler, e o informa que “Estigarribia chegara de surpresa, a praça de São Borja caíra, mas o Coronel Menna Barreto ainda tivera tempo de evacuar seus homens, não havia como resistir.” (2008, p. 150).

Essas informações repassadas por Ziedler acerca da evacuação vão ao encontro, mesmo que resumidas, com o relato apresentado por Conde d'Eu, de onde, pelo contexto, provavelmente Josué Guimarães tenha se apropriado dos elementos históricos para a sua

narrativa. Nessa passagem, o nobre busca justificar como correta a estratégia de retirada do exército brasileiro, argumentando que

A 10 de Junho, quando os paraguaios começaram a atravessar o rio, a única guarnição que havia em S. Borja era um destacamento de cerca de 100 homens, da Guarda Nacional a pé. Eram os paraguaios, como se sabe, cerca de 6.000 e traziam cinco peças de artilharia; contudo aqueles 100 homens dirigiram-se para o rio e dispararam alguns tiros de espingarda sobre os barcos inimigos. Eram 20 barcos, que tinham vindo do Paraguai em carros de bois, [...] cabendo em cada um 25 homens. Eram, portanto, 500 paraguaios que passavam de cada vez [...]. Mesmo admitindo-se que 100 homens tivessem podido deter uma destas colunas, de que serviria isso, se teriam de ser logo envolvidos pelas outras? Tentaram-no os nossos, todavia, e iam ser esmagados pelas colunas inimigas convergentes [...] A vista desta cavalaria suspendeu a ação dos tímidos inimigos. Pôde a infantaria unir-se de novo e, apoiando-se uma sobre a outra, infantaria e cavalaria foram-se retirando em boa ordem para a cidade. Entretanto o 1.º batalhão de Voluntários, da força de 600 homens, que se dirigia para São Borja, e apressara a marcha ao receber notícia do perigo, chegou aquele sítio, com o muito digno coronel João Manoel Menna Barreto. Tomou o coronel o comando de toda força e fez desenvolver Voluntarias e Guarda Nacional e marchar toda a linha contra o inimigo, que, por sua parte, novamente avançava. Porém, dada e recebida uma descarga, reconheceu o coronel a superioridade numérica do inimigo e, ordenando a retirada, levou todas as tropas para a vila, onde mandou tocar as músicas todo o dia. (D'EU, 1936, p. 175, 176).

Prosseguindo na narrativa romanesca, tais informações ressurgem quando Philipp, aos poucos, começa a recobrar a consciência, e os fatos retornam à sua mente de forma fragmentada e desconecta, com “os paraguaios invadindo São Borja, levas de milhares e milhares, a fuga desordenada a princípio, os últimos combates na retaguarda, o ferimento inesperado – ligava umas coisas às outras, estavam na guerra contra os paraguaios” (2008, p. 150). Ainda tentando assimilar o que ocorrera, pergunta a Ziedler se muitos haviam morrido, e o mesmo informa que “nenhum homem, eles se preocuparam mais no saque do que no inimigo.” (2008, p. 150). Tal questão, referente à pilhagem efetuada pelas tropas paraguaias que, como ainda veremos mais adiante, é levantada por Josué Guimarães em diversas oportunidades no decorrer de *A ferro e fogo*, e já ressurge novamente logo nas páginas seguintes com Gründling, que agora encontra-se engajado no exército imperial, com funções relacionadas à logística e ao abastecimento das tropas no *front*, que ao encontrar o Tenente Schneider, logo condena as ações de Estigarribia, praguejando que “esse porco saqueou a praça de São Borja” (2008, p. 153).

No que tange ao referencial historiográfico utilizado pelo romancista para figurar o *modus operandi* do exército paraguaio, acreditamos que ele mais uma vez valeu-se da obra *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, onde Conde d'Eu expõe que

Lopez dera ordem para serem saqueados os bens dos brasileiros e também de todos os indivíduos que, embora não fossem brasileiros, não estivessem presentes; porque, dizia ele, se tinham fugido da invasão, tinham se colocado, por este fato, debaixo da proteção do exército brasileiro e tinham feito causa comum com ele. (D'EU, 1936, p. 171).

Além disso, o nobre complementa ainda que “em conformidade com estas instruções, [...] em São Borja [...] se dera aos soldados paraguaios certo tempo para o saque; e passado este, fora o

resto dos objetos, a que os invasores podiam deitar mão, ajuntado por Estigarribia e enviado a Lopez.” (D’EU, 1936, p. 171).

Por meio da mesma fala de Gründling citada anteriormente, que ao finalizar a questão da retirada forçada de São Borja e do saque ainda braveja que os paraguaios “vem logo depois e nos corre de Itaquí como se a gente fosse índio como eles” (2008, p. 153), podemos também notar os preconceitos e a visão de parte dos soldados imperiais acerca da possível origem étnica das tropas de Solano Lopes. Sobre essa questão, Conde d’Eu explica que apesar da noção “tão geralmente divulgada, de ser o Paraguai uma nação puramente de raça indígena”, ele pôde observar, especialmente durante o Cerco Uruguaiana, que “há homens de raça branca, como os há de raça indígena; porém na maioria são de raça mestiça” (D’EU, 1936, p. 155). Assim, apesar de Gründling apresentar um pensamento que é, segundo o nobre, o recorrente da época, tal visão acaba por não condizer com a real composição das forças invasoras.

Seguindo cronologicamente no evento, Roche (1969, p. 19) explica, em passagem onde Josué Guimarães inclusive deixou alguns vestígios de utilização, conforme podemos observar no anexo 40, que após as forças paraguaias atingirem Uruguaiana, ficaram impedidas de “agir em ligação com o partido *blanco* uruguaio”, sendo obrigadas a estacionarem na cidade que, pouco tempo depois, foi cercada “pelos Aliados, na realidade, pelos rio-grandenses”.

Sobre esses movimentos, Conde d’Eu (1936, p. 72) registra que “os corpos do exército de Flores e do general argentino Paunero bateram e aniquilaram, nas alturas de Uruguaiana, os Paraguaio da margem direita”, enquanto os “da margem esquerda, não saíram de Uruguaiana, e o general Canabarro está encarregado de vigiá-los a uma légua de distância.” impedindo-os de deixarem a cidade. Com a chegada de mais tropas, continua o nobre (D’EU, 1936, p. 119), o contingente passa a acampar ao redor da cidade, guarnecendo algumas posições e formando, finalmente, o cerco.

Encontramos em *A ferro e fogo* a representação do dia a dia do Cerco de Uruguaiana muito bem detalhada, sendo, talvez, o momento do conflito em que Josué Guimarães mais inseriu elementos historiográficos para a representação do evento. Dessa forma, a narrativa romanesca dá conta que, ainda ferido, Philipp se recupera junto ao seu destacamento, agora estacionado com o restante do contingente das tropas da Tríplice Aliança, nos arredores de Uruguaiana.

Certo dia, enquanto fazia exercícios, Philipp nota uma movimentação atípica no acampamento, com um grande conglomerado de pessoas se movimentando rapidamente. Curioso, questiona Gründling sobre “quem estava chegando com tanta segurança e tanto aparato”, e o comerciante lhe informa que “os homens do 16º Corpo de Voluntários da Pátria

podem e devem sentir-se orgulhosos: está chegando o Imperador D. Pedro II e com ele sua comitiva”, da qual fazia parte, além do monarca, “o Barão de Porto Alegre, o General Caldwell [...], o Visconde de Tamandaré”, e também os comandantes das forças aliadas “Flores e Mitre” (2008, p. 173).

No que concerne a esse episódio, possivelmente inspirado pela *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, Conde d’Eu (1936, p. 138) narra que “ao meio-dia o imperador monta a cavalo para ir fazer a visita, tantas vezes adiada”, e que apesar dos “chefes aliados só receberam o aviso com alguns momentos de antecedência”, gerando de início certo tumulto e “lamentações intermináveis”, pois o “exército não tivera tempo de se formar numa única linha, como devia ter feito, podendo somente formar-se cada corpo diante das suas barracas”. Ao final da inspeção, “parecia que tinha havido tempo suficiente para se assentar a hora exata dessa solenidade”, pois conforme se espalhava a notícia, os outros destacamentos iam se perfilando a espera de tão ilustre presença. Nesse episódio, além das tropas brasileiras, o monarca também percorreu as tropas argentinas de Mitre e as uruguaias de Flores.

Outra situação recorrentemente encontrada no romance diz respeito ao longo período de espera, e a respectiva ansiedade das tropas da Tríplice Aliança para entrar em combate, furar o cerco, e desalojar os paraguaios de Uruguaiana. A primeira menção acerca dessa questão pode ser encontrada no diálogo entre Von der Oye e Gründling, onde o primeiro reclama, ao ver o imperador e as outras autoridades confraternizando, que

tanto aperto de mão, tantas apresentações, mas ninguém nos diz quando vamos atacar esses paraguaios que se encastelaram em Uruguaiana, que adianta plantar barraca aqui desta distância, ficar olhando o inimigo através dos binóculos? Ou eles aqui não sabem que aquela gente só sai de lá debaixo de bala e de carga de cavalaria? (2008, p. 173, 174).

Ao vê-lo irritado, o comerciante pede que ele tenha calma, argumentando que “eles estavam lá embaixo consumindo toda a comida e mesmo que ninguém atacasse terminavam por hastear uma bandeira branca”, argumentando ainda que não era para se preocupar, pois além da questão dos mantimentos, “somos mais de quinze mil homens. E mando cortar esta mão se eles têm lá dentro mais do que cinco ou seis mil.” (2008, p. 174).

Além do teor referente à tensão dos soldados afoitos pelo combate, também nos chama a atenção nessa passagem os números apresentados por meio da fala de Gründling, visto que eles condizem com os apresentados por Conde d’Eu, o qual informa em seu relato que, com a chegada dos reforços, “as tropas atualmente acampadas em frente de Uruguaiana sobem, na totalidade, a uns 15.000 homens” (1936, p. 119), enquanto “eram os paraguaios, como se sabe, cerca de 6.000” (1936, p. 175).



Mais adiante na narrativa, é Gründling quem demonstra ansiedade pelo momento de avançar, dizendo que “o imperador chegou, as tropas estão prontas, temos três vezes mais soldados do que eles lá em Uruguaiana e estou a apostar que ainda esta noite se receba ordens para atacar” (2008, p. 175). Todavia, o pressentimento do comerciante não estava certo, visto que também não foi nessa ocasião que os soldados foram postos em marcha contra o inimigo sitiado.

Philipp, como era de se esperar, também demonstra essa tensão, como podemos observar quando, ao ouvir do médico Grave que tinha novidades para ele, logo antecipa-se a sua fala, dizendo, ansioso, “o ataque é esta madrugada”, e ao ouvir a negativa, exclama irritado, “merda, [...] já estamos há um mês aqui cercando essa gente, somos mais do dobro do que todos eles somados e ainda estão com medo de retomar Uruguaiana. Esta é que é a verdade.” (2008, p. 175).

Essa situação incomoda às tropas, que convivem com a ansiedade pelo ataque iminente, e que na obra romanesca faz parte da “construção objetiva do mundo exterior” e “da revelação dos mecanismos sociais e psicológicos que regem as alegrias e as tragédias dos seres” (GONZAGA, 1988, p. 17), pode ser encontrada em diversas ocasiões nos relatos de Conde d’Eu, o qual testemunha ter percebido constantemente, enquanto passava pelas barracas, que elas estavam quase sempre vazias, pois “cada comandante fazia exercitarem-se os seus soldados dentro do acampamento, porque bem sabiam todos ser provável que o dia seguinte viesse o princípio do fim”. Entretanto, sempre algum empecilho surgia, como por exemplo, quando após ter sido marcado o ataque para a manhã do dia seguinte, “chega um oficial argentino a galope e entrega uma carta ao barão de Porto Alegre”, na qual “o general Paunero solicita mais 24 horas de adiamento!” (1936, p. 143).

Interessante atentarmos para essa solicitação do comandante argentino, pois na narrativa de *A ferro e fogo* ela se faz presente na fala do médico Grave, que ao ouvir Philipp e os outros soldados do regimento reclamarem da demora das autoridades imperiais para organizarem o ataque, algo que, para eles, estava começando a soar como covardia, esse esclarece que “não são os brasileiros que estão com medo, mas os castelhanos. O General Paunero se desculpa dizendo que os seus soldados precisavam proceder à limpeza das armas”. Indignado, ainda complementa, “imaginem vocês, limpar armas agora, às portas da cidade, esses paraguaios a tremerem lá dentro como varas verdes, cercados por todos os lados e até por água, Tamandaré fazendo os seus barcos passearem para lá e para cá. É o cúmulo.” (2008, p. 181).

Diante dessa situação, Philipp, ansioso, e cansado de esperar, elabora um plano para pôr em prática com seus companheiros. Supondo ser por falta de informações que dessem conta da

real situação dos paraguaios, e acreditando que os comandantes julgavam os adversários ainda muito fortes dentro da cidade sitiada, o tenente Schneider resolve organizar uma patrulha para adentrar nas linhas inimigas, coletar informações concretas que pudessem colocar um ponto final na situação de indecisão e incentivar o ataque.

Ao finalizar os preparativos, Philipp e seus companheiros seguem, durante a madrugada, do acampamento onde estavam alojados, em direção à Uruguaiana, e chegando próximo do muro da cidade, o Tenente Schneider informa que “à direita fica a mureta do cemitério, é onde eles devem ter a guarda mais frouxa.” (2008, p. 187), indicando o local para a entrada da patrulha. O plano não sai como o esperado, e o grupo de teutos acaba sendo descoberto e capturados pelos inimigos, todavia, não é essa a questão que nos interessa aqui, mas sim o fato de que o romancista leva para a sua narrativa, na intenção de enriquecê-la de historicidade, além da posição ocupada pelos soldados germânicos no campo de batalha, que em pouco tempo chegaram ao cemitério da localidade, também o ponto mais desguarnecido da cidade, conforme pode ser confirmado segundo os apontamentos feitos por Conde d’Eu, que registra em seu livro que “o exército de Porto Alegre ocupa a direita e tem atrás de si o famoso cemitério, que, ao contrário do que era de esperar, não entrou no sistema de defesa do inimigo.” (D’EU, 1936, p. 149). Cabe ressaltarmos ainda que tal informação, que expõe a falta de defesa no cemitério, surge no relato do nobre pelo menos em quatro ocasiões.

Já sobre a real motivação para que o ataque acontecesse, Conde d’Eu (1936, p. 144, 145) explica que fora acordado certa noite por seu criado, o qual o informa que algo de estranho estava acontecendo no acampamento. Ao sair da barraca, o nobre encontra-se com o imperador, que o informa que “os inimigos tinham posto fogo na cidade e tentavam passar o rio; e que se tinham mandado avisar Flores e Tamandaré”. Porém, tal informação havia sido passada por um desertor paraguaio, que assim como tantos outros, conforme esclarece o nobre, “nunca se tira nada de positivo”, em vista que “o terror que os domina oprime-lhes a pouca inteligência que possuem e fá-los responder afirmativamente a tudo que se lhes pergunta”, fazendo com que, dessa forma, um simples incêndio acidental em uma barraca de bambu fosse reportado aos seus interrogadores como uma tentativa de fuga em massa dos soldados de Estigarribia, uma vez que era esse o plano que estava sendo articulado pelos sitiados.

Dada tal informação, mesmo sendo remota a possibilidade de fuga dos paraguaios que, caso ocorresse, poderiam descer o rio e juntar-se aos remanescentes do *Partido Blanco*, resultando, além do acréscimo de soldados ao contingente dos paraguaios, também no ressurgimento do conflito civil no Uruguai, os comandantes da Tríplice Aliança, percebendo “já não [ser] possível adiar o ataque” em vista do plano revelado, decidem que o “exército se

poria em movimento contra a cidade ao alvorecer, isto é, às 5 horas e meia.” (D’EU, 1936, p. 146).

Desse modo, segundo o relato de Conde d’Eu (1936, p. 149, 150), às doze horas daquele mesmo dia todas as tropas aliadas já se encontravam posicionadas em frente à cidade, formando uma linha levemente côncava, com “o 16º Batalhão de Voluntários”, que na ficção comporta as personagens criadas por Josué Guimarães, disposto junto a “três batalhões orientais”, apenas esperando a ordem de seus comandantes para atacar, enquanto no outro lado, “os inimigos pareciam repartidos numa única fila por toda a extensão da trincheira, e o resto acumulado nos dois acampamos do Norte e do Sul”.

Nesse momento, antes que dar ordem para o avanço, o nobre (D’EU, 1936, p. 151, 152) narra que “enviou-se a Estigarribia um parlamentar, a propor-lhe, pela última vez, a rendição, dando-lhe um prazo de duas horas para responder”. Ao contrário do que todos imaginavam, dessa vez o líder paraguaio considerou o pedido, enviando, uma hora depois, como contraproposta, algo que já havia sido acordado anteriormente, ou seja, que além de terem a vida preservada, “os oficiais conservassem as espadas e pudessem retirar-se para onde quisessem, ficando só as praças de *pret* prisioneiras de guerra”, todavia, não concordando inteiramente com as solicitações paraguaias, o exército aliado exigia que “os oficiais se entregassem sem armas com os soldados”.

Porém, antes mesmo que o acordo pudesse ser concretizado formalmente, Conde d’Eu (1936, p. 152, 153) explica que, vendo o ministro encaminhando-se mais uma vez para a cidade no intuito de aceitar a rendição de Estigarribia, a cavalaria sul-rio-grandense, que nem sempre procede com disciplina, deixando-se levar pela curiosidade de ver de perto o famoso adversário, dispara em direção às posições inimigas, a despeito dos gritos de ordem do general Cabral. Os paraguaios, por seu turno, aterrorizados com a imagem do exército que se estendia diante deles, e percebendo as intenções pacíficas com que a tropa se aproximava, ergueram-se das trincheiras e logo começaram a conversar com os cavalarianos, “dali a pouco deitam fora as armas, saltam o parapeito e montam na garupa dos cavalos dos nossos soldados. Em todas as direções se vêm galopar cavaleiros riograndenses; cada um com um paraguaio na garupa.”. Desse modo, *La División Paraguaiá en Operaciones sobre el Rio Uruguay* deixou de existir no dia 18 de setembro, exatamente 100 dias depois de invadir o território brasileiro, em 10 de Junho.

Em *A ferro e fogo*, os movimentos que concomitaram com o fim do cerco de Uruguaiana são narrados por meio de Philipp e seus companheiros de patrulha que, ao serem capturados pelos paraguaios no cemitério, são amarrados juntos em um grosso plátano sem folhas. No decorrer desse episódio, são constantes as situações em que elementos historiográficos surgem

na narrativa, inclusive a data do evento, como é possível observar no diálogo entre Barth e Philipp, quando o primeiro pede “se estavam no dia 16 de setembro”, e ouve como resposta do Tenente “18” (2008, p. 190).

Durante a noite, a patrulha pode observar a situação miserável em que os paraguaios estavam, sem terem mais nada para comer (2008, p. 195), abatendo, inclusive, alguns cavalos velhos e magros, fato que também pode ser confirmado pelos registros historiográficos (D’EU, 1936, p. 155). Todavia, foi pela manhã, no momento em que se preparavam para serem executados, que puderam ter as suas esperanças de sobreviver renovadas, quando notaram que “os soldados do pelotão de fuzilamento correram para ver a caminhada do seu comandante-em-chefe rumo às tropas inimigas”, e ao olharem para o horizonte, “viram no alto da primeira coxilha a linha negra, agitada das suas tropas, batalhões iniciavam pelas pontas um avanço lento, as baterias chegavam ao alto puxadas por parelhas de cavalos, os quais eram logo desatrelados e seus homens tratavam lépidos de instalar as peças” (2008, p. 198). Nesse momento sentiram vontade de chorar de tanta alegria, mas não o fizeram por receio que ao serem resgatados por seus companheiros, tal ato pudesse se confundir com medo.

Ainda por meio dessa situação, podemos ver representada no romance a curiosa cena narrada por Conde d’Eu, quando Philipp e seus companheiros presenciam “saltar o fosso os primeiros soldados, os paraguaios atiravam longe as suas armas e muitos deles, guindados pela mão de um cavaleiro, se aboletavam na garupa do inimigo e com ele desaparecia de volta, fugindo da cidade sitiada, em meio a gritos e ordens confusas.” (2008, p. 198).

Tendo o cerco desse modo findado, Conde d’Eu (1936, p. 153, 154) escreve que Estigarribia e o padre Duarte, abandonados pelos soldados, prontamente procuram o imperador para implorar por suas vidas. Segundo o nobre, Estigarribia indicava ter pouca inteligência, ao contrário do padre, “que era, ao que parece, a verdadeira cabeça dirigente da expedição, chamava-se Duarte; poderia ter 40 anos; vestia batina e chapéu redondo. É à sua iniciativa que todos os testemunhos atribuem as atrocidades cometidas em São Borja e em Itaquí”. Quando chegou a presença do monarca, levado pelo general Cabral, foi o que mais se mostrou receoso, e “terminou por pedir ao imperador *protección para mi y la libertá de mi patria*”, que foi, obviamente, pelo menos em parte, concedida pelo imperador. Todavia, nesse momento surge o padre Gay, que desde a manhã havia se juntado com os membros do estado maior imperial, e “lança-se a ele, ameaça-o com o chicote e inunda-o com uma torrente de injúrias; foi preciso que alguns militares separassem à força aqueles dois ministros de deus. Triste espetáculo!”.

Tal passagem também se faz presente nas linhas de *A ferro e fogo* e surge em uma carta escrita por Gründling à Catarina, na qual, como veremos nas constantes situações a seguir, é

inserida na narrativa romanesca quase como uma espécie de cópia dos relatos de Conde d'Eu, inclusive, no estilo e no vocabulário utilizado. Acerca do episódio analisado aqui, em tal correspondência narra-se que

Deus foi injuriado pela presença de um tal padre Duarte, um dos cabeças da expedição inimiga, que instigara o saque e os massacres nas praças de São Borja e de Itaqui e que, ao aproximar-se do imperador brasileiro, tratou de pedir, em prantos, que lhe fosse dada proteção a ele e ao seu país, esse um homem que só vinha praticando o mal em nome de Deus, e que o padre Gay, estando ao lado do Estado-Maior Imperial, revoltou-se com a presença e com o cinismo daquele sacerdote pecador, avançando sobre ele a proferir injúrias e até o ameaçando com um chicote, um espetáculo triste para a Igreja, dois ministros de Deus atacadados como selvagens (2008, p. 200, 201).

Após dar cabo de todas as situações imediatas, o imperador, junto a seus comandantes e aliados, passam a assistir ao desfile de seus inimigos derrotados, oficiais e soldados, passando desarmados diante dos vencedores. Segundo Conde d'Eu, foi um espetáculo ridículo, devido ao estado lastimável em que os prisioneiros se encontravam. Além do mais,

cada um parecia levar os objetos, muitas vezes incômodos e sem valor algum, que tinham roubado em Uruguaiana. Alguns, é verdade, iam carregados com sacos ou caixas, cujo conteúdo não podíamos ver; mas outros contentavam-se com uma cafeteira de folha ou com uma enorme panela; um tinha posto como chiripá um xale de senhora; outro apertava nos braços um guarda-chuva; um terceiro levava uma sombrinha de seda branca, aberta; quase todos levavam ferros de ponta aguda, certamente arrancados das grades das janelas e destinados a assar o churrasco. Cada soldado de cavalaria levava cuidadosamente à cabeça todos os seus arreios. (D'EU, 1936, p. 156).

Essa situação também encontra-se registrada na já mencionada carta de Gründling, onde o comerciante escreve que

os soldados vencidos foram obrigados a desfilar perante os oficiais aliados e caminhavam um a um, como se não fossem soldados, mas mendigos, numa procissão que não acabava mais, todos eles carregando alguma coisa do saque, uma panela amassada, um pedaço de cadeira, uma porta de armário, uma gaveta de cômoda, peças de roupas de senhoras, pedaços de ferro arrancados das grades de janelas e de portões, outros levavam guarda-chuvas rotos, sombrinhas de seda, caixas e sacos, os soldados de cavalaria levavam sobre a cabeça todos os seus arreios (2008, p. 201).

Se a rendição ocorreu de modo pacífico, sem nenhuma baixa em combate em ambos os lados, um incidente trágico acabou marcando o dia, e chocado aqueles que o presenciaram. Sobre ele, Conde d'Eu narra que

tinham-se ajuntado as armas e munições dos paraguaios numa pequena casa de tijolo, e hoje estava um destacamento de prisioneiros a distribuí-los pelos exércitos aliados, sob a direção do coronel Magariños. Estavam a despejar-se as patronas, e dos cartuchos saía muita pólvora que ia caindo no chão. Por não sei que atrito, deu-se a explosão, que num instante incendiou toda aquela massa de cartuchos e destruiu parte do teto. Magariños, que estava à porta, foi arremessado ao chão, mas ficou apenas com a roupa chamuscada; e dez pessoas ficaram mais ou menos queimadas. Duas morreram logo, quase calcinadas: eram um cadete e um soldado brasileiros. As outras oito foram: um capitão oriental, do estado-maior de Flores, um soldado brasileiro e seis paraguaios. Destas só se esperam salvar duas, que sofreram queimaduras parciais. Os outros infelizes encontram-se em horrível estado. Foi um dos mais dolorosos espetáculos que tenho visto o dessas cabeças inteiramente enegrecidas pelo fogo e cobertas de sangue e os gemidos inarticulados que

soltavam os desgraçados enquanto os médicos os voltavam sobre o leito para lhes aplicar à roda do corpo o algodão e as ligaduras. (1936, p. 163).

Essa passagem, que, como as outras, é citada quase em sua totalidade para podermos comparar a sua similaridade com a narrativa do romance, também pode ser encontrada na já mencionada carta enviada por Gründling à Catarina. Nela, o comerciante narra que

não havendo feridos de combate, muitos saíram queimados pela explosão de um paiol deixado pelos paraguaios, pois ao despejar-se as patronas caía dos cartuchos muita pólvora que, por qualquer atrito inesperado, incendiou-se, explodindo o resto de munição. Dez homens ficaram com queimaduras muito feias, dois morreram logo, calcinados. Foi um espetáculo terrível e que causou horror mesmo aos homens mais acostumados à guerra, pois os feridos tinham as cabeças deformadas e gritavam de dor sem parar, enquanto os médicos tentavam aplicar algodão e ligaduras em volta das chagas. (2008, p. 202).

Um último exemplo acerca da semelhança entre obra de Conde d'Eu e a carta de Gründling surge no romance no momento em que o imperador finalmente adentra na cidade. Sobre esse episódio, o nobre explica não saber se “Uruguaiana alguma vez chegou a ser uma bela cidade; depois que por lá passou a invasão paraguaia, é uma cidade cheia de ruínas” (D'EU, 1936, p. 158), com móveis e objetos espalhados por toda a parte, não tendo sobrado nenhuma casa sem que tenha sido deixada de ser saqueada e destruída. Dos locais visitados pela comitiva do monarca, o primeiro foi “a igreja, onde os inimigos, segundo se diz, tinham estabelecido o quartel general. Como a igreja estava por acabar, não puderam fazer deteriorações”, estando lá ainda instalados “uma cama, com um oficial doente” (D'EU, 1936, p. 158). Foi nesse local que mais tarde os oficiais se juntaram para assistir “a uma missa e a um *Te Deum*, que se celebraram no quartel Imperial. Disse a missa o pároco de Itaquí com os paramentos que se encontraram na bagagem do capelão paraguaio.” (D'EU, 1936, p. 162). Nessa ocasião, o nobre complementa, “a música do *Niterói*, que o Visconde passara para o *Onze de Junho*, tocou os hinos nacional, argentino e oriental.” (D'EU, 1936, p. 162).

Ao saírem da igreja para analisar o modo com que os paraguaios procederam na fortificação da cidade, perceberam que eles haviam reforçado algumas ruas e praças com estruturas muito rudimentares e construído uma trincheira feita com “revestimento vertical de taboas, ou de tijolo sem argamassa”, com um fosso de cerca de um metro de largura, e outro tanto de profundidade. Porém, o que mais chamou a atenção da comitiva foram os cinco canhões de artilharia distribuídos em pontos diferentes das posições defensivas, pois essas peças, além de inferiores às utilizadas pelas forças aliadas, eram consideravelmente antigas, sendo “uma delas, um canhão de 8, tinha sido fundida em Barcelona em 1788, outra em Douai em 1790 e outra em Sevilha em 1679”, todas possuindo reparos, que “por sua construção, pareciam do tempo das peças” (D'EU, 1936, p. 160). Como última informação trazida por

Conde d'Eu acerca desse dia, está a chegada do vapor de guerra *Tramandahí*, o qual trouxe em seu bojo “muitos médicos, medicamentos e material para os hospitais” (D'EU, 1936, p. 162), algo que foi essencial para o atendimento das vítimas da explosão do paiol.

No que diz respeito à representação dos acontecimentos desse dia no romance, temos na carta de Gründling que a comitiva do monarca brasileiro encontrara “Uruguaiana arrasada, [...] as casas saqueadas e que o único lugar onde foi possível receber o imperador, a igreja em construção, tinha lá dentro doentes esperando a morte, mas mesmo assim foi rezada uma missa pela vitória” (2008, p. 200) e, mais tarde, nesse mesmo local, “houve um *Te Deum* rezado pelo pároco de Itaqui que, como não tinha paramentos, terminou usando os que havia encontrado na mala do padre paraguaio; a banda de música do *Niterói*, que o Visconde passara para o *Onze de Junho*, executou [...] os hinos dos três países aliados.” (2008, p. 202).

O comerciante alemão também narra a fortificação da cidade, explicando que os paraguaios “havia cavado em torno dela uma comprida trincheira muito primária, sustentada a terra por tábuas velhas e tijolos sem argamassa”, e surpreso, informa que o inimigo possuía “só cinco peças de artilharia, se é que se pudesse chamar aquilo por esse nome, [...] canhões de 8, um deles fundido em Barcelona no ano de 1788, outro em Douai, em 1790, outro em Sevilha, no ano de 1679”, possuindo “reparos, pelo que se observou, [...] feitos naquelas mesmas épocas remotas” (2008, p. 202). Finalizando a questão, Gründling informa, que devido à grande explosão do paiol, e os diversos feridos, a melhor notícia do dia ficou por conta da “chegada, [...] do vapor de guerra *Tramandaí* trazendo muitos médicos, remédios e material para o serviço dos hospitais de campanha.” (2008, p. 202).

Assim, diante dos diversos exemplos apresentados até aqui, e mais nitidamente por meio da carta fictícia de Gründling, podemos notar não apenas o minucioso trabalho de pesquisa elaborado Josué Guimarães, mas também a exaustiva utilização da obra *Viagem militar ao Rio Grande do Sul* por parte do autor para construção dos diversos episódios que ocorreram no recorte temporal situado entre a invasão das cidades sul-rio-grandenses, até o momento da rendição dos paraguaios após o cerco de Uruguaiana.

O principal fator que acreditamos ter colaborado para tal emprego foi o tipo de linguagem em forma de relato apresentado em *Viagem militar ao Rio Grande do Sul*, muito próximo ao utilizado na literatura, onde pode-se encontrar uma riquíssima quantidade de detalhes acerca de eventos, pessoas, paisagens, e vestimentas, que não são tão relevantes para historiadores, e por esse motivo, na maioria das vezes, passam a ser ignorados por estes e, conseqüentemente, omitidos de suas obras.

Por outro lado, tais detalhes, por mais ínfimos que sejam, mostram-se relevantes para o enriquecimento da construção ambiental da obra literária, como, por exemplo, a descrição apresentada por Conde d'Eu de que o acampamento das tropas sob o comando do barão de Porto Alegre ficar alocado ao lado de uma “pequena chácara de laranjeiras” (D'EU, 1936, p. 126, 127). Essa informação, ao chegar ao conhecimento do romancista, é repassada para *A ferro e fogo*, e surge na narrativa no momento em que alguns soldados, muito disciplinados, chamam a atenção de Philipp, e o mesmo diz para os seus amigos olharem, pois eles se encontravam “ao lado daquele pomar de laranjeiras e seguem agora para a barraca do Barão de Porto Alegre.” (2008, p. 173).

Em última análise, a forma com que a obra de Conde d'Eu foi composta e escrita certamente caracterizou-se em um fator importantíssimo, auxiliando no trabalho do romancista, sendo esse relato, talvez, o responsável pelo fato do cerco de Uruguaiana ter tomado mais páginas em *A ferro e fogo* do que todo o restante do conflito, e que os episódios atrelados a ele serem os que mais carregam detalhes e descrições. Interessante observarmos, inclusive, o surgimento da figura do nobre na narrativa, que em uma passagem onde Herrschaft, ao final da guerra, passa a lembrar de tudo o que vivera com seus companheiros, lembra-se de “Conde D'Eu, genro do imperador”, o qual apresentava-se “naquele seu fardamento recém-saído das mãos do alfaiate, quando da rendição de Uruguaiana” (2008, p. 250). Todavia, com o término do cerco de Uruguaiana, o nobre embarca em um vapor em direção a Rio Grande, de onde, após uma curta estadia, retorna ao Rio de Janeiro, finalizando, assim, os seus relatos de viagem.

Por meio da representação do cerco de Uruguaiana em *A ferro e fogo*, podemos notar uma abordagem que vai na contramão de muitos trabalhos enaltecendo o período, sobretudo, os associados ao processo de construção do nacionalismo e da identidade nacional, onde há a elaboração de heróis, e a invenção de um povo ligado a um passado glorioso em comum. Isso ocorre porque, como em outros eventos tratados no romance, Josué Guimarães apresenta as lideranças históricas desligadas de grandes feitos, agindo de modo periférico na narrativa, inclusive, muitas vezes sendo até questionadas pelas personagens fictícias pela sua falta de iniciativa para atacar o inimigo entrincheirado. O próprio desfecho da batalha, se é que podemos chamá-la assim, foi, conforme está apresentado na narrativa romanesca, “uma vitória sem heroísmo” (2008, p. 202), sem um tiro disparado, contra um inimigo doente e faminto.

Tal conjuntura ocorre pois o autor, segundo suas próprias palavras, procura mostrar ao seu leitor que “por trás da história, nas entrelinhas da história, podemos encontrar outras coisas muito mais interessantes, muito mais vivas, em que os combates não foram tão combates” e



que “há muitos heroísmos por aí motivados por interesses pessoais de riqueza, de domínio” (GUIMARÃES, 1988, p. 8).

Após a libertação de Uruguaiana das forças paraguaias, a guerra entra para o que Roche (1969, p. 19) chamou de “segunda fase”, que é quando o território sul-rio-grandense está livre de inimigos, e o conflito passa a ser disputado no outro lado da fronteira. Tal fase se caracteriza, segundo o historiador francês, tanto pelos sucessos aliados como pelas façanhas dos soldados e chefes sul-rio-grandenses, pois gaúchos e colonos se haviam alistado, lado a lado, nos regimentos ou nas baterias, cujas bandeiras foram solenemente depositadas na catedral de Porto Alegre em 1870”. Importante salientarmos que essa passagem também chamou a atenção do romancista, a ponto de ele deixar uma marcação destacando-a, conforme pode ser observado no anexo 40.

Porém, cabe chamarmos a atenção para o fato de que, se por um lado os riograndenses e os teutos se viam com igualdade dentro das tropas, isso não ocorria entre os demais brasileiros, pois em alguns momentos as rivalidades, muitas trazidas ainda de antes da Guerra Farrroupilha, encerrada vinte anos antes, acabaram por ecoar entre os soldados, como quando Conde d’Eu (1936, p. 109) relata que a sua caravana passara por duas cruces de madeiras, das quais, alguns membros diziam que fora o local onde ocorreu uma batalha entre brasileiros e argentinos, sucedida em 20 de fevereiro de 1827, outros diziam que elas indicam onde foram sepultados os corpos dos soldados mortos. Tal distorção também surge quanto à responsabilidade pela derrota, em vista de que para os imperais a culpa se deve à falta de disciplina entre a cavalaria riograndense, enquanto os sulinos “atribuem a perda da batalha à imperícia do Márquez de Barbacena e do seu chefe de estado maior, um prussiano chamado Braun.”. Outro momento em que tal antipatia é trazida nos registros do nobre ocorre quando a comitiva cruza o local onde outrora fora disputada a batalha de Poncho Verde, e surge o comentário de que os moradores locais contam que “os cadáveres encheram até à borda um ribeiro” local após a luta. Com o intuito de conformar a informação, perguntam ao marquês de Caxias, que estava presente na comitiva, e fora o comandante das forças imperiais na ocasião, se tal informação era real, e o mesmo informa, de maneira a conter os ânimos, que “do lado legalista as perdas não excederam de 40 mortos e 120 feridos. As dos vencidos foram certamente mais consideráveis” (D’EU, 1936, p. 201), mas deixando a entender que não chegaria a tantas quanto os boatos mencionam.

Tais rivalidades também apresentam-se no romance, e podem ser percebidas no momento em que Philipp nota a chegada do barão do Jacuí e, com certo desprezo, diz aos seus amigos que lá estava “o nosso inimigo de ontem, lembram-se dele? Foi legalista na Guerra dos Farrapos e então se chamava Coronel Abreu.” (2008, p. 174). Assim, a obra faz questão de

representar ao seu leitor, seguindo os sentimentos da época que foram trazidos pelo relato de Conde D'Eu, que certas mágoas, provindas de tempos distantes, ainda se encontravam presentes durante a Guerra do Paraguai.

Com o avançar do conflito, apesar dos constantes sucessos do exército imperial, o romance passa a focar a sua narrativa para o lado humano das tropas, apresentando os dramas pessoais sofridos no *front* pelos soldados brasileiros, tendo os combates propriamente ditos sendo apenas citados em determinados momentos, sobretudo, após Philipp ficar impossibilitado de ir ao *front* devido a enfermidade que contrai.

Assim, a narrativa passa a discorrer sobre os diversos inconvenientes sofridos pelos soldados, sendo o primeiro deles relacionado à infestação de insetos, apresentada por meio de Philipp, que indignado com a circunstância, arremessa a sua roupa sobre seu companheiro Ziedler, dizendo para ele observá-la, pois está “crivada de piolhos e de bichos”, tornando a situação em que estavam em “um inferno” (2008, p. 210). O tenente Schneider afirma ter os “braços e as pernas picadas por pulgas do tamanho de um percevejo, os percevejos são do tamanho de baratas”, e ao esticar o braço, ressalta ainda: “vejam aqui debaixo da pele: são bichos, nem sei o nome deles. A pele chega a sangrar quando se coça e comicha como agulhas de fogo” (2008, p. 210).

Outra infestação que atingia os soldados era de “bicho-de-porco debaixo das unhas”, e no romance, surgem casos por meio de Philipp, Haefner e Hoher, os quais narram que “os miseráveis formam umas bolsas cheias de filhotes e se alimentam de pus” (2008, p. 224).

Com o decorrer da narrativa, Philipp passa a sofrer cada vez mais com os ataques dos insetos, e ao ser visto pelo Tenente Blauth desenrolando uma de suas ataduras, expondo a situação lastimável em que a sua perna encontrava-se, é aconselhado a buscar ajuda de médicos na tenda de enfermaria, entretanto, simplesmente o ignora, dizendo que “ainda se fosse ferimento de guerra, um estilhaço de obus, um pontação de ferro, uma bala, ainda se fosse isso eu me consolava”. Todavia, era de “morrer de vergonha se esta coisa vai adiante e termino recebendo um monte de terra por cima, morto pelas muquiranas na frente de batalha do Paraguai, [...] mais um dos que deram a vida lutando contra as pulgas, os piolhos e os bernes dos pantanais de Curupaiti.” (2008, p. 219).

Desse modo, seguindo a mesma concepção empreendida durante a representação do cerco de Uruguiana, Josué Guimarães descontrói qualquer tipo de glória atrelada à guerra, apresentando que muitas vezes a coragem do soldado está em sua luta diária, ao enfrentar um ambiente hostil, onde os maiores inimigos passam a ser os insetos.

Pelas referências relacionadas a tais questões terem sido retiradas de obras às quais não tivemos acesso, e tendo como intuito confirmar esses importantes elementos historiográficos inseridos no romance, iremos, como já feito anteriormente, apresentar as informações pertinentes ao caso, provindas de estudos desconectados da produção literária.

Dessarte, segundo o depoimento encontrado na obra *La guerra del Paraguay*, de De Marco, podemos confirmar que um dos maiores problemas enfrentados pelos soldados no decorrer do conflito foram os infundáveis insetos, que além de ocasionarem diversos ferimentos incômodos ao extraírem o sangue de suas vítimas, os quais muitas vezes vinham a infeccionar, também causavam exaustão nas tropas, em vista que não deixavam que os indivíduos descansassem, não apenas em virtude da dor ocasionada pelas picadas, mas também pelo fato do constante incômodo proporcionado por eles. Assim, o autor explica que as “moscas tornavam a vida insuportável durante o dia e, ao cair da noite, bandos de mosquitos pernilongos, grilos, barbeiros, faziam ouvir seus irritantes zumbidos e guinchos, enquanto pareciam chamar e convidar uns aos outros para a festa do sangue.”<sup>60</sup>. Além disso, há registros, indo ao encontro da fala de Philipp, de que “as moscas, pulgas, piolhos e formigas têm proporções enormes”<sup>61</sup> (DE MARCO, 2003, p. 254, tradução nossa).

Se no romance os insetos mostraram ser um grande incômodo para Philipp e seus companheiros, males maiores começam a surgir entre os soldados envolvidos no conflito, são eles a febre amarela, a cólera-morbo e a febre tifoide. Sobre a abordagem dessa questão, encontramos no romance em uma fala do Tenente Schneider o relato de que viu “homens bebendo água parada [...] nas margens do Estero Bellaco, passavam a mão por cima para tirar um pouco do limo e depois enfiavam a boca naqueles ninhos de ovos de mosquito da febre amarela.”. Ao ouvir isso, Shann concorda, concluindo que “o resultado é que há centenas deles a queimar de febre tifóide, de disenteria”, afirmando ainda que esteve “em duas barracas e é um horror ver esses infelizes estrebuchando, já quase sem cabelos, os olhos no fundo” (2008, p. 211).

Como representante central sobre o qual recaí toda a vivência acerca dos elementos relacionados aos eventos belicosos, Philipp acaba contraindo cólera-morbo, e por meio de sua

---

<sup>60</sup> “moscas hacían insoportable la vida em las horas del dia, y, al caerla noche, mangas de mosquitos zancudos, de grillos, de vinchucas, hacían oír sus zumbidos y chirridos irritantes, com que parecían llamarse e invitarse al festín de sangre”.

<sup>61</sup> “las moscas, las pulgas, los piojos y las hormigas tienen proporciones enormes”.

figura, o romancista realça os sintomas, apresentando ao leitor a experiência da doença em meio ao conflito, por meio do flagelo diário de um soldado que se contagiou.

Dessa forma, certo dia Philipp se sente estranho, e após levar a sua mão à cabeça e ao estomago “começou a vomitar forte, as entranhas ameaçando sair boca a fora, era um vômito esverdeado, nauseabundo”. Após tal cena, Shann manda chamar o médico, e nesse instante o Tenente Schneider se diz envergonhado, relatando que sujou “a roupa toda, é uma disenteria que não dá para aguentar”, mostrando-se estar sem “forças para [se] arrastar até o rio lá embaixo, vão me encontrar aqui neste estado”. Seu amigo, penalizado, tenta tranquilizá-lo, dizendo-lhe que “os médicos estão acostumados com essas coisas, a diarreia já atacou mais da metade da tropa.” (2008, p. 225). Tempo depois, antes mesmo de o médico chegar, Philipp, já sem esperanças, diz ao seu amigo saber estar “com cólera-morbus” (2008, 226), pois já havia visto companheiros com os mesmos sintomas, e tinha certeza de que mais cedo ou mais tarde também acabaria contraindo a doença.

Nesse momento, como todos os infectados pela enfermidade, Philipp é levado à Ilha do Cerrito, onde havia “um hospital improvisado para eles.” (2008, p. 226). Seu estado se deteriorou, esteve “entre a vida e a morte por mais de dois meses” e passou “quase quarenta dias de vômitos” (2008, p. 238), alimentando-se apenas de caldos. Ao se recuperar, é levado de volta ao acampamento junto aos seus companheiros.

No que tange ao surto de doenças ocorrido durante a Guerra do Paraguai, valendo-se de registros historiográficos desvinculados da produção do romance, e com a intenção de confirmar as informações contidas em *A ferro e fogo*, encontramos em Dourado (2014, p. 126) a informação de que entre todas as doenças difundidas durante o período do conflito, em todos os exércitos envolvidos, as mais comuns foram a cólera-morbo e a varíola, que se caracterizaram também por serem as mais difíceis de serem controladas, e as responsáveis pelo maior número de mortes entre os soldados.

Acerca dos sintomas da cólera-morbo, a historiadora Maria Teresa Garritano Dourado (2014, p. 126) descreve que estes se caracterizam, principalmente, por “diarreia abundante, [...] vômitos, dor abdominal, [...] cólicas intestinais, [...] náuseas e vômitos”, podendo levar “ao colapso periférico, coma e morte.” (DOURADO, 2014, p. 128), ou seja, os mesmos representados por Philipp.

Segundo Osório (1915, p. 354), fez-se de tudo quanto era humanamente possível para combater tão cruel calamidade, começando pelas construções de galpões nas proximidades dos acampamentos militares, em lugares onde se acreditava que o ar era mais puro, e poderiam ser tratados pacientes sem condições de procederem em viagens mais distantes, até a criação de

hospitais destinados especificamente à doença, como o de Corrientes, o de Itapiri, e o de Cerrito, onde, no romance, o Tenente Schneider fora internado.

Após a recuperação de Philipp, a narrativa ainda dá cabo de que ele esteve presente em Tuiucue, e após foi transferido para o Chaco. Todavia, como nas batalhas anteriores, o autor passa rapidamente por essas questões, muitas vezes apenas citando o nome atribuído ao evento, sem abordá-lo, pois como já citado, sua maior preocupação recai sobre os dramas que as personagens enfrentaram diariamente no contexto do conflito, como a falta de vestimenta apropriada, os problemas com as pragas, a alimentação precária, as doenças, a falta de estrutura, entre tantos outros.

Se existem atos de valor em combate, estes só se fazem presente dentro do campo da luta diária pela sobrevivência, como por exemplo, quando Gründling informa aos presentes que “von Steuben foi citado por ato de heroísmo, agarrou uma granada acesa que havia caído entre a peça que comandava e uma outra da Primeira Bateria, jogando-a para fora da amurada”, e prontamente o autor de tal proeza, timidamente se justifica, dizendo que “não [fez] por heroísmo, se deixasse a granada ali ela terminava por explodir e matar aqueles rapazes e a mim também.” (2008, p. 211).

Dessa forma, podemos concluir que, buscando uma grande quantidade de dados historiográficos para compor a sua narrativa, com o intuito de transmitir credibilidade ao seu leitor, Josué Guimarães procura representar o panorama da Guerra do Paraguai. Todavia, não tendo como enfoque os combates propriamente ditos, e nem as lideranças históricas, elementos geralmente centrais na abordagem da historiográfica do período, mas sim sobre os diversos personagens comuns esquecidos pela história e seu dia a dia nem um pouco gloriosos. Pelo contrário, já que por meio de Philipp o romancista demonstra que o menor dos problemas enfrentados foram os paraguaios. Indo ao encontro a essa perspectiva, Santos e Lipke, chegando à mesma conclusão, afirmam que *A ferro e fogo* permite “o resgate da versão não oficial e a atribuição de voz às camadas populares, que participaram do evento sem, contudo, emitir seu posicionamento, sua compreensão sobre ele.” (2009, p. 42).

Reforçando ainda mais essa ideia, temos a representação do retorno das tropas, que ao chegarem pela manhã na capital gaúcha, percebem uma excitação inicial por parte da população, comemorando o término da guerra e o retorno dos soldados. Nesse momento, Philipp percebe que “Porto Alegre inteira estava nas ruas, centenas de bandeiras imperiais eram agitadas com entusiasmo, a cavalaria vencida o caminho com dificuldade, os animais espantados desfaziam o alinhamento precário” (2008, p. 256).

Todavia, à noite, passado todo esse frenesi, após jantar com seu irmão, Philipp fica “afofando o travesseiro com as mãos, alisando os alvos lençóis e pela sua cabeça desfilaram todos aqueles bons companheiros que ficaram para trás [...], quando assoprou a chama do lampião, dormiu logo, como se fizesse aquilo pela primeira vez.” (2008, p. 258).

Assim, percebemos que o Tenente Schneider, após passar por três guerras, atuando ativamente em duas delas, pôde perceber, quando finalmente teve paz, tudo aquilo que havia deixado para trás por ter passado grande parte de sua vida nos campos de batalha. Coisas que iam desde o mais simples, como uma cama com travesseiro, até outras mais profundas, como o ônus de ter deixado para trás o seu lar e a sua família, ficando longe de sua esposa por longos períodos, não presenciando o crescimento de seus filhos, que quase o tinham como um estranho, assim como o envelhecimento de seus pais, uma vez que ao chegar em casa os encontra já idosos, com seu pai sofrendo de seus velhos traumas e sua mãe muito debilitada.

Assim, ao chegar em casa, Philipp pôde perceber que não ganhara nada ao se engajar ainda muito jovem nas forças de Oto Heise, muito menos em ter seguido a carreira militar, compondo o Batalhão de Voluntários, envolvido na Guerra do Paraguai, pois se a sua intenção era, de algum modo, lutar por justiça, isso não ocorreu, pois ao dedicar a sua vida a causas em que acreditava serem suas, apenas serviu aos interesses das elites locais e do império. Assim, em última análise, Philipp, após uma vida inteira voltada à guerra, percebeu que não alcançou nenhuma glória, pois nunca existiu glórias a serem alcançadas, e que esses conflitos, na verdade, apenas roubaram a sua juventude, seus sonhos, e sua paz, trazendo-lhe apenas traumas que, assim como os de seu pai, se estenderiam para o resto da sua vida.

## CONCLUSÃO

Assim como proposto na *Introdução*, acreditamos ter sido possível, por meio das contínuas análises comparativas entre o romance e as narrativas historiográficas que compõem as obras *A imigração alemã e o Rio Grande do Sul* e, *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*, de Jean Roche, *História do Rio Grande do Sul*, de Danilo Lazzarotto e *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*, de Conde Gaston D'Orleans d'Eu, ter demonstrado parte do processo de criação e ficcionalização da História empreendida por Josué Guimarães em um relevante romance histórico da literatura brasileira, *A ferro e fogo*. Dessa forma, pudemos comprovar que a obra literária foi fruto de uma profunda e meticulosa pesquisa historiográfica efetuada pelo romancista, que abrangeu as mais diversas questões relacionadas ao processo de imigração e colonização alemã na então Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

No primeiro capítulo – *O processo de colonização alemã na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul* – em que analisamos as ressonâncias de historicidades contidas em *A ferro e fogo* – pudemos verificar, segundo organizamos a divisão dos subcapítulos, os diversificados temas sobre a imigração explorados pelo romancista e, inclusive, algumas questões do período que a antecederam, como os elementos fundadores da província, que mesmo localizados em um passado longínquo quando comparado ao período da chegada dos primeiros imigrantes alemães, acabaram por ecoar, de alguma forma, as suas vivências.

Também encontramos constantemente exposta a falta de seriedade do império brasileiro e de seus agenciadores com as questões referentes ao projeto de imigração, sobretudo pela representação do *modus operandi* da criação das colônias alemãs na Província de São Pedro. Também verificamos a relevância atribuída pelo romancista ao rápido progresso da colônia e de seus moradores, ao destacar para seus leitores os diversos fatores que foram responsáveis para que tal fato ocorresse.

Nesse capítulo também foi constatado que Josué Guimarães, após realizar um minucioso levantamento acerca do tema, conseguiu transportar de forma artística para as páginas de *A ferro e fogo* a conjuntura social da Colônia de São Leopoldo. Nessa seção, fica igualmente perceptível a preocupação do romancista em representar as paisagens atreladas à trama do romance, pois além de seguir os relatos contidos nas obras historiográficas, o autor acresce a elas os mais diversos sentimentos, através das vivências de suas personagens, as quais, pelo ato da leitura, também podem ser transmitidas ao leitor.

Já no último capítulo, intitulado *A Província de São Pedro do Rio Grande do Sul e os conflitos meridionais do século XIX*, o romancista aborda os episódios mais conflituosos do período e os seus impactos sobre a sociedade civil.

Nele podemos perceber, quando abordada a Segunda Guerra da Cisplatina, as consequências trazidas pelas fronteiras móveis, principalmente sobre as populações locais, já que é sobre elas que recaem os maiores dramas. No que tange à Guerra Farroupilha, constatamos que Josué Guimarães, ao representar os episódios conectados a um dos momentos mais relevantes – para os tradicionalistas – na construção ideológica da imagem do gaúcho e do próprio Rio Grande do Sul, o faz por meio de um olhar não idealizado. Ele busca trazer, em constantes momentos, um contraponto, assim como atrelar ao evento grupos étnicos que geralmente tinham as suas participações omitidas. Já acerca da Guerra do Paraguai, o romancista, além da constante desconstrução de enaltecimentos, expõe os dramas enfrentados pelos soldados que, distantes de qualquer busca por glórias, sofrem com a infestação de insetos, além de problemas com a logística e, principalmente, as inúmeras doenças que acometeram ambos os exércitos. Em outras palavras, Josué Guimarães propõe que o maior inimigo das tropas não eram os soldados paraguaios, ou para estes, os brasileiros, mas sim a inospitalidade do ambiente, o qual não fazia distinções de bandeiras e nem nacionalidades.

Desse modo, podemos constatar por meio das representações de todos esses episódios o viés – que na maior parte das vezes se mostra contrário ao apresentado pela historiografia local da época – empregado por Josué Guimarães. Nele, o romancista busca, através da refiguração da História tradicional, exprimir a posição dos oprimidos, os “relegados da História”, ao mesmo tempo em que denuncia as práticas sociais da classe dominante, e aqui não apenas no sentido econômico do termo, mas também no ideológico, em vista da posição ocupada no período pelo Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul, o qual detinha algo muito próximo a um “monopólio” quanto à produção do discurso referente ao passado do estado.

Assim, temos presentes a participação dos povos indígenas, que apesar de excluídos do discurso oficial do período, surgem no romance, mesmo que em menor número, atuando das mais diferentes formas, servindo como guias, mostrando os caminhos seguros para os “desbravadores alemães” percorrerem, ensinando os métodos de preparo do solo e cultivo das plantas comestíveis para os recém-chegados, instruindo-os quanto às ervas que poderiam servir como remédio, além de representar os envolvimento destes nos diversos conflitos sul-riograndenses, assim como as violências que estes constantemente estavam expostos.



Do mesmo modo, encontramos por meio do romance as populações africanas presentes na história da província, não apenas atuando de modo acentuado no desenvolvimento econômico da Colônia de São Leopoldo, e da capital, Porto Alegre, mas também combatendo na linha de frente, na crença de conquistarem a sua liberdade nos campos de batalha da Guerra Farroupilha, que apesar de muito abordada e exaltada regionalmente, no período ainda omitia de seu discurso “oficial” a importante participação e contribuição dos Lanceiros Negros durante o decorrer dos dez anos de conflito.

E, finalmente, os imigrantes alemães que, assim como as populações indígenas e negras, apesar de um tratamento diferenciado, menos omisso e depreciativo, acabaram sendo deixados fora de uma considerável parcela dos estudos que debatiam o passado do Rio Grande do Sul de maneira mais ampla, e assim, foram reintegrados, por meio de *A ferro e fogo*, como significativos tanto no desenvolvimento econômico da província, através da agricultura e do artesanato, quanto nos constantes conflitos, por meio da participação ativa do Batalhão de Voluntários Alemães.

Por outro lado, quanto àquelas obras que abordavam diretamente a imigração, em sua maioria trabalhos produzidos pelas comunidades germânicas para si mesmas, caracterizadas, sobretudo, por seu cunho ufanista, o romancista busca demonstrar que talvez a história não tenha exatamente ocorrido como narram, com tantos heroísmos e desbravamentos, e que para além do sucesso de alguns indivíduos, houve o fracasso de muitos outros. Além disso, a própria ideia de desenvolvimento em meio ao isolamento é posta em xeque, uma vez que o autor representa constantes interações de diferentes povos dentro da Colônia de São Leopoldo, como a própria família protagonista da trama, os Schneider que, entre seus muitos agregados, possuía escravos africanos, além do fiel “índio” Juanito.

Nas linhas de *A ferro e fogo*, podemos notar também o desprezo de Josué Guimarães pela exploração fomentada pelas classes dominantes. Tal situação se faz presente na narrativa romanesca por meio de lideranças históricas ligadas ao governo, mas, sobretudo, pela figura fictícia do comerciante Carlos Frederico Jacob Nicolau Cronhardt Gründling, o qual além de carregar consigo os mais distintos tipos de preconceitos étnicos e de classe, também é representado como uma pessoa mesquinha e sem escrúpulos ao valer-se de seus compatriotas, produtores das picadas, para o seu desenvolvimento econômico pessoal e crescimento de seus negócios, pagando valores ínfimos pelos viveres produzidos a tanto custo por seus patrícios das picadas, sem se preocupar com a situação de miséria e precariedade em que se mantinham estagnados.

Essa perspectiva, muito provavelmente, se deve ao posicionamento ideológico do romancista que, como discorrido no subcapítulo *O autor*, fora também filiado ao Partido Comunista Brasileiro, e mantinha uma vida política ativa, o que certamente o ajudou a ser o primeiro jornalista brasileiro a entrar na China continental e na União Soviética. Por acreditar em suas convicções, e não fechar os olhos frente às injustiças, Josué Guimarães, por meio de sua função de colunista, passa a manifestar constantes críticas aos governantes, chegando a criar a personagem Dom Xicote, através da qual executava as suas “alfinetadas políticas” (GUIMARÃES, 1988, p. 11).

Tal postura fez com que, após o golpe militar de 1964, Josué Guimarães passasse a viver na clandestinidade, fugindo do regime que o perseguia, sobretudo, por ele expressar, como escritor e jornalista, as suas opiniões polêmicas contrárias à ditadura, assim como por ter tido ligação direta com o governo do presidente João Goulart. Em vista desse contexto, o autor afirma ter nesse período se “encontrado no romance”, pois percebeu nele, segundo as suas próprias palavras, o “lugar para dizer o que preciso e o que quero” (GUIMARÃES, 1988, p. 11), algo que pudemos confirmar em nossa análise de *A ferro e fogo*, sobretudo, quando levado em consideração as abordagens feitas pelo romancista ao representar em sua obra as guerras, uma vez que ao discorrer acerca deste assunto, ele desconstrói qualquer elemento épico nas batalhas, assim como os supostos heroísmos do exército no decorrer dos conflitos, além de expor os constantes abusos cometido pelos soldados e seus comandantes à população civil durante as diversas campanhas que assolaram a província, algo que além de conter uma forte crítica aos militares e à própria instituição, ia na contramão do discurso que estes estavam empenhados em construir após terem tomado o poder.

Além disso, o autor (GUIMARÃES, 1988, p. 5) nunca escondeu que elementos de sua vivência política encontram-se refletidos em sua escrita, do mesmo modo como a influência de suas raízes, as quais são da fronteira, onde se criou “quase bilíngue, ouvindo histórias de caudilhos, revoluções, tropelias, degolações” (GUIMARÃES, 1988, p. 7), e, por esse motivo, sente-se incumbido de denunciá-las em suas obras.

Assim, em última análise, podemos concluir, por meio da verificação de todos esses eventos e do posicionamento crítico externado pelo romancista para a sua composição, que a narrativa de *A ferro e fogo* possibilita uma leitura não científica da História, e que pode ser feita como tal, com todos os seus efeitos, sobretudo, pelo público não acadêmico. Além disso, em vista de seu dinamismo e de sua escrita, acaba por encontrar recepção em um público muito mais amplo do que o encontrado pelas obras historiográficas, que geralmente permanecem limitadas, sobretudo, à academia e ao fazer científico.

Tal possibilidade de leitura se dá, como já abordado, pelo semelhante modo de produção entre as obras literárias e historiográficas, em vista de que ambas as construções narrativas procedem, segundo Ricoeur (2010), pelo percurso mimético. No caso específico de *A ferro e fogo*, podemos constatar que Josué Guimarães, no que diz respeito à *mimesis I*, parte de sua pré-compreensão de mundo e do agir humano, através de suas experiências pessoais de vida, para em seguida, no campo da *mimesis II*, compor o processo concreto de composição textual, sobretudo, por meio da utilização de obras historiográficas. Já a *mimesis III* corresponde à obra concluída, visto que é nesse momento que ela “alcança seu sentido pleno” ao ser “restituída ao tempo do agir e do padecer” (RICOEUR, 2010a, p. 123), ou, em outras palavras, é o momento em que ela encontra-se com o seu leitor.

Todavia, apesar de todas essas semelhanças entre o processo de construção de ambos os modos de narrativa, ou seja, o literário e o historiográfico, cabe ressaltarmos mais uma vez que, apesar de efeitos muito próximos sobre o seu público, esse ocorre por meio de aporias que acabam por modificar o sentido e o conteúdo, diferenciando, desse modo, as obras e as suas finalidades.

## REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

A fase de escrever. *Acervo Literário de Josué Guimarães*. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011. Disponível em: <[http://aljog.upf.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=13](http://aljog.upf.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=13)>. Acesso em: 27/01/2020.

ALMEIDA, Marlene Medaglia. *A análise crítica da historiografia sul-riograndense: uma tarefa que se impõe*. Porto Alegre: UFRGS. Cadernos de estudos, n. 1.

ALJOG/UPF no Arquivo Histórico Regional de Passo Fundo. *Acervo Literário de Josué Guimarães*. Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo, 2011. Disponível em: <[http://aljog.upf.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=13&Itemid=13](http://aljog.upf.br/index.php?option=com_content&view=article&id=13&Itemid=13)>. Acesso em: 27/05/2020.

ALVES, Márcio Miranda. A literarização da paisagem do pampa: três momentos decisivos. *Scripta Uniandrade*, v. 15, n. 3, p. 60-85, 2017.

A FERRO e Fogo (Documentário). Direção: Silvio Barbizan. Produção: Zanza Pereira, 1984, RBS TV.

ANDERSON, Perry. Trajetos de uma forma literária. *Novos estudos Cebrap*, São Paulo, n. 77, p. 205-220, mar. 2007.

ANDRETTA, Luana Maria. O pó da memória: acervo literário de Josué Guimarães e patrimônio cultural. *LaborHistórico*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 272-287, jan. abr. 2020.

AQUINO, Ivânia Campigotto. *A ferro e fogo: elementos fundamentais do gênero romance na forma e no conteúdo*. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo, Passo Fundo*, v. 6, n. 2, p. 237-261, jul./dez. 2010.

Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. *Duelo de Farroupilhas: documentos sobre a Guerra Civil Farroupilha, 1835-1845*. 2.ed.; E-book. Orgs. Paulo Roberto Staudt Moreira, Rejane Penna e Raul Róis Schefer Cardoso. São Leopoldo: Oikos, 2021. Disponível em: <<https://oikoseditora.com.br/files/Duelo%20de%20Farroupilhas-AHRS%2021%20-%20e-book.pdf>>. Acesso em: 02/01/2022.

ARMANI, Carlos Henrique. A história da historiografia no Rio Grande do Sul e a escrita do tempo da nação: um estudo de caso. *Oficina do Historiador*, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 5, n. 2, p. 193-207, jul./dez. 2012.

As traições de 1964 – Entrevista com Josué Guimarães. *Revista Oitenta*. Porto Alegre, p. 1, 8 de mar. 2009. Disponível em: <[https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=618848&Template=../artigosnoticias/user\\_exibir.asp&ID=920621](https://www.lpm.com.br/site/default.asp?TroncoID=805133&SecaoID=816261&SubsecaoID=618848&Template=../artigosnoticias/user_exibir.asp&ID=920621)>. Acesso em: 29/01/2020.

AUTORES GAÚCHOS 15. *Josué Guimarães*. Porto Alegre: Instituto Estadual do livro. p. 3-8, 1988. Entrevista.

BARBIERI, Terezinha. Colonização a ferro e fogo. In: REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da universidade (UFRGS), p. 27-37, 1997.

BATISTELLA, Alessandro. Os excluídos da história local: notas introdutórias acerca da expropriação dos indígenas e dos caboclos e a formação dos latifúndios no norte do Rio Grande do Sul. *Unoescc & Ciência – ACHS*, Joaçaba, v. 5, n. 2, p. 229-242, jun./dez. 2014

BEAUVOIR, José María. *Los Shelknam, indígenas de la Tierra del Fuego: sus tradiciones, costumbres y lengua*. Buenos Aires: Libr. del Colegio Pio IX, 1915.

BETHELL, Leslie Michael. O imperialismo britânico e a Guerra do Paraguai. *Estudos avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 269-285, mai/ago. 1995.

BITELO, Euclides. Estado comemora 190 anos da Imigração Alemã nesta sexta-feira. *Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, Redação Secom, 2014. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/estado-comemora-190-anos-da-imigracao-alema-nesta-sexta-feira>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

BOCCHESI, Marcell. ARENDT, João Cláudio. Sobre cabarés, figurões e prostitutas em A ferro e fogo I, de Josué Guimarães. *Conexão – Comunicação e Cultura*, Caxias do Sul, v. 10, n. 19, p. 127-149, jan./jun. 2011.

BORDINI, Maria da Glória. *Acervos e história da literatura: a fonte primária na escrita dos eventos*. [199-?]. Disponível em: <[http://www.ppgl.ufpa.br/historia\\_da\\_literatura/maria\\_bordini.php](http://www.ppgl.ufpa.br/historia_da_literatura/maria_bordini.php)>. Acesso em: 27 mai. 2015.

BORDINI, Maria da Glória. Acervos Sulinos: a fonte documental e o conhecimento literário. In: SOUZA, Maria Eneida de; MIRANDA, Wander Mello (Org.). *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003, p. 129-139.

BORDINI, Maria da Glória. *Cadernos do centro de pesquisas literárias da PUCRS: manual de organização do acervo literário de Erico Verissimo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

BORDINI, Maria da Glória. *Os acervos de escritores sulinos e a memória literária brasileira*. Patrimônio e Memória, UNESP, v. 4, p. 1-20, 2009.

BOSI, Alfredo. Narrativa e resistência. *Itinerários*, Araraquara, n. 10, p. 11-27, 1996.

BRINGMANN, Sandor Fernando. *Índios, colonos e fazendeiros: conflitos interculturais e resistência Kaingang nas Terras Altas do Rio Grande do Sul (1829- 1860)*. 2010. 219 f. Dissertação (Mestrado em História) - Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

CERTEAU, Michel de. *A escrita da história*. Trad. de Maria de Lourdes Menezes. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2015.

CERTEAU, Michel de. *História e psicanálise: entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Trad. de Cristina Antunes. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2016.

CHARTIER, Roger. *A mão do autor e a mente do editor*. Trad. de George Schlesinger. 1. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2014.

CHAVES, Flávio Loureiro. *História e literatura*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1991.

COLLOT, Michel. *Poética e filosofia da paisagem*. Organização da tradução: Ida Alves. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2013.

CORREA, Silvio Marcus de Souza. Narrativas sobre o Brasil alemão ou a Alemanha brasileira: etnicidade e alteridade por meio da literatura de viagem. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p. 227-269, jan./dez, 2005.

DE MARCO, M. A. *La guerra del Paraguay*. Buenos Aires: Planeta, 2003.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Trad.: Cláudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

D'EU, Conde Gaston D'Orleans. *Viagem Militar ao Rio Grande do Sul*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. Cotidiano e sobrevivência: soldados e marinheiros na Guerra do Paraguai. *Historiæ*. Rio Grande, n. 5, 116-140, 2014.

ELMIR, Cláudio Pereira. A produção historiográfica no Rio Grande do Sul nos últimos 50 anos (1961-2010). *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*, São Paulo, julho 2011.

ENCICLOPEDIA RIO-GRANDENSE. *O Rio Grande antigo*. Porto Alegre: Editora Sulina, 1968. v. I.

ESTEVES, Antônio R. *O romance histórico brasileiro contemporâneo (1975-2000)*. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

FLORES, Hilda Agnes Huber. *Alemães na Guerra dos Farrapos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

WIEDERSPAHN, Henrique Oscar. *O general farroupilha João Manuel de Lima e Silva*. Caxias do Sul: Educs, 1984.

FRANCO, Sérgio da Costa. Análise da historiografia do Rio Grande do Sul. *Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, 2015.

FUENTES, Carlos. *Valiente Mundo Nuevo: épica, utopía y mito en la novela hispano-americana*. México: Fondo de Cultura Económica, 1990.

GALEANO, Eduardo. *Open veins of Latin America*. New York, Monthly Review Press, 1973.

GONZAGA, Sergius. A vitória do realismo. In: INSTITUTO ESTADUAL DO LIVRO. *Josué Guimarães: escrever é um ato de amor*. Porto Alegre: IEL, 1988, p. 15-17.

GRÉSILLON, Almuth. Alguns pontos sobre a história da Crítica Genética. *Estudos Avançados*. São Paulo, USP, p. 7-18, 1991.

GRÉSILLON, Almuth. *Elementos de crítica genética: ler os manuscritos modernos*. Trad. Cristina de Campos Velho Birck et al., superv. Patrícia Chittoni Ramos Reuillard. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2007.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de solidão*. 15. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2006.

GUIMARÃES, Josué. *A ferro e fogo: tempo de guerra*. 10. ed. Porto Alegre: L&PM Editores, 2008.

GINZBURG, Carlo. *O fio e os rastros: Verdadeiro, falso, fictício*. Tradução de Rosa Freire d'Aguiar e Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GINZBURG, Jaime. A interpretação do Rastro em Walter Benjamin. In: GINZBURG, Jaime; SEDLMAYER, Sabrina (orgs). *Walter Benjamin. Rastro, aura e história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012, p. 107-132.

Há 30 anos, a última entrevista de Josué Guimarães. *Jornal Já*. Porto Alegre, p. 1, 24 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.jornalja.com.br/ha-30-anos-ultima-entrevista-de-josue-guimaraes/>>. Acesso em: 27/01/2020.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

HARTMANN, Ivar. *Aspectos da Guerra dos Farrapos*. Novo Hamburgo: Feevale, 2002.

HAY, Louis. Des Manuscrits, pour quoi faire?. *Le Monde*, Paris, 8 de fev. 1967, Le Monde des livres.

HAY, Louis. Über die Entstehung von Texten und Theorien. *Zeitschrift für Literaturwissenschaft und Linguistik*. Göttingen: Vandchoeck & Ruprecht, 1987, n. 68, p. 9-20.

HEMMING, John. *Ouro Vermelho: a conquista dos índios brasileiros*. São Paulo: EdUSP, 2007.

HOHLFELDT, Antonio. Uma perspectiva protestante da colonização do Rio Grande. In: REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da Universidade (UFRGS), 1997, p. 65-73.

HOUAISS, Antônio (1915-1999) e VILLAR, Mauro Salles (1939). Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa / Antônio Houaiss e Mauro Salles Villar, elaborado no Instituto Antônio Houaiss de Lexicografia e Banco de Dados da Língua Portuguesa S/C Ltda. 1 ed. – Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.

HUNSCHE, Carlos. *O biênio 1824/25 da imigração e colonização alemã no Rio Grande do Sul*. Instituto Estadual do Livro, 1975.

INSTITUTO Brasileiro de Florestas. *Bioma Pampa*. Disponível em: <<https://www.ibflorestas.org.br/bioma-pampa>>. Acesso em: 21 mai. 2021.

JAMESON, Fredric. O romance histórico ainda é possível?. *Novos estudos* - CEBRAP, São Paulo, n. 77, p. 185-203, mar. 2007.

JANNASCH, Robert. *Land und Leute von Rio Grande do Sul*. Leipzig: A Friese, 1905.

KÖHLER, Fritz. *Brasilien heute und morgen*. Leipzig: F.A. Brockhaus, 1926.

KÖLLN, Lucas André Berno. O romance histórico. *Tempos Históricos*, Marechal Cândido Rondon, v. 16, n. 1, p. 179-184, 1. Semestre 2012.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio, 2012.

LAZZAROTTO, Danilo. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Sulina, 1971.

LIMA, Luiz Costa. *História. Ficção. Literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LUKÁCS, György. *A teoria do romance: um ensaio histórico-filosófico sobre as formas da grande épica*. Trad., posfácio e notas de José Marcos Mariani de Macedo. São Paulo: Duas Cidades; Ed. 34, 2009.

LUKÁCS, György. Narrar ou descrever? In: LUKÁCS, György. *Ensaios sobre literatura*. Trad. Giseh Vianna Konder. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, p. 47 - 99, 1968.

LUKÁCS, György. *La novela histórica*. Trad. de Jasmin Reuter. Mexico: Ediciones Era, 1996.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. Trad. de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

MACARINI, José Pedro. Governo Geisel: transição político-econômica? Um ensaio de revisão. *Revista de Economia Contemporânea*. vol. 15, n. 1 Rio de Janeiro jan./abr. 2011.

MACHADO, Ivan Pinheiro. In: TOLSTÓI, Leon. *Guerra e paz*. Trad. de João Gaspar Simões. Porto Alegre: L&PM, 2014.

MARTINEZ, Tomás Eloy. Ficção e história: apostas contra o futuro. *O Estado de S. Paulo*, 5 out. 1996.

MARX, Karl. *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Boitempo, 2011.



MIGNOLO, Walter. Lógica das diferenças e política das semelhanças da literatura que parece história ou antropologia, e vice-versa. Trad. Joyce Ferraz. In: CHIAPPINI, Ligia; AGUIAR, Flávio Wolf de (org.). *Literatura e História na América Latina*. São Paulo: EDUSP, 2001, p. 115-135.

MOLINO, Jean. *Pour la poïétique*. Toronto: Les Editions Trintexte, 1988, p. 5-31.

MORGANTI, Vera Regina. *Confissões do Amor e da Arte*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1994.

MOTA, Carlos Guilherme. História de um silêncio: a Guerra contra o Paraguai (1864-1870) 130 anos depois. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, p. 243-254, 1995.

NEEFS, Jacques. La critique génétique: histoire d'une théorie. In: ALMUTH, Gresillon. *De la genèse du texte littéraire: manuscrit, auteur, texte, critique*. Tusson: Ed. Du Lérot, 1988.

NOËL, Jean Bellemin. *Le texte et l'avant-texte*. Paris: Larousse, 1972.

OLIVEN, Ruben. *A parte e o todo: a diversidade cultural no Brasil-nação*. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2006.

ORTIZ, Renato. *Mundialização e cultura*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

OSÓRIO, J. L.; OSORIO FILHO, F. L. *História do General Osório*. Pelotas: Rio Grande do Sul: Typografia do Diário Popular, Vol. 2, 1915.

PAES, Maria Helena Simões. *Em nome da Segurança Nacional: do golpe de 64 ao início da abertura*. São Paulo: Atual, 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da história e da literatura. In: *Revista História da Educação*, n. 14, set. 2003, p. 31-45.

PICCOLO, Helga I. L. Historiografia gaúcha. *Anos 90*. Porto Alegre, PPG em História da. UFRGS, (3): 43-59. jun. de 1995.

POSSE, Abel. La novela como nueva crónica de América. In: KOHUT, K. (Ed.) *De conquistadores y conquistados*. Frankfurt: Vervuert Verlag, 1992.

PROST, Antoine. *Doze lições sobre a história*. Trad. de Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

Relação de veleiros transatlânticos & das famílias. *Paróquia Martin Luther*. Comunidade Evangélica de Porto Alegre filiada à Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil e ao Sínodo Rio dos Sinos. Porto Alegre, 1998. Disponível em: <<http://www.mluther.org.br/Imigracao/relacao-veleiros.htm>>. Acesso em: 10/02/2020.

RELLY, Eduardo. Memórias do Urwald no Brasil meridional: negociações e riscos da colonização florestal teuto-brasileira. *Mouseion*, Canoas, n. 27, p. 127-142, ago. 2017.

RETTENMAIER, Miguel. Pesquisa literária e acervo: a maldição dos manuscritos. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 4, n. 2, p. 137-145, jul./dez. 2008.

RETTENMAIER, Miguel; FEIJO, E. T.; SAMARTIN, R.. Bases de dados relacionais para o estudo da literatura: um projeto para o Acervo Literário de Josué Guimarães. In: Rogério Barbosa; Pablo Gobira; Francisco Marinho. (Org.). *Múltiplas Interfaces: livros digitais, criação artística e reflexões contemporâneas*. 1 ed. Belo Horizonte: Scriptum, 2018, p. 111-129.

RETTENMAIER, Miguel; REMÉDIOS, Maria Luíza Ritzel. Josué Guimarães, um revisor da História. *Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade de Passo Fundo*, v. 2, n. 1, p. 117-126, jan./jun. 2006.

RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. Trad. de Alain François. 1. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a intriga e a narrativa histórica*. Trad. de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010a.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: a configuração do tempo na narrativa de ficção*. Trad. de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010b.

RICOEUR, Paul. *Tempo e narrativa: o tempo narrado*. Trad. de Claudia Berliner. 1. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2010c.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, vol. I.

ROCHE, Jean. *A colonização alemã e o Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Editora Globo, 1969, vol. II.

ROCHE, Jean. *L'administration de la Province du Rio Grande do Sul de 1829 à 1847*. Porto Alegre: Universidade do Rio Grande do Sul / Faculdade de Filosofia, 1961.

ROCKENBACH, Sílvio Aloysio. In: BITELO, Euclides. Estado comemora 190 anos da Imigração Alemã nesta sexta-feira. *Governo do Estado do Rio Grande do Sul*, Redação Secom, 2014. Disponível em: <<https://estado.rs.gov.br/estado-comemora-190-anos-da-imigracao-alema-nesta-sexta-feira>>. Acesso em: 10 ago. 2021.

RODEGHERO, Carla Simone. Religião e patriotismo: o anticomunismo católico nos Estados Unidos e no Brasil nos anos da Guerra Fria. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, n. 44, p. 463-487, 2002.

RODRIGUES, Mara Cristina de Matos. *Da crítica à história: Moysés Vellinho e a trama entre a província e a nação, 1925 a 1964*. Tese (Doutorado em História) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2006.

RÜSEN, Jörn. *Cultura faz sentido: orientação entre o ontem e o amanhã*. Trad. de Nélcio Schneider. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SAID, Edward W. *Cultura e imperialismo*. Trad. Denise Bottman. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

SANTOS, Elaine dos. LIPKE, Rose Rehbein. Literatura e história: representações da imigração alemã através de *A ferro e fogo I – tempo de solidão*. *Revista do Centro de Artes, Humanidades e Letras*, Cachoeira, vol. 3, p. 38-54, 2009.

SANTOS, Pedro Brum dos. A trama dos tempos: um conceito de história em *A ferro e fogo*. In: REMÉDIOS, M. L. R. (Org.). *Josué Guimarães: o autor e sua ficção*. Porto Alegre: EDIPUCRS; Editora da universidade (UFRGS), 1997, p. 52-64.

SANTOS, Pedro Brum dos. Literatura e intervenção: romance histórico no Brasil. *Floema, Vitória da Conquista*, Ano VII, n. 9, p. 283-303, jan./jun. 2011.

SECCO, Lincon. Trinta Anos da Revolução dos Cravos. *Revista Adusp*. São Paulo, out. 2004.

SERGIO, Antonio. Breve panorama do romance histórico brasileiro. *Semar*. Disponível em: <<http://www.semar.edu.br/revista/downloads/edicao3/ArtigoAntonioSergio.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2017.

SILVA, Haike Roselane Kleber da. A identidade teuto-brasileira pensada pelo intelectual Aloys Friederichs. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 12, n. 21/22, p.295-330, jan./dez. 2005.

SILVA, Juremir Machado da. *História regional da infâmia*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SIQUEIRA Jr., Jaime Garcia. A iconografia Kadiweu atual. In: VIDAL, Lux (Org.). *Grafismo Indígena: estudos de antropologia estética*. São Paulo: Studio Nobel, Fapesp, Edusp, 1992.

SMITH, Joseph. *Illusions of conflict. Anglo-American diplomacy toward Latin America, 1865-1896*. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1979.

SPALDING, Walter. A revolução farroupilha. in: *Enciclopédia Rio-grandense*, Editora Regional, Canoas, 1956.

STÜBEN, Jens. Literatura regional e literatura na região. In: ARENDT, João Claudio; NEUMANN, Gerson (Orgs.). *Regionalismus – Regionalismos: subsídios para um novo debate*. Caxias do Sul: Educs, 2013. p. 36-73.

THOMPSON, Edward Palmer. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. Campinas: Unicamp, 2001.

TOLSTÓI, Leon. *Guerra e paz*. Trad. de João Gaspar Simões. Porto Alegre: L&PM, 2014.

TORRES, Luiz Henrique. Antagonismo e historiografia: análise de alguns enfoques da Obra De Moysés Vellinho. *História em Revista*, Pelotas, v. 7, 2001.

TORRES, Luiz Henrique. *Historiografia Sul-Rio-Grandense: o lugar das missões jesuítico-guaranis na formação histórica do Rio Grande do Sul (1819-1975)*. Porto Alegre, 1995, Tese de Doutorado em História, PUCRS, (orientador: Arno Alvarez Kern).

TRAMONTINI, Marcos Justo. *A escravidão na colônia alemã* (São Leopoldo – primeira metade do século XIX). Disponível em: <<http://cdn.fee.tche.br/jornadas/1/s5a3.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2021.

TRESPACH, Rodrigo. *A batalha do Passo do Rosário (1827)*. Disponível em: <<http://www.rodrigotrespach.com/2014/02/19/a-batalha-do-passo-do-rosario/>>. Acesso em: 12 nov. 2021.

VAISMAN, Ester. O "jovem" Lukács: trágico, utópico e romântico?. *Kriterion*, Belo Horizonte, v. 46, n. 112, p. 293-310, dez. 2005.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. Figurações do passado: o romance histórico em Walter Scott e José de Alencar. *Terceira Margem*. Rio de Janeiro, n. 18, jan./jun. p. 15-37, 2008.

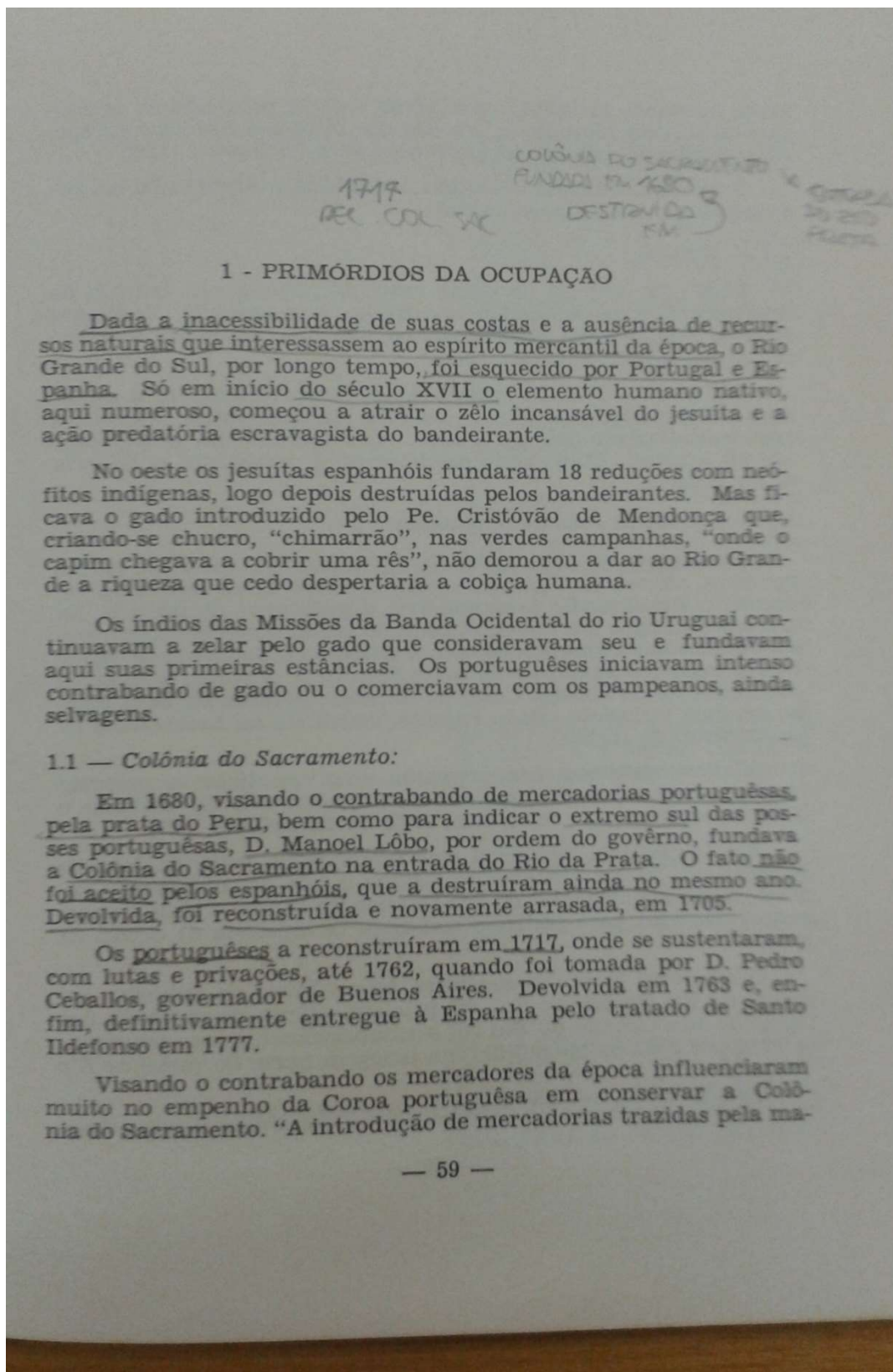
ZEEVALLOS, Enrique Amayo. A Guerra do Paraguai em perspectiva histórica. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 9, n. 24, 1995, p. 255-267.

ZILBERMAN, Regina. O romance histórico – teoria & prática. In: BORDINI, Maria da Glória (Org.). *Lukács e a literatura*. Porto Alegre: EDUPUCRS, 2003. p. 109-140.

ZILBERMAN, Regina. Saga familiar e história política. In: GONÇALVES, Robson Pereira (Org.). *O tempo e o vento: 50 anos*. Santa Maria; Bauru: UFSM/EDUSC, 2000, p. 25-42.

## ANEXOS

## Anexo 1



## Anexo 2

rinha mercante lusitana, nesse pôrto e de lá passando às províncias espanholas cisandinas, era um dos melhores negócios da época, redundando em grandes proventos para Portugal". (26)

Estes acontecimentos teriam importância acentuada no povoamento do Rio Grande do Sul.

## 1.2 — Laguna

Para criar um elo de união entre São Paulo e a Colônia do Sacramento, e assim melhor socorrê-la, se necessário, Domingos de Brito Peixoto e seu filho Francisco, em 1684, fundaram a cidade de Laguna no litoral catarinense.

Um dos objetivos da criação de Laguna foi também a exploração do gado rio-grandense. De fato, desde o início, foi esta a principal atividade dos lagunenses. O comércio com os pampeanos foi intenso. Mais tarde descobriram e arrasaram a Bacaria de los Piñares. (\*)

## 1.3 — A frota de João de Magalhães:

A presença, em Laguna, de alguns espanhóis, em 1722, vindos por terra, alertou os lagunenses para o perigo de os espanhóis tomarem o Rio Grande, fechando-lhes a passagem obrigatória na entrada da Lagoa dos Patos, impedindo assim o comércio do gado e a liberdade de comunicação com a Colônia do Sacramento. Apreensões essas que Francisco de Brito Peixoto se apressou a levar ao conhecimento de Rodrigo César de Menezes, governador de S. Paulo, sob cuja jurisdição estava Laguna, insistindo na necessidade de povoamento da região.

Não contente com isto, preparou uma expedição às próprias custas e como os lagunenses não permitissem que êle deixasse o govêrno, confiou-a ao seu genro, João de Magalhães. (\*\*)

Essa expedição, conhecida pelo nome de "A frota de João de Magalhães", foi eminentemente militar e não colonizadora. Radicou-se em algum ponto do Rio Grande do Sul com seus componentes reunidos, para poderem conseguir os objetivos de defesa da terra.

O cel. Rêgo Monteiro considera êste o início da primeira povoação do Rio Grande do Sul. "O primeiro núcleo de povoação nas terras do Rio Grande do Sul foi o estabelecimento em princípios de 1725 por João de Magalhães, na margem norte do canal de Rio

(\*) Confira capítulo anterior sobre o gado no Rio Grande do Sul.

(\*\*) Francisco de Brito Peixoto não era casado mas teve muitos filhos de diversas índias.

1684  
↓  
LAGUNA  
↓  
LT. CATIPI  
↓  
BARRA  
COL. SACR.  
↓  
EXPL. GADO  
RIOGR.

## Anexo 3

## INDICE DA MATÉRIA

PREFÁCIO	XI
RESUMO ANALÍTICO	XXIII
MAPA FORA DO TEXTO	
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I O Rio Grande do Sul antes da colonização alemã✕	9
CAPÍTULO II Uma colonização dirigida ✓	93
CAPÍTULO III Um enxêrto vigoroso ✕	157
CAPÍTULO IV A agricultura dos colonos ✓	243
CAPÍTULO V A enxamagem dos pioneiros ✓	319
CAPÍTULO VI A vocação comercial ✓	403
CAPÍTULO VII O surto industrial ✓	479
CAPÍTULO VIII A Nova Sociedade ✕	557
CAPÍTULO IX Outro modo de vida e de pensamento ✕	633
CAPÍTULO X Rumo a uma cidade original	703
CONCLUSÃO	769
PUBLICAÇÕES PERIÓDICAS	783
OUTRAS FONTES	796
SIGLAS	801
MAPAS	803
METROLOGIA	805

## Anexo 4

## TESTE OBJETIVO

(Prof<sup>a</sup> Eronita Silva Barcelos)

*Lê as questões abaixo e marca apenas uma assertiva para cada uma delas.*

- 1 — A fundação da Colônia do Sacramento por D. Manoel Lôbo visava:
- a) — fomentar o comércio de gado com o Peru e demarcar as posses portuguesas.
  - b) — evitar a entrada dos espanhóis nos domínios portugueses e contrabandos para o Prata.
  - c) — contrabandear mercadorias portuguesas e indicar o limite sul das posses portuguesas.
  - d) — facilitar o contrabando pela marinha mercante para as províncias portuguesas.
- 2 — Por sua vez, Laguna teve sua fundação com o objetivo de:
- a) — exploração do gado do Rio Grande do Sul.
  - b) — contrabando do gado para as províncias vizinhas.
  - c) — união entre Colônia do Sacramento e a Bacaria de los Piñares.
  - d) — aceleração do povoamento do Rio Grande do Sul.
- 3 — Com o tratado assinado em Paris em 26-3-1737:
- a) — A Colônia do Sacramento passou para Buenos Aires.
  - b) — deu plenas garantias a Portugal de suas posses.
  - c) — os espanhóis receberam ordem de cessar as hostilidades contra os portugueses.
  - d) — levantou-se o cêrco da Colônia do Sacramento.



## Anexo 5

Sul erigiu-se, pois, como um baluarte na margem meridional do domínio luso-brasileiro. Por outro lado, o Tratado de 1750, contrário ao que dêle esperavam seus negociadores, inaugurou a fase mais agitada das relações hispano-portuguêsas na América. Por isso a formação do Rio Grande do Sul realizou-se nos combates (Ver fig. 3).

#### A GUERRA GUARANI

Tendo encontrado a Comissão Mista, encarregada de fixar os limites da nova fronteira, resistência por parte dos índios, as tropas hispano-portuguêsas intervieram. Depois de escaramuças em que pereceu o chefe dêles, Sepé Tiaraju, os índios foram dizimados (Caibaté, 10 de fevereiro de 1756) e seus aldeamentos destruídos ou conquistados (maio de 1756)<sup>13</sup>. Mas as tropas portugûêsas estacionaram alguns meses apenas nas Missões, que a Convenção de 1761 devolveu aos espanhóis. Êstes já inquietavam os portugûêses no Sul.

## Anexo 6

20

JEAN ROCHE

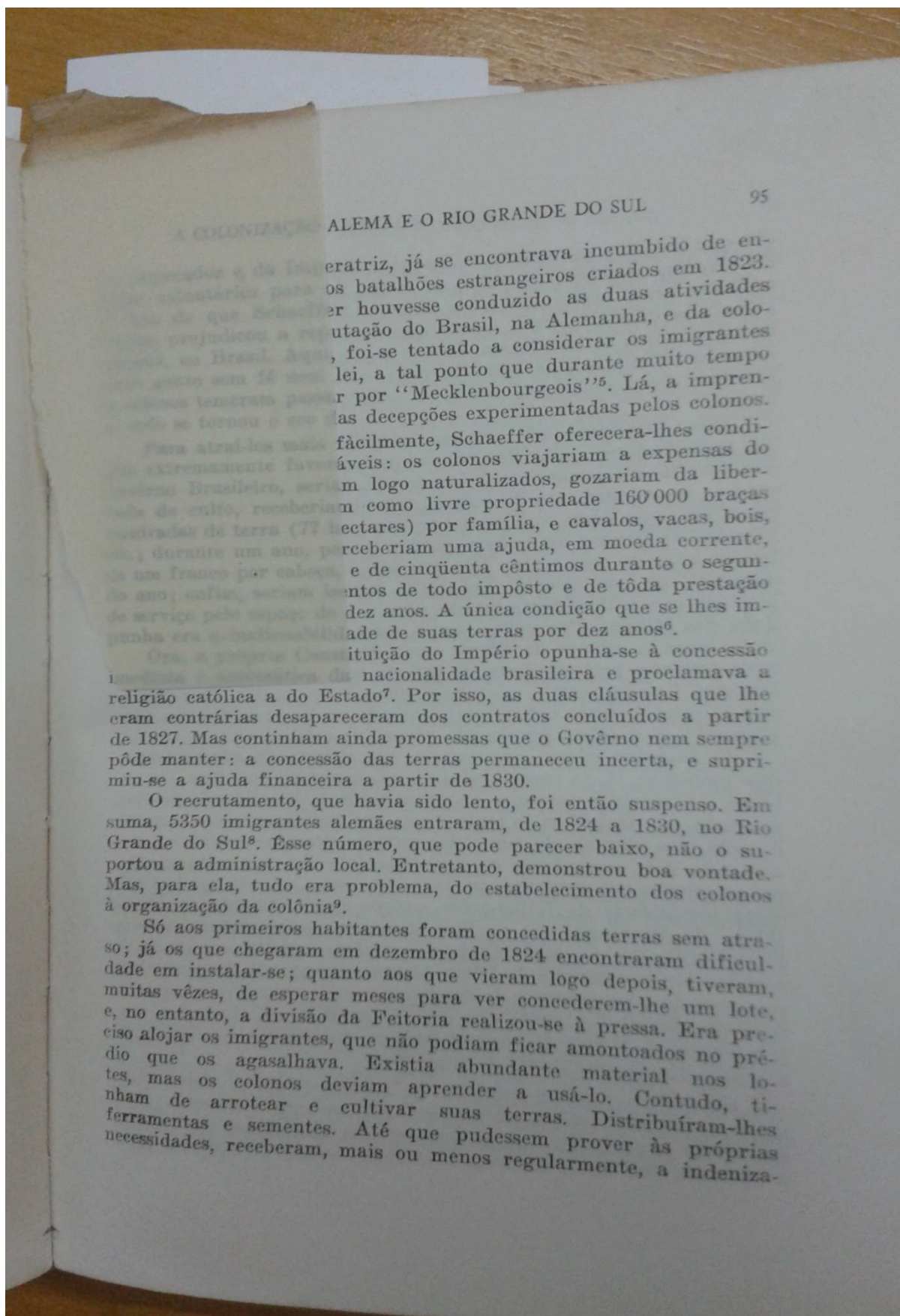
## b. OS HOMENS

As guerras do século XVIII e do começo do século XIX não haviam firmado a soberania brasileira no território do Rio Grande do Sul, mas tinham assegurado a homogeneidade de sua população: esta se constituía pela preponderância de uma raça e de uma te-  
 ção: a população rio-grandense livre era, com efeito, essencialmente branca e portuguesa.

## 1. A ELIMINAÇÃO DOS ÍNDIOS E DOS ESPANHÓIS

Os índios que ocupavam primitivamente o Rio Grande do Sul pertenciam a três grupos: tupis-guaranis, guaicurús e gês<sup>55</sup>. Estes eram representados pelos caingans, mais conhecidos pelo nome de coroados (pelo modo de enfeitar a cabeça) ou bugres, que se tornou o nome genérico dos indígenas no Rio Grande. Eram, entretanto, os que nêle se haviam estabelecido mais tarde. Por isso, não tinham sido catequizados pelos jesuítas e haviam permanecido muito combativos. Ocupando a zona do Alto Uruguai, ao redor de Nonoai, foram rechaçados pela penetração dos criadores nos Campos de Cima da Serra, a partir de 1827. Os guaicurús haviam sido representados por várias tribos, tendo algumas desaparecido nas guerras intestinas, entre as quais as mais conhecidas eram as dos charruas, estabelecidos ao longo do Jaguarão, e dos minuanos, entre o Ibicuí e o Quaraí. Foram êles que os hispano-portuguêses encontraram em 1756, nos cimos do Rio Grande meridional. Os charruas eram mais independentes, os minuanos mais sociáveis. Êstes forneceram aos portugêses o primeiro pessoal das estâncias, aquêles lhes transmitiram o uso das bolas, arma de guerra, depois de cada e instrumento de trabalho, pois se tinham tornado excelentes cavaleiros. Foi o único grupo que deixou alguns traços no povoamento do Rio Grande do Sul, ao longo do Uruguai. Fato curioso: já tinham perdido o uso da própria língua e adotado a dos guaranis, mais civilizados. Procedentes do Paraguai, êstes últimos haviam avançado em direção a Leste, das Missões até a Lagoa dos Patos, que tem o nome de uma de suas tribos. Mais dóceis que os precedentes, os índios guaranis tinham-se submetido à catequização dos jesuítas e povoado suas Reduções, aprendendo uma agricultura aperfeiçoada, a tecelagem, a cerâmica e o trabalho dos metais. Mas seus estabelecimentos, várias vezes devastados pelas incursões de bandeirantes, forneceram, depois, soldados à Coroa da Espanha;

## Anexo 7



ALEMÃ E O RIO GRANDE DO SUL

95

eratriz, já se encontrava incumbido de en-  
os batalhões estrangeiros criados em 1823.  
er houvesse conduzido as duas atividades  
utação do Brasil, na Alemanha, e da colo-  
, foi-se tentado a considerar os imigrantes  
lei, a tal ponto que durante muito tempo  
r por "Mecklenbourgeois"<sup>5</sup>. Lá, a impres-  
as decepções experimentadas pelos colonos.  
fácilmente, Schaeffer oferecera-lhes condi-  
áveis: os colonos viajariam a expensas do  
m logo naturalizados, gozariam da liber-  
m como livre propriedade 160 000 braças  
ectares) por família, e cavalos, vacas, bois,  
receberiam uma ajuda, em moeda corrente,  
e de cinqüenta cêntimos durante o segun-  
tos de todo impôsto e de tôda prestação  
dez anos. A única condição que se lhes im-  
ade de suas terras por dez anos<sup>6</sup>.  
stituição do Império opunha-se à concessão  
nacionalidade brasileira e proclamava a  
religião católica a do Estado<sup>7</sup>. Por isso, as duas cláusulas que lhe  
eram contrárias desapareceram dos contratos concluídos a partir  
de 1827. Mas continuam ainda promessas que o Govêrno nem sempre  
pôde manter: a concessão das terras permaneceu incerta, e supri-  
miu-se a ajuda financeira a partir de 1830.

O recrutamento, que havia sido lento, foi então suspenso. Em  
suma, 5350 imigrantes alemães entraram, de 1824 a 1830, no Rio  
Grande do Sul<sup>8</sup>. Esse número, que pode parecer baixo, não o su-  
portou a administração local. Entretanto, demonstrou boa vontade.  
Mas, para ela, tudo era problema, do estabelecimento dos colonos  
à organização da colônia<sup>9</sup>.

Só aos primeiros habitantes foram concedidas terras sem atra-  
so; já os que chegaram em dezembro de 1824 encontraram dificul-  
dade em instalar-se; quanto aos que vieram logo depois, tiveram,  
muitas vêzes, de esperar meses para ver concederem-lhe um lote,  
e, no entanto, a divisão da Fieitoria realizou-se à pressa. Era pre-  
ciso alojar os imigrantes, que não podiam ficar amontoados no pré-  
dio que os agasalhava. Existia abundante material nos lo-  
tes, mas os colonos deviam aprender a usá-lo. Contudo, ti-  
nham de arrotear e cultivar suas terras. Distribuíram-lhes  
ferramentas e sementes. Até que pudessem prover às próprias  
necessidades, receberam, mais ou menos regularmente, a indeniza-

## Anexo 8

JEAN ROCHE

106

nha sido dado o impulso e de que basta favorecer a colonização espontânea, "cuja corrente aumenta". Em 1872, o mesmo otimismo oficial encontra-se no relatório do Presidente: "Se não intervém acontecimento extraordinário, não está longe a época em que se estabelecerá a corrente de imigração espontânea da Alemanha para o Rio Grande." De fato, a colonização provincial marcava passo por falta de imigrantes a estabelecer.

A Assembléia Legislativa Provincial, por várias vezes, salienta as vantagens teóricas que acha na colonização espontânea. Ela também alimenta a ilusão do momento, sempre próximo, em que a imigração para o Rio Grande será "espontânea". Os argumentos oferecidos são, ora, que as contradições e os erros do Governo tornam necessária uma reforma da legislação colonial, ora que, em lugar de manter recrutadores, vale mais empregar o dinheiro da Província na construção de pontes, estradas, escolas nas regiões colonizadas, e até na criação de uma companhia de navegação direta entre a Alemanha e o Rio Grande do Sul, a qual receberia assim imigrantes espontâneos. "A colonização deve ser livre... Tais contratos provocam a desconfiança a respeito da sorte que espera o colono", cuja vida é apresentada como "uma escravidão disfarçada<sup>31</sup>".

Tida por um mal, a subvenção aos imigrantes constituiu a característica mais real da colonização, no Rio Grande do Sul como em outras províncias brasileiras<sup>32</sup>. Considerado como a pior solução, o sistema dos contratos foi, contudo, o meio mais eficaz de alimentar a corrente imigratória nas colônias provinciais, entre 1850 e 1873<sup>33</sup>.

Desde 1851, Pedro Kleudgen assinara com o Governo Provincial um contrato pelo qual se comprometia a introduzir 2000 colonos dentro de dois anos, na Colônia de Santa Cruz. Não pôde chegar a êsse número, mas continuou como procurador da emigração, encarregado de uma missão de propaganda na Alemanha.

Em 1855, era a Sociedade Montravel, Silveiro e Cia. que se comprometia a introduzir 1440 colonos, em troca de uma recompensa de 30 ou 15 mil-réis por colono, conforme êste tivesse mais ou menos de 12 anos, e mediante um empréstimo de 57 000 mil-réis, reembolsável em três anos. O contrato foi modificado em abril de 1856 e fevereiro de 1857. A Sociedade, em 1859, havia introduzido apenas 1187 colonos. Atacada, teve de ser defendida pelo deputado Barcellos, que dela fazia parte. Frisou que, entre outras vantagens, a imigração por contrato apresentava a de ser menos dispendiosa que o recrutamento direto.

## Anexo 9

## A COLONIZAÇÃO ALEMÃ E O RIO GRANDE DO SUL

107

Em 1857, a Província assinou dois contratos importantes, um com a “Companhia Hamburgo-Brasileira”, cujo agente era Julius Knorr, que deixou seu nome no contrato, outro com a firma Claussen-Bertan, filial da casa de comércio fundada por Claussen no Rio Grande. Nos dois casos, a entrada de colonos era subvencionada à razão de 30 mil-réis por indivíduo de mais de 12 anos e de 15 mil-réis por menino de 2 a 12 anos. Claussen comprometera-se a recrutar 1000 colonos, mas só introduziu 194 em um ano.

Em agosto e setembro de 1858, a Província concluiu dois outros contratos, com Almeida e Martins. Almeida recebia um empréstimo de 30 000 mil-réis, reembolsável do terceiro ao oitavo ano, deduzida a recompensa de 37 mil-réis por colono adulto, e de 12 mil-réis e meio por criança. Devia introduzir 20 famílias ou 100 colonos anualmente, durante cinco anos. Martins recebia um empréstimo de 100 000 mil-réis por seis anos e as mesmas recompensas que Almeida.

Em 1859, o Presidente é obrigado a anular o contrato assinado pelo cônsul brasileiro em Hamburgo com Martim Valentim, para o recrutamento de 3000 colonos, porque é incompatível com a lei orçamentária. O Presidente declara, no entanto, que estuda novas proposições apresentadas por diversas firmas alemãs de Hamburgo, Bremen e Anvers. Assina, em dezembro de 1859, um contrato com a firma Steinmann para a introdução, dentro de um ano, de 500 imigrantes entre as idades de 2 a 45 anos. O Rio Grande não recebeu senão 266 em 1860. Todavia, o Presidente exprime, em 1862, sua satisfação e renova a confiança em Steinmann.

O afrouxamento da colonização provincial provocou o do recrutamento por contrato; em 1871, porém, foi assinado o mais importante, com Caetano Pinto e Holtzweissig, que se comprometiam a introduzir 40 000 colonos em dez anos. Arduamente discutido na Assembléia, não produziu, aliás, os resultados esperados.

Mas, alimentando a esperança de substituir a introdução de colonos a tanto por cabeça pela imigração espontânea, os governantes rio-grandenses fizeram a colonização depender do estado da opinião pública alemã. Ora, esta era hostil à imigração para o Brasil. A concomitância entre as medidas ligadas à abolição do tráfico de escravos e as atividades colonizadoras do Governo Brasileiro foi explorada por publicistas e estadistas: “Alerta contra os traficantes brasileiros de carne humana<sup>34</sup>.” Alguns denunciavam os inconvenientes do regime das terras; outros censuravam o Brasil, seja por considerar os filhos de imigrantes como nacionais, seja por dificultar a naturalização dos estrangeiros; outros, ainda, lembravam as res-

## Anexo 10

contratos matrimoniais. Seus Pastores não recebiam subsídios, seu culto só podia realizar-se em casas que não tivessem forma de igreja. Não podiam ser eleitos ou exercer cargos públicos, etc...

Diga-se no entanto, a bem da verdade, que aqui não houve uma intolerância religiosa como a registrada em outras partes, e que as dificuldades, acima apontadas, aos poucos foram sendo superadas.

Um triste episódio que devemos atribuir à ignorância religiosa, por falta de assistência devida, foi a Guerra dos Muckers. Fanáticos, liderados por João Jorge Maurer e sua mulher Jacobina, provocaram desordens e só foram dissolvidos após várias semanas de lutas. (1874) (83).

A falta de comunicação que afetava os colonos que recebiam terras longe dos rios navegáveis, as únicas vias de então.

O ensino. Um colono (Franzen) escrevia em 1832: "escolas regulares como na Alemanha, aqui não existem e as que existem estão tão distantes que não podemos mandar nossas crianças para lá, por esta razão, instruímos do melhor modo que podemos, nós próprios as crianças". (84)

Surgiram assim por toda a parte, escolas particulares. Não deixa de ser digno de louvor este esforço dos colonos, no entanto contribuiu, não por culpa deles, que eles crescessem num isolamento cada vez maior, não deixando de criar problemas, quando aqui chegaram os ecos do "pan-germanismo" pregado por Hitler. Hoje estas dificuldades estão quase totalmente superadas.

### 3.3 Contribuições dos alemães

Grande foi a contribuição teuta para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul, em todos os campos de atividade humana. Salientamos a indústria, o comércio, a agricultura.

INDÚSTRIA  
COMÉRCIO  
AGRICULTURA

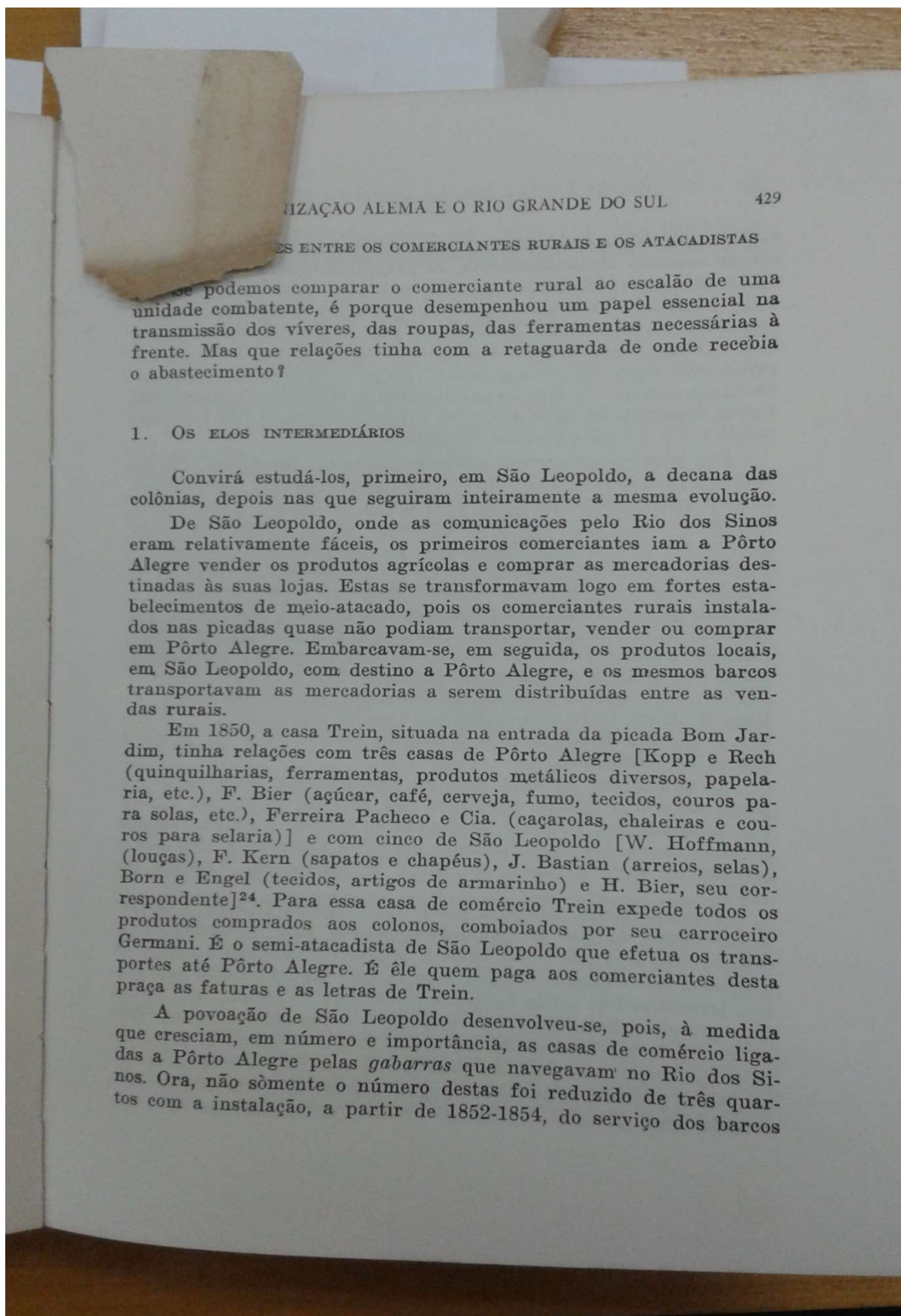
## 4. Imigração italiana

ITALIANOS 50 ANOS DEPOIS ARRIVÃO

### 4.1. Primórdios

Em 1870 o Governo da Província requereu do Governo Central dois territórios no planalto, de quatro léguas em quadrado cada um, para continuar a obra colonizadora. Nesses territórios o presidente João Sertório criava, por ato de 24 de maio de 1870, as colônias Conde D'Eu e Dona Izabel. Em 1871, o seu sucessor, Xavier Pinto Lima, assinava com a firma Caetano Pinto & Cia. Irmãos, a introdução de 40 mil colonos "industriosos, jornaleiros e

## Anexo 11



... podemos comparar o comerciante rural ao escalão de uma unidade combatente, é porque desempenhou um papel essencial na transmissão dos víveres, das roupas, das ferramentas necessárias à frente. Mas que relações tinha com a retaguarda de onde recebia o abastecimento?

## 1. OS ELLOS INTERMEDIÁRIOS

Convirá estudá-los, primeiro, em São Leopoldo, a decana das colônias, depois nas que seguiram inteiramente a mesma evolução.

De São Leopoldo, onde as comunicações pelo Rio dos Sinos eram relativamente fáceis, os primeiros comerciantes iam a Pôrto Alegre vender os produtos agrícolas e comprar as mercadorias destinadas às suas lojas. Estas se transformavam logo em fortes estabelecimentos de meio-atacado, pois os comerciantes rurais instalados nas picadas quase não podiam transportar, vender ou comprar em Pôrto Alegre. Embarcavam-se, em seguida, os produtos locais, em São Leopoldo, com destino a Pôrto Alegre, e os mesmos barcos transportavam as mercadorias a serem distribuídas entre as vendas rurais.

Em 1850, a casa Trein, situada na entrada da picada Bom Jardim, tinha relações com três casas de Pôrto Alegre [Kopp e Rech (quinquilharias, ferramentas, produtos metálicos diversos, papeleria, etc.), F. Bier (açúcar, café, cerveja, fumo, tecidos, couros para solas, etc.), Ferreira Pacheco e Cia. (caçarolas, chaleiras e couros para selaria)] e com cinco de São Leopoldo [W. Hoffmann, (louças), F. Kern (sapatos e chapéus), J. Bastian (arreios, selas), Born e Engel (tecidos, artigos de armarinho) e H. Bier, seu correspondente]<sup>24</sup>. Para essa casa de comércio Trein expede todos os produtos comprados aos colonos, comboiados por seu carroceiro Germani. É o semi-atacadista de São Leopoldo que efetua os transportes até Pôrto Alegre. É êle quem paga aos comerciantes desta praça as faturas e as letras de Trein.

A povoação de São Leopoldo desenvolveu-se, pois, à medida que cresciam, em número e importância, as casas de comércio ligadas a Pôrto Alegre pelas *gabarras* que navegavam no Rio dos Sinos. Ora, não sòmente o número destas foi reduzido de três quartos com a instalação, a partir de 1852-1854, do serviço dos barcos

## Anexo 12

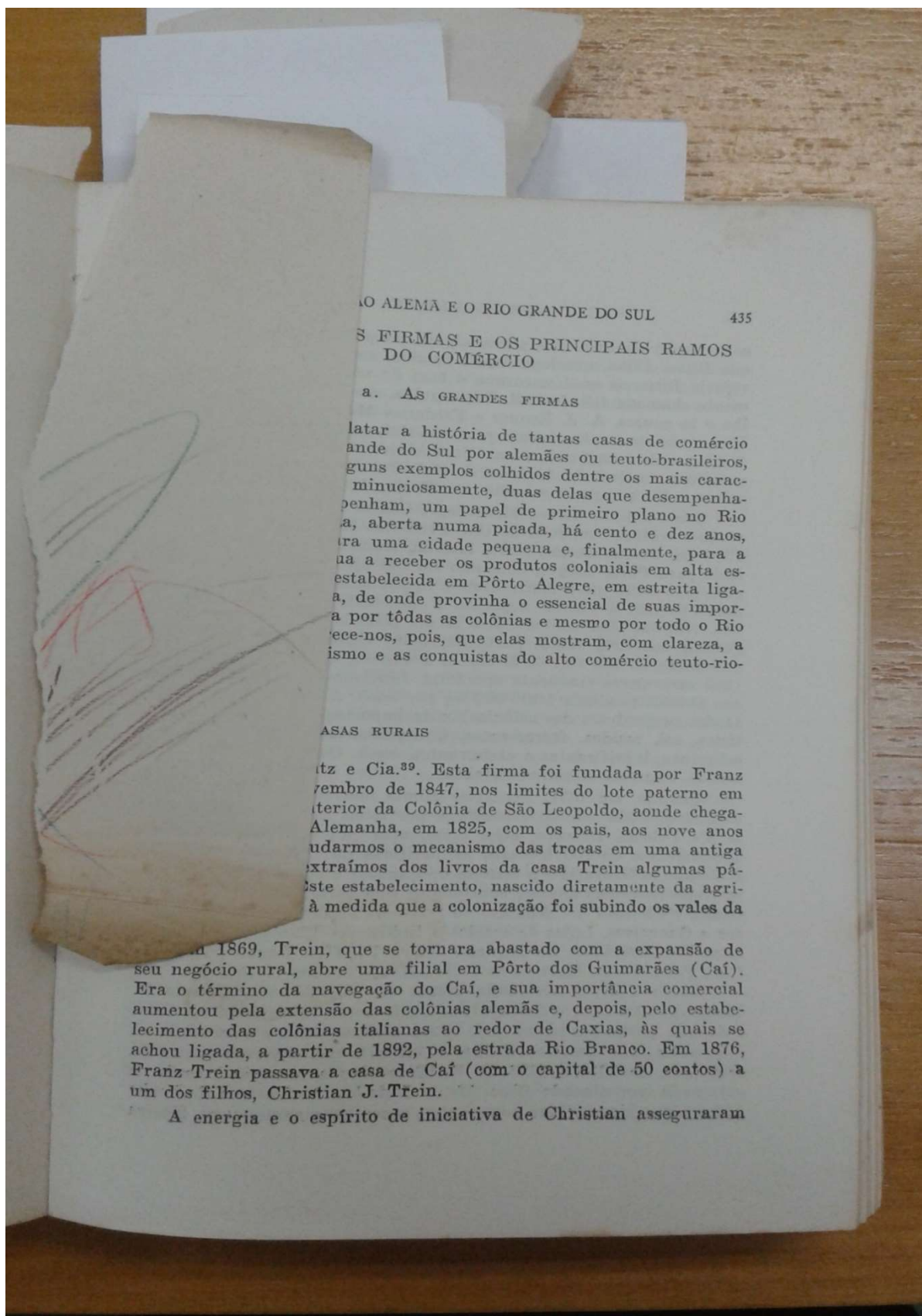
tes viajantes — alguns ilustres como Saint Hilaire ou o Imperador D. Pedro I — do que mercadorias; enfim, a via marítima que utilizava a passagem de Rio Grande, que ligava os portos da Lagoa dos Patos ao Rio de Janeiro, ao resto do Brasil, à Europa. Permaneceu, até o século xx, a única via econômica que atraía tôdas as trocas rio-grandenses, com a única exceção de dois ou três municípios ribeirinhos do Uruguai, entre Uruguaiana e Quaraí, que podiam operar diretamente com o Rio da Prata.

Todos os transportes terrestres eram efetuados ou por mula ou carrêtas de duas rodas, puxadas por vários pares de bois<sup>110</sup>. O vagar e a pouca capacidade dêsses meios constituíam óbices à expedição dos produtos. Mulas e carrêtas seguiam caminhos temporários — pois não havia estrada alguma — e transpunham os rios a vau.

As trocas internas mais volumosas e mais pesadas faziam-se por água. Cem a cento e vinte gabarras, de 30 a 70 toneladas, navegavam nas lagoas e no Jacuí e seus afluentes<sup>111</sup> (Ver fig. 8). A preponderância das estradas líquidas fêz a sorte dos portos que recebiam os navios de alto mar (Rio Grande em primeiro lugar, depois Pelotas) e pequenos portos fluviais que balizavam a rêde navegável, de Jaguarão até Cachoeira, no Jacuí. No ponto extremo



## Anexo 13



Anexo 14



## Anexo 15

JEAN ROCHE

32

da linha de navegação de cada rio, ergueu-se uma pequena povoação: Gravataí, Passo de Santana dos Sinos, Pôrto Guimarães (Caí), Taquari, e outros, como São Jerônimo, Santo Amaro, Triunfo ou Rio Pardo, desenvolveram-se na interseção do rio com os caminhos que se elevavam na Serra do Sudoeste (Ver fig. 10). Os mais antigos centros urbanos eram, portanto, os portos. Os mais avançados não comportavam senão um armazém, o da alfândega; não possuíam nenhum guindaste; não tinham mesmo cais, e os barcos atracavam num trapiche montado sôbre estacas de madeira. Quanto aos portos, consistiam num caminho que descia ao rio. Não se poderia, pois, falar do menor equipamento técnico<sup>112</sup>.

Por outro lado, o comércio suportava, então, a ausência total de órgão de crédito. O primeiro estabelecimento bancário do Rio Grande data somente de 1858<sup>113</sup>. Criaram-no os comerciantes, como nas cidades medievais. O desenvolvimento do crédito foi lento, tanto mais que se constituiu com a acumulação dos lucros auferidos do próprio comércio e que os comerciantes, quase todos de origem européia (portuguêses, inglêses, franceses), procuravam principalmente seu interêsse imediato<sup>114</sup>. Fizeram-se fortunas rápidas, jogando com a importação tanto quanto com a exportação, que eles eram os únicos a poder financiar. Indispensáveis à economia da Província, formavam um grupo à parte. Levavam uma outra vida e possuíam uma outra mentalidade que não os habitantes da Campanha.

As importações puderam ser classificadas por categorias, conforme sua importância no conjunto do comércio<sup>115</sup>: primeira categoria: açúcar, sal, vinho, arroz, café, farinha, fumo, tecidos, ferramentas, aguardente, velas, quinquilharias; segunda categoria: azeite, bacalhau, azeitonas, canela, carvão, chá, cimento, manteiga, sabão, louça, banha, massas, garrafas, drogas; terceira categoria: champanha, balde, charutos, alcatrão, óleo de linhaça, sardinhas, rapé, vinagre, papel, queijo, vassouras, álcool, máquinas, etc.

Essa lista apresenta também um interêsse sociológico. A origem lusitana da população aparece na procura de bacalhau, de azeitonas, de azeite, de vinho; a insuficiência da produção local, na parte de legumes secos e de numerosos produtos alimentícios, que constituem a parte mais considerável das importações; a ausência de indústria, na compra de todos os artigos fabricados, dos biscoitos aos licores, dos fósforos às vassouras, dos pregos às panelas, dos sapatos aos chapéus; a desigualdade das classes sociais, enfim, na justaposição das ferramentas e das louças aos charutos e ao champanha: ao mesmo tempo que importava os artigos mais comuns, o Rio Gran-

## Anexo 16



(SOD)

stante.



(SOD)

Casa construída sôbre pilares altos, de modo a abrigar em sua parte inferior os animais domésticos.



lo mudou.  
idência de  
construída  
alvenaria.

(SOD)



## Anexo 17



Casa e galpão,  
um binômio constante.

(SOD)



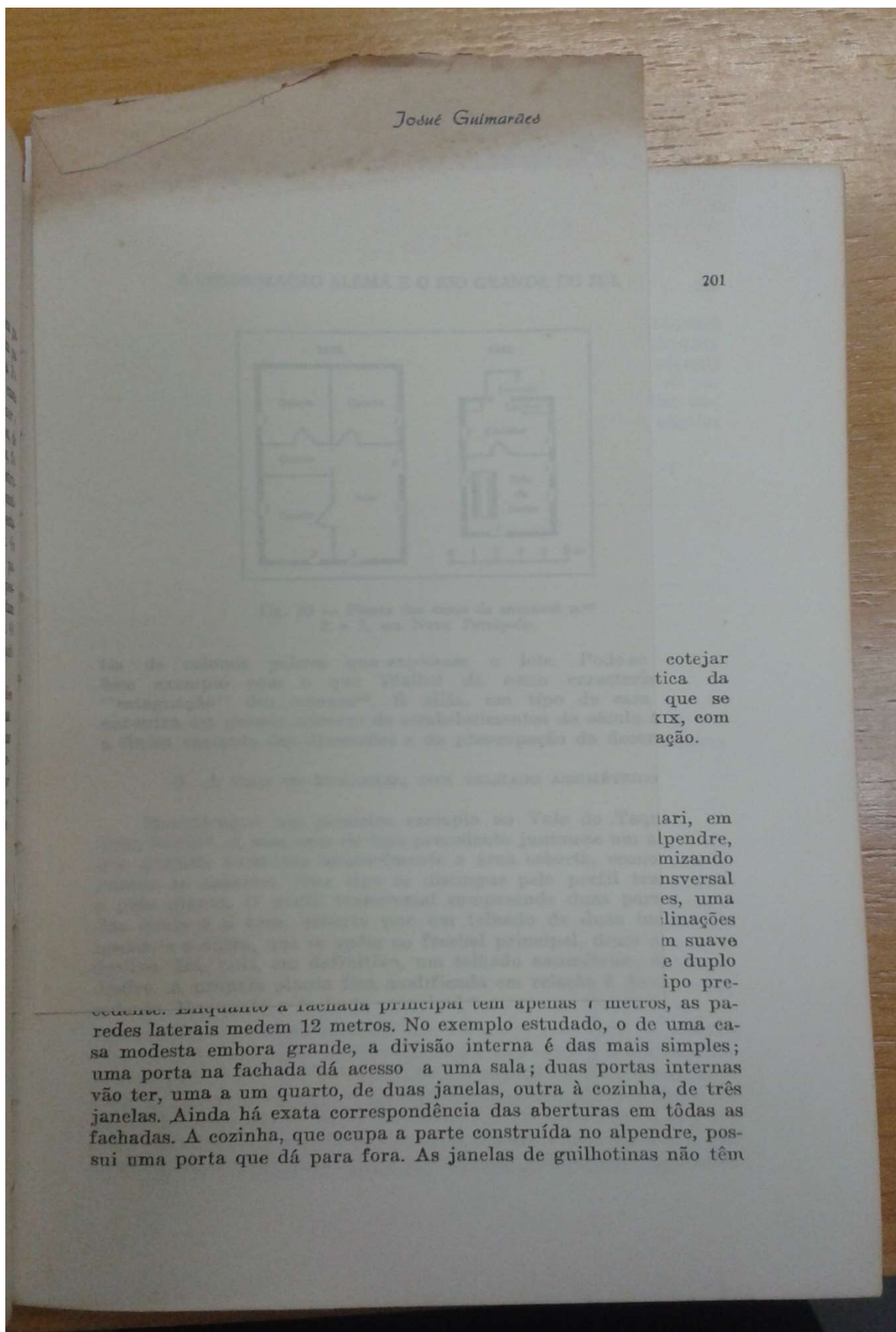
Casa construída sôb  
abrigo em sua parti

O telhado mudou.  
Esta residência de  
1943 foi construída  
em alvenaria.

(SOD)



## Anexo 18



## Anexo 19



Foto de 1902: Escola Evangélica Alemã de São Leopoldo, hoje Instituto Rio Branco.

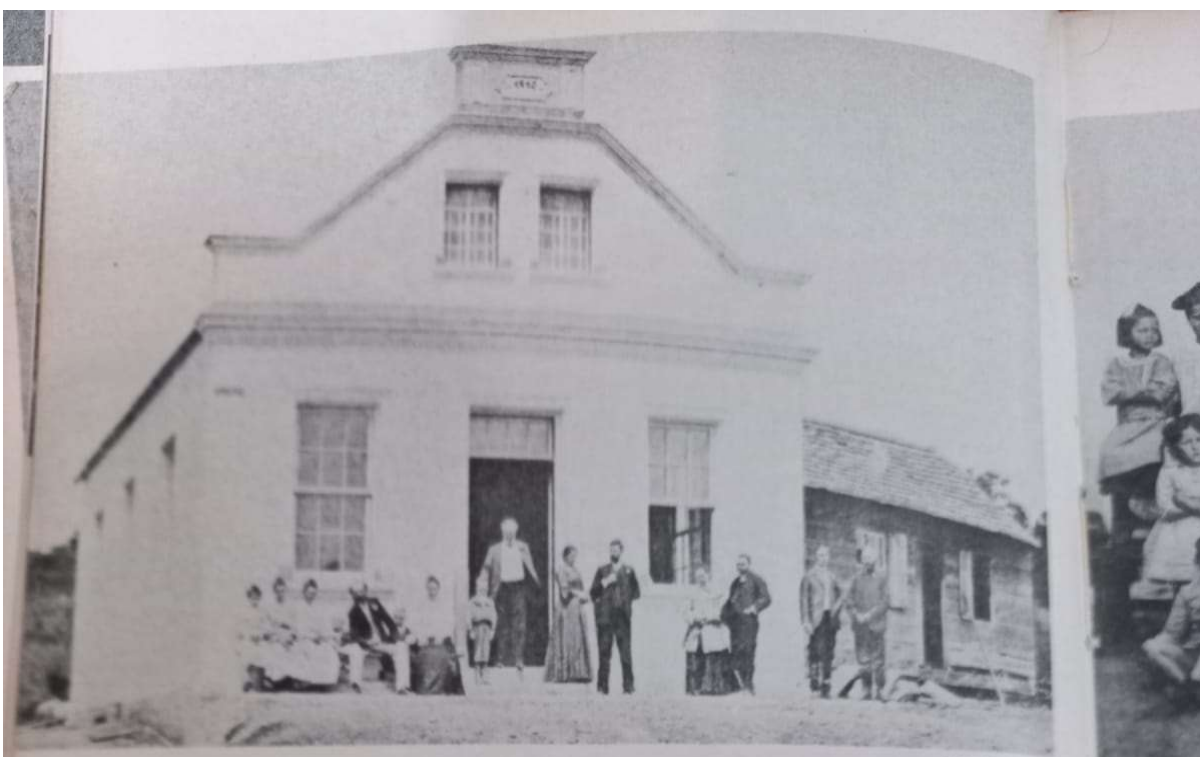
(MHVSL)

Um arranjo freqüente: igreja-escola e residência do professor. O quadro registra o Natal de 1913, em Serro Azul.



(MHVSL)

## Anexo 20



Nova França: escola antiga e "nova"  
(construída em 1910).

(HJDRGS)



Colégio Evangélico Luterano,  
em São Leopoldo, 1916.

(MHVSL)



## Anexo 21



(MHVSL)

O primeiro abrigo dos imigrantes foi esta casa da antiga "Feitoria do Linho Cânhamo", situada a 4 km do ponto de desembarque. Atualmente encontra-se restaurada.



São Leopoldo, em 1864. Litografia de Oscar Canstatt.

Anexo 22



(eng.)

Quadro de Carl Ernst Zeuner; o desembarque dos primeiros imigrantes alemães em São Leopoldo, no dia 25 de julho de 1824.

## CHAPITRE II

## LE RIO GRANDE DO SUL PRÉCURSEUR DU FÉDÉRALISME

Sa position géographique, qui avait retardé son intégration dans le domaine portugais, a valu au Rio Grande do Sul certains caractères originaux. (36)

Il a été, en effet, une marche lusitanienne sur les confins espagnols. Loin d'être atteints de platinisme (37), les Riograndenses, vivant le piéd à l'étrier et l'arme à la main, courant les premiers à la frontière et en revenant les derniers, ont eu un sentiment patriotique particulièrement vif. C'était seulement pendant de rares et brèves périodes de paix qu'ils pouvaient se consacrer à leurs activités particulières et l'estancia (38) où se pratiquait l'élevage sous la direction du grand propriétaire resta la cellule du peuplement comme de la vie sociale. Mais le grand propriétaire, l'estancieiro, n'a eu ni le même genre de vie, ni la même mentalité, ni la même fonction politique que le senhor de engenho du Nord ou que le fazendeiro du Centre du Brésil. (39) La vocation militaire du Riograndense lui a insufflé un esprit civique tel que toutes les différences de fortune et de puissance s'effaçaient devant les exigences de la mission commune: non seulement défendre, mais former la frontière de l'Empire portugais. Cela fut si vrai que toute la région Sud et Sud-Ouest du Rio Grande do Sul s'appelle encore A FRONTEIRA. (40)

## 1) — La prise de conscience provinciale.

Comme les autres Capitaineries et Capitaineries Générales, le Rio Grande do Sul reçut en 1821 l'appellation de PROVINCE. Il fut gouverné depuis 1822 par une junte de trois membres présidée par l'ancien Capitaine Général, J. C. de Saldanha de Oliveira Daun, duc de Saldanha. (41) Celui-ci étant resté fidèle à D. João VI, il dut quitter le Rio Grande do Sul après la proclamation de l'Indépendance et il fut

## Anexo 24

remplacé à la tête de la junte par le maréchal João de Deus Menna Barreto (42), né lui-même dans le Rio Grande do Sul. Enfin le 8 mars 1824 la Province recevait son premier Président, J. F. Fernandes Pinheiro, futur Vicomte de São Leopoldo. (43)

a) L'influence de la seconde guerre cisplatine — L'histoire du Rio Grande do Sul fut des plus troublées pendant le règne de D. Pedro Ier parce que la Province servit une nouvelle fois de base aux troupes luttant contre Lavalleja au cours de la seconde guerre cisplatine. (44) Payant de lourdes contributions, le Rio Grande do Sul souffrit le poids de nouveaux impôts au moment même où l'Uruguay indépendant devenait son concurrent le plus dangereux dans le domaine économique. (45) Le Rio Grande do Sul avait d'ailleurs été soumis entre 1825 et 1828 au même régime d'exception que la province de la Cispatine, où la création de Commissions Mixtes avait correspondu à la suspension des garanties individuelles prévues par la Constitution du Brésil. (46) La sévérité de ce régime avait été ressentie avec aigreur dans le Rio Grande do Sul parce que la Province avait fourni le gros des troupes, parce que malgré leurs prouesses l'Uruguay avait obtenu son indépendance et parce que les récompenses et les honneurs avaient été attribués aux officiers d'autre origine; or les Gauchos rendaient l'Etat-Major impérial responsable du demi-échéec d'Ituzaingo et de l'indiscipline des troupes étrangères stationnées dans le Rio Grande do Sul. (47) L'impopularité de cette guerre ne pouvait que renforcer un sentiment anti-monarchique, favorisé déjà par la structure de la société locale, par l'exemple de chefs castillans presque indépendants, comme Lavalleja et Artigas, et par l'influence des révolutions du Nord du Brésil. (48) Entre 1828 et 1831 se développa donc dans le Rio Grande do Sul un mouvement libéral, de teinte républicaine (49), qui s'opposait aux tendances autoritaires du gouvernement de l'Empereur D. Pedro Ier. Son abdication (7 avril 1831) fut accueillie dans tout le Rio Grande do Sul avec les démonstrations d'une vive joie.

L'abdication, qui avait été considérée comme «salvatrice des sentiments nativistes» dans tout le Brésil, renforça les sentiments nationalistes dans la Province. (50) Aussi l'opposition reprit-elle rapidement contre la politique «rétrograde» de la Régence et contre l'octroi de faveurs aux éléments lusophiles.

b) Les origines du mouvement révolutionnaire — L'opinion riograndense se trouva divisée entre deux partis, celui des conservateurs ou caramurus, favorables à la restauration de D. Pedro Ier et celui des libéraux ou farroupilhas, suspects de souhaiter et de préparer la subversion de l'ordre monarchique. (51)

L'opposition fit porter son attaque sur la Société Militaire (52), qui avait été fondée à Rio de Janeiro dans l'intention de favoriser la restauration de D. Pedro Ier, objectif qu'elle conserva jusqu'à la mort du souverain, survenue en 1834. Cette société avait tenté de s'établir

## Anexo 25

O Rio Grande do Sul foi a base das operações. O exército que, sob o comando de Diogo de Souza, êle aí concentrara, respondeu ao apêlo do Governador de Montevideú, sitiado por um general de Buenos Aires. Mas a Inglaterra impôs a retirada das tropas portuguesas (1812)<sup>23</sup>. D. João VI, contudo, longe de abandonar seus projetos, aproveitou-se da luta entre Buenos Aires e Artigas para atacar a êste (1816) e fazer penetrar, de nôvo, em território para telhano suas tropas, que foram recebidas como libertadoras em Montevideú, 20 de janeiro de 1817<sup>24</sup>. Dêsse modo, foi a Província Cisplatina incorporada ao reino luso-brasileiro<sup>25</sup>, e esta aquisição deu seu nome à guerra de que ela era o têrmo (1821).

A imigração alemã, que iniciara logo depois da proclamação da Independência e da vitória do Brasil sôbre Buenos Aires e Montevideú, encontrou, portanto, ambiente desfavorável à sua adoção imediata, por possuir êle nítida consciência patriótica. Muito mais, a vocação militar dos rio-grandenses só se afirmou mais ainda no decurso dos decênios seguintes.

## A SEGUNDA GUERRA CISPLATINA

Quatro anos apenas depois da vitória portuguesa, que parecia decisiva, a questão meridional era reaberta com a insurreição do coronel uruguaio Lavalleja<sup>26</sup>: o desembarque dos "33", em 19 de abril de 1825, marcou, para a Cisplatina<sup>27</sup>, o comêço da segunda guerra. Os insurretos foram ajudados pela população e mesmo pelo caudilho de Rivera, que até então permanecera fiel ao Brasil<sup>28</sup>. O Governador de Montevideú chamou as tropas do Rio Grande em seu socorro, mas Lavalleja foi sustentado por Buenos Aires, a quem o Brasil declarou guerra a 10 de dezembro de 1825.

Uma vez mais, concentraram-se no Sul do Rio Grande as tropas brasileiras, que compreendiam batalhões de mercenários alemães e mesmo unidades de "voluntários alemães", recrutados na Colônia de São Leopoldo<sup>29</sup>, recentemente fundada. Uma vez mais, o fluxo e o refluxo dos exércitos inimigos varreram o Rio Grande do Sul.

Se a Batalha de Ituzaingó ou Passo do Rosário (20 de fevereiro de 1827) foi indecisa<sup>30</sup>, as tropas brasileiras, reforçadas, alcançaram vitórias decisivas em Pedras Altas, em Las Cañas e nas Missões (abril de 1828)<sup>31</sup>. A Inglaterra, porém, apressou a conclusão de um armistício depois da Convenção que consagrava a independência do Estado Oriental e fixava provisoriamente seus limites<sup>32</sup>. Contudo, o Brasil...

## Anexo 26

As rivalidades que dividiram as antigas colônias espanholas depois de sua libertação, possibilitaram a realização do sonho da Coroa luso-brasileira<sup>6</sup>: pela anexação da Província Cisplatina ao Brasil, êste estendia sua fronteira ao Rio da Prata. A delimitação entre a nova província e a do Rio Grande já não era senão uma questão administrativa. Por motivos de pura contingência, foi traçada favorecendo a Cisplatina<sup>7</sup>. Partindo do Chuí, seguia ao longo da costa da Lagoa Mirim, subia às fontes do Rio Negro, encontrava o Vale do Quaraí, que ela seguia até o Uruguai. A zona compreendida entre o Quaraí e Arapeí, povoada de luso-brasileiros, foi destacada do Rio Grande do Sul. Assim permaneceu quando a fronteira meridional do Rio Grande se tornou a do Brasil, pela Convenção de 1828, que reconhecia a independência do Estado Oriental do Uruguai<sup>8</sup>.

Só em 1851 a fronteira do Rio Grande com o Uruguai é fixada definitivamente<sup>9</sup>. Partindo do Chuí, estende-se ao longo da margem ocidental da Lagoa Mirim, sôbre a qual os brasileiros tinham o privilégio da navegação, segue o Vale do Rio Jaguarão, atinge a linha de crista da Coxilha de Santana, depois o Vale do Rio Quaraí e do Rio Uruguai. São, exceto alguns pormenores, os limites de 1828, que

## Anexo 27

remplacé à la tête de la junte par le maréchal João de Deus Mendes Barreto (42), né lui-même dans le Rio Grande do Sul. Enfin le 8 mars 1824 la Province recevait son premier Président, J. F. Fernandes Pinheiro, futur Vicomte de São Leopoldo. (43)

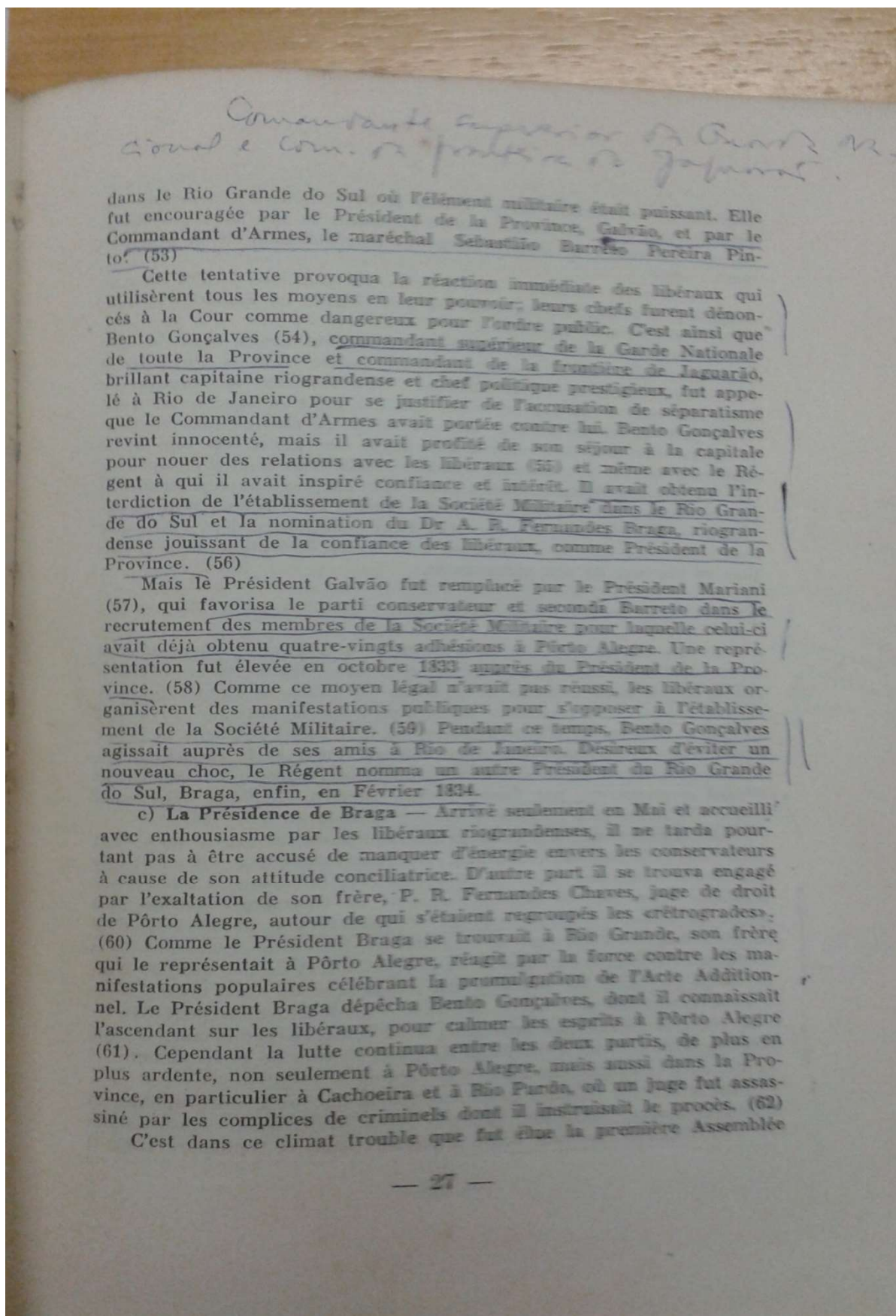
a) L'influence de la seconde guerre cisplatine — L'histoire du Rio Grande do Sul fut des plus troublées pendant le règne de D. Pedro Ier parce que la Province servit une nouvelle fois de base aux troupes luttant contre Lavalleja au cours de la seconde guerre cisplatine. (44) Payant de lourdes contributions, le Rio Grande do Sul souffrit le poids de nouveaux impôts au moment même où l'Uruguay indépendant devenait son concurrent le plus dangereux dans le domaine économique. (45) Le Rio Grande do Sul avait d'ailleurs été soumis entre 1825 et 1828 au même régime d'exception que la province de la Cisplatine, où la création de Commissions Mixtes avait correspondu à la suspension des garanties individuelles prévues par la Constitution du Brésil. (46) La sévérité de ce régime avait été ressentie avec aigreur dans le Rio Grande do Sul parce que la Province avait fourni le gros des troupes, parce que malgré leurs prouesses l'Uruguay avait obtenu son indépendance et parce que les récompenses et les honneurs avaient été attribués aux officiers d'autre origine; or les Gauchos rendaient l'Etat-Major impérial responsable du demi échec d'Ituzaingo et de l'indiscipline des troupes étrangères stationnées dans le Rio Grande do Sul. (47) L'impopularité de cette guerre ne pouvait que renforcer un sentiment anti-monarchique, favorisé déjà par la structure de la société locale, par l'exemple de chefs castillans presque indépendants, comme Lavalleja et Artigas, et par l'influence des révolutions du Nord du Brésil. (48) Entre 1828 et 1831 se développa donc dans le Rio Grande do Sul un mouvement libéral, de teinte républicaine (49), qui s'opposait aux tendances autoritaires du gouvernement de l'Empereur D. Pedro Ier. Son abdication (7 avril 1831) fut accueillie dans tout le Rio Grande do Sul avec les démonstrations d'une vive joie.

L'abdication, qui avait été considérée comme «salvatrice des sentiments nativistes» dans tout le Brésil, renforça les sentiments nationalistes dans la Province. (50) Aussi l'opposition reprit-elle rapidement contre la politique «rétrograde» de la Régence et contre l'octroi de faveurs aux éléments lusophiles.

b) Les origines du mouvement révolutionnaire — L'opinion riograndense se trouva divisée entre deux partis, celui des conservateurs ou caramurus, favorables à la restauration de D. Pedro Ier et celui des libéraux ou farroupilhas, suspects de souhaiter et de préparer la subversion de l'ordre monarchique. (51)

L'opposition fit porter son attaque sur la Société Militaire (52), qui avait été fondée à Rio de Janeiro dans l'intention de favoriser la restauration de D. Pedro Ier, objectif qu'elle conserva jusqu'à la mort du souverain, survenue en 1834. Cette société avait tenté de s'établir

## Anexo 28





## Anexo 29

Estas idéias não esmoreceram, antes aumentaram com a independência do Brasil, dada a impopularidade do Imperador, mormente pelas atitudes pouco liberais como o fechamento da Assembléia Constituinte e sua crescente aproximação com o elemento português.

Durante a Regência iriam começar os partidos políticos. Os Liberais dividiram-se em moderados, de tendências conservadora, e exaltados. Os primeiros defendiam as formas monárquicas de Governo, porém constitucional; os segundos defendiam as tendências republicanas. Em 1832 surgia o Partido Restaurador capitaneado pelos Andradas, que lutava pela volta do D. Pedro I.

Estas tendências partidárias promoveram inúmeras desordens a custo reprimidas pela mão de ferro do Ministro da Justiça, Pe. Feijó. Desordens que repercutiam nas Províncias.

No Rio Grande do Sul, principalmente, foi muito agitado este período. A imprensa promovia violenta campanha liberal, com fundo republicano e federalista. O "Sete de Abril", isto é, a renúncia de D. Pedro I, foi solenemente festejado em Pôrto Alegre.

Aqui em 1833, como em outras cidades brasileiras, o Partido Restaurador fundava a Sociedade Militar, a que aderiram os oficiais dos quartéis, em sua maioria portugueses. Combatida pelos liberais deu motivo a tão sérios atritos que, afinal, o Governo proibiu seu funcionamento.

O Presidente José Mariani, embora seus esforços de harmonização, caiu no desagrado ds liberais. Bento Gonçalves da Silva conseguiu sua substituição pelo Dr. Antônio Rodrigues Fernandes Braga que foi solenemente recebido em maio de 1834.

A 24 de outubro dêsse mesmo ano os Liberais festejavam, com grande passeata cívica, a decretação do Ato Adicional que, pelo Artigo em que permitia uma Assembléia Legislativa às províncias, vinha de encontro a seus ideais federalistas. No entanto o irmão de Fernandes Braga, Pedro Rodrigues Chaves, como membro do governo colocou guardas armados em diversos pontos por onde os manifestantes deveriam passar e arruaceiros em outros para provocá-los.

Pouco mais tarde Fernandes Braga acusava, perante a Côrte, a Bento Gonçalves, Bento Manuel Ribeiro e a Manuel de Lima e Silva de estarem em entendimentos com Lavallega que lutava no Uruguai contra Oribe.

Bento Gonçalves, chamado à Côrte, defendeu-se facilmente, voltando prestigiado como Comandante Supremo do Exército na Província.

## Anexo 30

Législative Provinciale qui se réunit le 20 avril 1835 (63). Fait caractéristique, elle se donna comme Président le Dr. Marciano Ribeiro, ami personnel de Bento Gonçalves et républicain de la première heure. (64)

Les diverses tendances de l'opinion, les questions locales ou personnelles et toutes les passions du Rio Grande do Sul convergèrent dans l'enceinte de l'Assemblée.

Dans son discours d'ouverture, le Président Braga avait dénoncé l'existence d'un complot contre l'ordre public dans la Province et contre la sécurité de l'Etat. Sommé d'en apporter les preuves en séance secrète, il ne put le faire. Pendant toute la session (20 avril — 20 juin) il fut en butte à une opposition de plus en plus violente. Il obtint cependant la création d'un corps de police de sept cents membres, destiné à maintenir l'ordre. Mais celui-ci était compromis car les députés libéraux, après avoir fait adopter une représentation contre Braga, repartirent dans la Campanha et y préparèrent la révolution. (65) Ils prirent pour chef Bento Gonçalves, dont l'influence était renforcée par le respect où l'on tenait l'élévation de ses qualités et l'ardeur de son patriotisme.

## 2) — La révolution farroupilha.

a) De l'insurrection à la révolution — L'insurrection commença le 20 septembre 1835 par la prise de Porto Alegre, tombé aisément aux mains de deux lieutenants de Bento Gonçalves — Onofre Pires et Gomes Jardim. Sa première conséquence fut la fuite du Président Braga, auquel on substitua le quatrième des Vice-Présidents élus par l'Assemblée Provinciale, Marciano Ribeiro, l'ami et le conseiller politique de Gonçalves. Le Commandant d'armes, Barreto, fut également déposé et remplacé par Bento Manoel Ribeiro, brillant officier qui n'était d'ailleurs pas originaire du Rio Grande do Sul. (66)

Le remplacement des deux principales autorités provinciales était bien l'objectif fixé officiellement au soulèvement par le manifeste que Bento Gonçalves lança le 25 septembre. (67) Mais le mouvement politique dura près de dix ans et prit un caractère beaucoup plus ample et beaucoup plus profond: à l'insurrection du 20 septembre succéda une rébellion qui se répandit en moins de deux mois dans toute la Province, à l'exception de Rio Grande et de São José do Norte. Cette rébellion fut conduite par un groupe de chefs civils et militaires renommés pour leur élévation morale et culturelle. (68) Or leur objectif n'était pas seulement la défense de l'autonomie du Rio Grande do Sul, mais sans doute la proclamation de la République: à la rébellion succéda, au bout d'un an, la révolution.

On a discuté depuis pour savoir si les chefs farroupilhas et Bento Gonçalves lui-même, étaient républicains avant l'insurrection ou s'ils l'étaient devenus entre septembre 1835 et septembre 1836. Il

## Anexo 31

semble bien que ce n'ait été qu'un faux problème. (69) Qu'ils aient été républicains et fédéralistes ou bien fédéralistes puis républicains, les libéraux ne devaient pas se contenter de l'éviction provisoire du Président de la Province et du Commandant d'Armes. C'est précisément la nomination d'un nouveau Président qui fut la pierre d'achoppement.

Sur l'indication de certains chefs farroupilhas, qui auraient alors dissimulé leur jeu, le Gouvernement impérial, c'est-à-dire le Régent Feijó, nomma comme Président du Rio Grande do Sul José Araujo Ribeiro. (70) Celui-ci arriva le 5 décembre 1835 à Pôrto Alegre pour y prendre possession de son poste en prêtant serment devant l'Assemblée Provinciale réunie depuis le 20 novembre. Mais celle-ci lui ayant refusé l'entrée en exercice par diverses manœuvres dilatoires, Araujo Ribeiro se retira à Rio Grande et y prêta serment devant le Conseil Municipal le 15 janvier 1836. Cet artifice de procédure n'était pas plus valable que les arguties de l'Assemblée Provinciale. Mais Araujo Ribeiro fut reconnu par le Commandant d'Armes, Bento Manoel, qui avait adhéré au mouvement en septembre, sans être républicain (71).

L'Assemblée Provinciale, sous l'influence de Bento Gonçalves et des républicains, rompt avec Araujo Ribeiro, élevant en février à la Présidence de la Province un autre Vice-Président, Cabral de Melo, qui nomme lui-même aussitôt un nouveau Commandant d'Armes, João Manoel de Lima e Silva. (72)

Non seulement il y a dualité d'autorités, mais les conservateurs veulent reprendre Pôrto Alegre, tandis que les Farroupilhas veulent chasser Araujo Ribeiro qui tient Rio Grande et São José do Norte: c'est la guerre civile qui commence.

b) La guerre civile — Les premiers engagements de Rosario et de Mostardas n'apportent aucune décision et semblent indiquer que les forces sont égales, bien que les Farroupilhas contrôlent presque toute la Province.

Mais les révolutionnaires reçoivent successivement deux coups très sévères. D'abord, les 14-15 juin 1836, un groupe d'officiers loyalistes se soulève à Pôrto Alegre et emprisonne les chefs révolutionnaires qui s'y trouvent, dont Marciano Ribeiro, redevenu Président de la Province en mars. Les Farroupilhas perdent définitivement la capitale et Araujo Ribeiro y installe son gouvernement. Ensuite, les 3-4 octobre 1836, Bento Gonçalves tentant de traverser le Jacuí est vaincu dans l'île de la Fanfa; fait prisonnier, il est enfermé à Pôrto Alegre, puis à Rio de Janeiro et enfin à Bahia. (73)

Or Bento Gonçalves venait d'être proposé comme Président de la République Riograndense qu'un de ses lieutenants, Neto, (74) avait proclamée le 11 septembre 1836 au lendemain de sa victoire de Seival. (75) La République fut adoptée par le Conseil Municipal de Jaguaraão le 20 septembre, puis par celui de Piratini où fut élu le premier gouvernement républicain le 6 novembre 1836. En l'absence de Ben-

Bento  
Manoel  
Cabral  
Melo  
João  
Manoel  
Lima e Silva

B. Gonçalves

## Anexo 32

to Gonçalves, c'est J. G. de Vasconcellos Jardim qui est désigné pour assurer l'interim de la Présidence. Bien qu'on l'ait souvent appelée République de Piratini, du nom de sa première capitale, la République Rio Grandense en eut successivement deux autres: Caçapava, de février 1839 à mars 1840, puis Alegrete (76). Les républicains furent moqués pour ces migrations par les légalistes, qui s'étaient rendus maîtres de la capitale et de presque toute la Province, sous la présidence de Araujo Ribeiro, dont le rappel à Rio de Janeiro, «grossière erreur» de Feijó, fut un véritable désastre pour la cause impériale (77).

A la fin de 1836, en effet, il ne restait aux républicains que la région de la Serra de Sud-Est, autour de Piratini-Caçapava. Bien plus, devant la pression du commandant légaliste Bento Manoel, le général farroupilha Neto fut obligé de se réfugier en Uruguay. Les Farroupilhas semblaient donc perdus, quand un coup de théâtre se produisit: leur camp fut rallié par Bento Manoel que menaçait de destitution le nouveau Président de la Province, nommé en même temps Commandant en chef, le Général Antero José de Brito. (78)

Leurs rangs renforcés par les troupes fidèles à Bento Manoel et leur état-major doté maintenant de «la meilleure tête militaire de la Province», l'espoir renaît chez les Farroupilhas. Les forces légalistes furent bientôt battues séparément (avril 1837) avant leur jonction devant Caçapava, par Neto, qui mit le siège devant Pôrto Alegre le 11 mai 1837. C'était le premier tournant des opérations qui entrèrent ainsi dans leur seconde phase.

La lutte se livre maintenant pour la possession de Pôrto Alegre. Les troupes légalistes ont d'abord dû y rester enfermées pendant l'année 1837. Mais elles contrôlent en outre Rio Grande et São José do Norte, disposant ainsi de la liberté des communications maritimes grâce au loyalisme de la flotte. (79) Par contre elles ne peuvent compter que sur quelques éléments de la Garde Nationale situés surtout dans la zone septentrionale de la Province. Les Farroupilhas, eux, sont maîtres de Serra du Sud-Est, où se trouvent leur bases, et de la Campanha, c'est-à-dire de tout le reste du Rio Grande do Sul.

En 1838, disposant de deux divisions, les légalistes tentent de rompre l'encerclement de Pôrto Alegre et remportent deux succès sur le Rio Gravataí (Février 1838) et le Rio Pardo (17 Mars 1838), mais ils doivent revenir à Pôrto Alegre après la défaite subie par Barreto sur le Rio Jacuí près de Rio Pardo le 30 avril 1838.

La position des révolutionnaires est renforcée, d'autant que Bento Gonçalves, évadé de Bahia, a repris la lutte. Il lance alors son second manifeste, en août 1838, appelant les autres Provinces à se fédérer avec le Rio Grande do Sul. (80)

Grâce à l'aide de Garibaldi (81) qui réalise une audacieuse manœuvre amphibie dans le Nord-Est du Rio Grande do Sul, le chef farroupilha Canabarro se porte au secours de la République Juliana.

## Anexo 33

proclamée à Laguna, capitale provisoire du Santa Catarina (22 juillet 1839). (82) Mais le succès des Farroupilhas n'est que de courte durée et ils doivent se replier sous la pression des troupes impériales venues de São Paulo; cependant ils remportent encore un succès à Taquari en mai 1840 et reprennent pour la troisième fois le siège de Porto Alegre.

Ils ne parviennent d'ailleurs pas à s'emparer de la capitale où les Présidents, les Commandants en chef et les Commandants d'Armes se succèdent à une cadence étonnante (83), sans que les mécontentements ni que l'organisation militaire impériale s'améliore.

La proclamation de la majorité de l'Empereur D. Pedro II et son offre d'amnistie n'ont pas plus de succès que les propositions de paix faites par Bento Gonçalves au député Machado. (84)

Devant la manœuvre d'Andrea, Bento Gonçalves doit lever le siège de Porto Alegre et il bat en retraite à travers la Serra, échappant à Lebatut qui le poursuivait. (85)

En 1841 Bento Gonçalves assume à nouveau la Présidence de la République Riograndense. L'Assemblée Constituante, réunie à Alegrete, tente de donner une constitution à l'Etat Indépendant, mais elle se sépare en février 1843 sans y être parvenue. (86)

Or le 9 novembre 1842 Caxias est nommé par l'Empereur Président de la Province et Commandant en chef. (87) Dès 1843 il porte la guerre dans le fief farroupilha, dans la Campanha. C'est la dernière phase de la lutte.

Bénéficiant d'une nette supériorité numérique, Caxias feint d'organiser une colonne sur le Jacuí, mais il transfère le gros de ses troupes dans le Sud, remonte vers São Gabriel, livre le combat de Ponche Verde (26 mai 1843), prend Caçapava, Bagé et Alegrete. Il refoule progressivement les républicains vers l'Uruguay, où les chefs farroupilhas se replient pour s'y refaire et d'où ils ressortent périodiquement. La base des troupes impériales est établie autour de São Gabriel et de Bagé, au coeur de la Campanha. Caxias renforce sa cavalerie, il bat Canabarro à Porongos le 14 novembre 1844. Les républicains ne se relèvent pas de ce désastre; le dernier combat est livré à Quaro le 29 décembre 1844. (88)

Ces défaites successives révèlent la lassitude provoquée par neuf années de guerre et par les dissensions personnelles qui ont enlevé beaucoup d'ardeur aux Farroupilhas. Au moment où Rosas, qui a mis le siège devant Montevideo en février 1843, propose son alliance aux républicains, ceux-ci négocient avec Caxias. (89) Plutôt que de laisser le Rio Grande do Sul exposé au danger extérieur, ils préfèrent se soumettre, même au prix d'un lourd sacrifice idéologique. Bento Gonçalves, qui avait défendu jusqu'au dernier moment son projet de Fédération, s'incline finalement et il s'efface devant A. V. Fontoura, chargé de négocier la paix. (90) Parti le 5 décembre 1844 pour Rio de Janeiro, il en revient le 9 janvier 1845 avec des propositions pré-

## Anexo 34

*NB* } cises qu'il soumet aux chefs farroupilhas. En l'absence de Bento Gonçalves et de Jardim (les deux Présidents de la République de Piratini) tous les officiers, du grade de général à celui de lieutenant, souscrivent et acceptent les conditions de paix le 25 février. La paix est signée le 28 février 1845, comme entre deux puissances, (91) ce qui indique aussi bien l'importance prise par la République Riograndense que le désir de conciliation manifesté par l'Empire. Caxias le Pacificateur est reçu avec enthousiasme à Bagé puis à Porto Alegre.

c) **La Présidence de Caxias** — En vertu de la clause n° 1 de la convention de paix, Caxias est choisi de 11 mars 1845 comme premier Président de la Province par les anciens chefs républicains eux-mêmes, qui lui manifestent de la sorte leur considération et leur confiance. Dans les mois suivants Caxias achève son œuvre en réorganisant l'administration de la Province. Il donne ainsi au gouvernement provincial une nouvelle orientation grâce à laquelle le Rio Grande do Sul se refait rapidement de la guerre et se développe dans tous les domaines.

Mais son calme est troublé une nouvelle fois par les luttes entre les deux partis uruguayens blanco (Oribe) et colorado (Rivers). Les partisans d'Oribe, non contents de maltraiter les Brésiliens installés dans la zone de l'Arapei (93) lancent diverses incursions sur la frontière du Rio Grande do Sul, aux quelles réplique le riograndense F. P. de Abreu, plus connu sous son titre de Baron de Itaipu, véritable féodal, seul chef méridional qui ait pu être comparé aux caudillos espagnols. (94)

*NB* } Devant la menace que fait peser l'union de Rosas et d'Oribe, le Rio Grande do Sul est mobilisé une nouvelle fois. Les soldats et les chefs, divisés la veille en légalistes et républicains, partent au combat à coude. (95)

L'armée brésilienne, dite **Exercito Libertador**, qui s'avance vers Montevideo, a été placée sous les ordres de Caxias, nommé une seconde fois Président de la Province en même temps que Commandant en chef, en 1851. Montevideo est pris. Rosas est vaincu en 1852 à Monte Caceros, bataille où la cavalerie riograndense fit merveille. (96)

*NB* } Tels ont été, retracés à grands traits, les principaux événements de l'histoire du Rio Grande do Sul entre la fin de la seconde guerre cisplatine et la pacification après la révolution farroupilha, c'est-à-dire au cours de ses vingt-cinq années les plus agitées et celles pendant lesquelles il a exercé une grande influence sur la vie du Brésil tout entier.

### 3) — L'importance de la révolution farroupilha.

La révolution farroupilha, principal épisode de la vie publique du Rio Grande do Sul, a été la tentative la plus audacieuse et la plus

## Anexo 35

cohérente pour conquérir la liberté politique dans le Brésil du XIX<sup>e</sup> siècle. (97) Or la proclamation de la République Riograndense au cours de la rébellion semble avoir dissimulé le caractère purement brésilien et non-séparatiste d'un mouvement essentiellement fédéraliste: comme l'aspiration de la Province au respect des autonomies locales était combattue par la centralisation impériale, elle ne put s'exprimer que par la révolution.

a) Elle a été un mouvement national — Parmi les causes de la révolution on doit certes compter des facteurs locaux, comme l'imposition de mesures fiscales vexatoires (98) à une Province qui avait apporté la contribution militaire et financière la plus importante à la défense du domaine portugais et à la fixation de ses limites. C'est sans doute à sa situation géographique et à son organisation économique et sociale que le Rio Grande do Sul a dû d'avoir pu lutter pendant dix ans contre l'Empire, alors que toutes les autres révolutions brésiliennes ont été écrasées rapidement. (99) Mais si sa position excentrique et les courants politiques contemporains l'orientaient vers le Rio de la Plata et non vers Rio de Janeiro, comme on l'admet généralement (100), force est de reconnaître que l'époque de la révolution farroupilha est précisément celle où les riograndenses auraient pu faire pencher la balance le plus aisément. Or c'est au moment où on les accusait de séparatisme qu'ils affirmèrent incontestablement leur caractère brésilien. (101)

On a donc pu dire que la révolution farroupilha n'avait pas été un mouvement régionaliste, mais bien national. (102) Et cette affirmation nous semble renforcée par toute une série de faits concordants.

Bento Gonçalves, le paladin gaúcho, avait noué d'étroites relations avec les libéraux de Rio de Janeiro, comme Evaristo Ferreira da Veiga, avec qui il avait préparé l'éclosion du mouvement insurrectionnel, et Ottoni, qu'il consulta encore avant d'accepter les propositions de paix de Caxias. (103) A Bahia, pendant sa captivité, il était entré en rapports avec les milieux libéraux du Nord du Brésil, par l'intermédiaire de la Franc-maçonnerie. Celle-ci facilita son évocation (104) et participa au soulèvement de la Sabinada (1837) qui proclama la République Bahiense. (105) Il noua aussi des relations avec les partis d'opposition dans le centre du Brésil, à São Paulo et à Minas Geraes, et les appela désespérément à s'associer au mouvement riograndense. (106) Il apporta sur terre et sur mer son aide aux révolutionnaires de Santa Catarina, fondateurs de la République Juliana. (107) Enfin, il coopéra étroitement et sans arrière-pensée avec les libéraux venus de toutes les provinces et auxquels furent confiées d'importantes fonctions dans la République Riograndense. (108)

En ouvrant ainsi leurs rangs à leurs compatriotes du Brésil entier, les Farroupilhas n'ont-ils pas donné des preuves d'un sentiment profondément national?

## Anexo 36

b) Elle a été essentiellement fédéraliste — Ainsi l'idéal de la révolution farroupilha et le moteur de toute l'histoire du Rio Grande do Sul au XIXe siècle, ce fut le fédéralisme. (109) Il séduisit les esprits parce qu'il semblait pouvoir ajouter les avantages du régime républicain à la force de la monarchie, et concilier ceux du système unitaire avec l'autonomie locale: l'impulsion venant du centre, elle pourrait s'adapter avec souplesse à l'originalité des différentes provinces. La République Riograndense, même séparée du reste du Brésil par la force des circonstances, «n'a jamais cessé de penser à l'union fédérative de la grande patrie». (110) Dès la solennité de sa proclamation on affirma «qu'elle se lierait par des liens fédératifs à celles des Provinces du Brésil qui adopteraient le même système de gouvernement et voudraient se fédérer à cet Etat». (111) Dans son manifeste de 1838 Bento Gonçalves revient encore sur ce point: «Ayant perdu l'espoir de conclure avec le Gouvernement de S.M. Impériale une conciliation fondée sur les principes de la justice universelle, les Riograndenses réunis aux Municipalités ont solennellement proclamé et juré leur indépendance politique, sous les auspices du régime républicain, disposés toutefois à se fédérer, si elles sont d'accord, avec les Provinces qui viendront à adopter le même système». (112) En 1843 encore, et bien que la République Riograndense soit menacée, s'adressant aux Brésiliens il déclare: «Une République Fédérale, basée sur de solides principes de justice et de convenance réciproque unirait toutes les Provinces sœurs». (113)

La République Riograndense a joué un rôle prophétique. Elle n'a pas tracé seulement le programme des partis politiques du Rio Grande do Sul, mais celui du Parti Républicain Brésilien. Ce parti demandait en 1884 «la transformation des Provinces actuelles en Etats autonomes et confédérés, sous forme républicaine, en ayant pour but le maintien de l'unité politique nationale par les moyens positifs les mieux adaptés aux conditions du peuple brésilien». (114) Le député riograndense Julio de Castilhos déclara le 15 décembre 1890 devant le Congrès Constituant: «Nous sommes réunis pour instituer la République Fédérative, essentiellement fédérative. Nous entendons, comme nous l'avons toujours soutenu, que la République Fédérative est l'unique moyen de garantir l'unité politique au milieu de la variété des intérêts et des coutumes de la nation. Et si la Fédération n'est pas instituée dans la Constitution, nous verrons forcément réapparaître sous la République la même agitation que sous l'Empire». (115)

Le projet de Constitution riograndense élaboré par l'Assemblée d'Alegrete avait formulé les grandes règles de droit public qui ont tracé, une cinquantaine d'années plus tard, le cadre de la Constitution Fédérale brésilienne. Le Rio Grande do Sul a bien été le précurseur du Fédéralisme.

La première réforme décentralisatrice de 1834 avait été suivie de la révolution farroupilha, explosion d'autonomie régionale. La



## Anexo 37

Régence revint donc vers la centralisation par la Loi Interprétative de 1840. La défaite politique des Farroupilhas permit à l'Empereur d'accorder une nouvelle souplesse à la pratique administrative qui ne pouvait pas ne pas tenir compte des expériences d'organisation administrative régionale réalisées par la République Riograndense. (116)

Cette période de l'histoire du Rio Grande do Sul a donc été décisive pour l'harmonie des relations entre le gouvernement provincial et l'Assemblée représentant les intérêts locaux, comme nous le montrent les rapports des Présidents de la Province de 1829 à 1847.

## Anexo 38

Para extinguir, o escandalo, e esse foco de measmas, não julguei dever esperar mais. Fiz com que a Santa Casa se incumbisse da edificação de um novo cemiterio fora da Cidade, em lugar escolhido por uma commissão de pessoas entendidas. (82)

Foi designado o Alto da Azenha, como reunindo todos os quezitos necessarios para um Campo Sancto, e para adjudar a Sancta Casa nesta empreza de tão grande importancia para esta Cidade, mandei dar-lhe, por emprestimo dos cofres Provinciaes, a quantia de vinte contos de reis. (83)

A construcção da metade do Cemitério feita por arrematação, já está concluída, e deste mez em diante, pode-se alli dar sepultura aos mortos.

Na Cidade do Rio Grande, já se não enterra senão no Cemiterio que alli ultimamente se construiu; tendo o meu antecessor mandado dar por emprestimos quantia de dez contos de reis, e eu, para a sua conclusão, mandei tambem dar a quantia de quatro contos de reis, ficando esta divida a cargo da Irmandade da Santa Casa de Misericordia d'aquella Cidade. (84)

#### COLONIA DE S. LEOPOLDO X

Esta Colonia, depois de grande atrazo que soffreo em consequencia das passadas desordens, começa a prosperar. (85)

Por ella se abasta de viveres esta Capital, e o valor dos seus generos para aqui exportados no ultimo trimestre de 1844, e no 1.º trimestre de 1845, somma em 373.548\$980 reis, sua população livre é de 5810 de ambos os sexos, tendo 1125 fogos. Durante os annos de 1844 e 1845, vieram da Europa mais 154 colonos que alli se estabeleceram. (86)

Mui necessario é a esta Colonia o prestante Coronel Hillebrand (87), e por isso o nomeei, no 1º de Maio do anno passado, para Director della, com o ordenado de oitenta mil reis mensaes, dependendo esta nomeação da vossa approvação, que espero não a negareis, si desejais o augmento e boa ordem da Colonia; convem tambem consignar alguma quantia para remuneração de quem lhe serve de secretario. (88)

As pontes e estrada de que precisa esta florescente Povoação, vão indicadas no artigo consagrado as obras publicas.

#### CATHEQUESE E ALDEAMENTO DOS INDIOS

E' uma grande deshumanidade o deixarmos vagar por esses desertos invios, sem os socorros da Religião, e da civilização, esses restos dos primeiros habitantes do nosso Paiz, que tão uteis nos podiam ser, como muitos delles nos tem sido, em quanto que, a custa de tantos perigos e despesas, vamos buscar braços africanos que nos

Anexo 39

FERRÃO  
 DISCRIMINAÇÃO  
 QUE A MOURA  
 FAZIA  
 1265  
 COBRIAM  
 IMPOSTOS,  
 DILHEIRO  
 E NÃO DAVAM  
 IMPEDIMENTO  
 AO 1265  
 BENTO  
 GONCALVES  
 INSTALARAM  
 A REPUBLICA  
 DE PIAUI  
 SUPR DE  
 CAXIAS  
 10 ANOS  
 1835 1845

mente pelas atitudes  
 bléia Constituinte e  
 portugueses.  
 Durante a Reg  
 Liberais dividiram-s  
 e exaltados. Os pr  
 Governo, porém com  
 cias republicanas.  
 neado pelos Andrada  
 Estas tendências  
 a custo reprimidas  
 Feijó. Desordens qu  
 No Rio Grande  
 período. A impre  
 fundo republicano e  
 nuncia de D. Pedro I  
 Aqui em 1833, o  
 Restaurador fundav  
 ciais dos quartéis, e  
 liberais deu motivo a  
 biu seu funcionamen  
 O Presidente Jo  
 zação, caiu no desa  
 conseguiu sua subst  
 Braga que foi solene  
 A 24 de outubro  
 grande passeata civ  
 Artigo em que perm  
 vinha de encontro a  
 de Fernandes Braga  
 governo colocou gua  
 os manifestantes de

## Anexo 40

derou-se de São Borja a 10 de julho de 1865, de Itaqui a 17 de julho, de Uruguaiana a 5 de agosto<sup>50</sup>. Não podendo agir em ligação com o partido *blanco* uruguaio, foi logo cercado em Uruguaiana pelos Aliados, na realidade pelos rio-grandenses, graças aos quais o Imperador D. Pedro II, que veio então ao Rio Grande pela segunda vez, recebeu a rendição dos paraguaios<sup>51</sup>. O território do Rio Grande estava libertado. Desde então, não mais sofreu nenhuma invasão estrangeira.

A segunda fase da Guerra do Paraguai assinalou-se tanto pelos sucessos aliados como pelas façanhas dos soldados e dos chefes rio-grandenses de qualquer origem, pois gaúchos e colonos se haviam alistado, lado a lado, nos regimentos ou nas baterias, cujas bandeiras foram solenemente depositadas na catedral de Pôrto Alegre em 1870<sup>52</sup>.

Assim, os imigrantes alemães e seus descendentes diretos participaram dessas campanhas, nas fileiras do exército brasileiro. Seus chefes prestaram-lhes homenagens. Essas guerras, porém, tiveram conseqüências duplamente desfavoráveis à assimilação dos colonos.

De um lado, o Brasil recrutara mercenários na Alemanha. Uma vez licenciados, grande número deles permaneceu no Rio Grande. São conhecidos pelo nome de *Brummers*<sup>53</sup>. Formaram, nas colônias ou nas cidades, um núcleo de profissões liberais e forneceram os primeiros quadros do *Deutschtum*, do germanismo. Sua intervenção deteve os colonos no curto caminho que tinham percorrido para a assimilação.

De outro lado, os chefes e os soldados que haviam feito o Rio Grande, que se tinham ilustrado nas guerras cisplatinas, que lutavam contra os castelhanos, possuíam o justo sentimento de proteger seu país, visto que corriam à fronteira mais vêzes que os habitantes das províncias centrais e setentrionais. Seu espírito militar só podia reforçar-lhes a coesão<sup>54</sup> e dar-lhes consciência de pertencer a um grupo que se distinguia de todos *os outros*.

Não é preciso, pois, ver nenhuma hostilidade, pelo menos até 1870, na atitude dos elementos rio-grandenses mais representativos relativamente a imigrantes. Ela se explica pelo mesmo fator de psicologia coletiva que encontramos em seus compatriotas de outras províncias. Ora, os colonos não estavam instalados nas mesmas regiões, não levavam o mesmo gênero de vida e não falavam a mesma língua. Constituíam, portanto, outro grupo cuja integração se tornara difícil pelo processo de povoamento e pela estrutura social do primeiro Rio Grande do Sul.



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul  
Pró-Reitoria de Graduação  
Av. Ipiranga, 6681 - Prédio 1 - 3º. andar  
Porto Alegre - RS - Brasil  
Fone: (51) 3320-3500 - Fax: (51) 3339-1564  
E-mail: [prograd@pucrs.br](mailto:prograd@pucrs.br)  
Site: [www.pucrs.br](http://www.pucrs.br)